

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

2º TRIMESTRE DE 2025

Belém – PA – 2025

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Washington Costa de Albuquerque

Procurador-Chefe

Elton da Costa Ferreira

Diretor de Administração e Finanças

Arão Abrahão da Silva

Diretor de Previdência

Marcos Antônio de Souza

Diretor de Proteção Social dos Militares

Carlos Dória Santos

1 APRESENTAÇÃO.....	7
1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL.....	8
2 GESTÃO ESTRATÉGICA.....	9
2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO.....	9
2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	11
2.1.2 Programa Governança Pública	12
2.1.3 Programa Manutenção da Gestão	22
3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS	25
3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS	25
3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIA – PODER EXECUTIVO.....	26
3.2.1 Finanprev	26
3.2.2 Funprev	27
3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	28
3.3.1 Requerimentos da Comprev	28
3.3.2 Valores da Compensação Financeira	28
3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	30
3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	30
3.5.1 Dívidas das Prefeituras.....	31
3.5.2 Rentabilidade dos Fundos	31
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO.....	32
3.6.1 Finanprev e Funprev	32
3.7 RECEITAS E DESPESAS – SPSM.....	35
3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES	35
3.8.1 Finanprev	36
4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL	40
4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS	40

4.1.1 Massa de Segurados – Finanprev	40
4.1.2 Massa de Segurados – Funprev	41
4.1.3 Massa de segurados – SPSM.....	41
4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS	41
4.3 EVOLUÇÕES DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS	42
4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS.....	43
4.4.1 Hipóteses biométricas	43
4.4.2 Hipóteses demográficas	44
4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras	44
4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO	45
4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício	46
4.6 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO.....	47
5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	49
5.1 CARTEIRA GLOBAL.....	49
5.1.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global	51
5.2 CARTEIRA FINANPREV.....	54
5.2.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Finanprev	54
5.2.2 Resultado do Finanprev	54
5.2.3 Movimentação do Finanprev	55
5.3 CARTEIRA DO SPSM.....	55
5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM	55
5.3.2 Evolução do Rendimento do SPSM	55
5.3.3 Movimentação do SPSM	56
5.4 CARTEIRA DO FUNPREV.....	57

5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Funprev	57
5.4.2 Evolução do Rendimento do Funprev	57
5.4.3 Movimentações do Funprev	57
5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento do Funprev	58
5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV	58
5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV	59
5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV	64
5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	65
6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS.....	67
6.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEP.....	67
6.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL DO RPPS/PA	69
6.3 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS.....	70
7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS.....	71
7.1 GESTÃO DE PESSOAL.....	71
7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional	71
7.1.2 Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos servidores	72
7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida	73
7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	76
7.2.1 Poder Executivo.....	76
7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário	77
7.2.3 Todos os Poderes.....	79
7.2.4 Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário	81
7.2.5 Igepps	83
7.2.6 Encargos Igepps - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família.....	88

7.2.7 Folhas de Pagamentos	90
7.2.8 AUXÍLIO MORTE/AUXÍLIO ACIDENTE – SPSM	97
7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS	98
7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE	99
7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL	105
7.5.1 Premiação e certificações	105
7.5.2 Principais Resultados na Plataforma Instagram	106
7.5.3 Principais Resultados na Plataforma Facebook	109
7.5.4 Campanhas Ascom/Igepps	111
7.6 3ª Semana de Conciliação de Recuperação de crédito	119
7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS	120
7.6.1 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria do Contencioso	121
7.6.2 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria de Execução.....	125
7.6.3 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Consultivo	131
7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	134
7.7.1 Resultados Obtidos	134
7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	135
7.8.1 Benefícios de Proteção Social – Reserva e Reforma.....	136
7.8.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte	138
7.8.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Especial e Auxílio Morte	139
7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA.....	140
7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	141
7.9.1 Análise de Benefícios Previdenciários	141
7.9.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte ...	143
7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral	145
7.9.4 Abono Permanência	146
7.9.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado Do Pará.....	147
7.9.6 Vacâncias.....	147

7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento	152
7.9.8 Pagamento de Retroativos	156
7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais	157
7.9.10 Recuperação de Crédito	159
7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.....	161
7.10.1 Atendimentos Psicossociais.....	161
7.10.2. Diligências Psicossociais.....	161
7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas.....	162
7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte	162
7.10.5 Relatórios Técnicos	162
7.10.6 Educação Previdenciária	162
8 CANAIS DE ATENDIMENTO	164
8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL.....	167
8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis	167
8.1.2 Núcleos Regionais	168
8.2 ATENDIMENTO REMOTO	181
8.3 OUVIDORIA.....	182
CONSIDERAÇÕES.....	184
ANEXO I - Figuras.....	184
ANEXO II - Tabelas	184
ANEXO III - Gráficos	184
ANEXO IV - Quadros	184

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - Igepps/PA, autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar nº 44/2003 e alterado pela Lei Complementar nº 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS, e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário, e pela administração e governança dos Fundos Financeiro (Finanprev), Previdenciário (Funprev) e Sistema de Proteção Social dos Militares Estaduais (SPSM), respectivamente.

A missão principal do Instituto baseia-se na gestão sustentável, eficaz, atuarial e transparente, priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido e garantindo, por meio de seu funcionamento, a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Desse modo, a previdência pública estadual visa garantir aos seus segurados e beneficiários o amplo acesso aos benefícios previdenciários, bem como o custeio da assistência e proteção social dos militares e seus dependentes.

O Relatório de Governança Corporativa (RGC) é uma ferramenta de gestão valiosa, pois viabiliza que todos os personagens envolvidos no processo organizacional (stakeholders), acompanhem as práticas e políticas de gestão utilizadas, fortalecendo assim a confiança e o compromisso com a ética e a responsabilidade, fornecendo dados qualitativos mais eficientes para o processo de tomada de decisão.

Na oportunidade, ressaltamos que se trata de um instrumento formal de políticas de gestão e controle organizacional em geral, baseada em três pilares, sendo eles Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, aos órgãos de controle e à sociedade, na medida em que se demonstram os resultados alcançados pelo Igepps ao longo do período de abril a junho de 2025, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a Gestão Pública Eficiente e Presente, o fortalecimento da instituição e a satisfação progressiva dos anseios da sociedade paraense.

As informações e dados aqui apresentados foram fornecidos pelas Diretorias, Coordenações e Gerências que fazem parte do organograma institucional, respeitando as competências legais, regimentais e regulamentares de cada área de atuação. Cabe ao Núcleo de Planejamento – Nuplan/Igepps compilar toda a base de elementos informativos coletados, realizar ajustes, formatar e selecionar, entre o material coletado, os tópicos que evidenciem de maneira clara e transparente os resultados e avanços da atual gestão.

1.1 ESTRUTURA PATRIMONIAL

O Igepps administra os recursos de dois regimes de previdência: o de repartição simples (Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – Finanprev), de capitalização, (Fundo Previdenciário do Estado do Pará – Funprev), além do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

O Fundo Financeiro (Finanprev) possui natureza contábil, em regime de repartição simples, com a finalidade de prover recursos para o pagamento de aposentadorias e pensões aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar nº 112/2016 alterou a data de segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do Funprev para o Finanprev, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento do 2º trimestre de 2025, o valor investido no Finanprev, a título de Patrimônio Líquido, chegou ao valor de R\$ 66.231.393,28 (sessenta e seis milhões duzentos e trinta e um mil trezentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos).

O Fundo Previdenciário (Funprev) é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar nº 112/2016. O Funprev encerrou o 2º trimestre de 2025, com Patrimônio Líquido elevado para R\$ 4.495.360.410,66 (quatro bilhões quatrocentos e noventa e cinco milhões trezentos e sessenta mil quatrocentos e dez reais e sessenta e seis centavos), investidos em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar nº 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento de benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, inatividade, incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar.

2 GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O Igepps está contemplado em três programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos; Governança Pública; e Manutenção da Gestão, totalizando 11 (onze) ações.

No segundo trimestre de 2025, iniciou-se o processo de revisão do PPA 2024-2027, biênio 2026-2027, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado (Seplad), conforme Art.165 da Constituição Federal de 1988 e Art. 204 da Constituição do Estado do Pará.

O Núcleo de Planejamento (Nuplan), participou do workshop de revisão do PPA e elaboração da LOA 2026. Na oportunidade, foram revisadas as metas e ações para o próximo biênio, o que por sua vez resultou em alteração do produto de duas ações, em consonância com os objetivos estratégicos do Instituto.

Quadro 1 — Programas e Ações do PPA 2024-2027 – 2º trimestre de 2025

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	Ação	Produto
Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	Ação	Produto
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas	Capacitação de Agentes Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade do Poder Executivo	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído
	Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada
	Gestão Previdenciária do Estado	Atendimento Realizado
	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	Ação	Produto
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Ao analisar a execução orçamentária e financeira dos Programas no período abril a junho de 2025, o valor total gasto foi de R\$ 78.154.205,22 (setenta e oito milhões cento e

cinquenta e quatro mil duzentos e cinco reais e vinte e dois centavos), representando 52% da dotação atual.

Tabela 1 — Execução orçamentária/financeira – por programa – 2º trimestre de 2025

Programas	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa acumulada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	156.000	66.305	-	-	-
Governança Pública	35.750.000	35.750.000	4.306.247	13.117.399	12
Manutenção da Gestão	264.094.000	264.094.000	73.847.958	142.981.129	28
Total	300.000.000	299.910.305	78.154.205	156.098.528	26

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No Programa Governança Pública, foi utilizado o valor de R\$ 4.306.247 (quatro milhões e trezentos e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais), representando 12% da dotação real no programa no 2º trimestre de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 37% do orçamento inicial previsto.

No Programa Manutenção da Gestão, foi utilizado o valor de R\$ 73.847.958 (setenta e três milhões e oitocentos e quarenta e sete mil e novecentos e cinquenta e oito reais), representando 28% da dotação real no programa no 2º trimestre de 2025, viabilizando a gestão administrativa do Instituto. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 54% do orçamento inicial previsto.

No Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, o Igepps realizou o destaque orçamentário e financeiro para a Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD) no valor de R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Em relação à análise por grupo de despesa, destaca-se que o Grupo de Outras Despesas Correntes (ODC) representou o maior valor de gastos no 2º trimestre de 2025, seguido pelo grupo de Pessoal e Investimentos. Destaca-se que a fonte utilizada é a taxa de administração do RPPS (802), exceto para os pagamentos de processos de auxílio-funeral custeados pela fonte do Tesouro Estadual, sendo demonstrada na linha “ODC – Tesouro Estadual”, conforme a tabela abaixo.

Tabela 2—Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa– 2º trimestre de 2025

Execução Orçamentária/Financeira (R\$) - Por Grupo de despesa					
Grupo	Dotação Inicial	Dotação Atual	Despesa Realizada	Despesa acumulada	(%)
ODC	220.000.000	219.910.305	68.439.899	131.811.714	31
Investimentos	30.000.000	30.000.000	3.559.985	11.877.916	12
Pessoal	50.000.000	50.000.000	6.154.321	12.408.897	12
ODC Tesouro Estadual ¹	1.900.000	-	-	-	-
Total	301.900.000,00	299.910.305	78.154.205	25,8	

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Nota: 1-ODC tesouro estadual refere-se ao orçamento para processos de auxílio funeral, que por sua vez são provisionados para execução da despesa orçamentária e financeira na UG 840250 – Encargos IGEPPS.

2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

No 2º trimestre de 2025, o Instituto esteve presente em três Estações Cidadania na Região Guajará: duas no município de Belém — Shopping Bosque Grão Pará e Shopping Pátio Belém — e uma no município de Ananindeua, no Shopping Metrôpole Ananindeua.

Os serviços ofertados são: abono de permanência, aposentadoria, atualização cadastral, auxílio-funeral, certidão negativa, comunicação de óbito, continuidade de pensão, cópias de processos, Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), declaração de recebimento de benefício previdenciário, emissão de contracheque, inclusão de dependentes, inclusão no rateio de pensão, isenção de imposto de renda, liberação de crédito, pensão por morte, pensão alimentícia, portaria, reativação de benefício, reforma, reserva, restituição de contribuição previdenciária, retificação de DIRF, reversão ao serviço ativo, revisão de aposentadoria, revisão de pensão, revisão de reserva ou reforma, vantagens pecuniárias, emissão de cédula C, entre outros. Portanto, na tabela abaixo, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira do objetivo.

Tabela 3 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania			
	Produto: Pessoa Atendida			
	Execução Física (Un)			
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	(%)
Guajará	Belém	3.640	971	42
	Ananindeua	1.040	1.068	170
Total		4.680	2.039	71

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No período de abril a junho de 2025, foram realizados 2.039 (dois mil e trinta e nove) atendimentos nas estações cidadania, alcançando 71% da meta prevista para 2025. Desse total, 971 (novecentos e setenta e um) correspondem às estações cidadania localizadas no

município de Belém (shoppings Pátio Belém e Grão Pará) e 1.068 (mil e sessenta e oito) em Ananindeua, no shopping Metrópole. Os serviços mais demandados foram: emissão de contracheque, outros e emissão de cédula C.

Considerando que a ação de implementação da Estação Cidadania é gerida pela Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD, a participação do Igepps se deu por meio da assinatura do termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, o qual resultou no destaque orçamentário e financeiro R\$ 44.847,32 (quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), referente ao 2º QDQQ - Quadro de Detalhamentos de Quotas Trimestrais.

Dentro desta ação, o Igepps contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante às metas 10.2 e 10.3. O Instituto, ao ofertar serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo aos seus segurados, beneficiários e sociedade em geral, mais acessibilidade aos serviços, garantindo igualdade.

2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade; e IV – gestão pública presente. Nesse sentido, o Igepps alinhou ações no programa temático Governança Pública, com o objetivo de contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará por meio das boas práticas de gestão.

No programa Governança Pública, este Instituto possui cinco ações: Capacitação de Agentes Públicos, Construção de Imóveis Públicos Estaduais, Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, abaixo serão expostos detalhadamente os objetivos e as ações que os compõem, bem como as respectivas execuções orçamentárias e financeiras para o ano de 2025.

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento de pessoas - Ação de Capacitação de Servidores Públicos

Neste objetivo o Igepps realiza a capacitação de agentes públicos, cujo resultado é um servidor capacitado, com atuação voltada para a Região Guajará. Esta ação permite capacitar seus servidores e conselheiros. Na tabela abaixo, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 4 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025

Ação: Capacitação de Agentes Públicos							
Produto: Servidor Capacitado							
Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)				
Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
250	97	52	3.500.000	3.500.000	555.695	972.605	16

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

No período de abril a junho de 2025, foram capacitados 97 (noventa e sete) servidores, representando 52% da meta programada, conforme tabela acima. A execução orçamentária e financeira totalizou um gasto de R\$ 555.695,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e cinco reais), representando 16% do total previsto para a ação em 2025, conforme mostrado na tabela acima. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 28% do orçamento inicial previsto.

Destacam-se, no período supracitado, os cursos de Previdência, Cálculo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos, Seminário de Inteligência Artificial Aplicado à Gestão Pública, Masterclass de Auditoria Governamental: Desafios e Boas Práticas na Gestão Pública, 58º Congresso Nacional da ABIPEM 5º Curso Básico de Capacitação de Ordenadores de Despesas, dentre outros.

Ressalta-se que o quantitativo de agentes capacitados aqui citado se refere ao indicado no Manual de Monitoramento do Sigplan, que registra a quantidade de servidores capacitados apenas uma única vez, não podendo ser computado novamente, mesmo que tenha participado de mais cursos ou eventos no exercício em referência.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Construção de Imóveis Públicos Estaduais.

Nesse objetivo, o Igepps também atua na ação de construção de imóveis públicos estaduais, cujo produto é imóvel construído. Por meio desta ação, o instituto busca realizar reformas e manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

No 2º trimestre de 2025, na sede do Igepps (Região Guajará), foram realizadas serviços de instalações e adequações elétricas e de lógica no prédio principal e anexo, instalações hidrossanitárias, substituições de louças e acessórios, hidrossanitários nos

banheiros; manutenção e substituição de tubulações de água e esgoto e de captação de águas pluviais; manutenção corretiva da drenagem das splits; manutenção corretiva em paredes e pisos com infiltrações; manutenção do telhado e impermeabilização de calhas, manutenção do telhado no prédio principal e anexo; manutenção da passarela de vidro, mudança de layout em salas no segundo andar, substituição de lâmpadas, tomadas, luminárias e disjuntores; manutenção dos portões de entrada e saída de veículos e cancela de estacionamento; serviços de manutenção e mudança de layout no restaurante e refeitório dos servidores do Instituto, continuados os serviços de Manutenção predial preventiva e corretiva com mudança de layout na Guarita e entrada de pedestres e veículos da Alcindo Cancela; continuados os serviços de Manutenção predial preventiva e corretiva com mudança de layout nas instalações da Gerencia de Suporte Administrativo, Arquivo Geral e Almoxarifado; foram feitos serviços complementares de manutenção preventiva e corretiva na rede elétrica do prédio; Instalação de novos pontos elétricos; Substituição de tomadas, pontos de lógica e lâmpadas; Intervenções hidráulicas no restaurante, incluindo a substituição de louças e acessórios hidrossanitários; Instalação de pontos de esgoto no restaurante e na guarita; Readequação de layout na guarita, Gerência de Suporte Administrativo (GSA) e restaurante; Pintura das salas do GSA e Troca de disjuntores elétricos.

Em relação à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi de R\$ 3.559.985,19 (três milhões e quinhentos e cinquenta e nove mil e novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), representando 13% do total previsto para a ação no exercício de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 44% do orçamento inicial previsto.

Em relação à meta física, informamos que o Sigplan será ajustado com as devidas informações. Na tabela a seguir, é possível observar a ação, o produto, a execução física e orçamentária/financeira.

Tabela 5 — Meta física e Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025

Ação: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais								
Produto: Imóvel Construído								
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)	Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Meta prevista	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Baixo Amazonas	Santarém	1	2.000.000	2.000.000	-	-	-	-
Carajás	Marabá	1	2.000.000	2.000.000	492.727	25	1.450.175	73
Guajará	Belém	1	13.000.000	13.000.000	2.615.787	20	7.058.109	54
Guamá	Castanhal	1	2.000.000	2.000.000		-	503.944	25
Rio Caeté	Capanema	1	2.000.000	2.000.000		-	708.345	35
Tocantins	Abaetetuba	1	2.000.000	2.000.000		-	560.565	28
Rio Capim	Paragominas	1	2.000.000	2.000.000		-	516.811	26
Xingu	Altamira	1	2.000.000	2.000.000	451.472	23	1.079.968	54
Total		8	27.000.000,00	27.000.000,00	3.559.985	13	11.877.916	44

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Esta ação permitiu ao Igepps atender ao plano de expansão institucional em diversas regiões, por meio da contratação dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento dos materiais necessários para a execução de atividades de manutenção, reforma e reparos das instalações prediais em geral.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária.

Este objetivo visa ampliar a atuação do RPPS, tornando-o seguro e transparente, e fomentando boas práticas de gestão para fortalecer sua governança. Ele atua diretamente na missão e na visão institucionais e subsidia ações de educação previdenciária que consolidem a Previdência Social como política de Estado. Isso é feito por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS a educação previdenciária tem como objetivo capacitar indivíduos, abrangendo o conjunto de ações que envolvem a capacitação, qualificação, treinamento e formação específica. Estas são oferecidas aos servidores públicos do Igepps, segurados, beneficiários, gestores e conselheiros, bem como a diversos profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2025).

A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

No período de abril a junho de 2025, foram capacitados 241 (duzentos e quarenta e um) segurados e beneficiários na Região Guajará, no município de Belém, representando 18% da meta planejada.

Houve atendimento no programa de Assistência em educação Financeira, assim como na Oficina de Inclusão digital, que busca ofertar aos segurados e pensionistas capacitação e orientação para acessar as tecnologias digitais de forma segura.

Além disso, houve uma palestra com o tema “Decisões que educam – como envolver a família nas escolhas do dia a dia”. O referido evento faz parte das ações previstas do Programa de Assistência em Educação Financeira (PAEF-Igepps), onde foi abordado o tema: “Prevenção do endividamento para aposentadoria”.

Também houve a ação de “Diálogos sobre aposentadoria e longevidade”, uma parceria do Igepps com a Defensoria Pública do Estado do Pará, que tratou de temas que envolvem regras de aposentadoria, previdência complementar, benefício especial, planejamento previdenciário, autonomia financeira na aposentadoria, relação entre as emoções e o dinheiro, longevidade ativa.

Por fim, foi inaugurado o projeto de educação previdenciária intitulado “Valor em cada

história”, onde houve a entrega de certificados de agradecimento e portarias de aposentadoria aos servidores recém aposentados, relativos ao mês de maio de 2025.

Assim, na tabela abaixo é possível observar a ação, o produto, a execução física e a orçamentário-financeira do objetivo.

Tabela 6 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025

Ação: Educação Previdenciária											
Produto: Pessoa Capacitada											
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Baixo Amazonas	Santarém	30	-	-	-	2.000	2.000	-		-	-
Carajás	Marabá	30	-	-	-	2.000	2.000	-		-	-
Guajará	Belém	1500	241	266	18	236.000	236.000	-		-	-
Guamá	Castanhal	60		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Rio Caeté	Capanema	30		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Tocantins	Abaetetuba	30		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Rio Capim	Paragominas	40		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Xingu	Altamira	40		-	-	2.000	2.000	-		-	-
Total		1.760	241	241	14	250.000	250.000	0	0	0	0

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Quanto à execução orçamentária e financeira, não houve movimentação financeira referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois estas foram realizadas na Região do Guajará em parceria com órgãos da Administração Pública, e parte delas também foi executada com a infraestrutura já existente e por servidores do Instituto.

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária do Estado

A ação de Gestão Previdenciária do Estado tem como produto o atendimento realizado, visando garantir e ampliar o acesso aos serviços essenciais da previdência estadual. Nesse sentido, todos os atendimentos do Igepps são contabilizados nesta ação, com exceção do atendimento das estações cidadanias que são contabilizados em outro programa do PPA.

Os atendimentos são realizados presencialmente na sede do Igepps, na Central de Atendimento (Caten), nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG de Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agência Santarém e Altamira) e Marabá (agência de Marabá e Paragominas), além das unidades móveis do Igepps Itinerante.

O Instituto também possui os canais de atendimentos remotos que são: Requerimento Virtual, Call center (telefone, telefonistas nos setores, whatsapp e webchat) e ouvidoria. Todos os atendimentos descritos acima são contabilizados na ação de gestão previdenciária.

No período de abril a junho de 2025, foram realizados 34.724 (trinta e quatro mil e vinte e quatro) atendimentos. Na região Guajará, em Belém, na sede do Igepps, na Caten foram contabilizados 11.791 (onze mil e setecentos e noventa e um) atendimentos. Pelo atendimento remoto composto pelo call center, requerimento virtual e ouvidoria, a demanda de atendimentos foi de 15.405 (quinze mil e quatrocentos e cinco).

As agências regionais localizadas nas regiões Guamá (Castanhal), Baixo Amazonas (Santarém), Carajás (Marabá), Rio Capim (Paragominas), Tocantins (Abaetetuba), Rio Caeté (Capanema) e Xingu (Altamira), totalizaram no trimestre 1.274 (mil duzentos e setenta e quatro) atendimentos.

Já as unidades móveis, retornaram os atendimentos em maio e totalizaram 1.757 (mil setecentos e cinquenta e sete), estando presente em 19 municípios paraenses, nas regiões do Baixo Amazonas, Carajás, Rio Caeté, Rio Capim e Araguaia.

Quanto à execução orçamentária/financeira, o valor total gasto foi R\$ 194.882 (cento e noventa e quatro mil oitocentos e oitenta e dois reais e quatro centavos), representando 6% do total previsto para ação no exercício de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 11% do orçamento inicial previsto.

Baixo Amazonas	Belterra	Unidade Móvel	2.000	34	3.559	178																															
	Óbidos			227																																	
	Monte Alegre			276																																	
	Santarém	Agência		1.274																																	
Carajás	Canaã dos Carajás	Unidade Móvel	1.500	7	1.338	89																															
	Marabá	Agência		484																																	
Rio Capim	Paragominas	Agência	250	306	954	382																															
	Aurora do Pará	Unidade Móvel		43																																	
	Parauapebas			60																																	
	Irituia			100																																	
	Capitão Poço			72																																	
	Ulianópolis			11																																	
Tocantins	Abaetetuba	Agência	7.000	761	1.797	26																															
Rio Caeté	Capanema	Agência	6.000	1.100	3.466	58																															
	Quatipuru	Unidade Móvel		66																																	
	Augusto Corrêa			123																																	
	Bragança			500																																	
	Viseu			79																																	
Xingu	Altamira	Agência	1.500	397	979	65																															
TOTAL			112.750	34.724	70.898	935,0	3.000.000	3.000.000	194.882	-	336.597	11																									

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

Objetivo: Prover a governabilidade do Poder Executivo – Ação de Publicidade das Ações de Governo

Neste objetivo o Igepps tem como ação a Publicidade das Ações de Governo, cujo produto é campanha realizada e sua atuação está voltada para a Região Guajará. No período de abril a junho de 2025, foram realizadas 16 (dezesesseis) ações de publicidade das ações de governo: programa de inovação Igepps, Igepps itinerante, feira do produtor, Treinamento sobre mapeamento e manualização de processos, oficina de inclusão digital, feira do produtor, dentre outros.

Quanto à execução orçamentária e financeira, não houve movimentação financeira.

2.1.3 Programa Manutenção da Gestão

Este programa tem por objetivo viabilizar a gestão administrativa do Estado por meio das seguintes ações: abastecimento de unidades móveis, concessão de auxílio alimentação, concessão de auxílio transporte, operacionalização das ações administrativas e operacionalização das ações de recursos humanos, o que possibilitou a melhoria da qualidade da gestão administrativa, envolvendo diretamente a área de suporte administrativo.

Tabela 8 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025

Ação	Produto	Execução Física (Un)			Execução Orçamentária/Financeira (R\$)					
		Meta Prevista	Meta Realizada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	(%) Tri	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	13	8	62	500.000	500.000	138.332	28	158.168	32
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	260	237	91	5.000.000	5.000.000	1.037.786	21	2.057.698	41
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	105	105	200.000	200.000	25.811	13	46.648	23
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	100	98	98	207.594.000	207.594.000	66.385.710	32	128.072.430	62
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	320	262	82	50.800.000	50.800.000	6.260.319	12	12.646.186	25

Fonte: Sigplan/Nuplan/Igepps

De abril a junho, foram abastecidos, em média, 8 (oito) veículos por mês. O valor total gasto na ação foi de R\$ 138.332 (cento e trinta e oito mil e trezentos e trinta e dois reais), representando 28% do total previsto para ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 32% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na acima.

De abril a junho de 2025, a ação de concessão do auxílio-alimentação, cujo produto é o servidor beneficiado, contemplou em média 237 (duzentos e trinta e sete) servidores efetivos e temporários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 1.037.786 (um milhão e trinta e sete mil e setecentos e oitenta e seis reais), representando 21% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 41% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na acima.

De abril a junho de 2025, a ação de concessão de auxílio transporte, que também tem como produto o servidor beneficiado, contemplou em média 105 (cento e cinco) servidores efetivos, temporários e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 25.811 (vinte e cinco mil e oitocentos e onze reais), representando 13% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 23% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na acima, conforme demonstrado na acima.

De abril a junho de 2025, para execução das ações administrativas e melhoria da gestão, foram celebrados 98 (noventa e oito) contratos administrativos, com o escopo de atender as diversas demandas originadas pelas Unidades Administrativas. O valor total gasto na ação foi de R\$ 66.385.710 (sessenta e seis milhões e trezentos e oitenta e cinco mil e setecentos e dez reais), representando 32% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 62% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na acima.

De abril a junho de 2025, a ação de operacionalização das ações de recursos humanos que tem como produto servidor remunerado, contemplando o quadro de pessoal do Igepps contabilizou em média 262 (duzentos e sessenta e dois) servidores, incluindo os cedidos, comissionados, temporários, efetivos e estagiários. O valor total gasto na ação foi de R\$ 6.260.319 (seis milhões e duzentos e sessenta mil e trezentos e dezenove reais), representando 12% do total previsto para a ação no ano de 2025. No total acumulado, a despesa realizada totalizou 25% do orçamento inicial previsto, conforme demonstrado na acima.

3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Ao final do 2º trimestre de 2025, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo o poder Executivo, é de 98.370 (noventa e oito mil trezentos e setenta) e o quantitativo de 10.327 (dez mil trezentos e vinte e sete) dos poderes Legislativo e Judiciário, perfazendo um total de 108.697 (cento e oito mil seiscentos e noventa e sete), no Finanprev e Funprev.

Tabela 9 — Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 2º trimestre de 2025

Poder Executivo								
Finanprev				Funprev				
Segurado	Abril	Maio	Junho	Segurado	Abril	Maio	Junho	TOAL GERAL
Ativo	48.407	48.277	49.139	Ativo	8.160	8.858	8.847	57.986
Inativo	31.659	31.734	31.869	Inativo				31.869
Pensionista	8.384	8.423	8.452	Pensionista	57	61	63	8.515
Total	88.450	88.434	89.460	Total	8.217	8.919	8.910	98.370
Poder Legislativo e Judiciário								
Finanprev				Funprev				
Segurado	Abril	Maio	Junho	Segurado	Abril	Maio	Junho	TOAL GERAL
Ativo	5.486	5.481	5.545	Ativo	2.346	2.340	2.336	7.881
Inativo	1.563	1.664	1.671	Inativo				1.671
Pensionista	765	764	769	Pensionista	6	6	6	775
Total	7.814	7.909	7.985	total	2.352	2.346	2.342	10.327

Fonte: COAF/Igepps

Na oportunidade, ressaltamos que a categoria militar ao final do segundo trimestre de 2025, apresenta um quantitativo de 33.277 (trinta e três mil duzentos e setenta e sete) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo IGEPPS, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares e não mais integrem o RPPS Estadual. A tabela abaixo mostra quantitativamente, a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares.

Tabela 10 — Quantitativo de militares no SPSM – 2º trimestre de 2025

Militares SPSM			
Segurados	Abril	Maio	Junho
Ativo	17.192	17.108	18.283
Inativo	11.123	11.193	11.243
Pensionista	3.731	3.739	3.751
Total	32.046	32.040	33.277

Fonte: COAF/Igepps

Ressalte-se que os quantitativos contidos nas tabelas da Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização – COAF são dinâmicos, variando mensalmente devido à concessão contínua de novos benefícios previdenciários, ao falecimento de ativos, inativos e pensionistas, à criação de cargos seguida da nomeação de novos servidores públicos ou militares, às exonerações, demissões e outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Portanto, o instituto assiste 141.974 (cento e quarenta mil novecentos e setenta e quatro) segurados, entre inativos e pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando os quantitativos do Finanprev, Funprev e SPSM.

3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIA – PODER EXECUTIVO

Os registros contábeis das receitas previdenciárias são efetuados de forma segregada nas Unidades Gestoras (UG): Igepps (840201), Finanprev (840202) e Funprev (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), com conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao Banpará.

3.2.1 Finanprev

No que se refere ao Finanprev, em relação ao 2º trimestre de 2025, constata-se um acréscimo na arrecadação previdenciária, principalmente devido ao aumento das concessões de benefícios previdenciários e consumo da receita corrente da contribuição segurado e patronal para bancar a taxa de administração do órgão, conforme a portaria 1467/2022. A tabela abaixo apresenta dados referentes ao segundo trimestre de 2025.

Tabela 11 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev – 2º trimestre de 2025

Poder Executivo – Finanprev (R\$)				Repasses Financeiros (R\$)	
Mês	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Subtotal 1	Aporte Complementar (0101)*	Subtotal 1 + Subtotal 2
Janeiro	1.454.340,08	106.104.344,54	177.558.684,62	123.662.875,63	301.221.560,25
Fevereiro	67.706.222,11	107.780.200,41	175.486.422,52	101.202.877,62	276.689.300,14
Março	71.020.400,08	105.200.123,37	176.220.523,45	92.339.827,73	268.560.351,18
Total	210.180.962,27	319.084.668,32	529.265.630,59	317.205.580,98	846.471.211,57

Fonte: Siafem/Nuplan/COAF/Igepps

Nota: Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

No gráfico a seguir, apresenta-se uma análise comparativa das receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No segundo trimestre de 2025, as receitas utilizadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$ 846.471.211,57 (oitocentos e quarenta e seis milhões quatrocentos e setenta e um mil duzentos e onze reais e cinquenta e sete centavos), representando um aumento de 7,70% em relação ao mesmo período de 2024.

3.2.2 Funprev

A receita com a arrecadação de contribuição do Segurado e do Patronal, relativo ao Fundo Previdenciário, foi alavancada pelo ingresso gradativo de novos servidores concursados de órgãos do Poder Executivo Estadual (SEPLAD, PGE, SEFA, JUCEPA, AGE, PC/PA, SESP e SEAP), conforme a tabela abaixo.

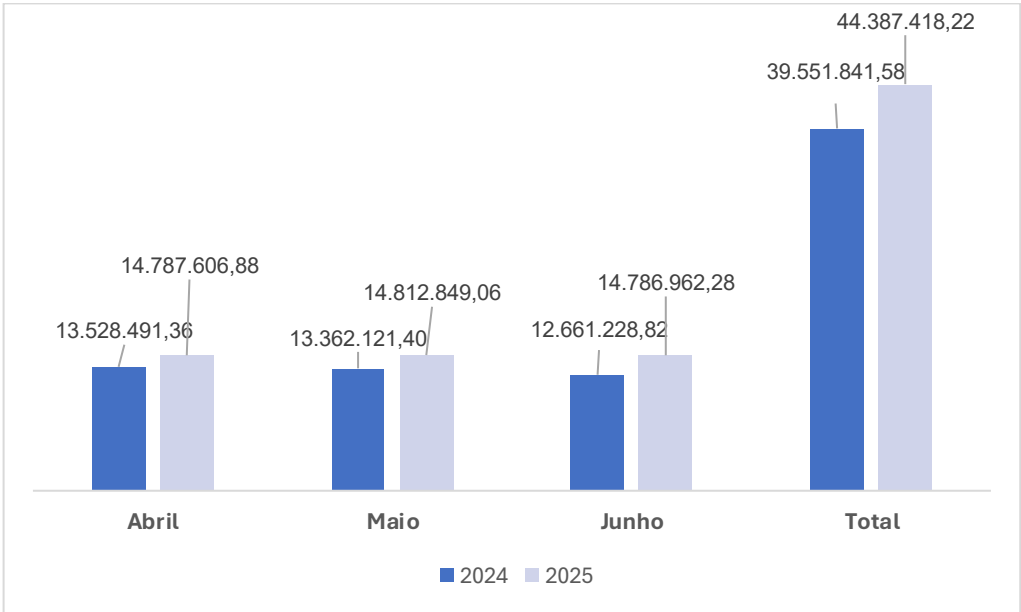
Tabela 12 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 2º trimestre de 2025

Poder Executivo – FUNPREV 2025			
Meses	Segurado	Patronal	Total
Abril	7.393.803,44	7.393.803,44	R\$ 14.787.606,88
Maio	7.406.424,53	7.406.424,53	R\$ 14.812.849,06
Junho	7.393.481,14	7.393.481,14	R\$ 14.786.962,28
Total	22.193.709,11	22.193.709,11	R\$ 44.387.418,22

Fonte: COAF/Igepps

No gráfico a seguir, apresenta-se uma análise comparativa das receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No segundo trimestre de 2025, as receitas utilizadas pelo Poder Executivo totalizaram R\$ 44.387.418,22 (quarenta e quatro milhões trezentos e oitenta e sete mil quatrocentos e dezoito reais e vinte e dois centavos), representando um aumento de 0,42% em relação às receitas utilizadas em 2025 em comparação com o mesmo período de 2024.

Gráfico 1 — Comparativo da Receita utilizadas do Poder Executivo – Funprev (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025



Fonte: COAF/Igepps

3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

3.3.1 Requerimentos da Comprev

Na tabela abaixo, é possível ver a situação atual dos pedidos em processamento no INSS e no RPPS, e o trabalho para resolvê-los continua em 2025.

Tabela 13 — Requerimentos de COMPREV – 2º trimestre de 2025

Estado do Requerimento	2025			
	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Solicitante RPPS/Outros	Total
Criado	1	0	1	2
Em exigência	840	823	43	1.706
Alterado	0	0	0	0
Aguardando análise	3329	2478	500	6307
Aguardando análise médico	858	0	17	875
Em análise	7	0	0	7
Em análise médico	0	0	0	0
Deferido	3	0	0	3
Indeferido	247	55	3	305
Análise suspensa	41	57	164	262
Em compensação	4.396	56	3	4.455
Compensado/Cessado	1.709	25	0	1.734
Aguardando compensação de aposentadoria	5	142	8	155
Rejeitado	1.100	279	19	1.398
Exigência / Indeferido	40	219	0	259
Indeferido Ratificado	159	59	0	218
Criado / Rejeitado	0	0	0	0
Em conflito	28	38	17	83
Total de Requerimentos	12.763	4.231	775	17.769
Em Compensação + Deferido	4.399	56	3	4.458
Em Processamento	5.388	3.812	752	9.952

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

3.3.2 Valores da Compensação Financeira

Apesar de vários fatores que impactaram a Compensação Previdenciária no exercício de 2025, como as limitações do INSS para aprovar requerimentos e a restrição das despesas federais à dotação orçamentária (regra instituída pela Medida Provisória nº 1.303/2025), a atuação do RPPS/PA foi consistente e sólida no segundo semestre de 2025. Com um fluxo mensal elevado, o Regime de Previdência do Pará ficou entre os dez mais bem colocados entre os Regimes de Previdência Estaduais no mês de abril de 2025.

Tabela 14 — Ranking da Compensação Financeira – 2º trimestre de 2025

Posição do RPPS/PA EM 2025				
Mês	Colocação entre os Estados e DF	Colocação Entre todos os RPPS	Valor Arrecadado	Variação em Relação ao Mês Anterior
Abril	41º	10º	3.360.944,34	-
Maio	1575º	23º	0,00	-
Junho	Ainda não divulgado pelo MPS		8.453.805,90	100,00%
Total			11.814.750,24	-

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

Obs.: Valores de Maio/2025 foram bloqueados e liberados na competência de junho de 2025

Tabela 15 — Valores Recuperados de COMPREV – 2º trimestre de 2025

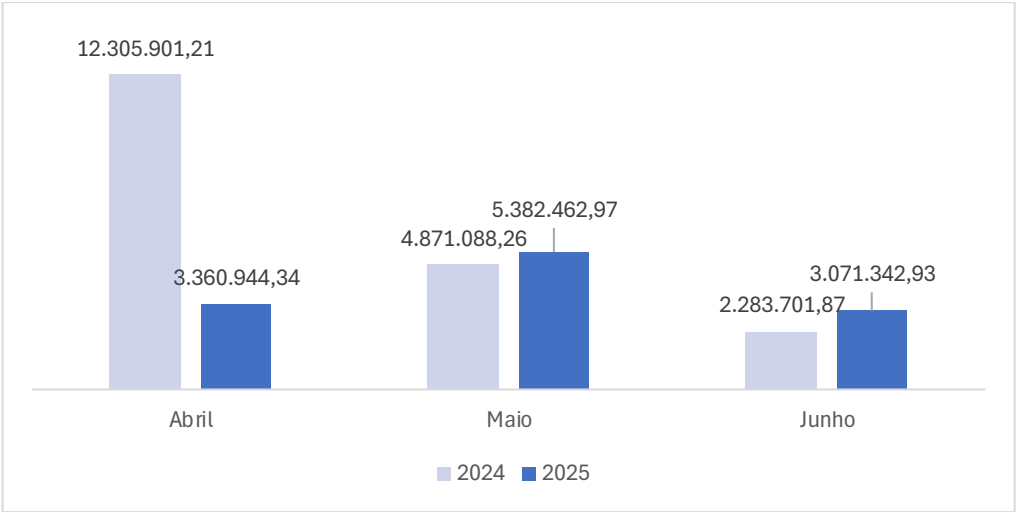
Meses	2025					
	Requerimentos		Valores			Líquido Recuperado
	Aprovados	Com Prescrição	Bruto	Perdido	Devido RGPS	
Abril	25	1	4.328.448,70	167,55	967.336,81	3.360.944,34
Maio	50	0	6.476.033,82	0,00	1.093.570,85	5.382.462,97
Junho	0	0	3.530.364,46	0,00	459.021,53	3.071.342,93
Total	75	1	14.334.846,98	167,55	2.519.929,19	11.814.750,24

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps

No mês de maio de 2025, devido ao vencimento da Certidão Negativa de Débitos Federais ocorrer no período de fechamento da folha de COMPREV, o RPPS/PA teve seus valores bloqueados, ao quais foram liberados somente na competência seguinte e acumulados com os valores de junho de 2025.

Embora o relatório do MPS sobre a atuação de todos os Regimes Previdenciários na COMPREV de junho de 2025 ainda não tenha sido divulgado, espera-se que o RPPS/PA permaneça entre os dez melhores regimes estaduais no ano de 2025. Isso demonstra que a administração tem mantido os esforços na arrecadação de recursos da compensação para reduzir o déficit previdenciário.

Gráfico 2 — Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025



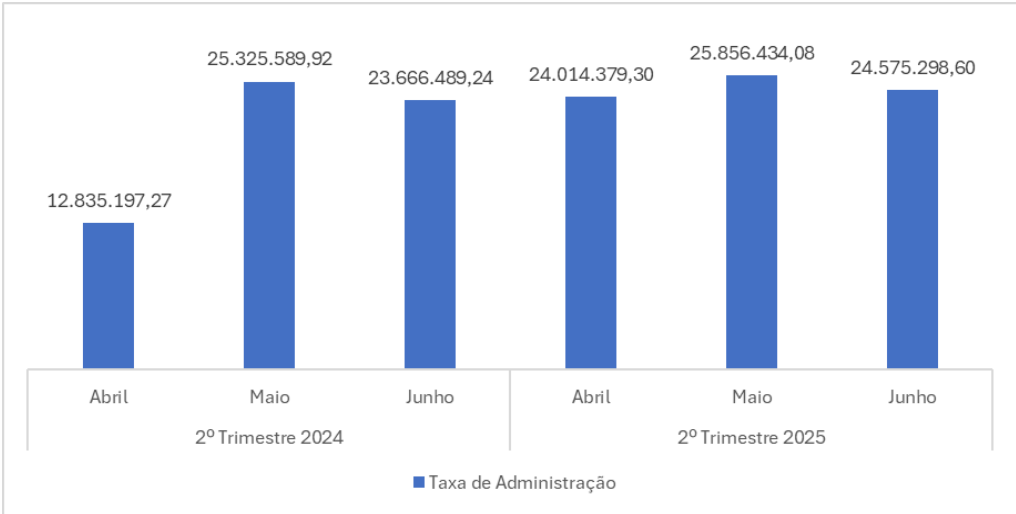
Fonte: COAF/Igepps

3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar n.º 039, de 9 de janeiro de 2002, artigo 74, inciso IV, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.022, de 4 de dezembro de 2009. A partir de março de 2010, o Instituto passou a custear suas despesas administrativas com os recursos da Taxa de Administração, 802 - Recursos Próprios, desonerando os cofres do Tesouro Estadual.

No 2º trimestre de 2025, a Taxa de Administração foi de R\$ 74.446.111,98 (setenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e cento e onze reais e noventa e oito centavos), representando um aumento de 20,41% em relação ao mesmo período de 2024, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 3 — Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025



Fonte: COAF/Igepps

3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No 2º trimestre de 2025, a COAF impulsionou as diligências de acompanhamento, atualização e cobrança de pendências financeiras dos municípios, com significativa melhora na eficiência da arrecadação, através do sistema SISPREV. Foi criada uma rotina diária para acompanhar as conciliações bancárias do Igepps, atualizando os valores pendentes de pagamento. Essas cobranças são revistas toda semana e enviadas novamente aos representantes dos municípios.

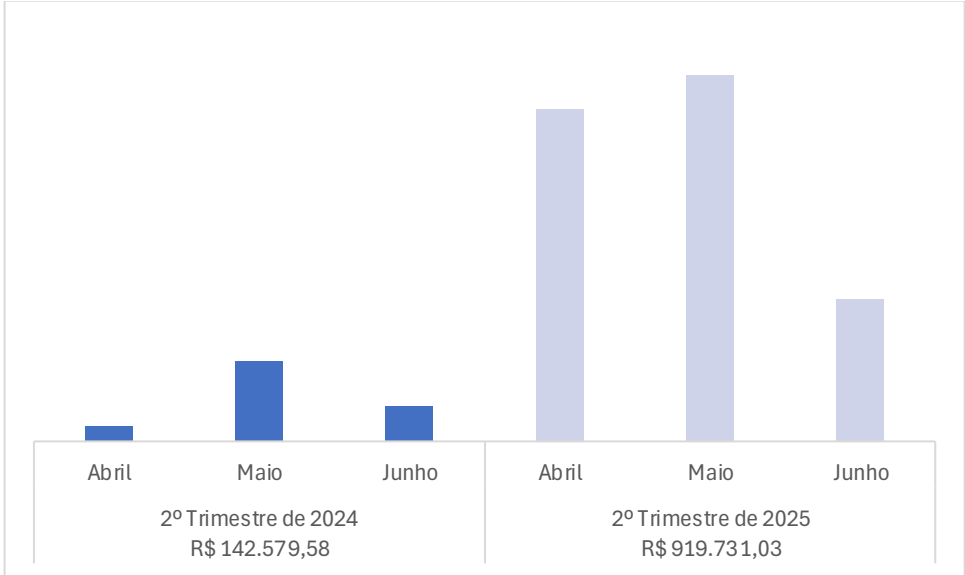
Tabela 16 — Quadro comparativo das Dívidas das Prefeituras – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025

2º Trimestre de 2024 R\$ 142.579,58			2º Trimestre de 2025 R\$ 919.731,03		
Abril	Maio	Junho	Abril	Maio	Junho
16.487,74	87.557,61	38.534,23	363.125,71	400.928,65	155.676,67

Fonte: COAF/Igepps

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa do saldo devedor das dívidas das prefeituras. Entre o 2º trimestre de 2024 e o 2º trimestre de 2025 houve um aumento de 545 % no saldo em 2025 em comparação com o mesmo período de 2024.

Gráfico 4 — Comparativo das Dívidas das Prefeituras (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025



Fonte: COAF/Igepps

3.5.2 Rentabilidade dos Fundos

No tocante à rentabilidade dos fundos de investimento, apresenta-se o desempenho obtido no 2º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo. O método até junho de 2025 usou

políticas em Renda Fixa, Variável e Globais.

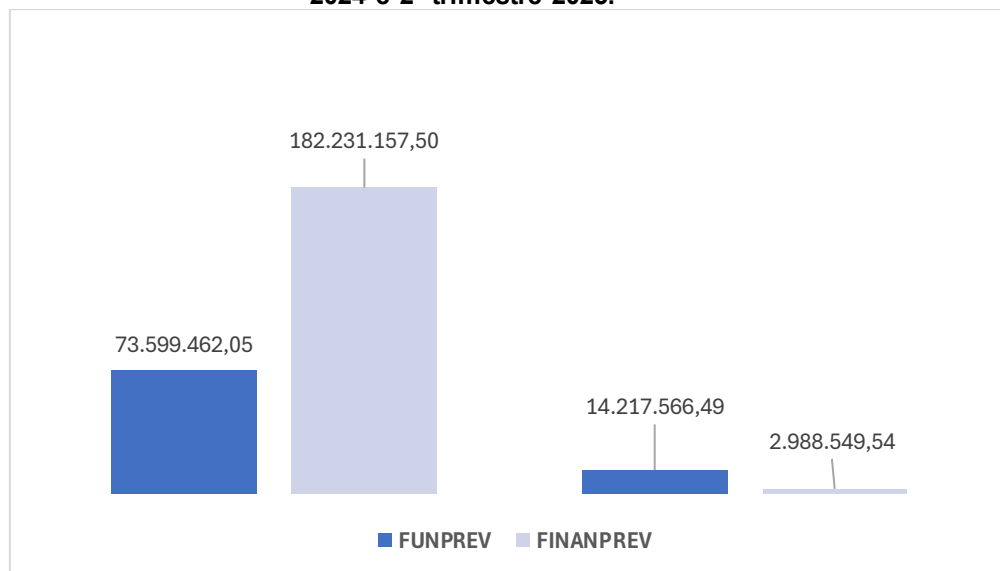
Tabela 17— Rentabilidade dos Fundos – 2º trimestre de 2025

Mês	2025	
	FUNPREV	FINANPREV
Abril	61.965.585,98	1.214.208,34
Maio	72.540.198,61	937.596,50
Junho	47.725.372,91	836.744,70
Total	182.231.157,50	2.988.549,54

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/Igepps.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa da rentabilidade dos fundos de investimento. No 2º primeiro trimestre de 2025, a rentabilidade do Funprev atingiu R\$ 182.231.157,50 (cento e oitenta e dois milhões duzentos e trinta e um mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), representando um aumento de 147,60 % em comparação ao mesmo período de 2024. O fundo Finanprev atingiu R\$ 2.988.549,54 (dois milhões novecentos e oitenta e oito mil quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), representando uma redução de 78,97% em comparação ao mesmo período de 2024.

Gráfico 5 — Comparativo da Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025.



Fonte: COAF/Igepps.

3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

3.6.1 Finanprev e Funprev

Analisando especificamente o Finanprev no 2º trimestre de 2025, verifica-se um aumento nas despesas realizadas na manutenção dos benefícios, ocasionado, principalmente, pela concessão de novos benefícios previdenciários e pagamento de valores

retroativos advindos da revisão de benefícios em âmbito administrativo (demanda reprimida)

Após análise dos dados verificados na tabela abaixo constata-se o aumento nas despesas com folhas de inativos e pensionistas, fato que se deve diretamente à implantação de novos benefícios, haja vista a política da atual gestão em alavancar a concessão de aposentadorias e pensões. Portanto, a análise dos dados indica aumento do total das despesas do Funprev no 2º trimestre de 2025, em razão da concessão de novos benefícios previdenciários vinculados ao citado Fundo.

Tabela 18 — Despesas folhas de inativos e pensionistas – 2º trimestre de 2025.

2025										
Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - FINANPREV										
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista		Salário Família	Total Folha Bruta Inativos	Total Folha Bruta Pencionistas	Total das Despesas
	Civil	Saúde	Educação	Militar	Civil	Militar	Ativos			
Abril	89.576.821,24	6.429.031,67	194.595.887,62	149.296.995,18	34.349.644,97	29.473.256,12	-	439.898.735,71	63.822.901,09	503.721.636,80
Maio	88.555.776,10	6.404.445,41	196.367.145,31	148.843.083,56	33.464.851,07	29.238.217,30	-	440.170.450,38	62.703.068,37	502.873.518,75
Junho	88.725.761,34	6.549.952,79	195.101.788,31	149.287.920,88	33.362.378,18	29.270.136,37	-	439.665.423,32	62.632.514,55	502.297.937,87
Total	266.858.358,68	19.383.429,87	586.064.821,24	447.427.999,62	101.176.874,22	87.981.609,79	0,00	1.319.734.609,41	189.158.484,01	1.508.893.093,42
Despesas Previdenciárias (R\$) – Poder Executivo - FUNPREV										
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista		Salário Família		Total das Despesas	
	Civil	Militar	Saúde	Educação	Militar	Civil	Ativos			
Janeiro	-	-	-	-	-	223.304,20			223.304,20	
Fevereiro	-	-	-	-	-	94.539,00			94.539,00	
Março	-	-	-	-	-	97.821,24			97.821,24	
Total	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	415.664,44	0,0		415.664,44	

Fonte: COAF/Igepps.

3.7 RECEITAS E DESPESAS – SPSM

Apesar do Sistema de Proteção Social dos Militares criado em 2019, somente a partir de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos. Sendo importante ressaltar que o SPSM é fortemente custeado com aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, no 2º trimestre de 2025, observa-se um aumento em decorrência da política de atual gestão do Igepps de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares, conforme a tabela abaixo.

Tabela 19 — Receitas e Despesas SPSM – 2º trimestre de 2025.

2025			
Receitas (R\$) – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	13.824.585,48	2.861.283,91	16.685.869,39
Maio	13.919.487,57	2.859.977,98	16.779.465,55
Junho	13.843.359,22	2.829.114,49	16.672.473,71
Total	41.587.432,27	8.550.376,38	50.137.808,65
Despesas – SPSM			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	149.296.995,18	29.473.256,12	178.770.251,30
Maio	148.843.083,56	29.238.217,30	178.081.300,86
Junho	149.287.920,88	29.270.136,37	178.558.057,25
Total	447.427.999,62	87.981.609,79	535.409.609,41

Fonte: COAF/Igepps

3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (Finanprev e Funprev), incluindo Defensoria Pública do Estado - DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado - Alepa, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, Tribunal de Justiça do Estado - TJE/PA e Justiça Militar - JME, Ministério Público do Estado - MPE, Ministério Público de Contas MPC/PA e Ministério Público de Contas dos Municípios MPC/M, demonstrada nas tabelas a seguir.

3.8.1 Finanprev

Tabela 20 — Receitas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 2º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias DPE 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	1.764.073,64	3.020.729,91	-	-	4.784.803,55
Maio	1.862.527,86	3.059.867,20	-	-	4.922.395,06
Junho	1.849.428,33	3.038.346,54	-	-	4.887.774,87
Total	5.476.029,83	9.118.943,65	0,00	0,00	14.594.973,48

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 21 — Despesas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 2º trimestre de 2025.

Despesas Previdenciárias DPE			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	4.613.341,36	881.239,79	5.494.581,15
Maio	4.480.751,00	848.804,73	5.329.555,73
Junho	4.494.984,39	802.438,55	5.297.422,94
Total	13.589.076,75	2.532.483,07	16.121.559,82

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 22 — Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 2º trimestre/25

Receitas Previdenciárias ALEPA 2º Trimestre 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	2.530.950,32	4.473.417,20	-	-	7.004.367,52
Maio	2.530.495,85	4.157.243,18	-	-	6.687.739,03
Junho	2.666.672,77	4.380.962,41	-	-	7.047.635,18
Total	7.728.118,94	13.011.622,79	0,00	0,00	20.739.741,73

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 23 — Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 2º trimestre/25

Despesas Previdenciárias ALEPA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	6.846.654,94	1.545.913,23	8.392.568,17
Maio	5.218.737,83	1.455.139,51	6.673.877,34
Junho	5.242.550,02	1.593.470,21	6.836.020,23
Total	17.307.942,79	4.594.522,95	21.902.465,74

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 24 — Receitas Previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará / TCE – 2º Trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias TCE/PA 2025					
Mês	Receitas Previdenciárias		Outras Receitas		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade (LC 115/17)	Aporte Complementar	
Abril	1.407.701,48	2.312.652,43	-	-	3.720.353,91
Maio	1.355.747,06	2.227.298,74	-	-	3.583.045,80
Junho	1.354.513,76	2.225.272,60	-	-	3.579.786,36
Total	4.117.962,30	6.765.223,77	-	-	10.883.186,07

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 25 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará/TCE – 2º trimestre de 2025.

Despesas Previdenciárias TCE/PA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	4.778.480,75	.427.877,81	6.206.358,56
Maio	4.719.777,57	1.454.590,48	6.174.368,05
Junho	4.787.682,84	1.434.793,37	6.222.476,21
Total	14.285.941,16	4.317.261,66	18.603.202,82

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 26 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 2º trimestre 25

Receitas Previdenciárias TCM/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	833.602,36	1.369.489,59	2.203.091,95
Maio	833.625,25	1.369.527,20	2.203.152,45
Junho	891.153,06	1.464.037,17	2.355.190,23
Total	2.558.380,67	4.203.053,96	6.761.434,63

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 27 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 2º trimestre de 2025.

Despesas Previdenciárias TCM/PA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	2.150.414,69	515.070,63	2.665.485,32
Maio	2.221.028,51	13.698,44	2.734.726,95
Junho	2.228.380,05	13.698,44	2.742.078,49
Total	6.599.823,25	1.542.467,51	8.142.290,76

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 28 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 2º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias TJ JME 2025			
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	TOTAL
Abril	9.725.232,25	15.977.167,27	25.702.399,52
Maio	9.740.751,53	16.002.663,23	5.743.414,76
Junho	9.752.114,35	16.021.330,72	25.773.445,07
Total	29.218.098,13	48.001.161,22	77.219.259,35

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 29 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 2º trimestre de 2025.

Despesas Previdenciárias TJ JME			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	15.516.673,20	4.639.409,97	20.156.083,17
Maio	15.535.809,96	4.462.183,07	19.997.993,03
Junho	15.549.279,08	.445.266,91	19.994.545,99
Total	46.601.762,24	13.546.859,95	60.148.622,19

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 30 — Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 2º trimestre/25

Receitas Previdenciárias MPE 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	3.903.986,06	6.413.691,38	10.317.677,44
Maio	4.020.962,17	6.605.866,42	10.626.828,59
Junho	4.022.774,92	6.608.844,51	10.631.619,43
Total	11.947.723,15	19.628.402,31	31.576.125,46

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 31 — Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 2º trimestre/25

Despesas Previdenciárias MPE			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	5.715.025,71	1.820.008,01	7.535.033,72
Maio	5.744.621,81	1.820.008,01	7.564.629,82
Junho	6.008.129,70	.835.815,60	7.843.945,30
Total	17.467.777,22	5.475.831,62	22.943.608,84

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 32 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 2º trimestre/25

Receitas Previdenciárias MPC/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	148.995,27	244.777,94	393.773,21
Maio	149.120,23	244.983,24	394.103,47
Junho	177.110,28	290.966,89	468.077,17
Total	475.225,78	780.728,07	1.255.953,85

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 33 — Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 2º trimestre/25

Despesas Previdenciárias MPC/PA			
2025			
Mês	Inativo	Pensionista	Total
Abril	521.194,75	140.791,56	661.986,31
Maio	521.544,38	140.791,56	662.335,94
Junho	782.316,53	211.187,33	993.503,86
Total	1.825.055,66	492.770,45	2.317.826,11

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 34 — Receitas prev-Ministério Público de Contas dos Municípios/MPCM – 2º trimestre/25.

Receitas Previdenciárias MPCM/PA 2025			
Mês	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Total
Abril	66.437,26	109.146,93	175.584,19
Maio	66.331,19	108.972,67	175.303,86
Junho	70.454,67	115.746,96	186.201,63
Total	203.223,12	333.866,56	537.089,68

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 35 — Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 2º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias MPE FUNPREV 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	450.668,98	450.668,98	901.337,96
Maio	448.567,02	448.567,02	897.134,04
Junho	450.136,79	450.136,79	900.273,58
Total	1.349.372,79	1.349.372,79	2.698.745,58

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 36 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 2º trimestre/25.

Receitas Previdenciárias MPC/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	89.135,74	89.135,74	178.271,48
Maio	111.717,18	111.717,18	223.434,36
Junho	99.119,98	99.119,98	198.239,96
Total	299.972,90	299.972,90	599.945,80

Fonte: COAF/Igepps

Tabela 37 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios – MPCM/PA – 2º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias MPCM/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Maio	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Junho	3.426,09	3.426,09	6.852,18
Total	10.278,27	10.278,27	20.556,54

Fonte: COAF/Igepps.

Tabela 38 — Receitas Previdenciárias – Ministério Público dos Municípios/TCM/PA – 2º trimestre de 2025.

Receitas Previdenciárias TCM/PA 2025			
Mês	Receitas Previdenciárias		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	77.790,10	77.790,10	155.580,20
Maio	81.069,09	81.069,09	162.138,18
Junho	83.063,66	83.063,66	166.127,32
Total	241.922,85	241.922,85	483.845,70

Fonte: COAF/Igepps

4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. Nº 103/2019, Lei n.º 9.717/98 e Portaria MTP n.º 1467/2022.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado Finanprev e do plano previdenciário denominado Funprev foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

4.1.1 Massa de Segurados – Finanprev

O Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016, conforme a tabela abaixo.

Tabela 39 — Quantitativo Finanprev – 2023 a 2025 - 2º trimestre 2025.

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	59.527	58.083	55.168
Inativos	31.209	31.684	33.228
Pensionistas	8.323	8.990	9.292
Total	99.059	98.757	97.688

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial.

Nota-se que o quantitativo total de servidores do Finanprev é decrescente no período

de 2023 a 2025, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

4.1.2 Massa de Segurados – Funprev

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017, conforme a tabela abaixo.

Tabela 40 — Quantitativo Funprev – 2023 a 2025 - 2º trimestre 2025.

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	6.915	9.174	10.658
Inativos	2	2	6
Pensionistas	65	72	89
Total	6.982	9.248	10.753

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial.

4.1.3 Massa de segurados – SPSM

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev, conforme a tabela abaixo.

Tabela 41 — Quantitativo SPSM – 2023 a 2025 - 2º trimestre 2025.

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativos	18.683	18.195	17.376
Inativos	9.645	10.192	10.809
Pensionistas	3.973	4.095	4.256
Total	32.301	32.482	32.441

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial.

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do Finanprev e Funprev.

4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Esclarecemos que os valores referentes a receitas e despesas realizadas são capturadas no RREO disponibilizado, bimestralmente, pela Secretaria da Fazenda.

Tabela 42 — Comparativo Finanprev – 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.

Finanprev	2023	2024	2025
Receita Estimada	1.708.034	1.908.777	2.641.083
Receita Realizada	3.101.147	3.140.217	847.616
Variação %	81,56	64,51	-67,91

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a abril de 2025.

Em 2025, no acumulado de janeiro a abril, as receitas realizadas no Finanprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 67,91%, conforme a tabela acima.

Tabela 43 — Comparativo Funprev – 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.

Funprev	2023	2024	2025
Receita Estimada	539.001	587.488	505.275
Receita Realizada	221.003	245.249	73.544
Variação %	-59,00	-58,25	-85,44

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a abril de 2025.

No acumulado de janeiro a abril de 2025, as receitas realizadas no Funprev estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 85,44%.

Tabela 44 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.

SPSM	2023	2024	2025
Receita Estimada	840.784	963.685	1.036.482
Receita Realizada	881.311	931.031	284.111
Variação %	4,82	-3,39	-72,59

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a abril de 2025.

Observa-se que em 2025, no acumulado de janeiro a abril, as receitas realizadas no SPSM estão menores que às receitas estimadas atuarialmente em 72,59%.

4.3 EVOLUÇÕES DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVA AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Tabela 45 — Comparativo Finanprev– 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.

Finanprev	2023	2024	2025
Despesa Estimada	5.393.535	6.079.737	7.283.124
Despesa Realizada	4.416.837	4.892.260	1.570.132
Variação %	-18,11	-19,53	-78,44

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a abril de 2025.

Em 2025, no acumulado de janeiro a abril, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 78,44%.

Tabela 46 — Comparativo Funprev– 2023 a 2025 - 1º bimestre 2025.

Funprev	2023	2024	2025
Despesa Estimada	7.162	7.870	28.151
Despesa Realizada	884	1.096	587
Variação %	-87,66	-86,07	-97,91

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a abril de 2025.

Em 2025, no acumulado de janeiro a abril, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 97,91%.

Tabela 47 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.

SPSM	2023	2024	2025
Despesa Estimada	1.753.431	2.060.384	2.285.651
Despesa Realizada	1.941.545	2.201.135	706.058
Variação %	10,73	6,83	-69,11

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).

Nota: Receitas acumuladas de janeiro a fevereiro de 2025.

Em 2025, no acumulado de janeiro a abril, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 69,11%.

4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

4.4.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

Tabela 48 — Hipóteses biométricas – 2023 a 2025- 2º trimestre de 2025.

Hipóteses Biométricas	2023	2024	2025
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	RP2000 masculina	IPEA -NS
Mortalidade de inválidos	IBGE 2021	IBGE 2022	IPEA -NS
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Nugin/Igepps

4.4.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população, conforme a tabela abaixo.

Tabela 49 — Hipóteses demográficas - 2023 a 2025- 2º trimestre de 2025.

Hipóteses Demográficas	2023	2024	2025
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge mulher 3 anos mais nova ou cônjuge homem 3 anos mais velho
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: Nugin/Igepps

4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social, conforme as tabelas abaixo.

Tabela 50 — Hipóteses Financeiras Finanprev - 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,82% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 51 — Hipóteses Financeiras Funprev- 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	6,51% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 52 — Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Taxa de juros	3,00% a.a.	3,00% a.a.	4,93% a.a
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R\$ 7.087,22	R\$ 7.507,49	R\$ 7.786,02

Fonte: Nugin/Igepps.

4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

As alíquotas indicam o percentual que deverá ser aplicado no cálculo das contribuições dos servidores e do Ente Público, conforme a tabela abaixo.

Tabela 53 — Custeio Previdenciário Finanprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Finanprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	23%	23%	23%

Fonte: Nugin/Igepps

As alíquotas das contribuições dos servidores e do Ente Público sofreram modificação em 2021 por conta da reforma da previdência ocorrida em 2019, conforme a tabela abaixo.

Tabela 54 — Custeio Previdenciário Funprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Funprev	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	14%	14%	14%

Fonte: Nugin/Igepps.

As alíquotas das contribuições dos servidores e do Ente Público sofreram modificação em 2021 por conta da reforma da previdência ocorrida em 2019, conforme a tabela abaixo.

Tabela 55 — Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

SPSM	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo	10,5%	10,5%	10,5%
Inativo	10,5%	10,5%	10,5%
Pensionista	10,5%	10,5%	10,5%
Ente Público	18,0%	18,0%	18,0%

Fonte: Nugin/Igepps

As avaliações atuariais de 2023, 2024 e 2025 indicam que as alíquotas de Custeios Previdenciários permaneçam constantes e que os déficits dos fundos Finanprev e SPSM sejam garantidos pelo tesouro estadual.

4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma previdenciária de 2019 estabeleceu que o conjunto de benefícios dos regimes próprios de previdência social será restrito às aposentadorias e à pensão por morte. As tabelas subsequentes apresentam o histórico do custeio, calculado atuarialmente, das taxas por benefícios.

Tabela 56 — Custos % por benefícios - Finanprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	28,76%	28,75%	34,06%
Aposentadoria por Invalidez	2,19%	2,17%	0,65%
Pensões	4,05%	4,08%	0,29%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	37,00%	37,00%	37,00%

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 57 — Custos % por benefícios Funprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	17,60%	17,93%	22,76%
Aposentadoria por Invalidez	4,36%	3,93%	2,26%
Pensões	3,47%	3,57%	0,98%
Despesas Administrativas*	2,57%	2,57%	2,00%
Custo Normal Anual Total	28,00%	28,00%	28,00%

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 58 — Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Aposentadoria Programada	19,79%	19,92%	25,52%
Aposentadoria por Invalidez	2,39%	2,30%	0,71%
Pensões	4,32%	4,28%	0,27%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	28,50%	28,50%	28,50%

Fonte: Nugin/Igepps

4.6 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS CUSTOS POR TIPO DE BENEFÍCIO

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- **Ativo do Plano:** Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente.
- **Prov. Matemática BC:** Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios.
- **Prov. Matemática BaC:** Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que ainda estão em atividade.
- **Prov. Matemática Total:** Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemática BC com a Prov. Matemática BaC.
- **Superávit (+) / Déficit (-):** Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemática Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- **Civil:** Representa o valor do Superávit (+) / Déficit (-) dos servidores civis.

É importante esclarecer que as evoluções dos resultados são reflexos: das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de agosto de 2022, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais.

Tabela 59 — Evolução Finanprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício: Finanprev	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	604.796.627,40	439.072.034,89	-
Prov. Matemát. BC	43.325.948.862,91	47.351.577.347,36	49.647.728.490,75
Prov. Matemát. BaC	38.486.055.469,35	41.294.277.498,20	41.337.989.165,08
Prov. Matemát. Total	81.812.004.332,26	88.645.854.845,56	90.985.717.655,83
Superávit(+)/Déficit(-)	-81.207.207.704,86	-88.206.782.810,67	-90.985.717.655,83

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 60 — Evolução Funprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício: Funprev	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	4.186.590.041,16	4.264.686.028,14	4.342.922.859,38
Prov. Matemát. BC	49.076.908,86	52.034.404,83	66.206.900,11
Prov. Matemát. BaC	15.016.127,33	369.586.017,47	-404.667.064,54
Prov. Matemát. Total	64.093.036,19	421.620.422,30	-338.460.164,43
Superávit(+)/Déficit(-)	4.122.497.004,97	3.843.065.605,84	4.681.383.023,81

Fonte: Nugin/Igepps.

Tabela 61 — Evolução SPSM– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.

Tipo de Benefício SPSM	Valores (R\$)		
	DRAA 2023	DRAA 2024	DRAA 2025
Ativo do Plano	21.489.805,01	-	
Prov. Matemát. BC	20.262.491.577,48	23.656.707.540,55	23.396.105.428,80
Prov. Matemát. BaC	-262.090.862,97	2.206.965.586,56	4.055.780.468,18
Prov. Matemát. Total	20.000.400.714,51	25.863.673.127,11	27.451.885.896,98
Superávit(+)/Déficit(-)	-19.978.910.909,50	-25.863.673.127,11	-27.451.885.896,98

Fonte: Nugin/Igeprev

Os resultados das provisões matemáticas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – Igepps realiza a gestão própria dos investimentos, por meio do Núcleo Gestor de Investimentos (Nugin), setor interno do Instituto, responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando a busca da meta atuarial.

Os investimentos realizados ao longo do segundo trimestre de 2025 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2025, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência, além de observarem as disposições da Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021 e da Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações.

5.1 CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do IGEPPS Pará finalizou o segundo trimestre de 2025 com 69 ativos na carteira. Entre esses ativos, há 43 fundos de investimentos distribuídos entre 18 gestoras, além de 25 Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Nacional e 1 Letra Financeira emitida pelo banco BTG Pactual, que estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (Funprev), Fundo Financeiro (Finanprev) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM), além das operações compromissadas (LFT) intermediadas por meio do Banpará. O rendimento acumulado dos três fundos no período foi de **R\$ 185.954.932,12** (cento e oitenta e cinco milhões novecentos e cinquenta e quatro mil novecentos e trinta e dois reais e doze centavos), o que representa um aumento de cerca de 37% em relação ao trimestre anterior, atribuído principalmente à manutenção da taxa Selic em patamares elevados e à recuperação da bolsa brasileira em razão da entrada de capital estrangeiro.

Tabela 62 — Carteira Global do IGEPPS – 2º trimestre de 2025.

Carteira	Receita Acumulada (R\$)				Patrimônio Líquido (30/06/2025)
	Aplicação	Resgate	Amortização	Rendimento Acumulado	
Funprev	216.514.187,97	316.249.201,30	35.668.768,79	182.231.155,24	4.495.360.410,66
Finanprev	625.482.909,83	639.496.788,85	-	2.988.554,78	66.231.393,28
SPSM	194.986.953,17	188.263.235,34	-	735.222,09	16.361.236,62
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	371.826.645,90
Total	1.036.984.050,97	1.144.009.225,49	35.668.768,79	185.954.932,12	4.577.953.040,55

Fonte: Nugin/Igepps.

Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

Os ativos e seus respectivos recursos estão distribuídos entre as classes de renda fixa, renda variável, exterior e investimentos estruturados, enquadrados de acordo com a política de investimentos/2025. Observa-se que a estratégia de alocação da carteira é majoritariamente em renda fixa (80%), caracterizando o perfil conservador para a carteira previdenciária

Tabela 63 — Enquadramento do Igepps de acordo com a Política de Investimentos – 2º trimestre de 2025.

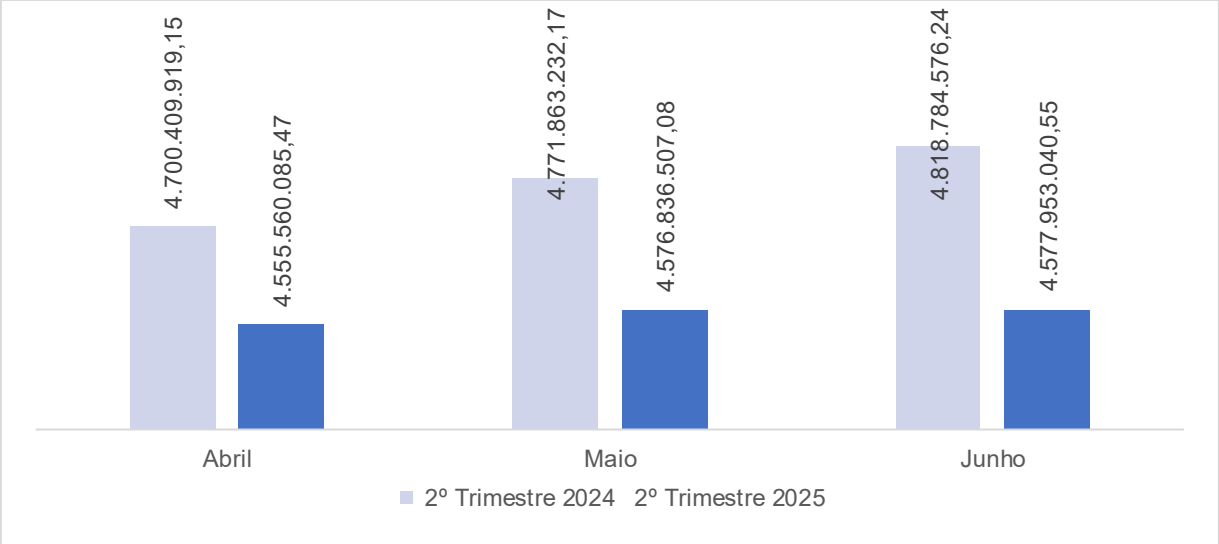
Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		3.620.154.322,41	79,84%	0,00%	82,50%		100,00%
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos de Emissão do TN (Selic)	2.068.113.924,47	45,61%	0,00%	55,00%	100,00%	100,00%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	143.284.812,78	3,16%	0,00%	10,00%	55,00%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	85.862.467,13	1,89%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa conforme CVM	1.210.600.386,40	26,70%	0,00%	10,00%	40,00%	70,00%
Art. 7º, III "b"	ETF - Renda Fixa CVM		0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	
Art. 7º, IV	Ativos Privados de Instituições Financeiras (Lista Exaustiva BACEN)	53.767.449,27	1,19%	0,00%	2,50%	5,00%	20,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Sênior	2.636.827,08	0,06%	0,00%	0,00%	0,50%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	55.888.455,27	1,23%	0,00%	5,00%	5,00%	10,00%
Art. 7º, V "c"	Debêntures Incentivadas		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Renda Variável		447.447.726,41	9,87%		5,00%		40%
Art. 8º	Fundos de Ações CVM	447.447.726,41	9,87%	0,00%	2,50%	15,00%	40,00%
Art. 8º, I "b"	FI ETF RV CVM		0,00%	0,00%	2,50%	15,00%	40,00%
Exterior		218.222.889,22	4,81%		6,00%		10%
Art. 9º, I "a"	Fundos de Renda Fixa - Dívida Externa	-	0,00%	0,00%	1,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, II	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	104.117.187,05	2,30%	0,00%	2,50%	10,00%	10,00%
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I	114.105.702,17	2,52%	0,00%	2,00%	10,00%	10,00%
Estruturados		248.161.727,32	5,47%		6,50%		20%
Art. 10º, I	Fundos Multimercados	79.011.351,52	1,74%	0,0%	2,00%	10,00%	10,0%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	169.150.375,81	3,73%	0,0%	4,50%	5,00%	5,0%
Total da Carteira		4.533.986.665,37	100,00%			100,00%	
Disponibilidade Financeira							
Total Geral		4.533.986.665,37					

Fonte: Nugin/Igepps

5.1.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira Global

O patrimônio líquido global gerido pelo Igepps encerrou o segundo trimestre de 2025 com um volume de R\$ 4.577.953.038,70 sob gestão, um leve crescimento de 1% em relação ao trimestre anterior.

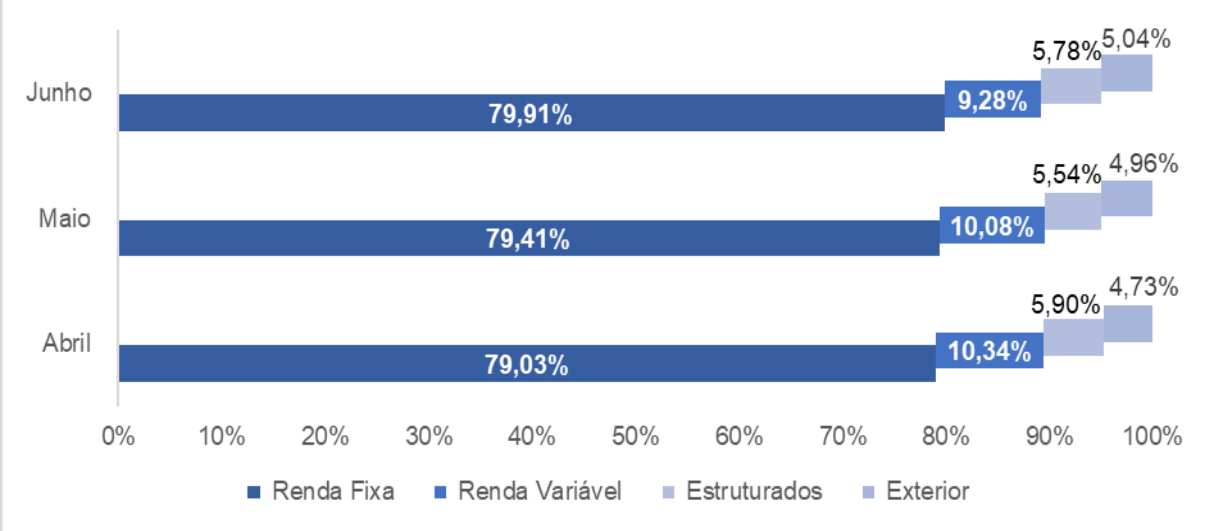
Gráfico 6 — Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Igepps.

Quanto ao segmento, a renda fixa representa posição majoritária da carteira de investimentos, terminando o segundo trimestre com 79,91% da carteira, com o objetivo de alcançar até 82,5%, conforme política de investimentos 2025 aprovada. Assim, a renda fixa continuará sendo a base do portfólio de RPPS, especialmente com o cenário de juros elevados no Brasil.

Gráfico 7 — Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Como forma de diversificação, os recursos são distribuídos entre diversas instituições financeiras, que passaram por um processo de credenciamento, o que demonstra que os recursos são aplicados em instituições idôneas e consolidadas no mercado. Quase a metade da carteira está aplicada em títulos do Tesouro Nacional, seguida de grandes bancos públicos ou privados como é o caso do Banco do Brasil, Itaú e Bradesco.

Tabela 64 — Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 2º trimestre de 2025.

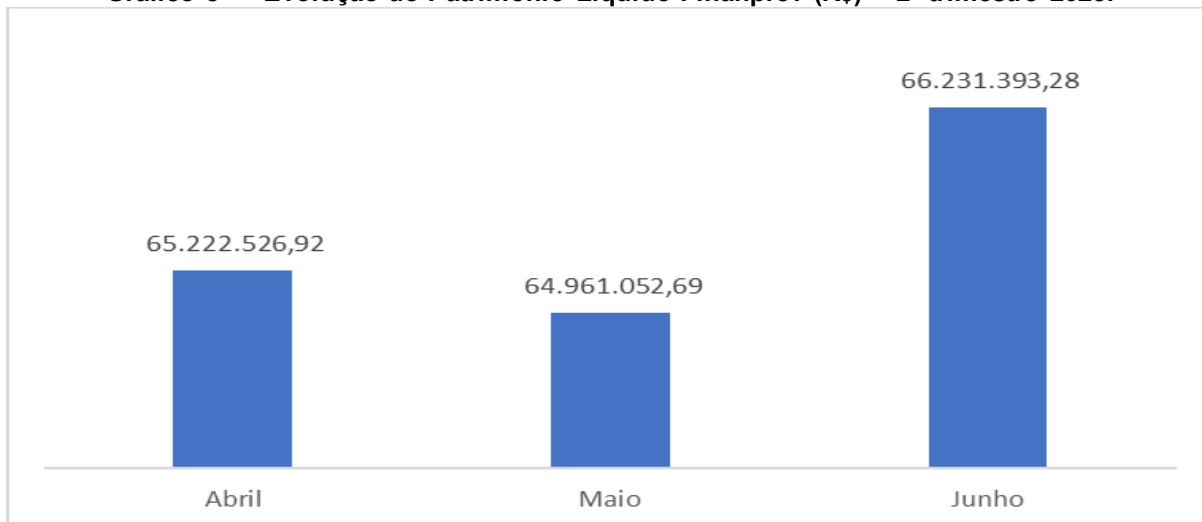
INSTITUIÇÕES	30/04/2025		31/05/2025		30/06/2025	
	PL	%	PL	%	PL	%
Tesouro Nacional	2.089.050.460,99	46,34%	2.073.407.577,04	45,97%	2.089.032.449,12	46,07%
BB Asset Management	648.800.252,45	14,39%	579.740.103,46	12,85%	512.265.438,11	11,30%
Itaú	453.187.285,27	10,05%	436.617.987,49	9,68%	442.108.696,64	9,75%
Bradesco	392.008.411,27	8,69%	477.858.523,82	10,59%	521.421.520,74	11,50%
Santander	20.596.825,72	0,46%	44.335.402,29	0,98%	64.790.705,87	1,43%
BTG Pactual	297.249.039,78	6,59%	292.746.460,33	6,49%	275.701.283,84	6,08%
Caixa Econômico Asset	70.796.153,45	1,57%	76.060.500,72	1,69%	77.182.391,00	1,70%
Safrá Asset Management	54.666.486,11	1,21%	57.445.827,29	1,27%	58.528.329,65	1,29%
Vinci Partners	113.888.212,32	2,53%	117.605.931,91	2,61%	112.162.136,61	2,47%
Kinea Investimentos	120.366.029,03	2,67%	120.283.063,59	2,67%	120.541.342,55	2,66%
Western Asset	43.816.438,02	0,97%	47.261.908,57	1,05%	47.453.658,25	1,05%
Bahia Asset	47.591.450,03	1,06%	49.639.976,68	1,10%	50.824.120,33	1,12%
XP Asset Management	33.786.151,96	0,75%	33.183.737,94	0,74%	34.218.889,26	0,75%
AZ Quest Investimentos	37.991.205,23	0,84%	39.725.203,20	0,88%	33.486.827,63	0,74%
Occam Brasil	24.294.641,84	0,54%	24.686.972,08	0,55%	24.915.451,36	0,55%
Pátria Investimentos	27.060.289,34	0,60%	26.976.154,30	0,60%	27.731.675,06	0,61%
BNP Paribas Asset	1.550.841,53	0,03%	455.974,55	0,01%	464.237,11	0,01%
Genial Banco	2.624.804,71	0,06%	2.612.826,47	0,06%	2.600.651,61	0,06%
Porto Seguro Investimentos	136.098,14	0,00%	137.033,27	0,00%	138.257,05	0,00%
Banpará (LFT)	76.127.282,75	1,69%	76.055.342,08	1,69%	82.384.976,90	1,82%
Total Aplicado	4.555.588.359,95	100%	4.576.836.507,09	101%	4.577.953.038,69	100%

Fonte: Nugin/Igepps

5.2 CARTEIRA FINANPREV

5.2.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Finanprev

Gráfico 8 — Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 2º trimestre 2025.

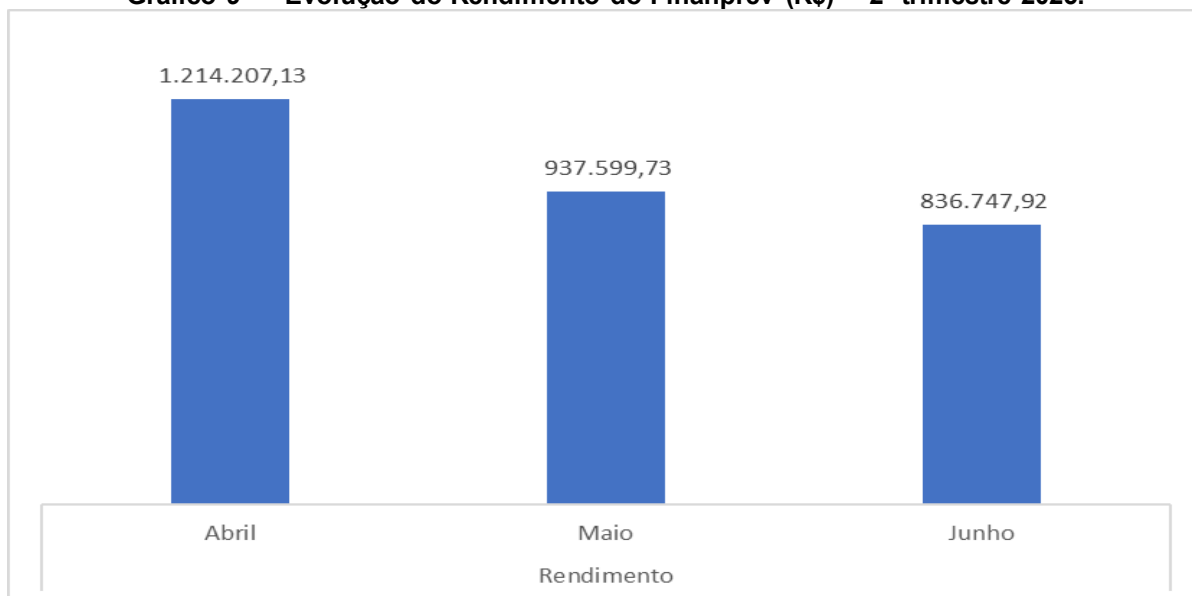


Fonte: Nugin/Igepps

Os recursos aplicados no Finanprev, fundo financeiro, são oriundos de arrecadação previdenciária mensal. Tais recursos são aplicados em operações compromissadas, realizadas através do Banpará, como o objetivo de obter retorno no curto prazo. O rendimento dessas aplicações somou R\$ 2.988.554,78 no 2º trimestre.

5.2.2 Resultado do Finanprev

Gráfico 9 — Evolução do Rendimento do Finanprev (R\$) – 2º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

5.2.3 Movimentação do Finanprev

Tabela 65 — Movimentações Financeiras – Finanprev - 2º trimestre 2025.

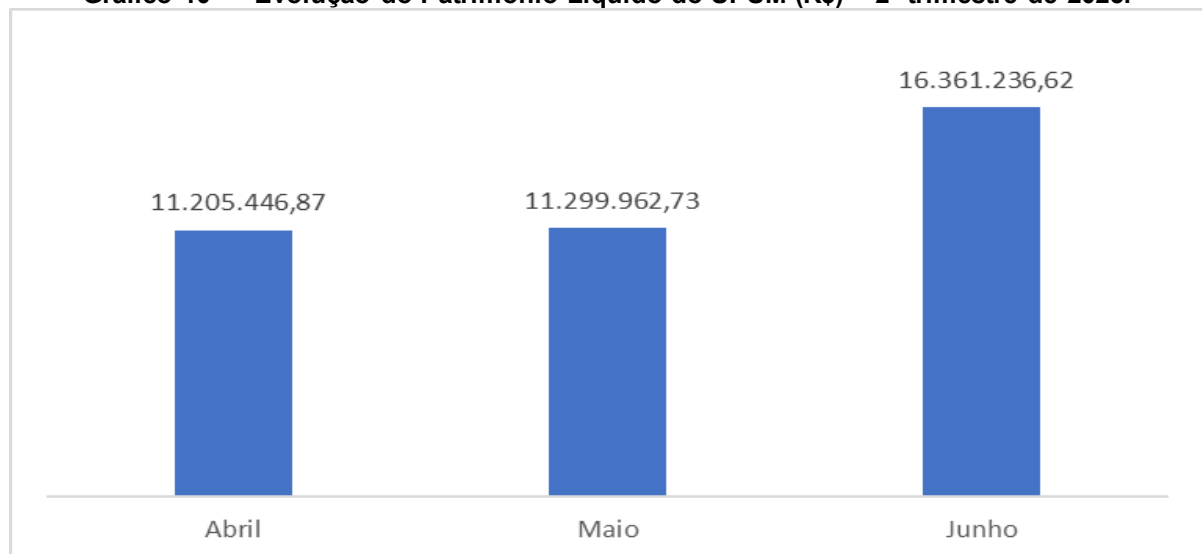
Mês	Finanprev (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Abril	232.298.566,83	245.546.970,80
Maio	238.662.751,12	239.861.822,39
Junho	154.521.591,88	154.087.995,66
Total	625.482.909,83	639.496.788,85

Fonte: Nugin/Igepps

5.3 CARTEIRA DO SPSM

5.3.1 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM

Gráfico 10 — Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.

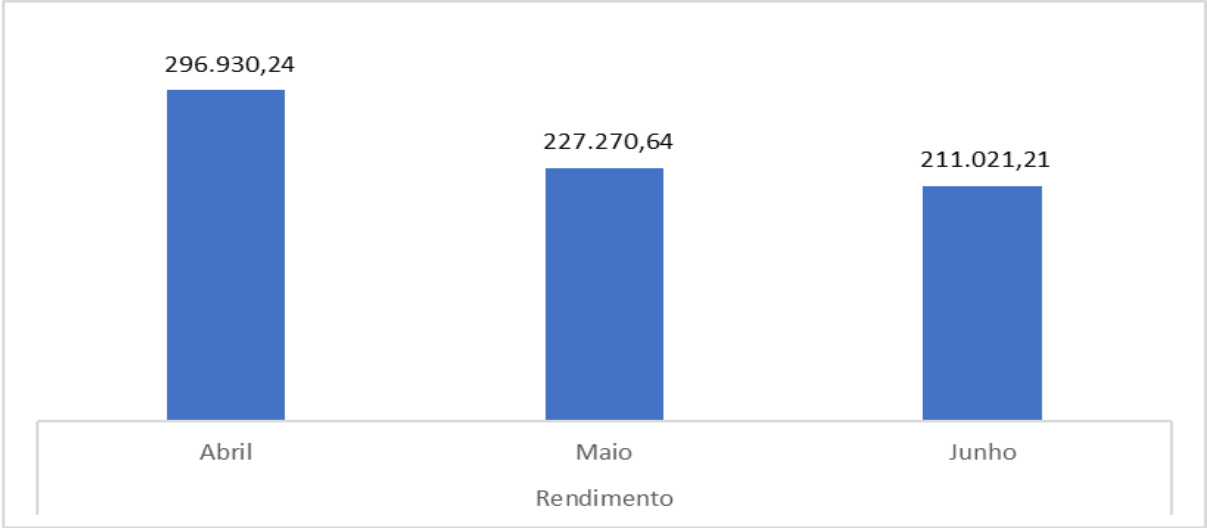


Fonte: Nugin/Igepps

5.3.2 Evolução do Rendimento do SPSM

Os recursos aplicados no SPSM são oriundos de arrecadação previdenciária mensal dos militares. Tais recursos são aplicados em operações compromissadas, realizadas através do Banpará, como o objetivo de obter retorno no curto prazo. O rendimento dessas aplicações somou R\$ 735.222,09 no 2º trimestre.

Gráfico 11 — Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

5.3.3 Movimentação do SPSM

Tabela 66 — Movimentações Financeiras – SPSM - 2º trimestre 2025.

Mês	SPSM (R\$)	
	Aplicação	Resgate
Abril	72.949.535,32	70.943.314,04
Maio	69.368.782,77	69.501.539,87
Junho	52.668.635,08	47.818.381,43
Total	194.986.953,17	188.263.235,34

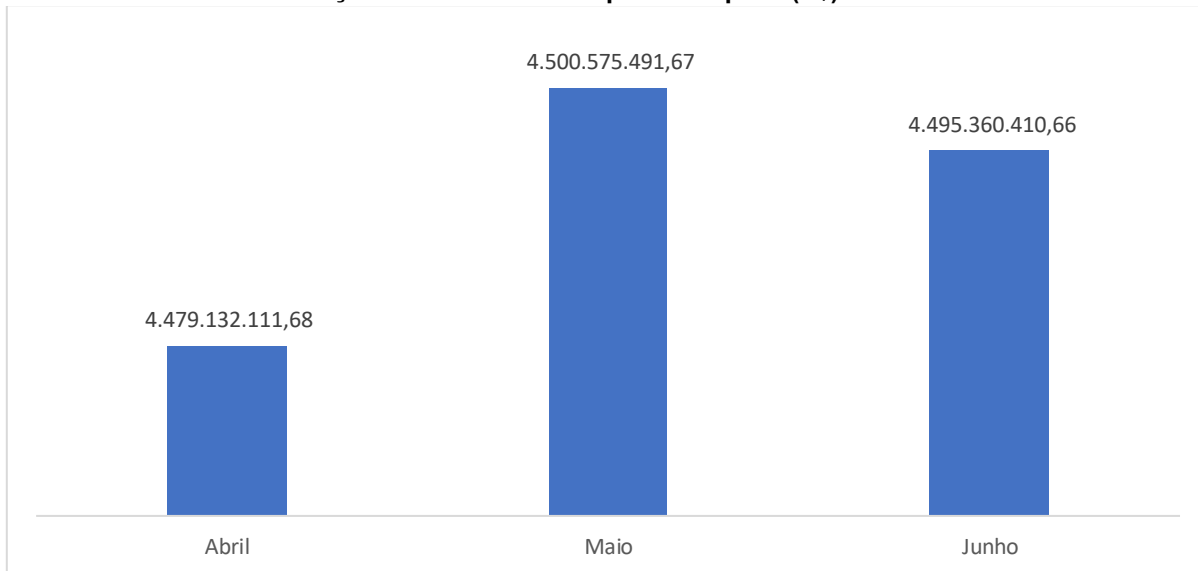
Fonte: Nugin/Igepps

No 2º trimestre de 2025, operações de aplicação movimentaram cerca de R\$ 195 milhões, enquanto os resgates do referido fundo movimentaram cerca de 188 milhões de reais.

5.4 CARTEIRA DO FUNPREV

5.4.1 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – Funprev

Gráfico 12 — Evolução do Patrimônio Líquido Funprev (R\$) – 2º trimestre de 2025.

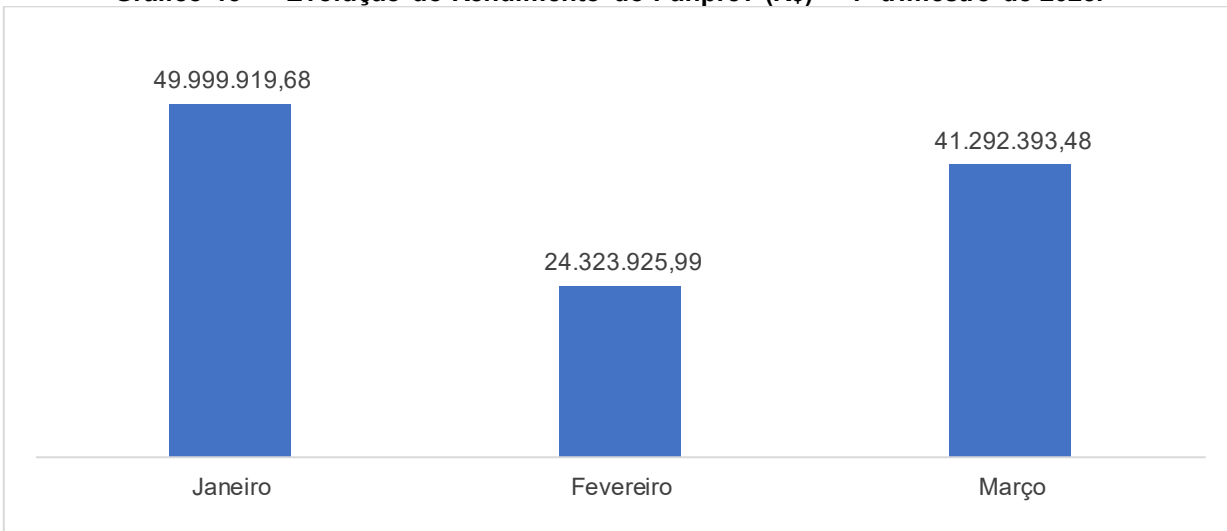


Fonte: Nugin/Igepps

5.4.2 Evolução do Rendimento do Funprev

No segundo trimestre de 2025, o rendimento do FUNPREV somou R\$182.231.155,24 milhões de reais, cerca de 36% maior quando comparado com o primeiro trimestre deste ano.

Gráfico 13 — Evolução do Rendimento do Funprev (R\$) – 1º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

5.4.3 Movimentações do Funprev

No segundo trimestre de 2025, houve aplicação de cerca de R\$ 216,5 milhões no

Funprev, incluindo valores provenientes de desbloqueios judiciais e arrecadação. Além disso, houve receita de amortização de aproximadamente R\$ 36 milhões proveniente de pagamento de cupons de títulos públicos. Os recursos resgatados somaram, aproximadamente, 316 milhões e foram utilizados para atendimento a Chamadas de Capital, transferência para atendimento à Lei 125/2019 ou realocação estratégica entre as classes de investimento.

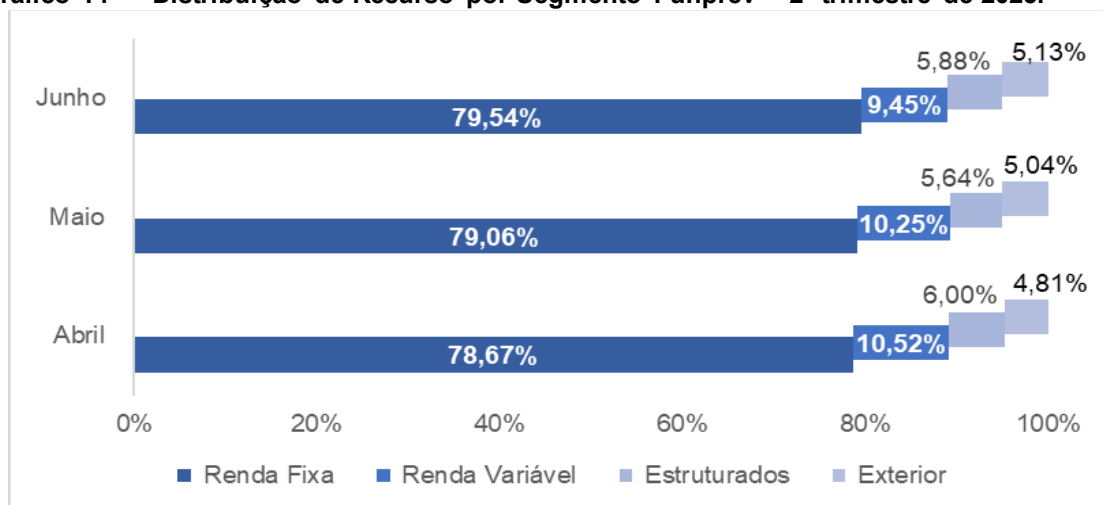
Tabela 67 — Movimentações Financeiras Funprev – 2º trimestre de 2025.

Mês	Funprev (R\$)		
	Aplicação	Resgate	Amortização
Abril	37.817.853,38	68.478.973,87	0,00
Maio	111.038.697,43	127.172.137,88	35.668.768,79
Junho	67.657.637,16	120.598.089,55	0,00
Total	216.514.187,97	316.249.201,30	35.668.768,79

Fonte: Nugin/Igepps

5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento do Funprev

Gráfico 14 — Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps.

5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV

Os recursos oriundos de arrecadação previdenciária aplicados no Funprev no segundo trimestre de 2025 somaram R\$ 57.252.113,84 e foram aplicados em fundos com liquidez D+0 e retorno CDI, visando a formação de caixa, com o objetivo de cumprir futuros compromissos como Chamadas de Capital e resgates para atendimento da Lei Complementar 125/2019.

Além disso, o Nugin realizou realocações estratégicas com recursos oriundos de resgate de fundos de renda variável, visando atender à estratégia alvo da Política de Investimentos 2025, de forma a aproveitar oportunidades de ganhos conforme cenário econômico.

Tabela 68 — Arrecadação para aplicação Funprev – 2º trimestre de 2025.

Mês	Arrecadação para aplicação Funprev
Abril	13.000.000,00
Maio	24.307.113,84
Junho	19.945.000,00
2º Trimestre	57.252.113,84

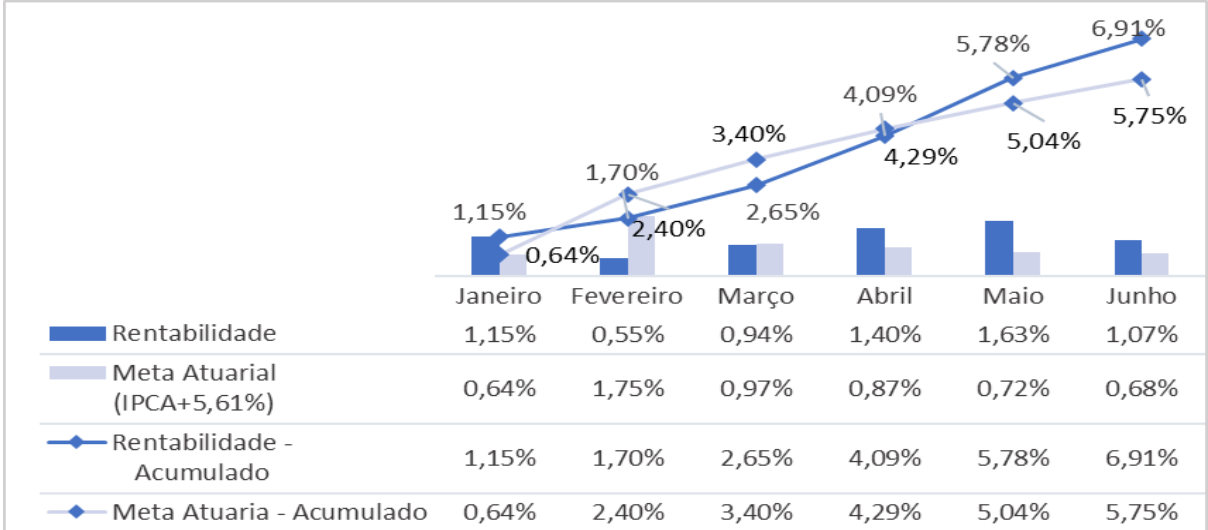
Fonte: Nugin/Igepps

Além disso, o Nugin se reorganizou para ajustar suas estratégias à Política de Investimentos 2025 e aproveitar oportunidades de lucro no cenário econômico atual.

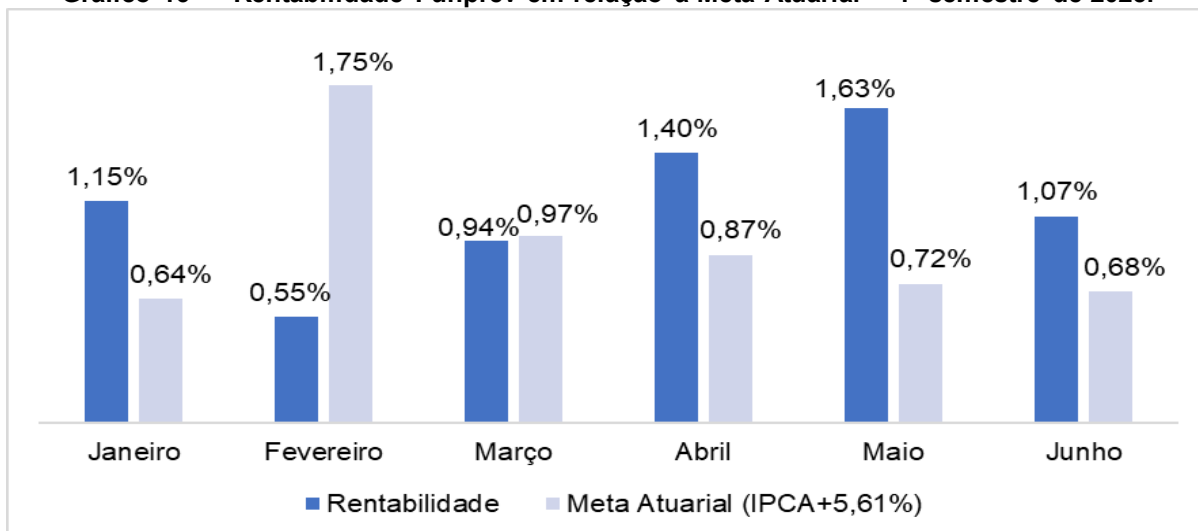
5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV

A meta atuarial do Funprev para 2025 é de IPCA+5,61%. No segundo trimestre de 2025, o desempenho da carteira Funprev foi de 4,15% para uma meta de 2,28%, portanto, 82% acima da meta para o período. No acumulado anual, o desempenho do Funprev fechou em 6,91% para uma meta de 5,75%, marcando, portanto, o atingimento de 120% da meta atuarial do período.

Gráfico 15 — Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do Funprev – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Gráfico 16 — Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 1º semestre de 2025.

Fonte: Nugin/Igepps.

O desempenho da carteira Funprev está diretamente relacionado ao cenário econômico e político que tem se apresentado nos últimos meses e às decisões estratégicas tomadas pela área técnica em função deste cenário. Quanto ao cenário de atividade econômica, a nível global, houve impacto relacionado às tarifas comerciais implementadas pelo governo americano a partir do mês de abril, mas que, por conta dos diversos adiamentos, têm causado muitas incertezas.

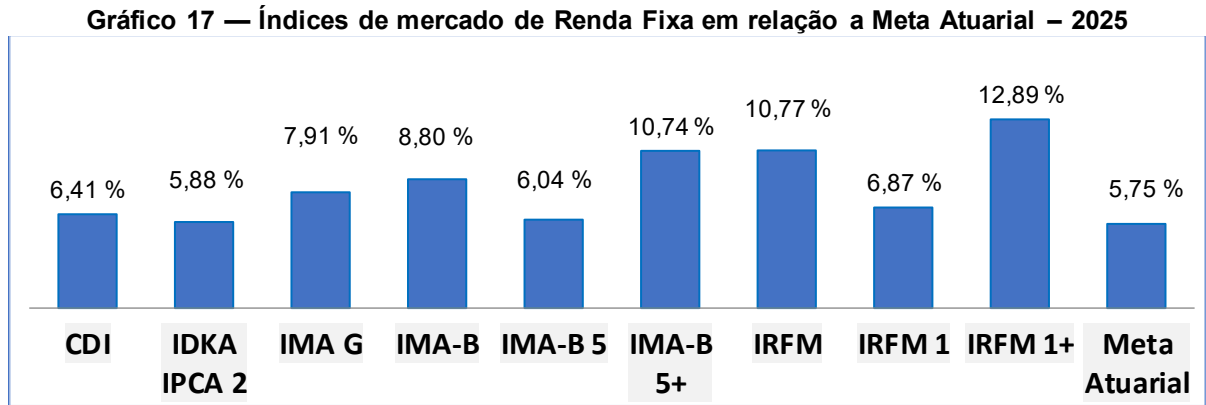
No início desta nova política tarifária, o Brasil acabou ficando com uma das taxas mais baixas, o que contribuiu para a migração de capital estrangeiro para o país, beneficiando a bolsa brasileira, o que explica o bom desempenho da classe de renda variável para a carteira do Funprev. Já no Brasil, a atividade econômica segue aquecida com estímulos fiscais e taxa de desemprego na mínima histórica, mas o mercado projeta uma desaceleração da economia diante do nível de restrição monetária e incerteza da política fiscal e da guerra comercial.

Quanto ao cenário de inflação, em nível global permanece controlada, mas acima da meta e com expectativa de deterioração diante da guerra comercial imposta pelo governo americano. No Brasil, a inflação permanece acima da meta e expectativas desancoradas para 2025, acumulando 5,53% em 12 meses contra um limite superior de 4,5%. Diante das expectativas de inflação desancoradas e da dificuldade em realizar a convergência da inflação à meta em 2025, o Copom decidiu, em junho, pelo aumento da taxa Selic para 15%, o que ratifica a decisão técnica de manter a posição da carteira previdenciária majoritariamente em ativos de renda fixa.

Quanto ao comportamento do mercado neste 2º trimestre, o adiamento por 90 dias (que encerrou no final de julho, mas teve início adiado para agosto) da entrada em vigor das novas tarifas de importação impostas pelo governo americano, enfraqueceu o dólar no mundo

em razão do fluxo de capitais dos países desenvolvidos para mercados com preços mais atrativos, como o Brasil. O Ibovespa fechou o semestre com alta de 15,55%, destacando-se entre bolsas globais.

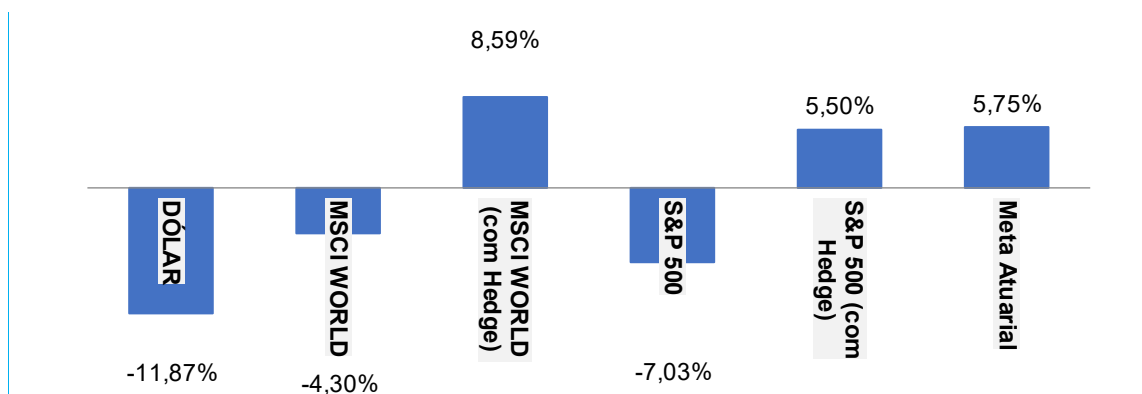
Diante deste cenário econômico e político, o objetivo de atingimento da meta atuarial, IPCA+5,61%, foi cumprido. Segue a comparação da meta atuarial com os principais índices de mercado, tanto de renda fixa, renda variável e exterior.



Fonte: Nugin/Igepps.

Observa-se que todos os índices de mercado de renda fixa estão acima da meta atuarial que está acumulada em 5,74% no ano, inclusive o CDI, que é o principal benchmark da carteira, o que tem contribuído para o bom desempenho da carteira previdenciária no período.

Gráfico 18 — Índices de mercado do Exterior em relação a Meta Atuarial – 2º trimestre de 2025.



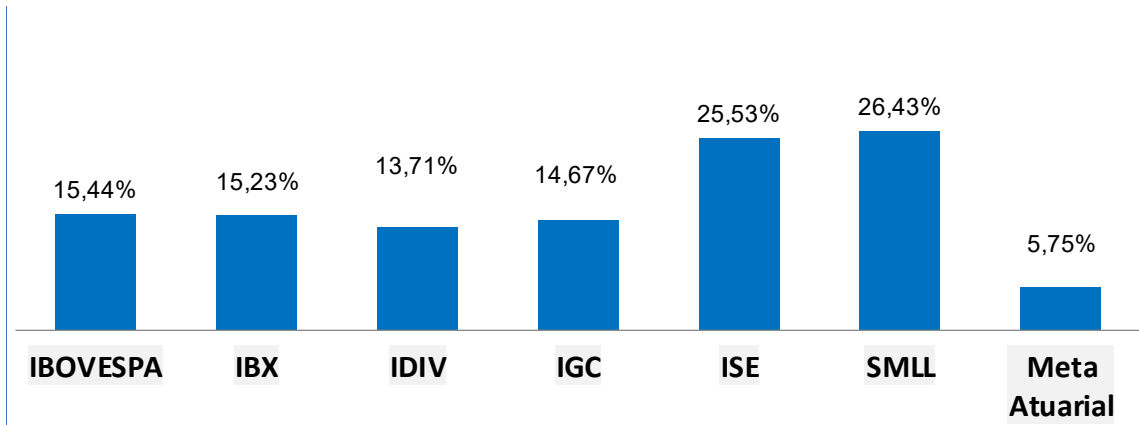
Fonte: Nugin/Igepps.

Em relação aos indicadores de renda variável exterior, observa-se que são os índices “hedgeados” (que buscam proteção do patrimônio contra a variação cambial) os que estão acima da meta atuarial, portanto, a área técnica segue buscando oportunidades de investimentos com essa característica, o que contribuiria para continuar o atingimento da meta

atuarial ao longo do ano.

Já os indicadores de renda variável tiveram bom desempenho, em função da recuperação dos ativos locais e forte valorização da bolsa brasileira, com o Ibovespa acumulando 15,44% no ano, desempenho significativamente acima da meta atuarial.

Gráfico 19 — Índices de Mercado da Renda Variável em Relação a Meta Atuarial – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Nugin/Igepps

Em resumo, podemos observar o desempenho de cada estratégia do Funprev e a sua contribuição ao retorno nos períodos do 1º trimestre, do 2º trimestre e ano, conforme tabela abaixo:

Tabela 69 — Contribuição ao retorno por estratégia – Funprev – 2º Trimestre de 2025.

FUNPREV	%	Alvo PI	Retorno	Contribuição	Retorno	Contribuição	Retorno	Contribuição
			1T/25	1T/25	2T/25	2T/25	ANO/25	ANO/25
Renda Fixa	79,51%	↑ 82,50%	3,26%	2,58%	2,98%	2,37%	6,34%	5,04%
Alocação Dinâmica	8,10%	↑ 10,00%	2,80%	0,22%	3,31%	0,27%	6,21%	0,49%
Crédito Privado	2,42%	↑ 5,00%	3,58%	0,09%	3,03%	0,08%	6,72%	0,17%
Juro Pós-Fixado	27,35%	↓ 25,00%	3,11%	0,85%	3,34%	0,90%	6,55%	1,77%
Juro Nominal	2,13%	↑ 2,50%	3,35%	0,07%	3,43%	0,08%	6,89%	0,15%
Juro Real	39,53%	↑ 40,00%	3,44%	1,35%	2,65%	1,05%	6,18%	2,45%
Renda Variável	9,46%	↓ 5,00%	4,47%	0,44%	12,79%	1,26%	17,83%	1,72%
Bolsa Brasil	9,46%	↓ 5,00%	4,47%	0,44%	12,79%	1,26%	17,83%	1,72%
Exterior	7,11%	↑ 8,00%	-8,87%	-0,66%	7,47%	0,50%	-2,06%	-0,17%
Alocação Dólar	3,35%	↑ 4,00%	-13,56%	-0,50%	7,38%	0,23%	-7,18%	-0,28%
Alocação Hedge	3,77%	↑ 4,00%	-4,25%	-0,16%	7,56%	0,27%	2,98%	0,11%
Estruturado	3,91%	↑ 4,50%	8,51%	0,30%	-0,02%	0,00%	8,50%	0,31%
Economia Real	3,91%	↑ 4,50%	8,51%	0,30%	-0,02%	0,00%	8,50%	0,31%
FUNPREV	100,00%	100,00%	2,65%	2,65%	4,13%	4,13%	6,90%	6,90%

Fonte: Nugin/Igepps

Assim, diante do atual cenário econômico e político incerto, o Nugin, visando à defesa da meta atuarial, vem priorizando a consolidação da renda fixa através de investimentos indexados ao CDI, dada a previsão de 15% da taxa Selic ao final de 2025, o que oportuniza também investimentos indexados ao IPCA (juro real).

A Renda Fixa é a principal posição do fundo capitalizado, representando 79,51% da carteira, composto majoritariamente por títulos públicos atrelados à inflação e, neste segundo trimestre, a estratégia contribuiu com 1,05% de retorno do total de 2,37% da carteira Funprev. A Estratégia Juro Real (Títulos Públicos Inflação) correspondeu a 39,53% da carteira, com prêmio médio de IPCA + 6,20%, mitigando a volatilidade e provendo liquidez recorrente via o pagamento de cupons de juros semestrais.

Em seguida, a estratégia de Juros Pós-Fixado possui ativos referenciados no CDI e posição de 27,35% da carteira de renda fixa, com captura da Selic neste contexto econômico, contribuindo com 0,90% do total de 2,37% da estratégia de renda fixa da carteira FUNPREV.

As demais estratégias de renda fixa são a Alocação Dinâmica (8,10%), com gestão ativa do CDI, que contribuiu com 0,27% para o resultado, o Crédito Privado (2,42%), com captura do prêmio de crédito privado, que contribuiu com 0,08% e o Juro Nominal (2,13%), com carregamento de taxas pré-fixadas atrativas para diversos ciclos de mercado, que também contribuiu com 0,08% para o resultado.

A Renda Variável, representada pela estratégia de Bolsa Brasil, fechou a posição trimestral em 9,46% do Funprev, com alvo em 5%, conforme previsão da PI 2025. A estratégia performou no positivo neste segundo trimestre do ano, em 12,79%, contribuindo com 1,26% para o resultado da carteira. O resultado positivo veio em função do fluxo de capital estrangeiro, que migrou para países emergentes diante das incertezas de mercados desenvolvidos. No entanto, o cenário de Bolsa Brasil permanece desafiador dada as incertezas impostas pela falta de consenso em torno das tarifas comerciais entre países.

No Exterior, os resultados negativos observados no 1º trimestre do ano, deram lugar a uma recuperação no 2º trimestre com resultado de 7,47%, mas que ainda não foi suficiente para entregar resultado positivo no ano. Esta classe representa 7,11% do FUNPREV e, no ano, contribuiu negativamente para resultado da carteira, com -0,17%, ante -0,66% do trimestre anterior. A explicação para esta recuperação, recai sobre as incertezas acerca das políticas tarifárias nos EUA que, devido aos diversos adiamentos, favoreceu a atividade econômica, somado a postura mais cautelosa do FED sobre o corte nos juros.

Em Estruturados, distribuídos em fundo em participação na Economia Real, fechou o segundo trimestre de 2025 com posição de 3,91%, para um alvo de 4,5% da PI 2025. Os ativos performaram negativamente (-0,02%) no segundo trimestre, revertendo o resultado do trimestre anterior (8,51%). No acumulado do ano, a estratégia permaneceu no positivo com

retorno de 8,5% e contribuição de 0,31% do resultado do FUNPREV. Isto decorre da performance positiva e qualidade das empresas investidas na economia real e diversificação em diversos mercados.

Assim, diante do resultado do Funprev, dos índices de mercado e da atribuição de resultado de cada estratégia da carteira, observamos resiliência no cumprimento da meta atuarial no 2º trimestre de 2025 que pode ser atribuída aos seguintes fatores:

- 1) Recuperação da bolsa brasileira que se beneficiou da migração de capital estrangeiro em razão das incertezas impostas pelas tarifas comerciais do governo americano;
- 2) Manutenção da taxa SELIC em patamares elevados, beneficiando ativos de renda fixa, posição majoritária na carteira do Funprev.

O NUGIN permanece atento à gestão de investimentos visando o cumprimento da meta atuarial e recomendando estratégias para atingir a meta atuarial no período.

5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do Funprev para o Finanprev o valor de R\$ 3.929.765.391,39 (três bilhões novecentos e vinte e nove milhões setecentos e sessenta e cinco mil trezentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos), no período de 2016 até julho de 2025.

Tabela 70 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 2º trimestre 2025.

Mês	Rendimento mensal (R\$)	Saldo a transferir* (R\$)
Janeiro	49.999.919,68	
Fevereiro	24.323.925,99	49.999.919,68
Março	41.292.393,48	24.323.925,99
Abril	61.965.586,33	41.292.393,48
Maio	72.511.924,10	61.965.586,33
Junho	47.725.370,34	72.511.924,10
Julho		47.725.370,34
Total	297.819.119,92	297.819.119,92

Fonte: Nugin/Igepps.

Nota: O saldo é transferido no mês subsequente

Tabela 71 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 2º trimestre 2025.

Ano	Descrição	Valor (R\$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90
2024	Transferência Rendimento Ano de 2024	389.018.935,87
2025	Transferência Rendimento Ano de 2025	297.819.119,92
Total		3.929.765.391,39

Fonte: Nugin/Igepps.

5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração é o custo de manutenção para atender às despesas administrativas do Instituto. A partir de abril de 2024, a taxa de administração passou a ser financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos Funprev, Finanprev e SPSM. Para o ano de 2025, o percentual de taxa de administração ficou de 1,3% da folha bruta de 2024, conforme metodologia determinada pela Portaria MPS 1.467/2022. Portanto, o valor total de taxa de administração prevista para o ano de 2025 é de R\$ 297.168.904,85 (duzentos e noventa e sete milhões cento e sessenta e oito mil novecentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos), rateado entre os três fundos na seguinte proporção:

Tabela 72 — Rateio da taxa de administração – 2º trimestre 2025.

Taxa de Administração	RPPS	Rateio	2025
Finanprev	16.730.303.173,32	0,95%	217.493.941,25
Funprev	1.650.514.336,09	0,09%	21.456.686,37
SPSM	4.478.329.017,66	0,25%	58.218.277,23
2025	22.859.146.527,07	1,30%	297.168.904,85

Fonte: Nugin/IGEPPS.

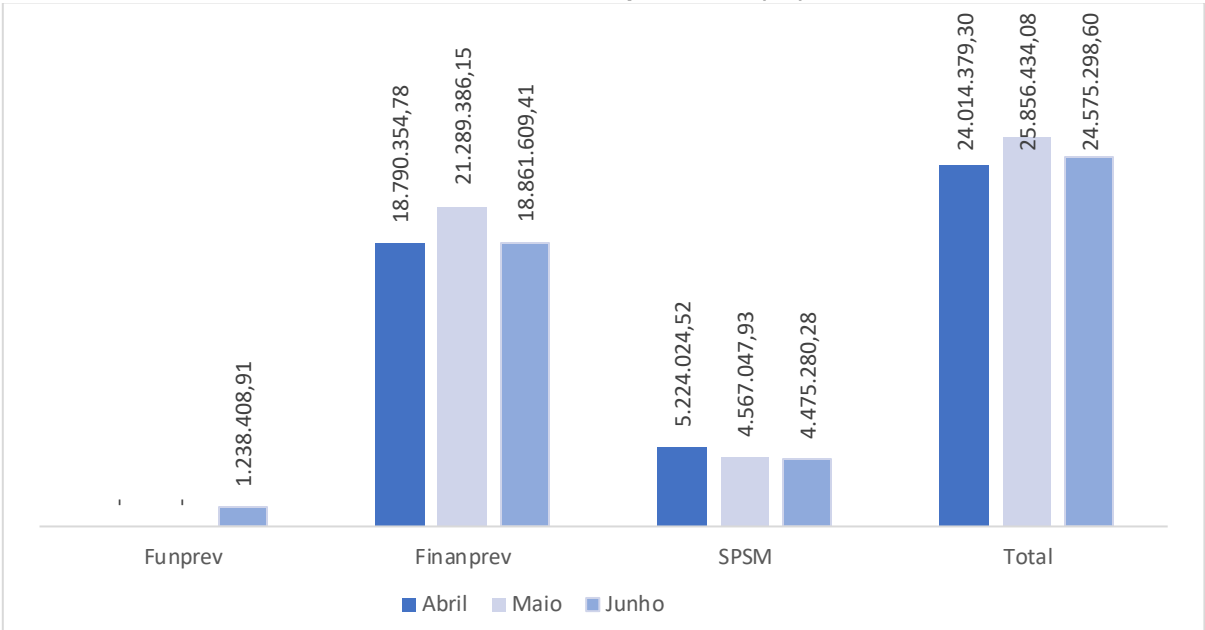
Tabela 73 — Utilização da taxa de administração – 2º trimestre 2025.

Mês	Taxa de Administração			
	FUNPREV	FINANPREV	SPSM	Total
Janeiro	5.200.000,00	12.000.000,00	8.000.000,00	25.200.000,00
Fevereiro	1.544.031,72	26.009.976,32	5.579.719,76	33.133.727,80
Março	2.000.000,00	19.169.556,62	3.532.505,12	24.702.061,74
1º Trimestre	8.744.031,72	57.179.532,94	17.112.224,88	83.035.789,54
Abril		18.790.354,78	5.224.024,52	24.014.379,30
Maio		1.289.386,15	4.567.047,93	25.856.434,08
Junho	.238.408,91	8.861.609,41	4.475.280,28	24.575.298,60
2º Trimestre	1.238.408,91	58.941.350,34	14.266.352,73	74.446.111,98
Julho				
Agosto				
Setembro				
3º Trimestre				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
4º Trimestre				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
2025	9.982.440,63	116.120.883,28	31.378.577,61	157.481.901,52
Limite por fundo	21.456.686,37	217.493.941,25	58.218.277,23	297.168.904,85
% Utilizado	47%	53%	54%	53%

Fonte: COAF/Nugin/Igepps.

Do montante total previsto para taxa de administração de 2025, até o segundo trimestre foi utilizado 53%, o que corresponde ao valor de R\$ 157.481.901,52 (cento e cinquenta e sete milhões quatrocentos e oitenta e um mil novecentos e um reais e cinquenta e dois centavos), sendo 74% custeado pelo Finanprev, 6% custeado pelo Funprev e 20% custeado pelo SPSM.

Gráfico 20 — Taxa de Administração por fundo (R\$) – 2º trimestre 2025.



Fonte: Nugin/Coaf/Igepps.

6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS

Os órgãos colegiados exercem papel fundamental na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social como instrumentos de fiscalização e acompanhamento das atividades e decisões tomadas pelos gestores da Entidade. No Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Pará, o Conselho Estadual de Previdência – CEP, o Conselho Fiscal, o Conselho Estadual do Sistema de Proteção Social dos Militares - CEPSM e o Comitê de Investimentos exercem as atribuições atinentes aos órgãos colegiados, cada um deles em sua esfera de atribuição contribuindo para a consolidação do modelo de gestão pautado na transparência e eficiência de suas ações.

Vale enfatizar que através desses conselhos é exercido o controle social do regime, já que eles contam com a participação de grupo representativo da sociedade no âmbito da gestão e fiscalização da Instituição responsável por gerir do Fundo Estadual de Previdência.

6.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEP

No segundo trimestre de 2025, o Conselho Estadual de Previdência – CEP realizou duas reuniões ordinárias, sendo uma sem quórum. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 2 — Reunião e principais decisões do CEP no 2º trimestre de 2025.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
07/04/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Avaliação Atuarial do IGEPPS 2025 	<p>Washington Costa de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular); Thainná Magalhães de Alencar Vieira – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Suplente); René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular); Iran Ataíde Lima Nascimento – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA (Membro Titular); Roland Raad Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular); Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente).</p>
18/06/2025	Ordinária	Não houve quórum	<p>Washington Costa de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular); René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular); Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular); Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular); Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Robina Pimentel – Representante da procuradoria Geral do Estado - PGE (Membro Suplente).</p>

Fonte: GAPRE/Igepps

6.2 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO CONSELHO FISCAL DO RPPS/PA

No primeiro trimestre de 2025, o Conselho Fiscal de Previdência (CF) realizou três reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 3 — Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal no 1º trimestre de 2025.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
16/04/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS Janeiro e Fevereiro/2025 	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Alex Mota de Souza – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Suplente); Joselito Cardoso Carvalho – Representante dos Servidores Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente); Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior – Representante dos Servidores Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).
07/05/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS Março/2025 	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular); Alex Mota de Souza – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Suplente); Joselito Cardoso Carvalho – Representante dos Servidores Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente); Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior – Representante dos Servidores Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular).
11/06/2025	Ordinária	<ul style="list-style-type: none"> Análise e deliberação acerca dos Relatórios Mensais da Carteira de Investimentos do IGEPPS, referentes aos meses de março e abril/2025. 	Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular); Marcus Vinicus Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular); Cel. QOPM Sérvio Túlio Gonçalves Estácio – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente); Joselito Cardoso Carvalho – Representante dos Servidores Ativos do Estado do Pará (Membro Titular); Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior – Representante dos Servidores Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular); Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular);

Fonte: GAPRE/Igepps

6.3 REUNIÕES E PRINCIPAIS DECISÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

No segundo trimestre de 2025, o Comitê de Investimentos (COINV) realizou três reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 4 —Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimentos no 2º trimestre de 2025.

Data	Classificação	Principais pautas e decisões	Membros participantes
23/04/2025	Ordinária	• Relatório Mensal da Carteira de Investimentos Igepps referente a março/2025	Washington Albuquerque - Presidente do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Gomes da Silva - Membro do Comitê de Investimentos; Utan Dias de Lima - Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Scapin - Membro do Comitê de Investimentos.
28/05/2025	Ordinária	• Relatório Mensal da Carteira de Investimentos Igepps referente a abril/2025	Washington Albuquerque - Presidente do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Gomes da Silva - Membro do Comitê de Investimentos; Utan Dias de Lima - Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Scapin - Membro do Comitê de Investimentos.
28/06/2025	Ordinária	• Relatório Mensal da Carteira de Investimentos Igepps referente a maio/2025	Washington Albuquerque - Presidente do Comitê de Investimentos; Silvina Kelly Gomes da Silva - Membro do Comitê de Investimentos; Utan Dias de Lima - Membro do Comitê de Investimentos; Elvira Scapin - Membro do Comitê de Investimentos.

Fonte: GAPRE/Igepps

7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento contínuo na valorização do capital humano constitui um dos pilares fundamentais para uma gestão de pessoas eficaz. Para alcançar esse objetivo, é indispensável considerar alguns componentes essenciais que sustentam uma atuação estratégica e eficiente: Motivação, Comunicação, Trabalho em Equipe, Conhecimento e Competência, e Treinamento e Desenvolvimento. Esses cinco elementos orientam de forma estruturada as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP).

A CODP é responsável por planejar, gerenciar e avaliar as ações voltadas ao desenvolvimento de pessoal, sempre em consonância com as diretrizes estratégicas da Instituição. Entre suas atribuições, destaca-se também a indicação de um representante institucional da área de Recursos Humanos, que atua como Agente de Desenvolvimento e Capacitação, tanto na execução de programas internos de treinamento quanto nas ações promovidas em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará – EGPA.

Adicionalmente, a Coordenadoria colabora com projetos interinstitucionais de gestão de pessoas, fortalecendo a atuação integrada com outros órgãos e entidades públicas.

No 2º trimestre de 2025, as atividades desenvolvidas pela CODP foram determinantes para o fortalecimento das competências técnicas e comportamentais dos servidores. Para fins organizacionais, a gestão de pessoal está estruturada em três eixos principais:

- Movimentação e Registro Funcional;
- Capacitação e Treinamento;
- Qualidade de Vida no Trabalho.

Cada um desses eixos contribui, de forma articulada, para a consolidação de uma política de gestão de pessoas voltada à excelência no serviço público e ao bem-estar dos servidores.

7.1.1 Movimentação e registro do quadro funcional

No segundo trimestre, a área de Movimentação e Registro continuou a promover uma gestão eficaz dos dados dos colaboradores, mantendo a precisão e a atualização das informações pertinentes a cada servidor.

Tabela 74 — Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 2º trimestre de 2025.

Servidores	Segundo Trimestre /2025			
	Abril	Maio	Junho	Total
Efetivo	85	85	85	85
Temporários	85	84	84	84
Cedidos	10	11	11	11
Comissionados	40	37	37	37
Disposição DPSM	03	03	03	03
Total	223	220	220	220

Fonte: CODP/Igepps

Observou-se uma manutenção no número de servidores, havendo uma oscilação em virtude da saída de um temporário e a chegada de mais um servidor cedido ao Instituto.

7.1.2 Desenvolvimento de habilidades e capacitação dos servidores

Tabela 75 — Servidores Capacitados – 2º trimestre de 2025.

Servidores Capacitados	Segundo Trimestre/2025			
	Abril	Maio	junho	Total
Efetivo	14	04	81	99
Temporários	01	-	32	33
Cedidos	-	-	01	01
Comissionados	02	04	12	18
Disposição DPSM	-	-	-	-
Conselheiros	-	-	04	04
Total	17	08	130	155

Fonte: CODP/Igepps

Abril: Consolidação de Ações Planejadas

O mês de abril foi marcado por ações de capacitação pontuais, com 17 servidores capacitados, sendo a maioria pertencente ao quadro efetivo (14 servidores). Esse resultado reflete o cumprimento de iniciativas já planejadas no ciclo anterior, com foco na atualização técnica e gerencial dos servidores de carreira.

Maio: Redução Decorrente de Demandas Internas

Em maio, registrou-se uma queda significativa no número de capacitações, totalizando apenas 8 servidores participantes. Esse decréscimo foi diretamente influenciado por elevadas demandas operacionais nos setores, o que restringiu a liberação de pessoal para ações formativas. O impacto reflete a necessidade de um planejamento mais flexível e integrado à realidade dos setores, de forma a equilibrar rotinas operacionais e desenvolvimento profissional.

Junho: Aumento Significativo com Destaque para Capacitação In Company

Junho se destacou como o mês com maior número de capacitações (130), o que corresponde a 83,9% do total do trimestre. Um dos principais fatores para esse resultado foi

a realização de uma capacitação “in company” promovida pelo IGEPPS, com o tema “Previdência Complementar para Servidores Públicos”, que capacitou 78 servidores.

Esse evento foi especialmente significativo para o Instituto, não apenas pelo número expressivo de participantes, mas também pela presença de servidores de outros órgãos estaduais, o que reforça o papel do IGEPPS como articulador de boas práticas e disseminador de conhecimento previdenciário no serviço público.

Além disso, também contribuíram para o crescimento das capacitações em junho a participação de 20 servidores no Congresso da ABIPEM e de 10 servidores efetivos no XXIX Encontro Brasileiro de Administração, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e a atualização em temas relevantes para a administração pública.

Participação por Vínculo Funcional:

- Efetivos (99 capacitados): Representam 63,8% do total, evidenciando o foco no desenvolvimento contínuo da força de trabalho permanente.
- Temporários (33 capacitados): A significativa participação em junho sinaliza maior inclusão nas estratégias formativas.
- Comissionados (18 capacitados): Demonstra preocupação com a qualificação de lideranças e gestores de áreas estratégicas.
- Cedidos e Conselheiros (5 capacitados): Embora com participação pontual, indicam ações específicas e direcionadas conforme as atribuições.

Análise Estratégica:

O comportamento dos dados ao longo do trimestre evidencia a influência de fatores administrativos, orçamentários e operacionais na execução das capacitações. Apesar da oscilação mensal, a atuação integrada com eventos nacionais e a ampliação da participação de diferentes perfis de servidores contribuiu para um fechamento positivo do trimestre.

Destaca-se a importância do alinhamento entre as áreas de gestão de pessoas, planejamento e setores finalísticos, visando maior previsibilidade e efetividade na liberação de pessoal. Ademais, a participação em eventos externos fortalece a imagem institucional, promove o intercâmbio de boas práticas e contribui para o aprimoramento da gestão pública.

7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de vida

Uma das atribuições da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP), em especial da área de Desenvolvimento de Pessoas e Qualidade de Vida, é planejar, coordenar e executar ações voltadas à promoção da saúde integral, bem-estar, segurança ocupacional, educação ambiental, responsabilidade social e à valorização das relações humanas no ambiente de trabalho. Tais iniciativas contribuem significativamente para o fortalecimento da integração entre os servidores, promovendo um clima organizacional mais saudável,

participativo e humanizado.

No âmbito do Projeto Saúde e Bem-Estar, as ações desenvolvidas têm como propósito promover a atenção à saúde física e mental dos servidores, com foco na prevenção de doenças, estímulo ao autocuidado, fortalecimento dos vínculos sociais e melhoria das relações interpessoais, tanto no ambiente de trabalho quanto na esfera pessoal.

- a) Ginástica Laboral e Meditação:** ação visa aprimorar a saúde física e mental do funcionário, preparando-o melhor para o trabalho e prevenindo lesões e desconfortos relacionados ao ambiente laboral.

Figura 1 — Ginástica Laboral – 2º trimestre 2025.



Fonte: CODP/Igepps.

- b) Feira do Produtor:** ação mensal, que acontece desde 2015, a qual possibilita que pequenos produtores levem ao Instituto os produtos naturais que produzem, seja legumes, frutas, comidas regionais entre outros. Com intuito de incentivar e promover os pequenos negócios de empreendedoras autônomas, como artesanatos e produtos personalizados.

A feira não apenas fortalece a conexão entre os produtores e a comunidade, mas também oferece aos visitantes a chance de adquirir produtos frescos e de alta qualidade, cultivados com práticas respeitosas ao meio ambiente. Ao longo dos anos, a Feira do Produtor tem se consolidado como um ponto de encontro importante, fomentando a valorização dos produtos locais e estimulando a interação entre os envolvidos no setor agrícola e a comunidade.

Figura 2 — Feira do Produtor– 2º trimestre 2025.



Fonte: CODP/Igepps.

- c) **Comemoração ao Dia das Mães:** A iniciativa buscou fortalecer os laços entre os colaboradores, promover um ambiente de trabalho mais acolhedor e reafirmar a importância de eventos institucionais voltados à qualidade de vida e à humanização no serviço público.

O evento do Dia das Mães no Igepps demonstrou, mais uma vez, o empenho da instituição em reconhecer e celebrar datas significativas, promovendo ações de integração e valorização dos servidores e servidoras que compõem sua equipe.

Figura 3 — Comemoração do Dias das Mães - 2º trimestre 2025.



Fonte: CODP/Igepps

Observação:

Em virtude da paralisação temporária das atividades do Programa “Você é Capaz”, determinada pela Presidência, com o objetivo de promover a reavaliação de suas diretrizes e a reestruturação interna do projeto, informamos que algumas ações previstas para o segundo trimestre de 2025 não foram executadas.

Atualmente, o programa encontra-se sob análise da Diretoria Executiva (DIREX), ainda sem previsão de retorno das atividades.

7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.2.1 Poder Executivo

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (Igepps), além de realizar sua própria gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, efetua a gestão do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (Finanprev), do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev) e do Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

A fonte das Informações de todos esses Demonstrativos tem origem no SIAFE - relativos à Despesa Realizada.

O valor das despesas executadas em cada uma das Unidades Gestoras do Poder Executivo, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas realizadas, relativamente aos dados do 2º trimestre de 2025, descrito na tabela abaixo.

Tabela 76 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 2º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
840201	IGEPPS	24.177.126,46	29.786.873,68	24.190.205,08	78.154.205,22
840202	FINANPREV	287.186.287,31	283.431.185,19	282.519.075,13	853.136.547,63
840203	FUNPREV	41.515.697,10	62.059.304,66	72.638.019,81	176.213.021,57
840240	SPSM	181.809.469,10	181.299.199,31	181.564.465,31	544.673.133,72
840250	Encargos IGEPPS	263.376,07	3.722.344,56	1.085.765,38	5.071.486,01
Total		534.951.956,04	560.298.907,40	561.997.560,71	1.657.248.394,15
Variações (%)		1,43%	4,74%	0,30%	6,72%

Fonte: SIAFE/COFIN/Igepps.

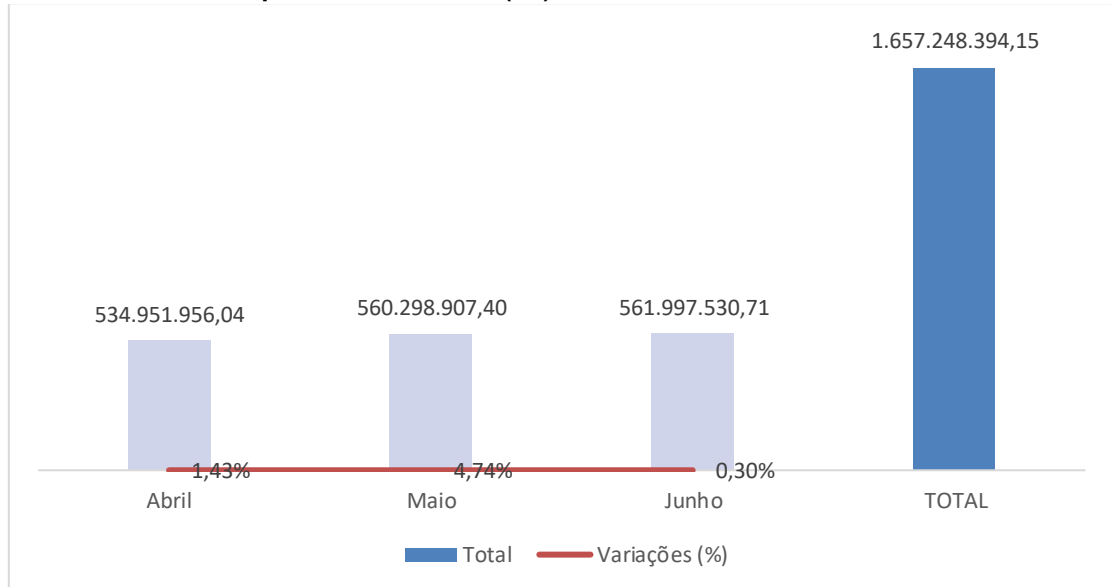
Evidenciamos que a tabela acima se refere ao Poder Executivo. Os créditos referentes aos Poderes Legislativo e Judiciário foram abatidos dos valores autorizados da UG 840202 (Finanprev) e estão demonstrados adiante, na tabela abaixo.

A partir de 02/2024, foi criada a **UG 840250**, vinculando as Despesas com Encargos de Auxílio Alimentação do Poder executivo, despesas com Requisições de Pequenos Valores / DJ – RPVs e com o Auxílio Morte - SPSM.

Agora em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como

demonstrado acima. Assim, tivemos um decréscimo de 6,72% de março em relação aos 2 trimestres do ano; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 21 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 2º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps.

7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

O valor das despesas realizadas em cada uma das supracitadas Unidades Gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Executadas, relativamente aos dados do 2º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo.

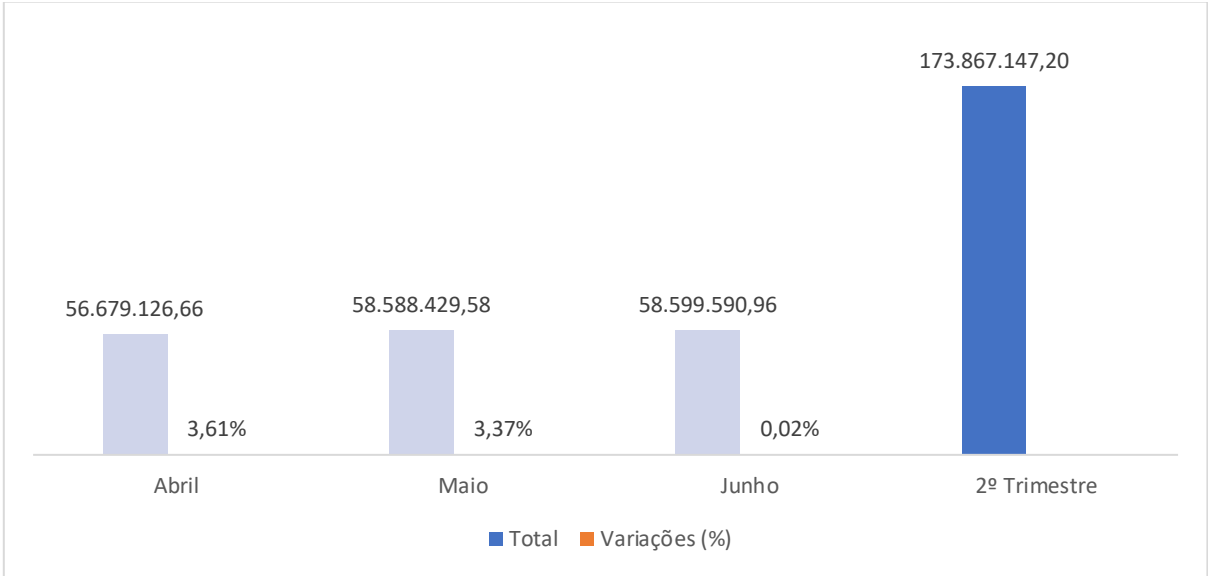
Tabela 77 — Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 2º trimestre de 2025.

UG	Descrição	2º Trimestre/2025 - Total (R\$)			Total
		Abril	Maio	Junho	
840220	Defensoria Fundo Financeiro	5.558.670,31	5.392.397,15	5.408.531,82	16.359.599,28
840230	Defensoria Fundo Previdenciário	0,0	0,0	0,0	0,00
840221	ALEPA Fundo Financeiro	6.543.556,19	8.259.571,49	6.867.021,97	21.670.149,65
840222	TCE Fundo Financeiro	6.206.358,56	6.174.368,05	6.222.476,21	18.603.202,82
840232	TCE Fundo Previdenciário	4.876,84	4.876,84	4.876,84	14.630,52
840223	TCM Fundo Financeiro	2.665.485,32	2.734.726,95	2.821.275,67	8.221.487,94
840224	TJE Fundo Financeiro	24.974.236,52	25.352.525,47	25.465.736,42	75.792.498,41
840234	TJE Fundo Previdenciário	7.609,52	7.609,52	7.609,52	22.828,56
840226	M.P Fundo Financeiro	9.861.628,97	9.805.300,05	10.611.940,83	30.278.869,85
840227	MPC Fundo Financeiro	661.986,31	662.335,94	993.503,86	2.317.826,11
840237	MPC Fundo Previdenciário	3.799,4	3.799,4	5.699,1	13.297,90
840228	MPTCM Fundo Financeiro	190.918,72	190.918,72	190.918,72	572.756,16
Total		56.679.126,66	58.588.429,58	58.599.590,96	173.867.147,20
Variação (%)		3,61%	3,37%	0,02%	9,67%

Fonte: SIAFE/Igepps

No ano 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima. Assim, tivemos um acréscimo de 9,67% no período que compreende os meses de abril a junho de 2025. Assim, o valor das despesas executadas pelos outros poderes no 2º trimestre do referido ano, foi de R\$ 173.867.147,20 (cento e setenta e três milhões oitocentos e sessenta e sete mil cento e quarenta e sete reais e vinte centavos).

Gráfico 22 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 2º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps

7.2.3 Todos os Poderes

A Tabela abaixo, apresenta o total das despesas executadas nas Unidades Gestoras relacionadas ao Poder Executivo em comparação com as Unidades Gestoras relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário (outros), discriminadas relativamente ao 2º trimestre de 2025; bem como o percentual de variação do período discriminado.

Tabela 78 — Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 2º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
Executivo	IGEPPS / FINANPREV / FUNPREV / SPSM / ENC. IGEPPS	534.951.956,04	560.298907,40	561.997.530,71	1.657.248.394,15
Outros	Defensoria/ALEPA/TCE/TCM/TJE/MP MPC/MP/TCM	56.679.126,66	58.588.429,56	58.599.590,96	173.867.147,20
Total		591.631.082,70	618.887.336,98	620.597.121,67	1.831.115.541,35
Variações (%)		1,64%	4,61%	0,28%	6,99%

Fonte: SIAFE - Despesa Realizada/Igepps

No ano de 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima e entre o montante realizado no 2º Trimestre. Assim, tivemos um decréscimo de 6,99%; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.4 Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário

Os valores executados descritos abaixo abrangem as Fontes das Despesas, das UG's 840202 (Finanprev - Poder Executivo), 840240 (SPSM), 840250 (Encargos Igepps) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao 2º trimestre de 2025, conforme a tabela abaixo:

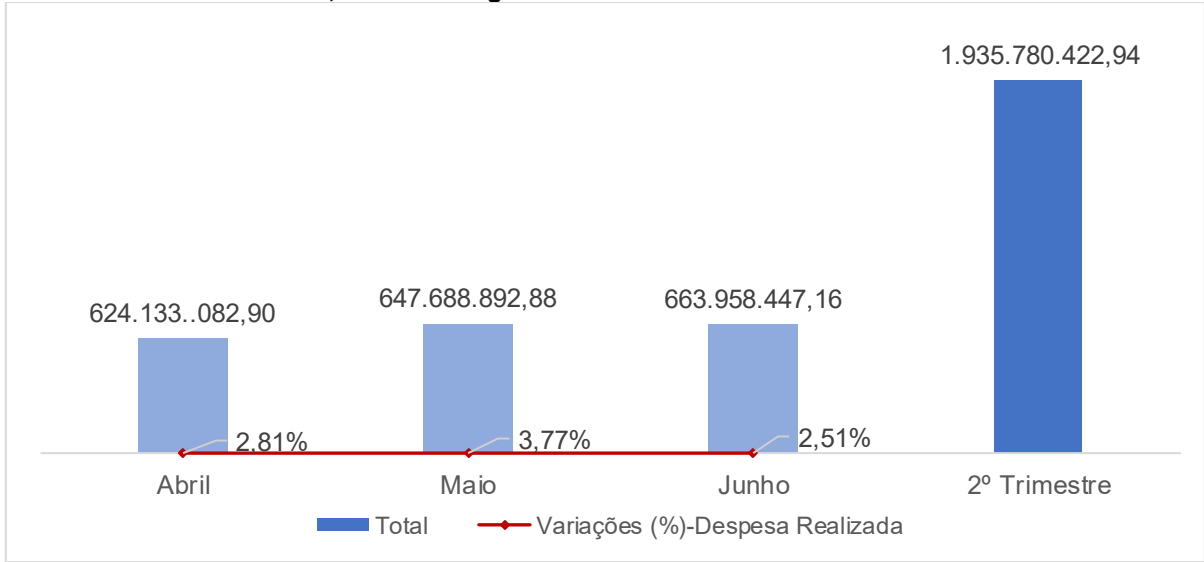
Tabela 79 — Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 2º trimestre de 2025.

Fonte	Descrição	2º trimestre - Total de R\$ 1.935.780.422,94			Total
		Abril	Maio	Junho	
1500	RECURSOS ORDINARIOS	238.053.360,57	220.706.518,11	208.257.129,72	667.017.008,40
1800	REC VINC RPPS-FUNDO CAPITAL. (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	41.531.982,86	62.075.590,42	55.884.181,66	159.491.754,94
1801	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	272.893.940,99	294.193.290,52	303.268.144,71	870.355.376,22
1803	REC.DO SIST.PROT.SOC.MIL. - SPSM	71.659.143,56	70.719.025,91	70.858.129,45	213.236.298,92
2500	RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
2800	RECUR.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	0,00	0,00	25.723.963,22	25.723.963,22
2801	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	-5.345,08	-5.532,08	-33.101,60	-43.978,76
2803	REC.DO SIST.PROT.SOC.MIL. - SPSM	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		624.133.082,90	647.688.892,88	663.958.447,16	1.935.780.422,94
Variações (%) - (Autorizado x Executado)		2,81%	3,77%	2,51%	

Fonte: SIAFE/Igepps

No ano de 2025, percebe-se variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima e entre o montante realizado no 2º Trimestre de 2025. Assim, tivemos um acréscimo de 10,23%; com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais. Portanto, os valores executados nas Fontes das Despesas, das Unidades Gestoras 840202 (Finanprev - Poder Executivo), 840240 (SPSM), 840250 (Encargos Igepps) e daquelas relacionadas aos Poderes Legislativo e Judiciário no final do 2º trimestre 2025, totalizaram em R\$ 1.935.780.422,94 (um bilhão novecentos e trinta e cinco milhões setecentos e oitenta mil quatrocentos e vinte e dois reais e noventa e quatro centavos).

Gráfico 23 — Despesas Executadas (R\$) – Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 2º trimestre de 2025.



Fonte: SIAFE/Igepps

7.2.5 Igepps

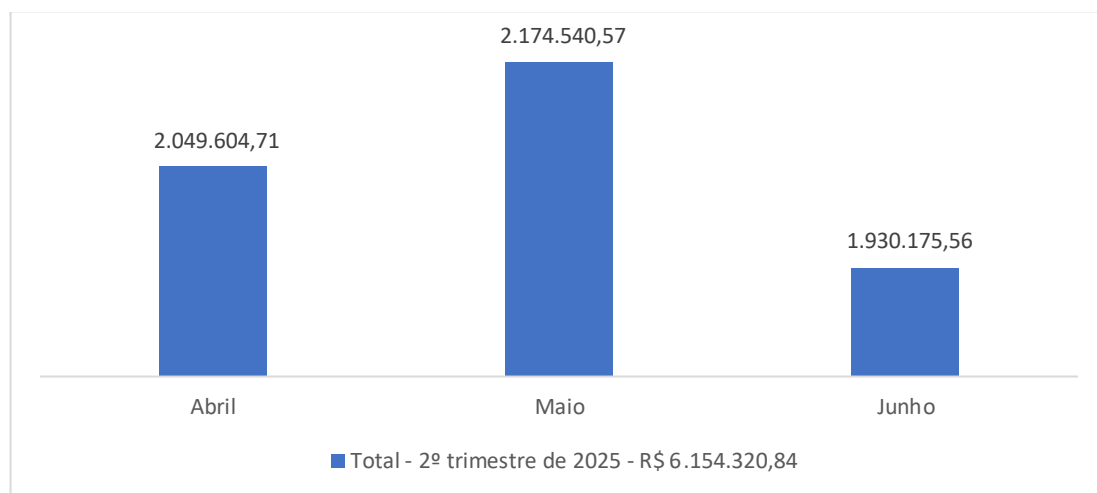
As tabelas abaixo, apresentam os demonstrativos de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Despesas com Pessoal, Outras Despesas Correntes (ODC) e Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 2º trimestre de 2025.

Tabela 80 — Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 2º trimestre de 2025.

Despesa Pessoal		2º Trimestre de R\$ 6.154.320,84			Total	Acumulado
		Abril	Maio	Junho		
319004	Contratação por tempo determinado	767.513,81	708.379,62	754.445,49	2.230.338,92	2.230.338,92
319007	Contribui a entidades fechadas de previdência		11.301,74	85,67	11.387,41	11.387,41
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.086.468,73	998.620,28	989.392,54	3.074.481,55	3.074.481,55
319012	Vencimentos e vantagens fixas - pes. militar	13.220,62	13.220,62	14.466,70	40.907,94	40.907,94
319013	Obrigações patronais	180.920,15	203.735,10	170.210,90	554.866,15	554.866,15
319016	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.481,40	1.581,40	1.574,26	4.637,06	4.637,06
319091	Sentenças judiciais					
319092	Despesas de exercícios anteriores					
319094	Indenizações e restituições trabalhistas					
319113	Obrigações patronais - op.intra - orçamentárias		237.701,81		237.701,81	237.701,81
Total		2.049.604,71	2.174.540,57	1.930.175,56	6.154.320,84	6.154.320,84
Variações (%)		-6,92%	6,10%	-11,24%		

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Gráfico 24 — Total de Despesas Executadas por Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - ODC - 2º trimestre de 2025.



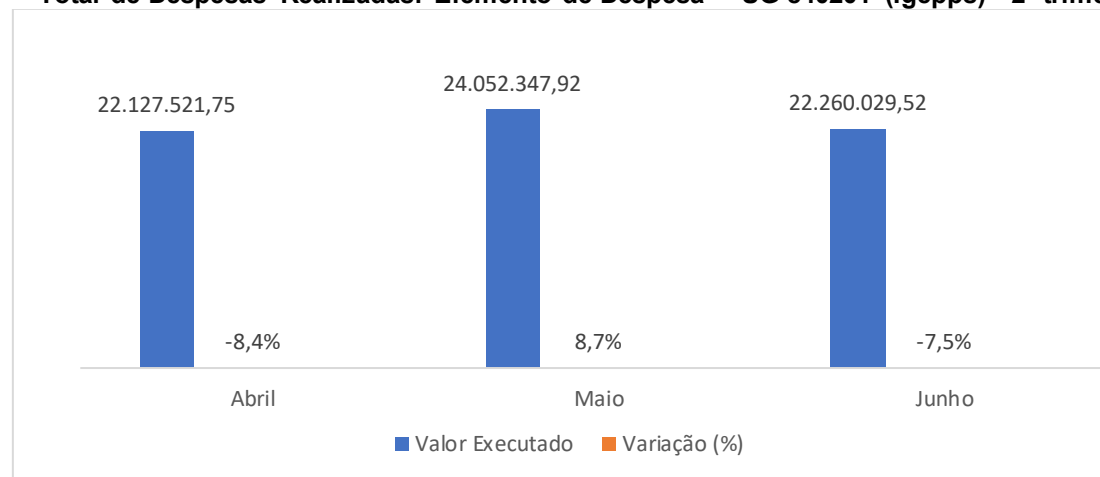
Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

As Tabelas abaixo discriminadas, apresentam o demonstrativo de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminadas por Elemento da Despesa. Assim, passamos a demonstrar as Outras Despesas Correntes (ODC); bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos do 2º TRIMESTRE - 2025, como segue

Tabela 81 — Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - 2º trimestre de 2025.

Outras Despesas Correntes		2º Trimestre				Acumulado
		Abril	Mai	Junho	TOTAL	
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	130,00	1.648,00	130,00	1.908,00	1.908,00
339014	Diárias - civil	7.651,02	118.990,44	126.887,39	253.528,85	253.528,85
339015	Diárias - militar	16.447,63	34.798,08	35.710,13	86.955,84	86.955,84
339030	Material de consumo	57.976,62	32.387,61	58.545,00	148.909,23	148.909,23
339031	Prem. cultural artist. Cientif. Desport. outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339033	Passagens e despesas com locomoção	604.215,91	285.087,88	492.031,65	1.381.335,44	1.381.335,44
339035	Serviços de consultoria	436.000,00	4.207.858,66	2.881.000,33	7.524.858,99	7.524.858,99
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	30.767,66	33.162,25	28.332,44	92.262,35	92.262,35
339037	Locação de mão-de-obra	2.846.256,57	3.876.388,85	3.222.761,34	9.945.406,76	9.945.406,76
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.040.401,24	2.985.345,09	3.479.933,13	7.505.679,46	7.505.679,46
339040	Serv.de tec. da inf. e com.- pessoa jurídica	16.741.610,47	12.130.592,81	10.639.394,92	39.511.598,20	39.511.598,20
339046	Auxílio - alimentação	325.000,09	323.000,09	389.785,76	1.037.785,94	1.037.785,94
339047	Obrigações tributarias e contributivas	0,00	0,00	1.279,44	1.279,44	1.279,44
339049	Auxílio-transporte	7.167,07	9.039,34	9.604,59	25.811,00	25.811,00
339092	Despesas de exercícios anteriores	39,83	0,00	673.949,75	673.989,58	673.989,58
339093	Indenizações e restituições	386,00	0,00	0,00	386,00	386,00
339139	Outros serv. terc. PJ - op. intra orçamentaria	0,00	0,00	220.683,65	220.683,65	220.683,65
339140	Serv.de tecno.da infor.e comun.-pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
339147	Obrigações tributarias e contributivas	13.471,64	14.048,82	0,00	27.520,46	27.520,46
339192	Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		22.127.521,75	24.052.347,92	22.260.029,52	68.439.899,19	68.439.899,19
Variação (%)		-8,4%	8,7%	-7,5%		

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Gráfico 25 — Total de Despesas Realizadas: Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - 2º trimestre de 2025.

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Já a Tabela abaixo discriminada, apresenta o demonstrativo de despesas internas do Igepps/PA (UG 840201), discriminando os Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos do 2º trimestre de 2025, conforme abaixo:

Tabela 82 — Demonstrativos de Despesas Realizadas Por Programa da Despesas na UG 840201 (Igepps) – 2º Trimestre de 2025

Despesa	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
449039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	3.559.985,19	0,00	3.559.985,19
449052	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	3.559.985,19	0,00	3.559.985,19
Variações (%)		-100,00%	100,00%	-100,00%	

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Em 2025, foram registradas variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com Investimentos deste Igepps e entre o montante realizado no referido período.

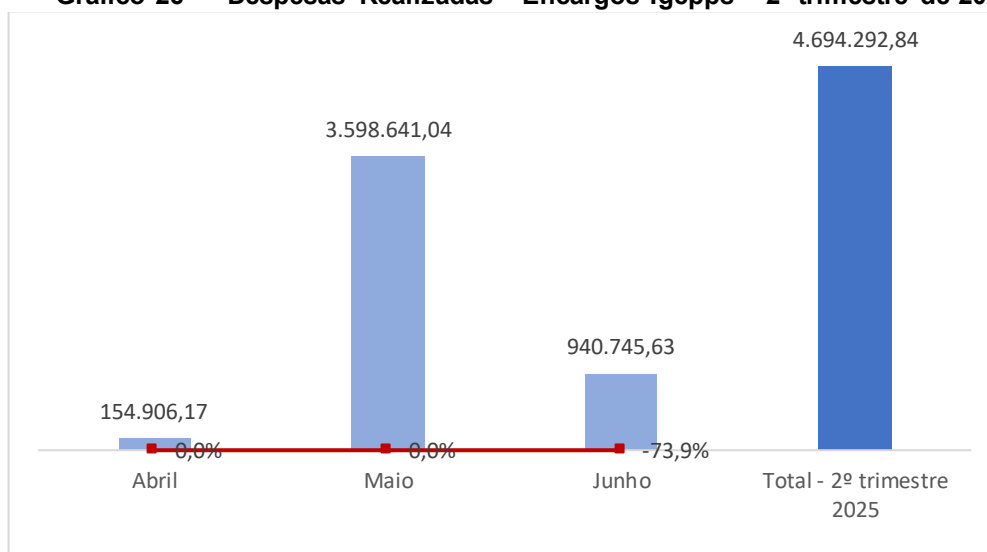
7.2.6 Encargos Igepps - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral e Salário Família

Em 2025, foram registradas variações entre as competências do período em análise, no caso das Despesas com RPV's (Requisição de pequeno valor), auxílio funeral e salário família deste Igepps (UG 840250 – encargo), conforme demonstrado a seguir:

Tabela 83 — Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) - Encargos Igepps - 2º trimestre de 2025.

Projeto Atividade	Subelemento da Despesa	Nome	Abril	Mai	Junho	Total
9010	31909109	Sentença judicial de pequeno valor - inativo/pensionistas civis	0,00	22.085,20	82.749,86	844.835,06
9010	31909110	Sentença judicial de pequeno valor - inativo/pens. militar	22.146,50	40.624,10	183.955,13	246.725,73
9010	31909291	Sent. Judiciais (DEA)	132.759,67	3.535.931,74	-65.959,36	3.602.732,05
8338	33900854	Auxílio Funeral	-	4.552,50	15.419,40	19.971,90
8338	33909208	Outros Benefícios Assistenciais - DEA	102.709,74	113.390,86	123.840,19	339.940,79
9026	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas – diversas áreas	5.215,28	5.293,12	5.293,12	16.112,88
9027	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas - área educação	77,84	77,84	77,84	233,52
9040	33900807	Salário Família Seg. Inativos/Pensionistas - área saúde	467,04	467,04	467,04	1.401,12

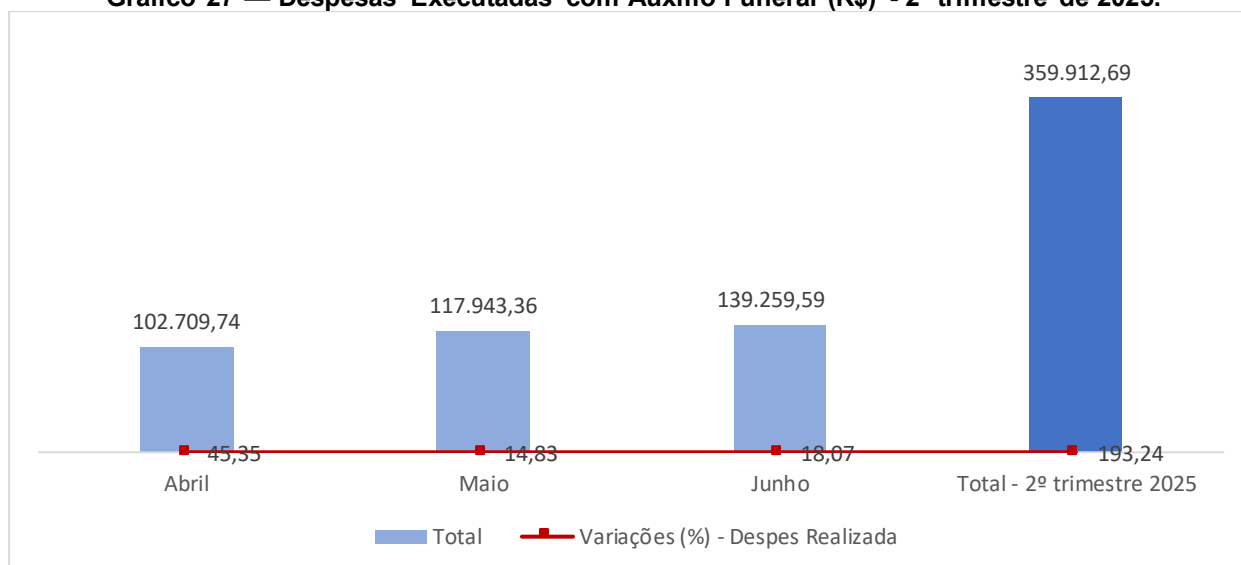
Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Gráfico 26 — Despesas Realizadas - Encargos Igepps – 2º trimestre de 2025.

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Os valores realizados referem-se à Unidade Gestora 840250 – Encargo Igepps, abrangendo, inclusive, a variação percentual entre os montantes das despesas efetivamente executadas no 2º trimestre de 2025.

No exercício de 2025, observou-se variação percentual entre as diferentes competências do período, com destaque para as Despesas com Auxílio Funeral, que registraram um acréscimo de 73,9% no 2º trimestre. Esse aumento reflete a consolidação dos dados fechados no período, bem como as demandas setoriais apresentadas.

Gráfico 27 — Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) - 2º trimestre de 2025.

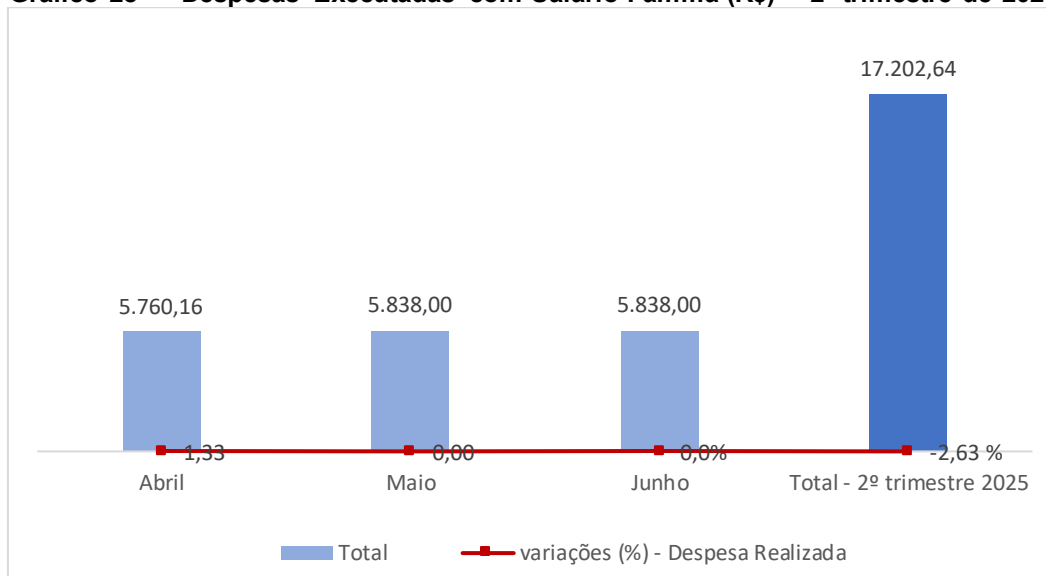
Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Em 2025, observou-se uma variação percentual significativa entre as competências do período, conforme demonstrado acima para as Despesas com Auxílio Funeral deste Igepps, bem

como entre os montantes realizados no 2º trimestre. Nesse sentido, registrou-se uma oscilação nas despesas realizadas com auxílio funeral conforme os dados consolidados no período, em consonância com as demandas setoriais.

Assim, em 2025 houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com Auxílio Funeral deste Igepps e entre os montantes realizados nos 2 trimestres. Assim, tivemos um acréscimo de 193,24%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 28 — Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

As oscilações relativas aos valores realizados a título de salário família acompanham, principalmente, as variações de manutenções nas Folhas de Pagamentos deste RPPS/PA.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com Salário Família deste Igepps e entre o montante realizado no 2º Trimestre. Assim, tivemos uma estabilidade na execução da despesa; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.7 Folhas de Pagamentos

7.2.2.1 Folhas de Pagamento - Igepps

No que tange à execução de valores referentes às folhas de pagamento do Igepps; bem como o percentual de variação entre o percentual de variação e o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses que compreendem o 2º trimestre de 2025, está descrito abaixo.

Tabela 84 — Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$)
– 2º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
840240	INATIVO-MILITAR	86.074.809,07	85.822.739,09	86.059.457,77	257.957.005,93
840220	INATIVO-DEFENSORIA	3.046.721,76	2.963.550,65	2.971.395,15	8.981.667,56
840202	INAT. CIV. EDUC.	128.604.347,28	130.403.940,07	129.166.933,77	388.175.221,12
840202	INAT. CIV. SAÚDE	5.230.442,82	5.218.952,34	5.336.073,11	15.785.468,27
840202	INAT. CIV. OUTROS	63.300.783,91	62.289.729,95	62.229.245,11	187.819.758,97
840234	PENS. TJ-PA. FUNPREV	7.400,42	7.438,58	7.438,58	22.277,58
840220	PENS. DEFENSORIA	584.333,74	565.957,87	536.220,57	1.686.512,18
840203	PENSION. CIVIL. FUNPREV	216.513,71	89.533,50	92.231,42	398.278,63
840221	PENSION. ALEPA	1.154.008,19	1.079.794,75	1.182.392,44	3.416.195,38
840224	PENS. TJ-PA. FINANPREV	3.413.583,26	3.265.284,91	3.263.025,99	9.941.894,16
840202	PENS. CIVIL. FINANPREV	38.596.280,47	37.528.797,53	37.530.518,64	113.655.596,64
840240	PENS. MILITAR	19.465.424,74	19.284.520,44	19.268.944,14	58.018.889,32
840240	PENS. ESP. MILITAR	2.453.958,29	2.264.234,71	2.003.577,55	6.721.770,55
Total		352.148.607,66	350.784.474,39	349.647.454,24	1.052.580.536,29
Variações (%)		0,91%	-0,39%	-0,32%	1,25%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Folhas deste Igepps e entre o montante realizado no 2º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 1,25%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 29 — despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.2 Consignações - Inativos civis e pensionistas civis, SPSM e outros poderes

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 2º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

Tabela 85 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Igepps (R\$) – 2º trimestre de 2025.

(continua)

Consignatária	2º Trimestre			
	Abril	Maio	Junho	Total
SINTEP	128.327,08	130.352,99	130.539,36	389.219,43
ASFEP	169.160,87	169.380,08	169.725,52	508.266,47
ADPEP	19.062,48	19.046,76	19.046,76	57.156,00
SINDSAUDE	7.781,69	7.733,20	7.663,20	23.178,09
SINDPOL	251.535,29	252.546,61	257.614,97	761.696,87
SEPub	12.852,67	12.561,11	12.544,85	37.958,63
SINDTRAN	1.283,81	1.283,81	1.283,81	3.851,43
FASUEPA	28.864,71	28.904,68	28.715,85	86.485,24

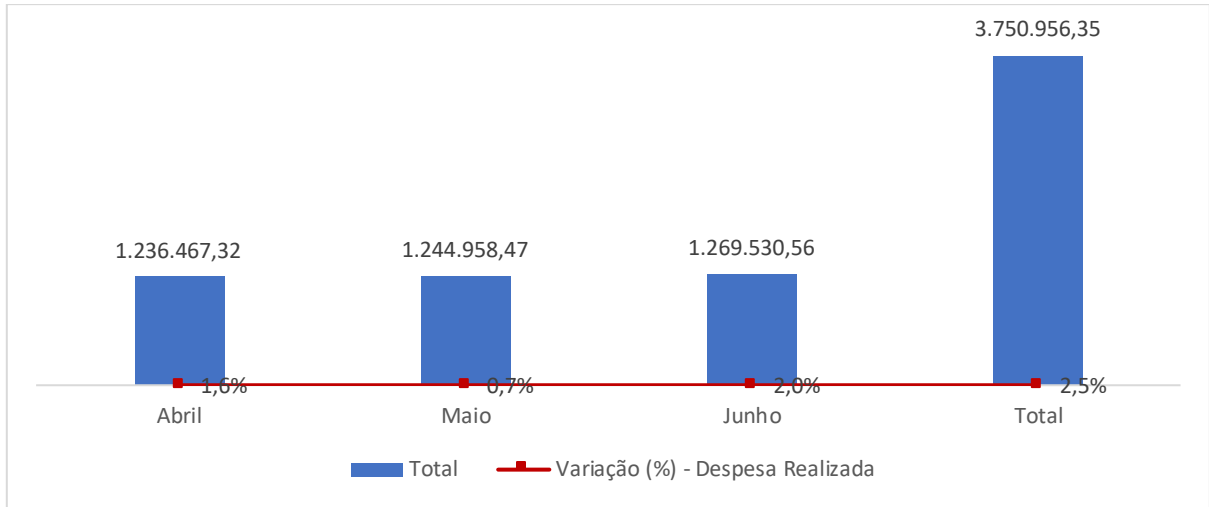
(conclusão)

SINDELP/PA	25.788,02	25.566,06	25.799,12	77.153,20
ADEPOL	288.235,92	286.556,73	305.551,71	880.344,36
FASPM	40,21	40,21	40,21	120,63
APEPA	1.803,20	1.803,20	1.803,20	5.409,60
SINDIFISCO	115.015,24	119.156,05	119.399,96	353.571,25
ASPA	6.576,77	10.867,32	12.077,51	29.521,60
UNIBRAS	6.557,73	6.508,73	6.680,23	19.746,69
CAPEMI	31.114,41	30.942,64	30.893,95	92.951,00
ASPBRAS	1.230,39	1.214,71	1.191,19	3.636,29
UPASP	86.063,33	84.716,81	83.332,07	254.112,21
PROASP	3.685,78	3.651,48	3.666,18	11.003,44
BANCLUB	15.875,98	15.834,81	15.791,70	47.502,49
ASCM/PA	56,84	56,84	56,84	170,52
ALIANÇA/FAP	4.627,95	4.580,42	4.580,91	13.789,28
INDESPCMEPA	8.839,60	9.408,00	9.408,00	27.655,60
ADECIMPA	147,00	147,00	147,00	441,00
ASMEOP	95,08	95,08	95,08	285,24
SINDSFEP	1.350,52	1.350,52	1.350,52	4.051,56
FEMPA	16.063,96	16.163,03	16.163,03	48.390,02
ASSOC. SERV. PUB...ADM DIR.	2.131,54	2.131,55	2.131,55	6.394,64
ASEMIPPA	782,04	840,84	801,64	2.424,52
ASSUBSAR	577,83	577,83	495,27	1.650,93
ACSPMBMPA	95,08	95,08	95,08	285,24
APPOMIBOMNP	92,71	92,70	92,70	278,11
FUNSAU	38,93	38,93	38,93	116,79
ASDAP	712,66	712,66	712,66	2.137,98
Total	1.236.467,32	1.244.958,47	1.269.530,56	3.750.956,35
Variações (%)	1,63%	0,69%	1,97%	2,47%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações deste Igepps e entre o montante realizado no 2º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 2,47%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 30 — Despesas Executadas – Consignações nas Folhas de Pagamento / Igepps - 2º trimestre



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.3 Consignações – em Folhas de Pagamento - Inativos / SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos ao 2º trimestre de 2025, descrito na tabela abaixo:

Tabela 86 — Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.

(continua)

Consignatária	2º Trimestre			
	Abril	Maio	Junho	Total
APPOMIBOMNP	45.333,13	45.611,25	45.425,84	136.370,22
FUNSAU	418.327,22	421.850,22	424.277,54	1.264.454,98
ASPOMIRE	33.085,51	32.692,57	32.606,72	98.384,80
FASPM	392.102,28	389.786,10	386.219,27	1.168.107,65
ASSUBSAR	80.078,01	79.912,90	79.665,24	239.656,15
ACSPMBMPA	181.031,56	181.506,96	181.316,80	543.855,32
COPM	20.991,60	26.812,80	26.812,80	74.617,20
SICOOB	442.673,00	454.020,59	455.958,14	1.352.651,73
ASPA	3.775,98	3.927,66	3.737,30	11.440,94
UNIBRAS	2.085,95	2.110,45	2.134,95	6.331,35
CAPEMI	10.830,88	10.789,04	10.789,04	32.408,96
ASPBRAS	290,57	290,57	290,57	871,71
UPASP	16.211,49	15.897,23	15.702,21	47.810,93
PROASP	935,90	935,90	877,10	2.748,90
BANCLUB	1.840,29	1.840,29	1.840,29	5.520,87

(conclusão)

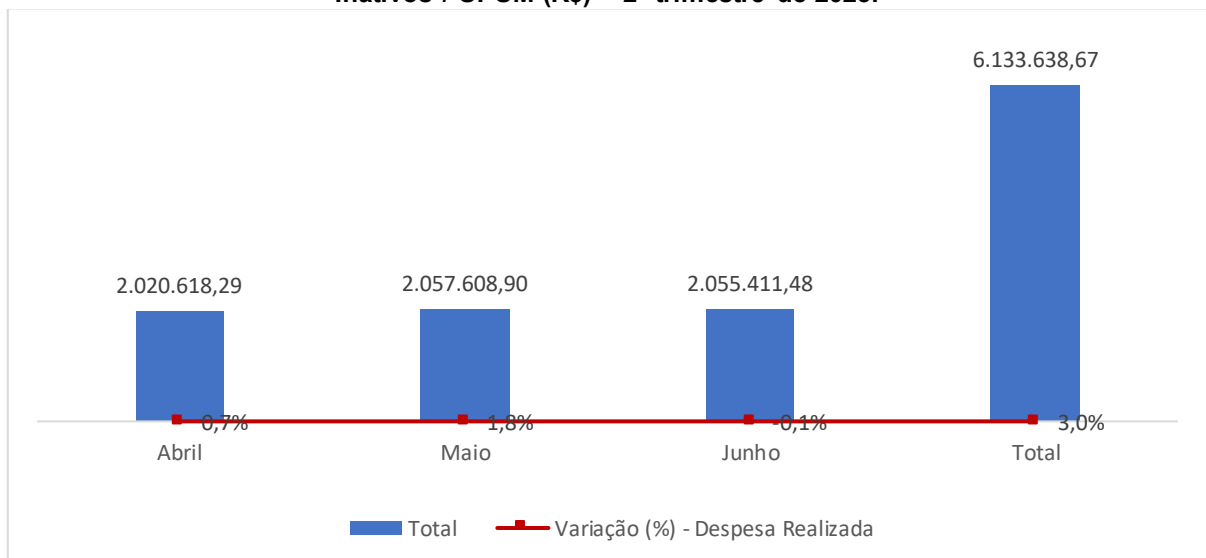
SCM/PA	3.234,98	3.291,82	3.348,66	9.875,46
ALIANÇA/FAP	849,76	849,76	849,76	2.549,28
INDESPCMEPA	209.176,47	228.582,26	229.052,65	666.811,38
ADECIMPA	7.412,72	7.412,72	7.412,72	22.238,16
ADMSPEP	388,08	388,08	388,08	1.164,24
ASMEOP	9.983,36	9.983,36	9.888,28	1.164,24
ASMIL	2.532,32	2.532,32	0,00	5.064,64
IDC	119,01	119,01	119,01	357,03
FEMPA	131.054,26	130.063,68	130.360,85	391.478,79
ASEMIPPA	6.273,96	6.401,36	6.337,66	19.012,98
Total	2.020.618,29	2.057.608,90	2.055.411,48	6.133.638,67
Variações (%)	0,67%	1,83%	-0,11%	3,03%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

A Consignatária ASMIL tinha Valores Retidos por Decisões Adm./Judiciais.

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações deste Igepps e entre os montantes realizados no 2 Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 3,03%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 31 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.4 Consignações / Convênios em Folhas de Pagamento em Geral - BANPARÁ/IASEP

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas

vinculadas ao BANPARA e ao Plano de Saúde IASEP - Governo do Estado do Pará em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 2º trimestre de 2025, descrito na Tabela 94.

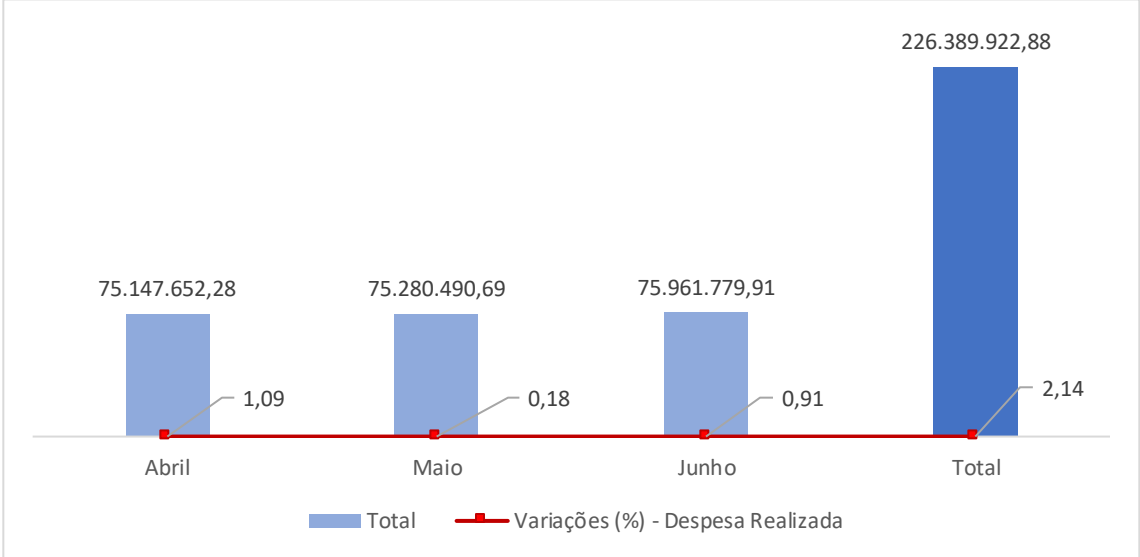
Tabela 87 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 2º trimestre de 2025.

Consignatárias	2º Trimestre			
	Abril	Maio	Junho	Total
BANPARA	51.976.088,37	51.662.408,02	52.446.879,24	156.085.375,63
IASEP/PAS	23.171.563,91	23.618.082,67	23.514.900,67	70.304.547,25
Total	75.147.652,28	75.280.490,69	75.961.779,91	226.389.922,88
Variações (%)	1,09%	0,18%	0,91%	2,14%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Consignações/Convênios deste IGEPPS e entre os montantes realizados no 2º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 2,14%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

Gráfico 32 — Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

7.2.2.5 Retenções - Contribuições Previdenciária/IRRF/Pensões Alimentícias

No que tange à execução de valores referentes às Retenções Obrigatórias em Folhas de Pagamentos no Igepps, bem como, o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos dos meses do 2º trimestre de 2025, descrito na tabela abaixo.

Tabela 88 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$) – 2º trimestre de 2025.

UG	Descrição	Contribuições Previdenciárias	IRRF	Pensão Alimentícia
840240	INATIVO-MILITAR	41.631.112,69	59.169.715,22	11.595.307,71
840220	INATIVO-DEFENSORIA	1.480.392,62	1.880.693,98	139.487,79
840202	INAT. CIV. EDUC.	26.712.866,10	76.626.559,96	680.034,83
840202	INAT. CIV. SAÚDE	138.693,21	980.493,79	28.566,75
840202	INAT. CIV. OUTROS	16.913.114,15	28.783.770,48	2.055.219,19
840234	PENS. TJ-PA. FUNPREV	0,00	550,98	0,00
840220	PENS. DEFENSORIA	256.808,38	439.720,32	0,00
840203	PENSION. CIVIL. FUNPREV	0,00	6.027,92	0,00
840221	PENSION. ALEPA	251.085,78	577.980,10	0,00
840224	PENS. TJ-PA. FINANPREV	904.721,35	1.835.726,05	25.643,12
840202	PENS. CIVIL. FINANPREV	6.868.056,90	15.700.861,03	116.872,85
840240	PENS. MILITAR	8.518.820,62	9.974.645,12	19.459,51
840240	PENS. ESP. MILITAR	559,71	828.923,69	0,00
Total		103.676.231,51	196.805.668,64	14.660.591,75

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

As Pensões Alimentícias têm os Valores Retidos por Decisões Administrativas/Judiciais, mensalmente. Em 2025, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com as Retenções em Folhas de Pagamentos deste Igepps e entre o montante realizado no 2º Trimestre. Assim, tivemos um acréscimo de 1,36%; de acordo com dados fechados no período e de acordo com as demandas setoriais.

7.2.8 AUXÍLIO MORTE/AUXÍLIO ACIDENTE – SPSM

No que tange à execução de valores referentes ao Auxílio Morte/Auxílio Acidente no Igepps; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados comparativos aos meses do 2º trimestre de 2025, está abaixo descrito.

Tabela 89 — Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 2º trimestre de 2025.

Auxílio Morte/Acidente-UG - 840240					
Sub-Elemento da Despesa		9028 - Projeto Atividade - Encargos - SPSM			
Código	Nome	Abril	Maio	Junho	Total
33909301	Indenizações	-	-	349.999,98	349.999,98
33909302	Restituições	129.409,93	146.396,98	215.860,14	491.667,05
Total		129.409,93	146.396,98	565.860,12	244.999,99
Variações (%)		-58,33%	13,13%	286,52%	-22,52%

Fonte: Siafe/Cofin/Igepps

No ano de 2025, houve variações percentuais entre as competências do período,

conforme demonstrado acima, bem como entre os montantes executados no referido trimestre. Assim, registrou-se um decréscimo de 22,52%, com dados consolidados e de acordo com as demandas setoriais.

7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

O Igepps, por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (COAS), promoveu ações que buscaram otimizar a forma de administrar gerenciar, fiscalizar e monitorar o andamento dos contratos que foram avençados com o instituto.

Nesse sentido, considerando a Lei nº 14.133/2021, foram realizadas novas contratações, bem como análise e revisão de todos os instrumentos em execução, com objetivo de proporcionar maior celeridade e transparência dos contratos, convênios, apostilamentos e aditivos em geral.

A tabela abaixo demonstra o desempenho da Coas no segundo trimestre de 2025 em relação aos contratos realizados pelo Igepps.

Tabela 90 — Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo Igepps – 2º trimestre de 2025.

Mês	Novos Contratos	Contratos Finalizados	Contratos Mantidos
Abril	01	02	101
Maio	00	03	98
Junho	01	04	94
Total	02	09	293

Fonte: Coas/Igepps

Na tabela a seguir tem-se os contratos realizados por modalidade no período abril a junho de 2025.

Tabela 91 — Modalidades dos Contratos Realizados pelo Igepps – 2º trimestre de 2025.

Modalidade	Abril	Maio	Junho	Total
Dispensa de Licitação	00	00	00	00
Inexigibilidade	04	07	20	31
Apostilamento	01	01	01	03
Ata de Registro de Preços	01	00	01	02
Termos Aditivos	02	03	03	08
Cooperação Técnica	00	00	00	00
Rescisão	00	00	00	00
Repactuação	00	01	00	01
Pregão Eletrônico	00	00	00	00
Dispensa Eletrônica	00	00	00	00
Termo de Convênio	00	00	00	00

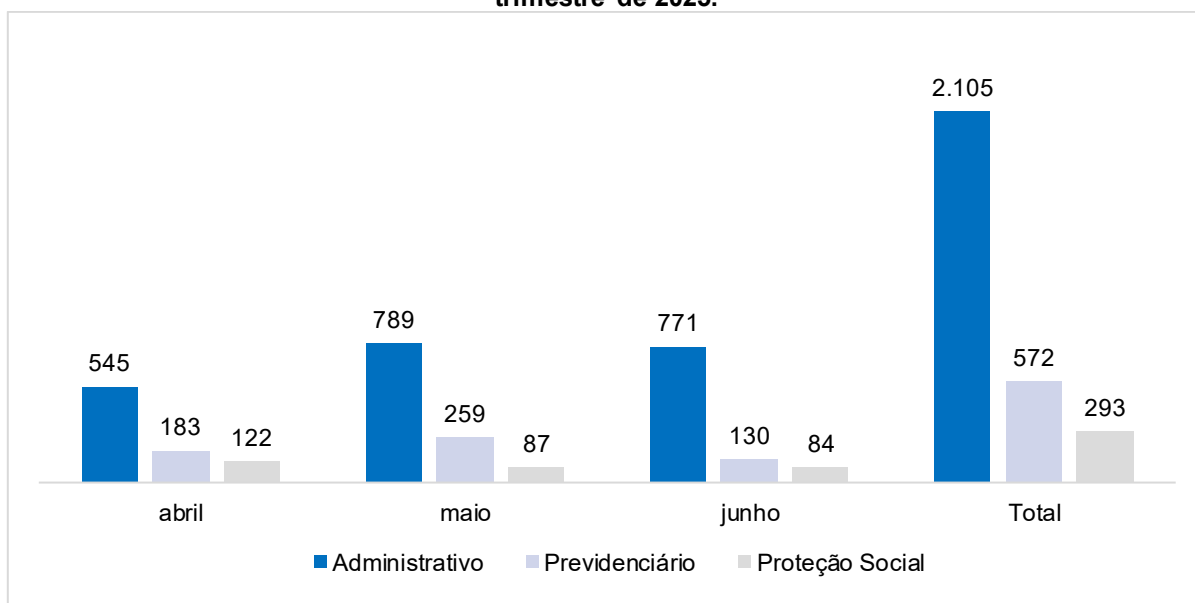
Fonte: Coas/Igepps

7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

O Núcleo de Controle Interno está dividido em três áreas de atuação, dada a especificidade das matérias analisadas, cabendo à área previdenciária analisar as concessões de aposentadoria e pensão dos segurados civis - atividade finalística do Igepps, enquanto à área administrativa compete efetuar análise dos demais processos encaminhados, tais quais, contratos, liberação de créditos, taxa de administração, suprimento de fundos, RPV, quitação definitiva, judicial, honorários de processos administrativos, folha suplementar, folhas de pagamento, diárias, conformidade de fundos, capacitação de pessoal, auxílio morte e funeral e à área de proteção social analisar as concessões de pensão por morte, reserva e reforma dos segurados militares.

No segundo trimestre de 2025, comparado ao primeiro, houve um aumento no número total de processos encaminhados a este NCI. Essa variação positiva ocorreu principalmente devido ao crescimento da demanda do Igepps no âmbito administrativo, que passou de 1.215 processos no primeiro trimestre para 2.105 processos no segundo trimestre. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra a distribuição dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social no período de abril a junho de 2025.

Gráfico 33 — Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados - 2º trimestre de 2025.



Fonte: Coas/Igepps

O gráfico acima apresenta a distribuição dos processos do NCI nas quatro categorias: "total", "administrativo", "previdenciário" e "proteção social", referentes ao período de abril a junho de 2025. Em abril, foram analisados 850 processos, dos quais 64% correspondiam a

processos administrativos, 22% a processos previdenciários e 14% a processos de proteção social. Em maio, o total de processos aumentou para 1.135, sendo 70% administrativos, 23% previdenciários e 7% de proteção social. Já em junho, o número total foi de 985 processos, com 78% classificados como administrativos, 13% previdenciários e 9% de proteção social.

A análise dos dados ao longo dos três meses, revela uma tendência geral de crescimento no total de processos encaminhados ao NCI. No 2º trimestre de 2025, foram enviados 2.970 processos, dos quais 71% (n = 2106) eram de natureza administrativa, 19% (n= 572) eram previdenciários e 10% (n = 296) eram da proteção social.

Tabela 92 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 2º trimestre de 2025.

	Total		Administrativo		Previdenciário		Proteção Social	
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)
Abril	850	1%	545	4%	183	-28%	122	42%
Maio	1.135	25%	789	31%	259	29%	87	-29%
Junho	985	-15%	771	-2%	130	-99%	84	-3%
Total	2.970	32%	2.105	73%	572	-19%	293	-11%

Fonte: NCI/Igepps

Conforme os dados apresentados na tabela acima, verificou-se, no mês de abril de 2025, uma variação de 1% no quantitativo de processos encaminhados a este Núcleo de Conformidade Interna (NCI). Em maio de 2025, observou-se um acréscimo de 25% em relação ao mês imediatamente anterior. No mês subsequente, junho de 2025, foi registrada uma redução de 15% no volume de processos recebidos. Ressalta-se, de forma expressiva, a diminuição de 99% no número de processos relacionados à previdência social, quando comparado ao mês anterior, bem como uma queda de 19% em relação à média do primeiro trimestre de 2025. Quando comparado ao mesmo período de 2024, verificou-se, também, uma diminuição de 46% no total de processos previdenciários encaminhados a este NCI.

Em abril de 2025, foram analisados 850 processos por este NCI, o que representa uma leve redução de 1% em relação ao mês anterior. Essa diminuição está relacionada à queda no volume de processos relativos à concessão de benefícios previdenciários, parcialmente compensada pelo aumento nas análises de processos de proteção social. Nesse mês, observou-se um crescimento de 4% na análise dos processos administrativos e um expressivo aumento de 42% nas análises de proteção social, ao passo que as análises previdenciárias apresentaram uma queda de 28%.

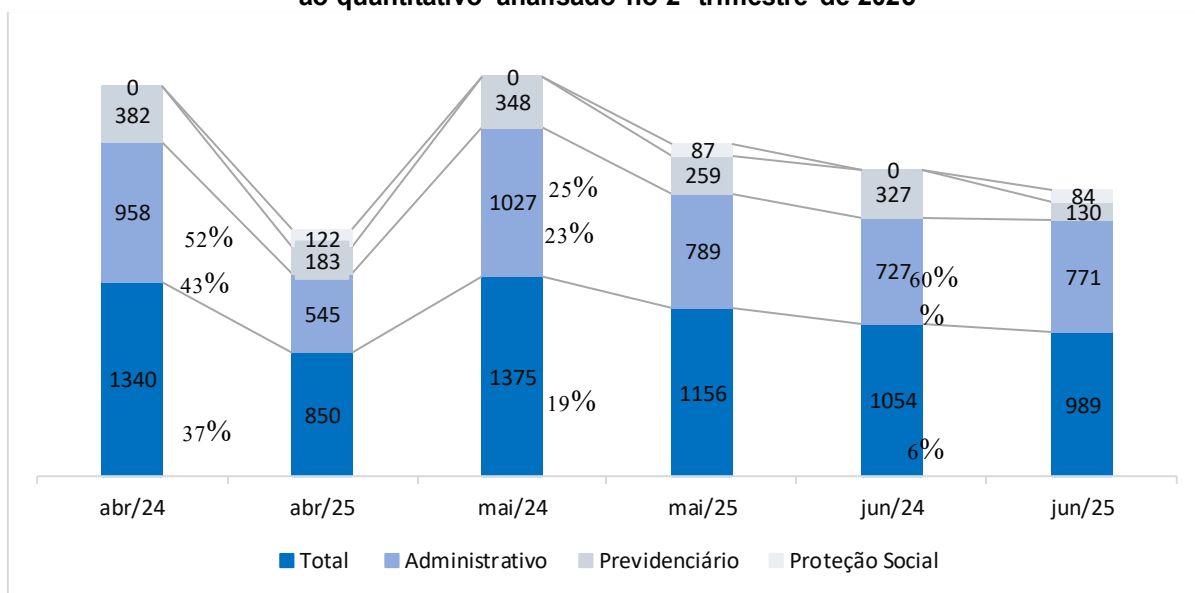
Em maio de 2025, este NCI analisou 1.135 processos, o que corresponde a um aumento de 25% em relação ao mês anterior. Esse crescimento deve-se, principalmente, à elevação no número de processos relacionados à concessão de benefícios administrativos e

previdenciários. Especificamente, as análises dos benefícios administrativos apresentaram um acréscimo de 31%, enquanto as análises previdenciárias aumentaram 29%. Em contrapartida, as análises de proteção social registraram uma redução de 29% no mesmo período.

Em junho de 2025, este NCI analisou 985 processos, representando uma redução de 15% em comparação ao mês anterior. Essa diminuição decorre, principalmente, da queda no volume de processos relacionados à concessão de benefícios previdenciários. Nesse período, observou-se uma redução de 2% nas análises da área administrativa, de 99% na área previdenciária e de 3% na área de proteção social.

O gráfico apresenta uma comparação entre o número de processos analisados pelo NCI no 1º trimestre de 2025 e o mesmo período de 2024. Verifica-se uma redução de 21% no total de processos analisados em 2025, em relação ao ano anterior. Tal decréscimo decorre, predominantemente, da redução no quantitativo de processos de natureza previdenciária submetidos à apreciação no período considerado.

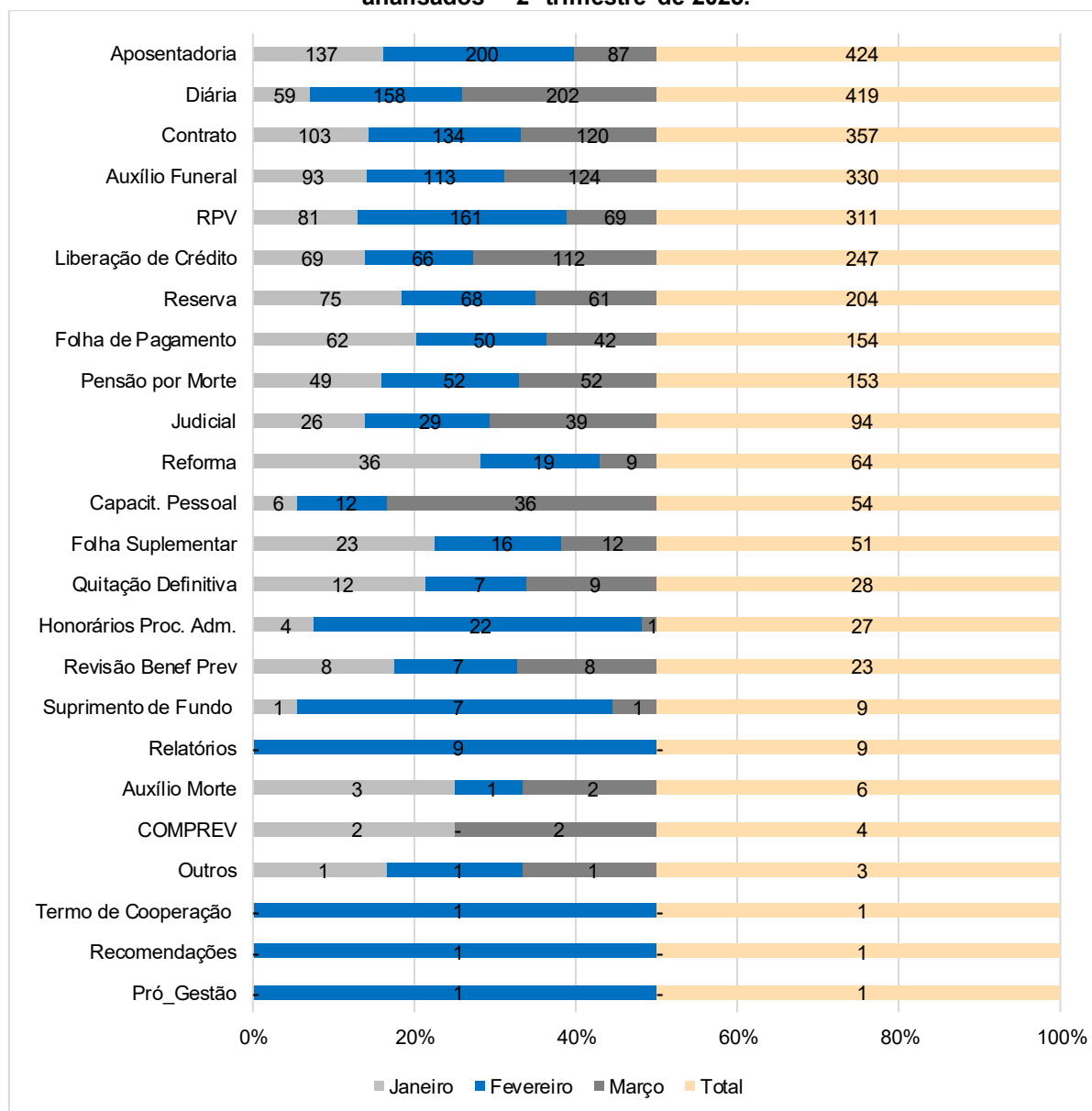
Gráfico 34 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 2º trimestre de 2024 comparado ao quantitativo analisado no 2º trimestre de 2025



Fonte: NCI/Igepps

No gráfico a seguir, observa-se que ao longo do 2º trimestre de 2025, os três principais procedimentos enviados a este NCI foram os de concessão de aposentadoria, diária e contrato. Esses três procedimentos corresponderam a 40% do total de trâmites enviados ao NCI. Ademais, destaca-se que houve aumentos significativos em junho nos trâmites dos processos de diárias, liberação de crédito e capacitação de pessoal, devido ao aumento da demanda dessas operações nesse mês.

Gráfico 35 — Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 2º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/Igepps

No campo previdenciário, destaca-se que desde 2020, os processos de concessão de aposentadorias passaram a ser encaminhados à apreciação do NCI. Essa iniciativa evidencia o compromisso do Instituto com as orientações dos Órgãos de Controle Externo, notadamente o Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA. Esse alinhamento estratégico atribuiu ao NCI a responsabilidade pela análise prévia das concessões de aposentadoria, antes de serem submetidas à avaliação pelo Tribunal de Contas.

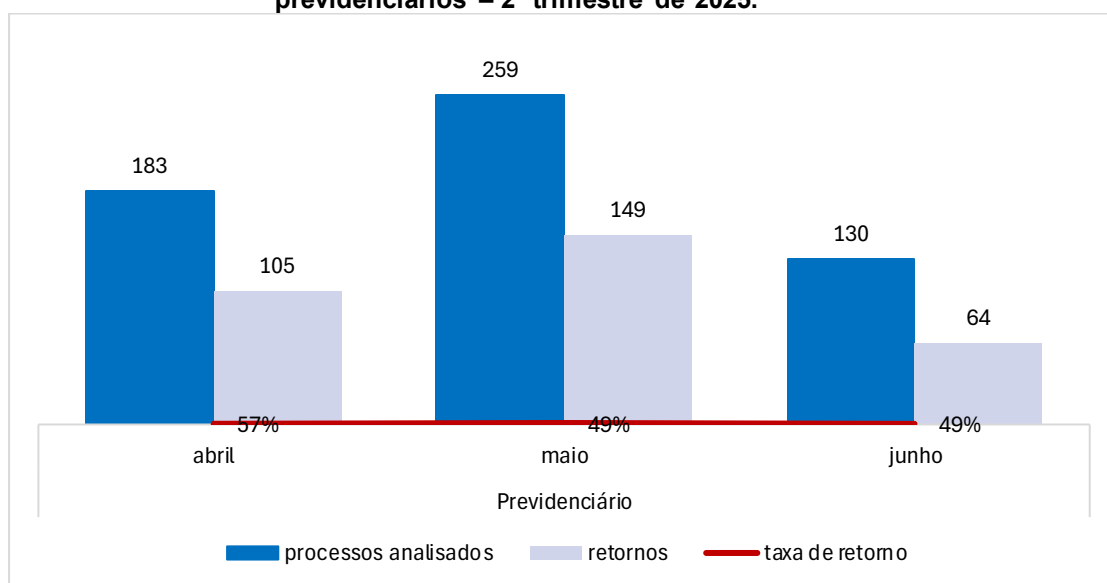
Os processos de pensão por morte dos civis passaram a vir para este NCI

considerando a Ordem de Serviço Nº 001/20241 (PAE nº 2024/664654), que estabeleceu que a partir de junho de 2024 todos os processos de concessão e revisão de benefícios previdenciários ou similares deviam ser enviados ao NCI para análise de conformidade.

Esse processo assegura uma dupla verificação de conformidade dos atos, com o objetivo de mitigar erros e inconsistências que possam ser identificadas em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de problemas compreendidos como inerentes a uma sistemática de controle interno baseado no COSO (*The Comitê of Sponsoring Organizations*).

No 2º trimestre de 2025, foram examinados um total de 572 processos de aposentadorias e pensões no âmbito previdenciário. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários no período de abril a junho de 2025.

Gráfico 36 — Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários – 2º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/Igepps.

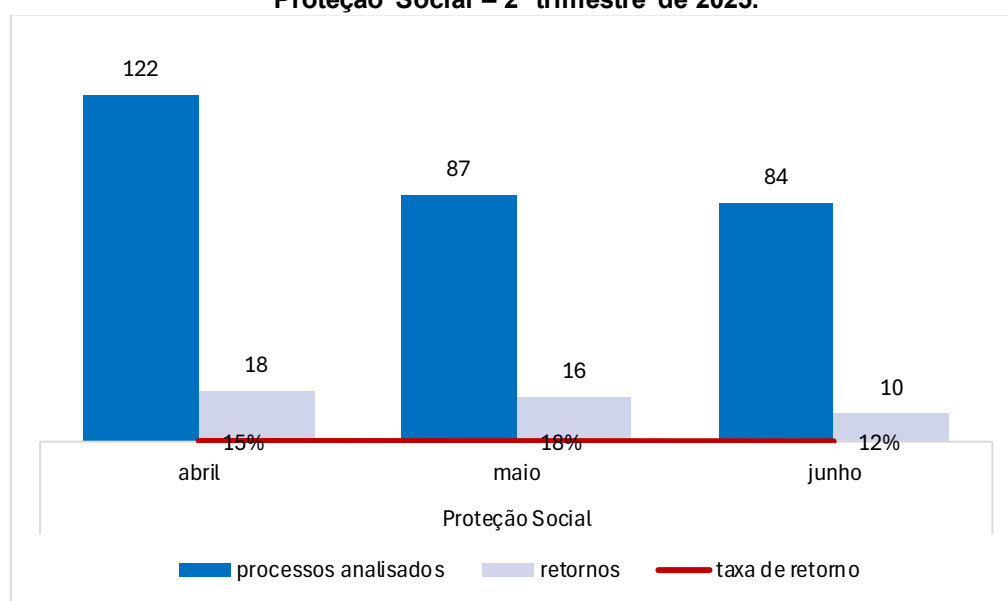
Quanto à esfera previdenciária, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAAH) é de 52%. Esses retornos ocorrem, em sua maioria, devido a diversas razões, incluindo discrepâncias na fundamentação legal e no valor do benefício, erros nos cálculos

¹ A Ordem de Serviço nº 01/2024 - Memorando Circular nº 14/2024 (PAE nº 2024/664654), determinou que todos os processos de concessão e revisão, seja de benefícios previdenciários ou congêneres, seja encaminhado ao NCI para análise de conformidade. Sendo os processos de Reserva e Reforma da DPSM, só serão encaminhados a partir de julho de 2024.

apresentados, divergências na interpretação da norma por parte dos técnicos previdenciários, ou ainda, para esclarecimentos adicionais, visando sempre a conformidade do processo para assinatura da Portaria de concessão pelo Presidente do Instituto e, posterior, registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

No 2º trimestre de 2025, foram examinados um total de 293 processos de reservas e reformas no âmbito da proteção social. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos de proteção social no período de abril a junho de 2025.

Gráfico 37 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 2º trimestre de 2025.

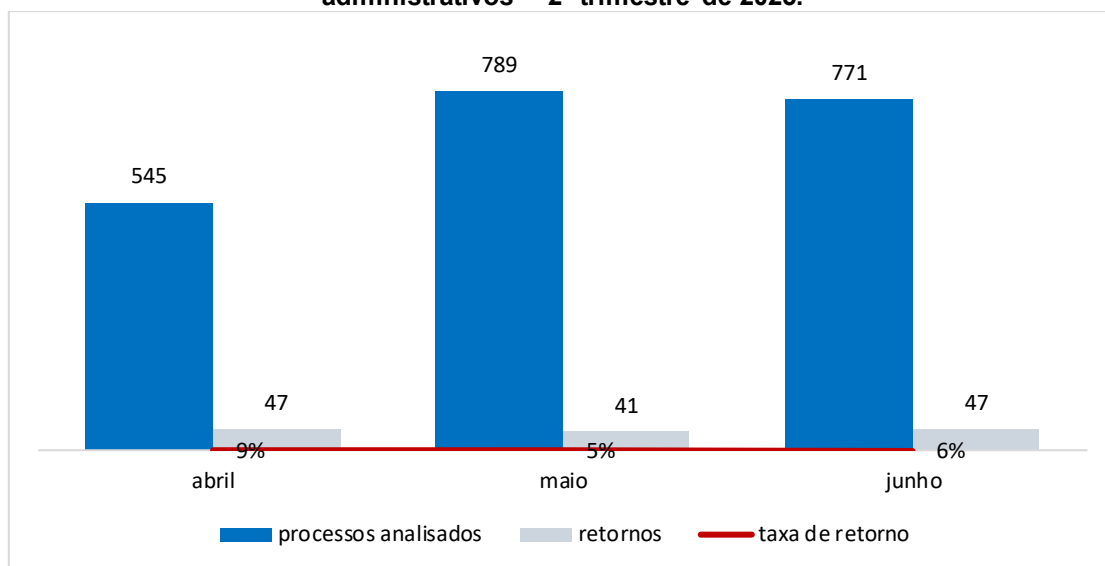


Fonte: NCI/Igepps

Quanto à proteção social, a variação nas análises e o quantitativo de retornos nos processos de reserva e reforma é menor do que nos processos previdenciários. A variação no quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos de reserva e reforma dos militares mostra uma demanda mais estável, com um leve aumento de abril a maio, seguida de uma queda mais acentuada de maio a junho.

A atuação do Núcleo de Controle Interno é permanente e diligente não apenas nos processos que versam sobre benefícios concedidos a civis e a militares, mas diante de toda e qualquer demanda encaminhada para apreciação pelos Agentes Públicos de Controle, conforme pode ser visto no gráfico abaixo. Esse comprometimento visa garantir uma gestão mais confiável e dentro dos parâmetros legais, com o objetivo de assegurar a correta utilização dos recursos públicos de maneira eficaz e transparente, propiciando a colaboração com o controle externo e viabilizando o controle social.

Gráfico 38 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 2º trimestre de 2025.



Fonte: NCI/Igepps

Quanto à esfera administrativa, impede destacar que os retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/financeiros; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor; e inconsistência de dados nas conciliações bancárias das unidades gestoras.

7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A imagem institucional do Igepps diz respeito à forma como os segurados, beneficiários e a sociedade em geral percebem o instituto.

O Igepps trabalha incansavelmente para garantir credibilidade e confiança na administração pública.

7.5.1 Premiação e certificações

A Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM), certificou o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – Igepps, no 3º lugar com o melhor desempenho em investimentos, elevando o Estado do Pará no ranking nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que em 2023 ocupava a 10ª posição, mostrando assim um avanço significativo na qualidade da gestão dos recursos do Fundo Previdenciário do Estado do Pará (Funprev), sob responsabilidade do Igepps.

Figura 4 — Certificado ABIPEM – 2º trimestre de 2025.



Fonte: Igepps

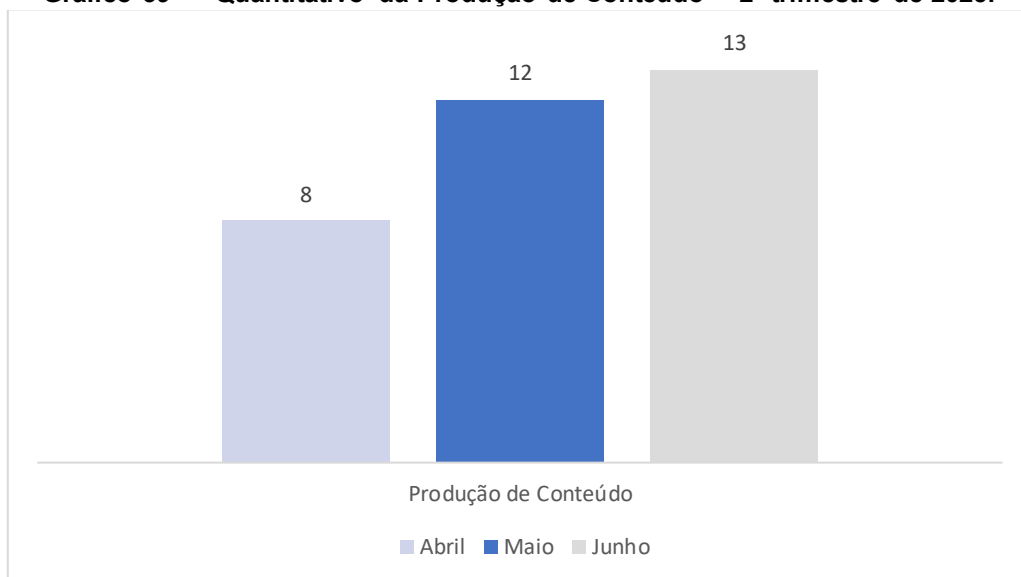
Figura 5 — Premiação ABIPEM – 2º trimestre de 2025



Fonte: Igepps

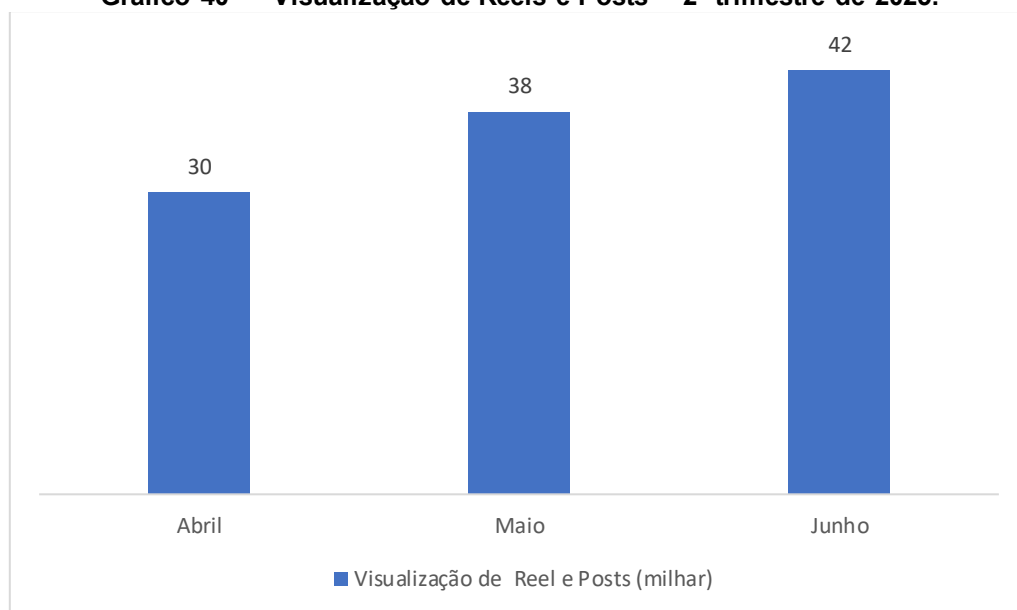
7.5.2 Principais Resultados na Plataforma Instagram

No segundo trimestre de 2025, a Assessoria de Comunicação demonstrou evolução contínua no desempenho de suas ações. Destaque para o crescimento expressivo nas visualizações de conteúdos digitais, aumento do alcance junto a novos públicos e a intensificação da produção de conteúdos estratégicos.

Gráfico 39 — Quantitativo da Produção de Conteúdo – 2º trimestre de 2025:

Fonte: Ascom/Igepps

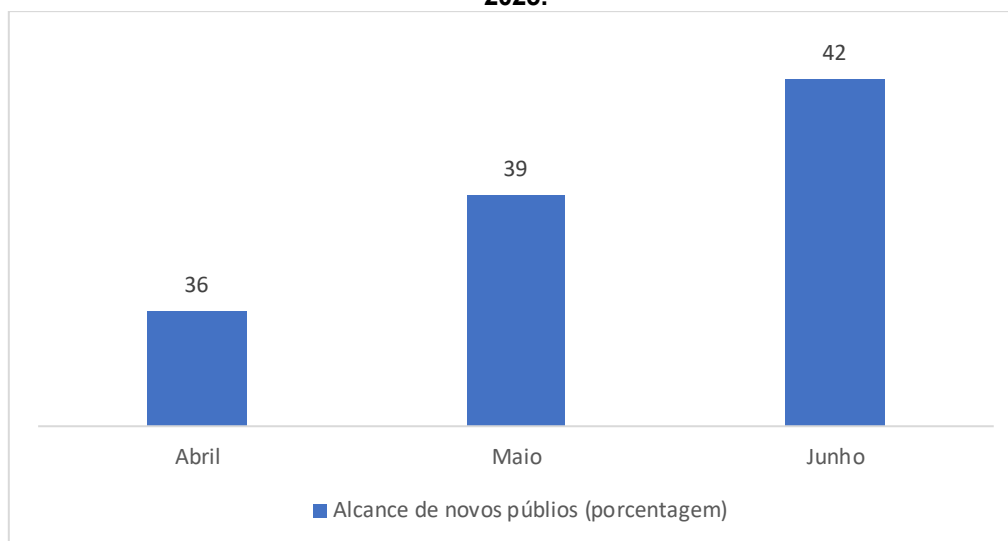
Total no trimestre: 25 reels e 8 posts publicados, com distribuição constante ao longo dos meses, promovendo regularidade e presença institucional nas redes.

Gráfico 40 — Visualização de Reels e Posts – 2º trimestre de 2025:

Fonte: Ascom/Igepps

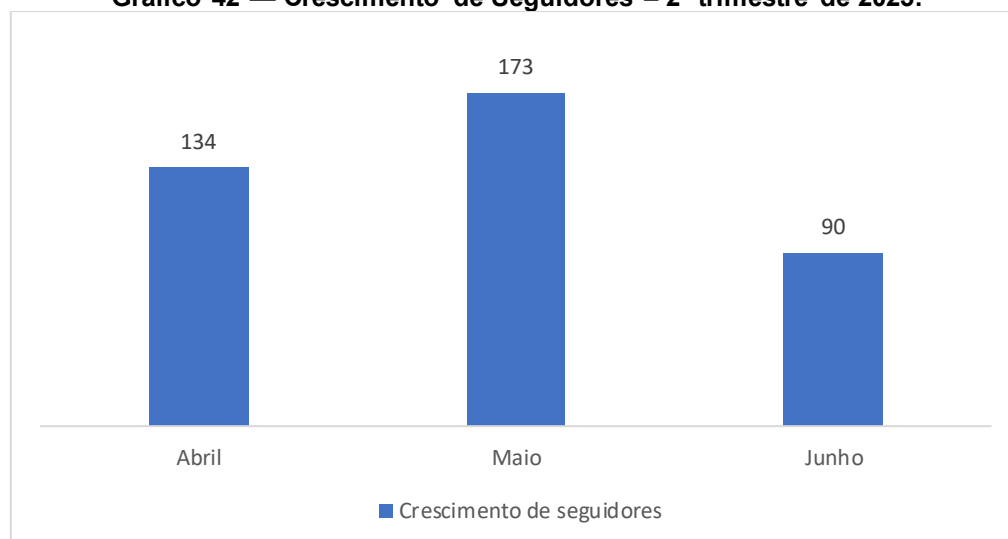
Total acumulado no trimestre: 110 mil visualizações, evidenciando crescimento contínuo e fortalecimento do alcance institucional.

Gráfico 41 — Alcance de Novos Públicos (Visualizações por não seguidores) – 2º trimestre de 2025:



Fonte: Ascom/Igepps

Gráfico 42 — Crescimento de Seguidores – 2º trimestre de 2025:



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.2.1 Benefícios e Impactos Institucionais

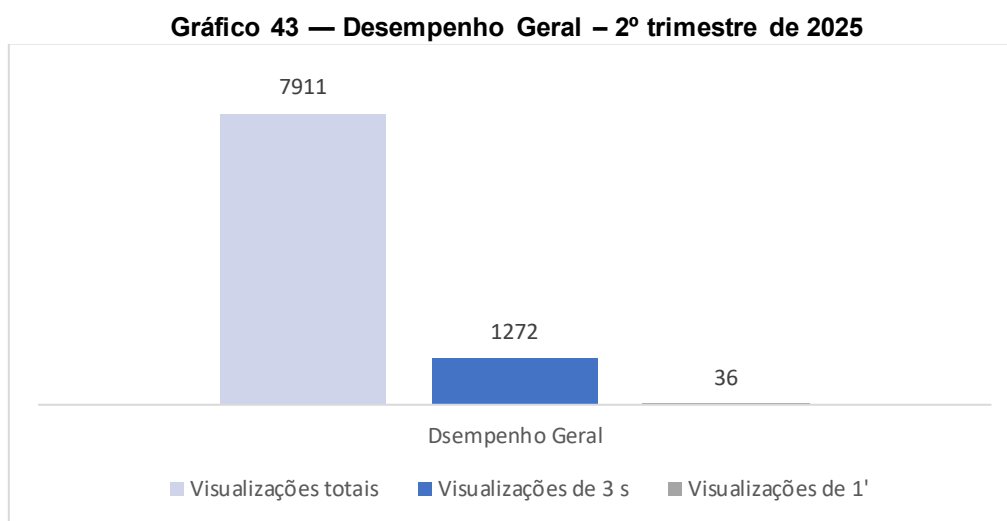
Relevância Institucional: O aumento contínuo nas visualizações e no engajamento confirma a efetividade da estratégia de comunicação adotada, fortalecendo a imagem institucional e promovendo maior transparência e aproximação com os públicos de interesse.

Alcance Social: O expressivo percentual de visualizações por não seguidores (42% no trimestre) revela o sucesso das ações em expandir o conhecimento da marca institucional para novos públicos.

Apoio à Governança: Os dados demonstram aderência às diretrizes de governança e contribuem para o cumprimento dos requisitos de transparência exigidos no Nível IV do Pró-Gestão.

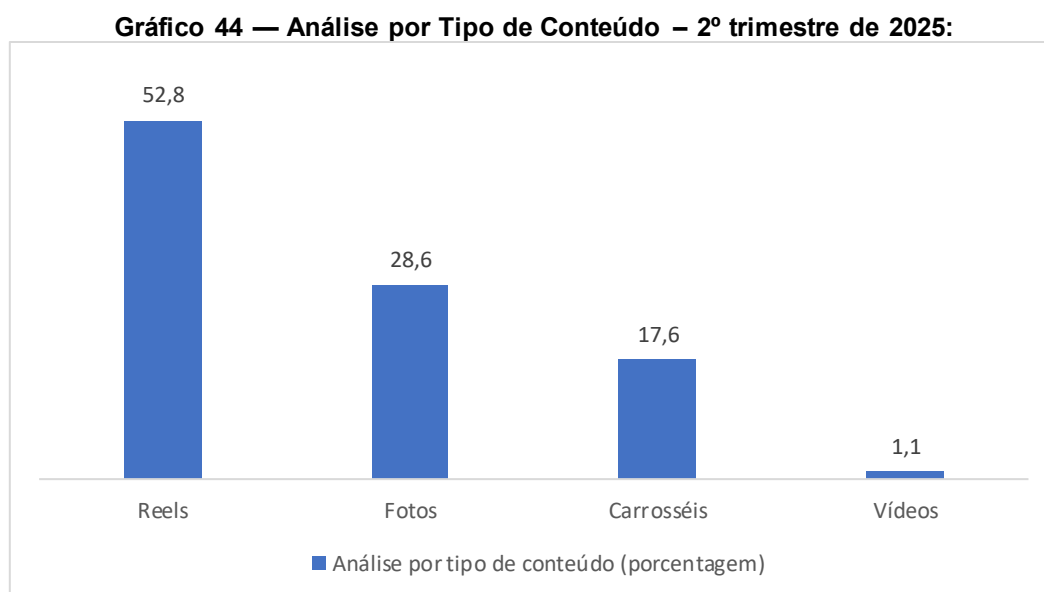
7.5.3 Principais Resultados na Plataforma Facebook

Durante o segundo trimestre de 2025, a Assessoria de Comunicação também manteve foco na comunicação orgânica e estratégica na plataforma Facebook, com conteúdo voltado à ampliação da visibilidade, engajamento com públicos diversos e fortalecimento da imagem do Instituto junto aos seguidores e novos visitantes.



Fonte: Ascom/Igepps

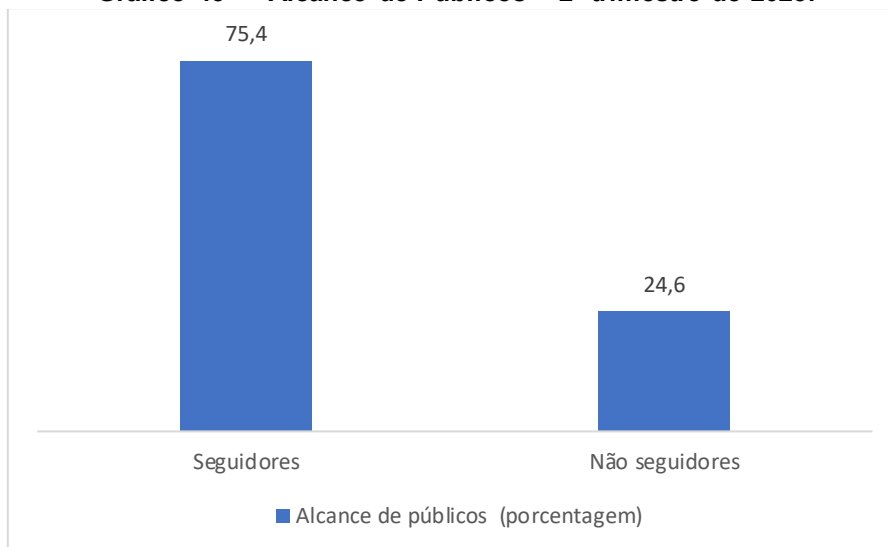
O desempenho apresentou regularidade ao longo do trimestre, com picos de engajamento nos períodos entre os dias 6 a 10 de junho e 11 a 18 de junho, indicando o sucesso pontual de determinados conteúdos.



Fonte: Ascom/Igepps

O destaque vai para os reels, que lideraram em volume de visualizações, evidenciando o apelo desse formato dinâmico e de rápida entrega da mensagem institucional.

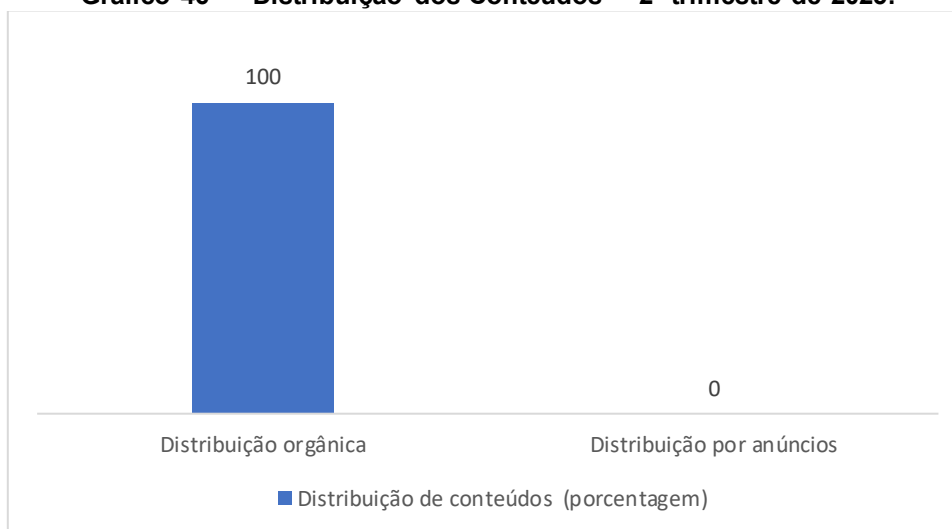
Gráfico 45 — Alcance de Públicos – 2º trimestre de 2025:



Fonte: Ascom/Igepps

Observa-se que aproximadamente um quarto do público atingido não fazia parte da base de seguidores, o que demonstra o potencial da página para atrair novos perfis e reforça a capacidade de disseminação orgânica do conteúdo.

Gráfico 46 — Distribuição dos Conteúdos – 2º trimestre de 2025:



Fonte: Ascom/Igepps

Todos os resultados foram alcançados sem investimento em mídia paga, o que reforça a eficiência e a relevância dos conteúdos publicados para os públicos-alvo.

7.5.3.1 Considerações Finais

Relevância Estratégica: O trimestre confirma o papel do Facebook como plataforma complementar à presença institucional, contribuindo para o alcance e a construção de autoridade junto a públicos estratégicos.

Eficiência Comunicacional: Com desempenho 100% orgânico, os resultados obtidos refletem uma comunicação eficaz, pautada por consistência, economia de recursos e alinhamento com os objetivos institucionais.

Expansão Potencial: O percentual significativo de visualizações por não seguidores reforça a importância da continuidade e da inovação nos formatos, sobretudo em reels, como ferramenta para ampliar o impacto institucional.

7.5.4 Campanhas Ascom/Igepps

No segundo trimestre de 2025, a Assessoria de Comunicação fez a cobertura de vários eventos do Instituto de Gestão Previdenciária e proteção Social do Estado (Igepps), como a seguir.

7.5.4.1 Programa de Inovação do Igepps

A importância da cultura de inovação para o desenvolvimento do setor público foi tema de um encontro promovido pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado (Igepps), que reuniu na sede do órgão, em Belém, servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A troca de experiências teve participação de especialistas no tema. Os participantes debateram sobre os efeitos da mudança de mentalidade dos colaboradores de organizações públicas e privadas, que investem na cultura de Inovação, para adaptação às mudanças do mercado. A Assessoria de Comunicação produziu todo o material para a divulgação do evento e matéria para o site Agência Pará.

Figura 6 — Inovação do Igepps – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.2 Igepps itinerante

Para divulgação do programa itinerante do Igepps, a Ascom produziu cartaz, banner e card, informando sobre os serviços ofertados pelo Instituto nas unidades móveis no segundo trimestre de 2025.

Figura 7 — Igepps Itinerante – 2º trimestre de 2025

IGEPPS ITINERANTE 2025

Confira as datas >>>

REGIÃO GUAMÁ / CAETÉ / MARAJÓ

- S. Miguel do Guamá - 9 a 11/4
- Sta. Maria do Pará - 15 a 17/4
- São D. do Capim - 23 a 25/4
- Inhangapi - 30/4 a 2/5
- Visou - 7 a 9/5
- Augusto Correa - 14 a 16/5
- Bragança - 21 a 30/5

REGIÃO GUAMÁ / CAETÉ / MARAJÓ

- Salinópolis - 4 a 11/6
- Peixe-Boi - 16 a 19/6
- Nova Timboteua - 24 a 27/6
- Salvaterra - 2 a 11/7
- Soure - 16 a 25/7
- Muaná - 30 a 8/8
- Breves - 13 a 22/8

REGIÃO BAIXO AMAZONAS / TAPAJÓS

- Rurópolis - 11 a 17/4
- Belterra - 24/4 a 2/5
- Aveiro - 7 a 16/5
- Praíha - 21 a 30/5
- Monte Alegre - 4 a 13/6
- Alenquer - 18 a 27/6
- Óbidos - 2 a 11/7

REGIÃO BAIXO AMAZONAS / TAPAJÓS

- Oriziminá - 16 a 25/7
- Juruti - 30/7 a 8/8
- Terra Santa - 13 a 22/8
- Faro - 27/8 a 5/9
- Novo Progresso - 11 a 19/9
- Itaituba - 24/9 a 3/10

SERVIÇOS DISPONÍVEIS

- CONSULTA PROCESSUAL
- EMISSÃO DE CONTRACHEQUES
- REQUERIMENTOS
- REVISÃO DO BENEFÍCIO
- PENSÃO POR MORTE
- REVERSÃO AO SERVIÇO ATIVO
- AUXÍLIO FUNERAL
- QUISÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA
- LIBERAÇÃO DE CRÉDITO
- CADASTRO DE CONTA CORRENTE
- RETIFICAÇÃO DE DIRF E CÉDULA C
- FICHA FINANCEIRA
- EMISSÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
- HISTÓRICO DE CONTRIBUIÇÃO

Fonte: Ascom/Igepps

Figura 8 — Igepps Itinerante – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

Figura 9 — Atendimento Igepps Itinerante – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/66847/atendimento-itinerante-doigepps- chega-a-regiao-de-integracao-do-guama>

7.5.4.3 Treinamento sobre Manulização e mapeamento de processos

No segundo trimestre de 2025, a Assessoria de Comunicação divulgou e acompanhou o treinamento sobre manualização e mapeamento de processos para o serviço público, ação executada por meio do Programa de Inovação do Igepps.

Figura 10 — Treinamento – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

Figura 11 — Treinamento – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.4 Oficina de Inclusão Digital

Prevista no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), em vigor há mais de 20 anos no Brasil, a inclusão digital é um direito de toda pessoa com mais de 60 anos. Para garantir a conectividade dessa parcela da população e estimular o exercício da cidadania, assim como o acesso a direitos fundamentais e à saúde emocional, o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) oferece aos segurados vários serviços virtuais, entre os quais atendimento, consulta de processos e recadastramento previdenciário. Diante da necessidade dos beneficiários para que estejam aptos ao acesso às facilidades dos sistemas eletrônicos, a autarquia realiza a oficina de inclusão digital para desenvolvimento de

habilidades digitais. A Ascom produziu todo o material para a divulgação da ação, incluindo banner, cartaz, carrossel, card, vídeo para as redes sociais e matéria jornalística para o site Agência Pará.

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/66792/instituto-de-gestao-previdenciariaincntiva-inclusao-digital-de-idosos>

Figura 12 — Treinamento – 2º trimestre de 2025

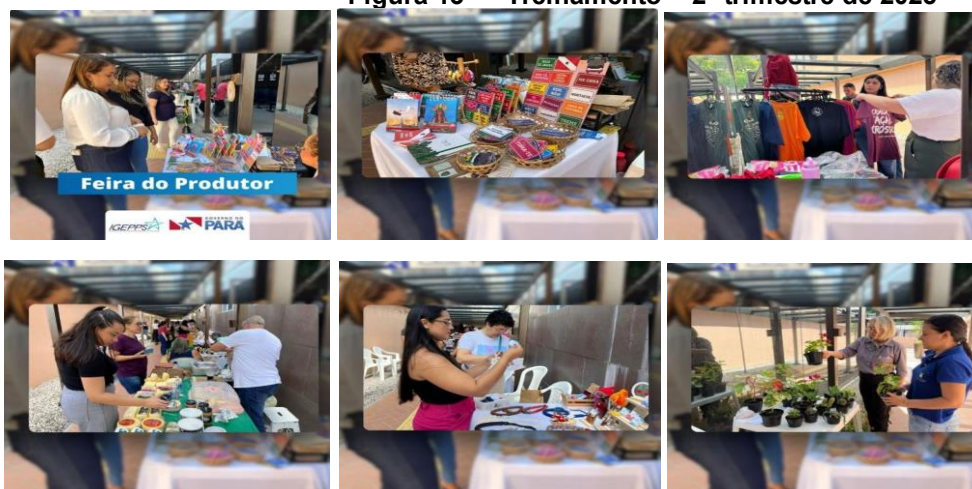


Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.5 Feira do Produtor

A Assessoria de Comunicação produziu banner e carrossel, para divulgação institucional, por meio da intranet, além de cartaz para comunicar aos servidores sobre a realização da Feira do Produtor, que acontece mensalmente.

Figura 13 — Treinamento – 2º trimestre de 2025

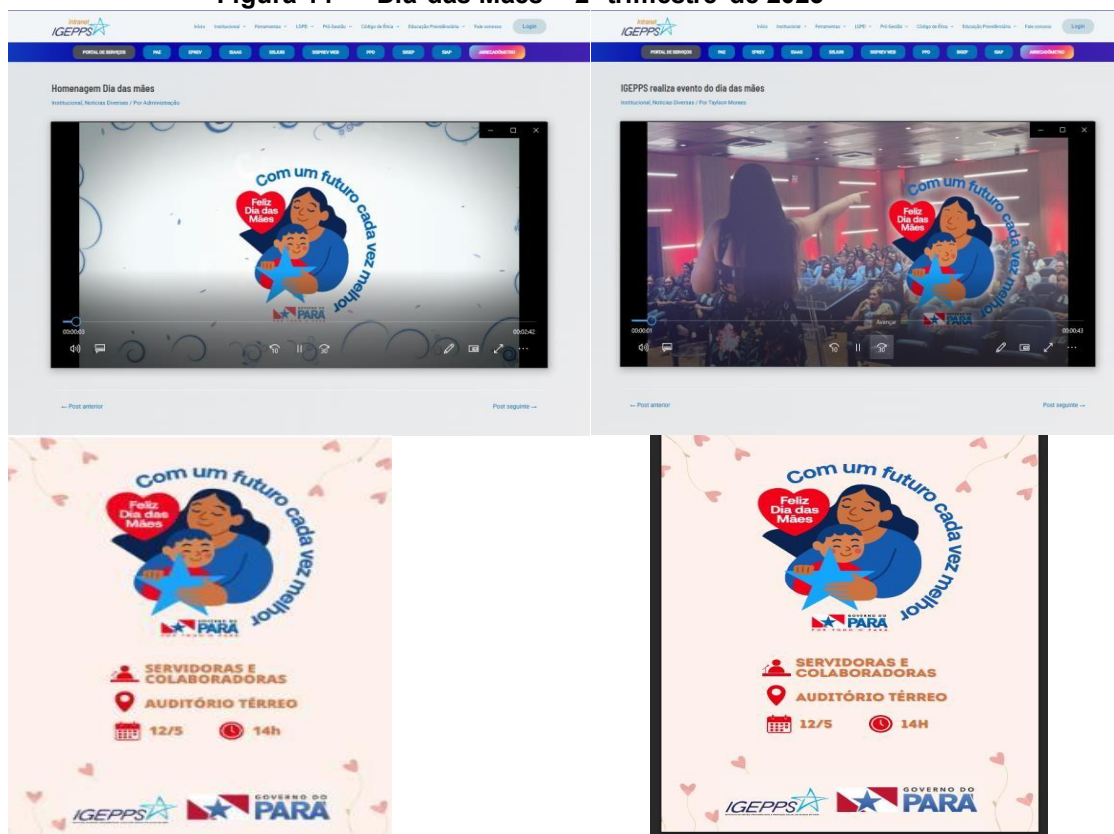


Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.6 Dia Das Mães

O Igepps reuniu servidoras e colaboradoras em um evento especial alusivo ao Dia das Mães. A assessoria de comunicação produziu todo o material para a divulgação do evento

Figura 14 — Dia das Mães – 2º trimestre de 2025



CARD EMAIL

Fonte: Ascom/Igepps

CARTAZ A4

7.5.4.6 Programa Viver bem

Transformar o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado (Igepps) em um centro integrado de convivência, acolhimento e atuação multidisciplinar é um dos principais pilares do programa “Viver Bem”. A iniciativa foi apresentada durante evento que reuniu servidores, colaboradores e convidados, e marca uma nova etapa na política de cuidado com os mais de 55 mil segurados da autarquia. A assessoria de comunicação produziu todo o material para a divulgação e matéria jornalística para o site Agência Pará.

<https://www.agenciapara.com.br/noticia/67308/igepps-lanca-programa-para-humanizacaodos-servicos-previdenciarios>

Figura 15 — Viver Bem – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

Figura 16 — Viver Bem – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

Figura 17 — Viver Bem – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.7 Workshop Inteligência Artificial

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social, por meio da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTIN), realizou um workshop sobre inteligência artificial. A capacitação, que fez parte do projeto Inova Igepps, ocorreu no auditório localizado na sede do Igepps, em Belém. A assessoria de comunicação produziu as artes para a divulgação do evento.

Figura 18 — Capacitação – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.8 Capacitação Previdenciária Complementar

Treinamento destacou o Regime de Previdência Complementar nos aspectos constitucionais, legais e regulamentares e os impactos recentes das reformas no sistema previdenciário. A assessoria de comunicação produziu as artes para divulgar a programação.

Figura 19 — Capacitação – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

7.5.4.9 Líderes do Futuro

A comissão de inovação realizou a segunda reunião de “Líderes do Futuro”, como parte da programação do projeto Inova Igepps. A assessora de planejamento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Ana Kruger, atuou como mediadora do evento, que reuniu gestores e servidores do Instituto. A assessoria de comunicação produziu as artes para a divulgação do evento.

Figura 20 — Líderes do Futuro – 2º trimestre de 2025



Fonte: Ascom/Igepps

7.6 3ª Semana de Conciliação de Recuperação de crédito

Desde 2023 o Igepps vem trabalhando a recuperação de crédito a fim de resgatar valores pagos indevidamente. Ao longo do tempo, o Instituto vem ofertando mais canais de atendimento com o intuito de facilitar o acesso aos serviços previdenciários e patronais do Estado.

No segundo trimestre de 2025, especificamente no mês de junho, ocorreu a terceira

edição da semana de conciliação do Igepps, com atendimentos tanto on-line, quanto na sede em Belém e agências do interior do Estado.

Durante essa semana foram realizados o quantitativo de 44 atendimentos realizados, dos quais resultaram em 57% de acordos extrajudiciais, ou seja, 26 conciliações que representam o valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) de recurso recuperado que retorna aos cofres do fundo previdenciário.

O Igepps sempre prioriza o atendimento conciliatório, facilitando o aceso dos segurados aos seus serviços, com soluções amigáveis evitando ações judiciais.

Figura 21 — 3ª Semana de Conciliação – 2º trimestre de 2025

3ª SEMANA DE CONCILIAÇÃO DO IGEPPS
Recuperação de recursos previdenciários sacados indevidamente

9 a 13/6 9h às 16h
Atendimento presencial em todas as unidades do IGEPPS
Herdeiros de ex-segurados

3ª SEMANA DE CONCILIAÇÃO DO IGEPPS
Recuperação de recursos previdenciários sacados indevidamente

9 a 13/6 9h às 16h
Atendimento presencial em todas as unidades do IGEPPS
Herdeiros de ex-segurados

A Semana de Conciliação, promovida pela Procuradoria Jurídica do IGEPPS, tem como objetivo recuperar valores do fundo previdenciário, sacados indevidamente de contas de ex-segurados.

AGÊNCIA PARA

Instituto de Previdência do Estado investe na conciliação para recuperar valores sacados indevidamente

O Igepps recupera, na capital e no interior, conta beneficiários que retiraram parcelas e dependentes do fundo previdenciário indevidamente.

Instituto de Previdência do Estado faz conciliação para recuperar valores sacados indevidamente

Ogepps recupera, na capital e no interior, conta beneficiários que retiraram parcelas e dependentes do fundo previdenciário indevidamente.

Fonte: Igepps

7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

O cumprimento de decisões judiciais possui atuação estratégica intimamente relacionada ao aperfeiçoamento do modelo de gestão praticado pelo Instituto, haja vista preconizar ações de suma relevância que visam identificar as demandas judiciais com alto

grau de ameaça ao equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios e, buscar antecipar medidas junto à gestão e perante o próprio Judiciário no intuito de evitar e/ou minimizar dano ao Fundo Estadual de Previdência Social.

O setor contencioso do Igepps, responsável por gerir prazos processuais judiciais no Pará, usa o sistema informatizado SISJURI desde 2018 para supervisão e acompanhamento.

7.6.1 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria do Contencioso

Este relatório tem como objetivo apresentar a produtividade do setor no segundo trimestre de 2025, detalhando os processos recebidos, analisados e o total de processos pendentes. A análise visa demonstrar a eficiência no gerenciamento dos processos e identificar oportunidades de melhoria.

7.6.1.1 – Apoio Jurídico à PGE através do SISJUD

A partir de 03/09/2024, as solicitações de informações e documentos que visam instruir a elaboração da peça processual cabível pelo Estado, na fase de conhecimento, tal como os cumprimentos de decisões judiciais passaram a ocorrer por encaminhamento, via PAE, pela PGE. A fim de garantir o controle, a distribuição igualitária entre a equipe, evitar a litispendência administrativa e ter transparência no fluxo do processo, a CCOS utiliza a ferramenta SISJUD para auxiliar na máxima efetividade do serviço público.

7.6.1.2 – Análise Jurídica dos processos administrativos

Os processos administrativos de competência da Coordenação do Contencioso (CCOS), especialmente os relacionados aos processos judiciais em curso, envolvem uma série de atividades e providências necessárias para assegurar o cumprimento das decisões judiciais, bem como informações para subsidiar a defesa do Estado e o correto andamento dos processos.

Normalmente, esses processos podem ser formalizados e monitorados por meio do PAE (Processo Administrativo Eletrônico), que é um sistema utilizado para a tramitação oficial do Estado do Pará, acompanhamento e gestão dos processos dentro da organização. É uma plataforma utilizada para formalizar e acompanhar a tramitação de processos administrativos, proporcionando mais eficiência e transparência nas atividades de gestão de processos dentro da administração pública.

Através dessa plataforma, a Coordenação do Contencioso (CCOS) autuou algumas etapas como, verificação de sentenças e decisões; emissão de orientações internas; solicitações de ações administrativas; contato com órgãos externos; identificação de riscos; verificação de conformidade; emissão de relatórios e pareceres e controle de prazos.

No segundo trimestre de 2025, foram recebidos 710 processos e analisados 579 processos, ficando atualmente a caixa com um total de 131 processos.

7.6.1.3 – Controle das decisões judiciais

A CCOS tem exercido o controle dos prazos judiciais pelo sistema SISJUD, que apresenta como principais vantagens dessa abordagem, a centralização das informações; agilidade no cumprimento e melhoria na gestão de fluxos.

No segundo trimestre de 2025, o SISJUD registrou um total de 586 prazos. Desses, 479 prazos foram concluídos dentro do prazo estabelecido, resultando em um índice de cumprimento de prazo de 81,74%.

7.6.1.4 – Recuperação de Crédito

a) Recuperação de crédito e a implementação no sistema SISREC.

Durante o segundo trimestre, a equipe atuou na inserção dos processos previamente analisados no primeiro trimestre, correspondendo à terceira etapa do plano de consolidação do setor. A automatização e o registro adequado no sistema permitiram maior controle e celeridade na condução das etapas seguintes, em especial no encaminhamento à cobrança. Essa medida representa um avanço importante na padronização dos fluxos e na otimização do tempo de resposta do setor.

b) Análise de novos processos e a prevenção de perda do prazo

Como estratégia de aprimoramento da recuperação de crédito, a equipe realizou a análise prévia de 384 processos oriundos do ano de 2022, portanto, administrando o passivo processual. Considerando que a previsão de prescrição desses processos é para 2027, essa antecipação permite que as ações de cobrança ocorram com margem de tempo segura, fortalecendo as chances de êxito e evitando prejuízos decorrentes do encerramento dos prazos legais.

c) Cadastro de processos no sistema SISREC

Dando continuidade à terceira etapa do plano de consolidação do setor, foi realizada a inserção de 428 processos no sistema SISREC. Deste total, 310 processos foram confirmados e considerados aptos para prosseguimento; 96 processos permanecem pendentes de confirmação, aguardando validações complementares; 22 processos foram excluídos, em razão de inconsistências identificadas durante a triagem ou por não atenderem aos critérios estabelecidos para cobrança. A consolidação dessas informações no sistema contribui para maior controle, rastreabilidade e eficiência na gestão do fluxo de cobrança.

d) Atualização de valores

No período, foi realizada a atualização dos valores relacionados aos processos

inseridos no sistema. Os resultados alcançados foram os seguintes: 257 processos tiveram seus valores devidamente atualizados; 23 processos encontram-se aguardando confirmação de atualização; 24 processos permanecem pendentes de execução, com previsão de finalização nas próximas etapas de trabalho. Essa atualização é fundamental para garantir a precisão das cobranças e a consistência das informações registradas no sistema SISREC, fortalecendo a efetividade da recuperação de crédito.

e) Investigação Social

Durante o período, foram realizados procedimentos de investigação social vinculados aos processos em andamento. Os dados consolidados apresentam 211 processos foram investigados e tiveram suas informações sociais levantadas; 14 processos estão pendentes de visita técnica, etapa necessária para complementação das informações; 31 processos permanecem pendentes de conclusão, aguardando encerramento da análise ou complementação de dados. A investigação social é uma etapa essencial para a correta avaliação da viabilidade de cobrança e para a definição das estratégias a serem adotadas em cada caso.

f) Emissão de cobrança

No período, foram emitidas cartas de cobrança para 194 processos, totalizando uma média de 400 cartas enviadas. Esse volume considera múltiplos destinatários por processo ou reemissões quando necessário. A ação visa reforçar a notificação formal das partes devedoras, dando início ou continuidade ao processo de recuperação de crédito, conforme os prazos e etapas definidas no fluxo operacional do setor.

g) Agendamento/Atendimento

No período avaliado, pelo sistema SIAAG, as ações de agendamento e atendimento aos envolvidos nos processos resultaram nos seguintes dados: 70 atendimentos agendados; 8 processos ainda não agendados; 68 atendimentos realizados com sucesso; 2 ausências registradas no momento do atendimento; 8 atendimentos cancelados, por solicitação da parte ou por motivo operacional. Os atendimentos presenciais ou remotos representam uma etapa fundamental no relacionamento com os devedores e na construção de estratégias individualizadas de negociação e recuperação dos créditos.

Adicionalmente, também foram realizados agendamentos e atendimentos por meio do sistema SISREC, totalizando 29 registros, dos quais: 25 foram efetivamente atendidos; 4 foram cancelados. A ampliação do uso do sistema SISREC para os agendamentos reforça a modernização dos fluxos e contribui para um atendimento mais eficiente e rastreável, otimizando os recursos do setor.

h) Celebração de acordo

No segundo trimestre de 2025, foram celebrados 53 acordos no âmbito da recuperação

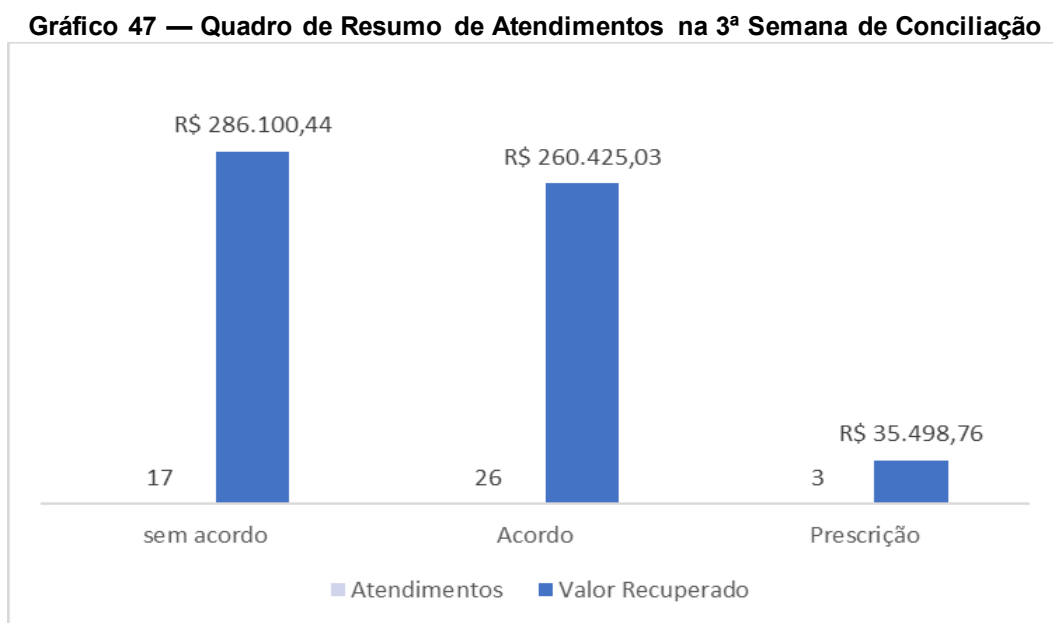
de crédito, com a seguinte distribuição mensal: 19 acordos firmados no mês de abril; 07 acordos firmados no mês de maio; 27 acordos firmados no mês de junho.

Esses acordos representam uma estimativa total de recebimento de R\$ 432.830,56, valor que reforça a importância da atuação proativa do setor e da negociação direta com os devedores como estratégia eficaz de regularização.

i) Semana da Conciliação

Durante a Semana de Conciliação, foi realizada a iniciativa de recuperação de créditos previdenciários pagos indevidamente após o óbito de ex-segurados, com objetivo de restituir valores ao IGEPPS. A ação priorizou a negociação administrativa, evitando execuções judiciais desnecessárias e promovendo adesão dos responsáveis legais.

Os dados apresentados foram computados com base na análise do Protocolo de Atendimento Eletrônico (PAE), considerando o processo como unidade de análise. Assim, ainda que diversos casos tenham registrado a presença de mais de um herdeiro, o atendimento foi contabilizado apenas uma vez, privilegiando a análise qualitativa da tratativa do crédito.



Fonte: Projur/CCOS/Igepps

- Total recuperado via acordos: R\$ 260.425,03
- Total de valores sem celebração de acordo: R\$ 286.100,44
- Valor encerrado por prescrição: R\$ 35.498,76
- Montante total analisado: R\$ 582.024,23
- Taxa de conversão em acordos: 57% dos atendimentos resultaram em acordo

Esse resultado demonstra que o IGEPPS recuperou R\$ 260.425,03 (duzentos e sessenta mil quatrocentos e vinte e cinco reais e três centavos), evitando a perda ou prolongamento desnecessário de processos administrativos/judiciais sobre o montante avaliado em R\$ 582.024,23.

A adesão de 57% dos participantes aos acordos reflete eficácia na estratégia conciliatória. A recuperação imediata de mais de meio milhão de reais reforça a relevância da campanha. Porém, 43% das tratativas não evoluíram para acordo, principalmente devido a:

- Discordância com relação à cobrança de honorários advocatícios;
- Ausência de desconto para pagamento à vista;
- Falta de boletos mensais ou chave Pix para facilitar os pagamentos.

Do resumo dos atendimentos e feedbacks do público, mostra-se necessário que sejam considerados os seguintes pontos para melhoria dos serviços de recuperação de crédito:

- Conceder descontos diferenciados para pagamento à vista;
- Implantar a emissão de boletos mensais e oferta de chave Pix nos acordos;
- Avaliar a revisão da política de honorários, buscando reduzir objeções e ampliar a celebração de acordos.

7.6.2 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenadoria de Execução

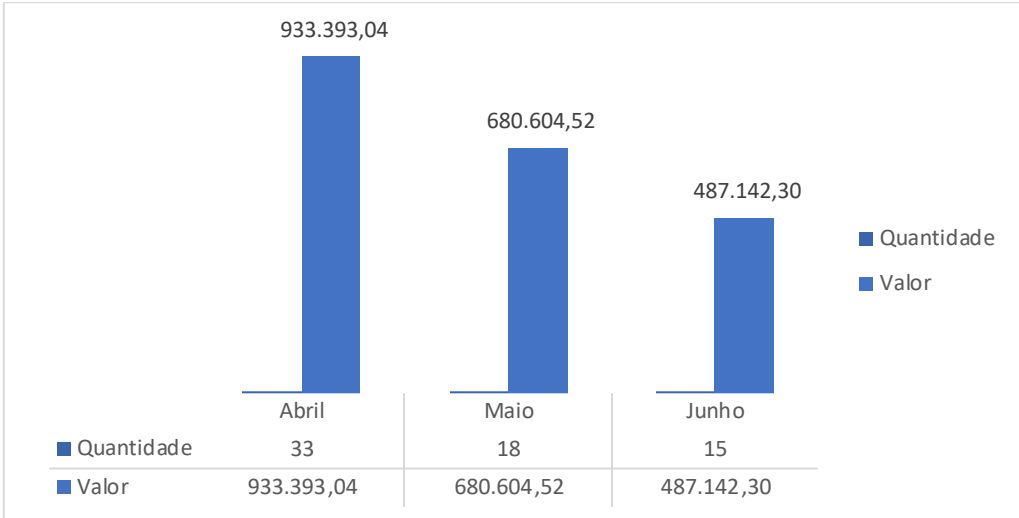
7.6.2.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia em que o ente público foi condenado por meio de processo judicial. Cada ente devedor poderá fixar um valor para expedição de RPV, desde que não seja inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. O valor fixado acima dessa quantia terá o pagamento feito mediante precatório.

No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEEXEC) da Procuradoria Jurídico do Igepps, são realizadas às análises dos processos, bem como o encaminhamento para a execução.

No 2º trimestre de 2025, foram analisados 66 processos que totalizaram um valor aproximado de R\$ 2.101.139,86 (dois milhões cento e um mil, cento e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos), conforme apresentado no Gráfico abaixo.

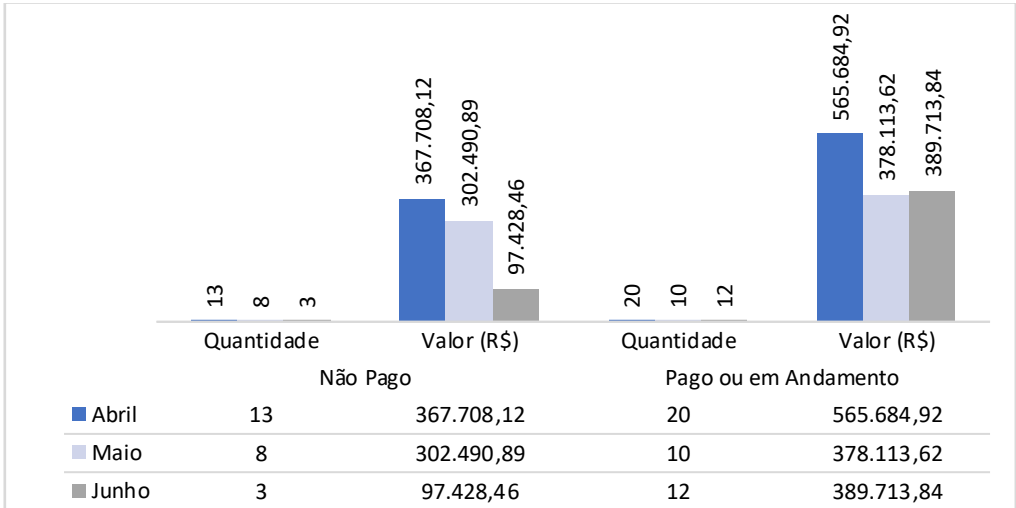
Gráfico 48 — Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

No 2º trimestre de 2025, o RPV quantificado no montante de R\$ 2.101.139,86 (dois milhões cento e um mil, cento e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos) foram pagos ou já foram enviados para pagamento. Por outro lado, o RPV no montante de R\$ 767.627,47 (setecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos) ainda não foram pagos, representando 36% em termos de valores do RPV. O valor pago atingiu R\$ 1.333.512,38 (um milhão cento e trinta e três mil, quinhentos e doze reais e trinta e oito centavos) representando 42% em termos de valores do RPV.

Gráfico 49 — Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

7.6.2.2 Requisições de Impugnações

Como podemos observar na tabela a seguir, os processos do setor de Impugnação

podem ser agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador, Progressão Salarial, Aposentadoria, Execução Honorários e “Outros”.

No total, para o 2º trimestre de 2025 foram realizados os cálculos de 179 processos, a maior parte referente ao tema outros que representou 28% da demanda do setor. Apesar do grande volume de processos, é importante ressaltar que não existem pendências para os cálculos de Impugnação do referido período, o que representa uma grande efetividade no fluxo de processos.

Tabela 93 — Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 2º trimestre de 2025

Modalidade	2º trimestre de 2025			
	Abril	Maio	Junho	Total
Lei nº 7.807	2	2	1	5
Lei nº 8.229		3	1	4
Cálculo contador	21	12	10	43
Outros	12	18	20	50
Pensão por morte	10	17	10	37
Piso salarial	2	1	1	4
Progressão Salarial				0
RPV	1			1
Sem Classificação	5	1		6
Danos Morais		3	4	7
Exec. Honorários	2	3	4	9
Aposentadoria	5		3	8
PC	1		1	2
Progressão Funcional	2		1	3
Total	63	60	56	179

Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

Do total dessas operações, após análise de Impugnação, identificou-se que o Igepps reconheceu a quantia devida de R\$ 19.560.231,33 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e trinta e um mil reais e trinta e três centavos) para os segurados em litígio. Para fins de análise, este valor será considerado como Valor Devido (calculado). O valor executado são os valores que constam no cumprimento de sentença dos processos judiciais. Contudo, ao setor de Impugnação do IGEPPS compete elaborar os cálculos das diferenças devidas, a fim de encontrar o valor correto e identificar possíveis excessos na execução. Este Excesso ocorre quando o valor executado pelo juiz foi maior do que o efetivamente calculado pelo setor.

Para o 2º trimestre de 2025, em termos aproximados, registrou-se os seguintes valores: R\$69.962.775,49 (sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e dois mil,

setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) de valor executado; R\$ 19.560.231,33 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e trinta e um mil reais e trinta e três centavos) de valor calculado e R\$52.254.777,06 (cinquenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil , setecentos e setenta e sete reais e seis centavos) de Excesso. Na Tabela 03 estão apresentados em suma, esses valores foram apurados com base em métodos rigorosos de cálculos, baseados na legislação vigente. É importante destacar que o setor de Impugnação do Igepps se tornou referência para vários órgãos estaduais que lidam com cálculos de processos judiciais.

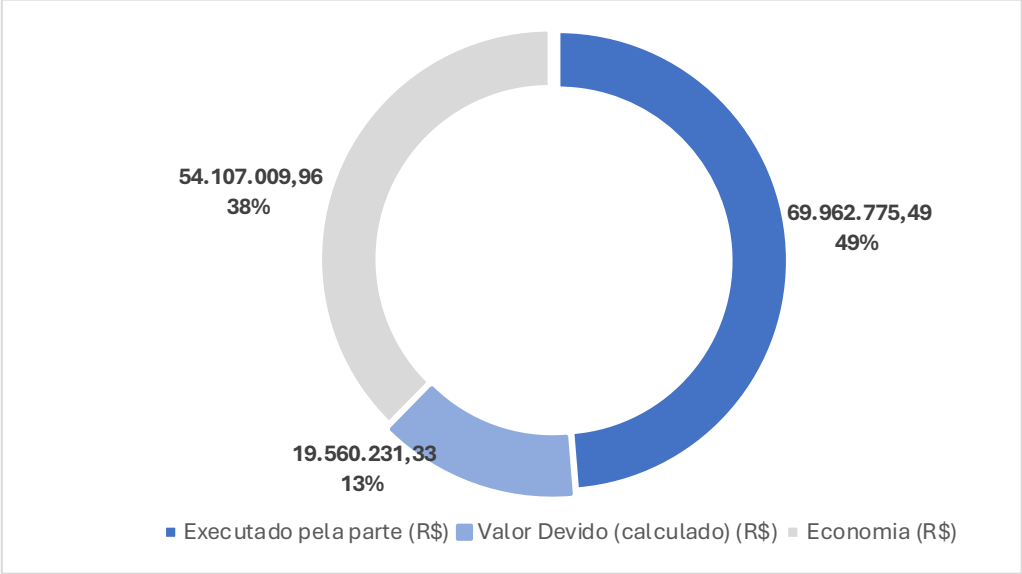
Tabela 94 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 2º trimestre de 2025

Mês	Tema	Executado pela parte (R\$)	Valor devido (calculado) (R\$)	Excesso (R\$)
Abril	Lei nº 7.807	329.573,84	551.377,51	
	Lei nº 8.229			
	Aposentadoria	13.617.674,60	1.281,49	13.616.393,11
	Cálculo contador	6.593.961,41	4.707.102,98	1.897.589,79
	Outros	1.047.533,37	1.223.798,79	99.777,07
	Pensão por morte	23.547.897,69	2.936.193,57	20.848.745,31
	Piso salarial	121.440,00	184.886,57	
	Exe. Honorários	30.929,76	29.829,17	1.100,59
	PC	30.957,48	-6.475,64	37.433,12
	Progre. Funcional	112.329,97	1.510,25	110.819,72
	RPV	6.193,01	6.193,01	
	Total	45.438.491,13	9.635.697,70	36.611.858,71
Maio	Lei nº 7.807	187.888,93	171.558,26	16.330,67
	Lei nº 8.229	125.256,43	53.641,31	71.615,12
	Cálculo contador	824.422,42	753.148,97	71.304,66
	Danos Morais	26.803,82	25.949,10	1.516,62
	Outros	2.186.523,89	1.812.288,73	661.809,84
	Pensão por morte	6.823.771,59	4.605.182,91	2.745.795,22
	Piso salarial	77.926,36	30.680,41	47.245,95
	Total	10.252.593,44	7.452.449,69	3.615.618,08
Junho		464.066,50	386.152,83	77.913,67
	Aposentadoria	219.873,69	360.827,82	
	Cálculo contador	495.167,20	486.237,26	37.995,62
	Outros	1.719.453,41	1.187.726,40	556.154,28
	Danos Morais	12.460,37	11.900,43	788,14
	Pensão por morte	11.173.441,29	-30.505,13	11.236.632,24
	Piso salarial			
	Exe. Honorários	2.004,41	2.336,60	
	PC	102.091,15	68.134,22	33.956,93
	Progre. Funcional	83.132,90	-726,49	83.859,39
	Total	14.271.690,92	2.472.083,94	12.027.300,27
Total Geral		69.962.775,49	19.560.231,33	52.254.777,06

Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

Por meio do setor de impugnação foi possível identificar a diferença de R\$ 52.254.777,06 (cinquenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e seis centavos), 37% a menor do valor executado, encontrado por meio da comparação entre os valores apresentados pelo exequente e Valores calculados pelo Igepps. Esse montante será convertido em economia para o instituto, pois não precisará ser pago ao requerente devido à contestação do cálculo apresentado.

Gráfico 50 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 2º trimestre de 2025



Fonte: CEXEC/Projur/Igepps

Entretanto, a economia possibilitada pelo subsetor de impugnação, não se refere apenas aos valores advindos da impugnação do cálculo citado; é possível que tal economia seja realizada por meio da concordância do instituto com o cálculo apresentado pela parte, quando ela apresenta valor menor do que o cálculo feito pelo setor de execução. Portanto, temos valores de economia advindas das duas formas citadas.

Tabela 95 — Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 2º trimestre de 2025.

Mês	Executado pela parte (R\$)	Valor Devido (calculado) (R\$)	Economia (R\$)
Abril	45.438.491,13	9.635.697,70	37.420.923,99
Maio	10.252.593,44	7.452.449,69	4.431.092,41
Junho	14.271.690,92	2.472.083,94	12.254.993,56
Total	69.962.775,49	19.560.231,33	54.107.009,96

Fonte: CEXEC/ Projur/Igepps

Portanto, no 2º trimestre de 2025 houve economia ao instituto no valor de R\$ 54.107.009,96 (cinquenta e quatro milhões, cento e sete mil, nove reais e noventa e seis

centavos) valor a maior quando comparado apenas com o excesso apresentado na tabela acima, pois conforme destacado anteriormente, é proveniente tanto da impugnação quanto da concordância do cálculo do exequente, subsidiada pelo cálculo feito pelos técnicos da coordenadoria de execução.

7.6.2.3 Precatórios

O precatório é a espécie de requisição de pagamento de quantia certa feita ao ente público, em virtude de decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita ao requerente receber o crédito da condenação. Os precatórios são emitidos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) e encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) para pagamento; no entanto, a partir de janeiro de 2024, o pagamento de precatórios passou a ser responsabilidade do Igepps, por meio da CEXEC.

Os precatórios inscritos até 2 de abril do ano corrente deverão ser pagos até o final do exercício do ano seguinte; os inscritos após essa data deverão ser pagos até o final de dois exercícios seguintes, em conformidade com a resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Portanto, o novo subsetor está lidando com as diligências de processos judiciais que já se encontram na fase de cumprimento de sentença e que foram encaminhados ao instituto. Devido à mudança de competência de pagamento ocorrida, os precatórios com prazo de pagamento até o final do exercício de 2024 ainda serão pagos pela PGE, em virtude da disponibilidade orçamentária. O novo subsetor está tratando apenas dos precatórios cujo pagamento deve ocorrer a partir do final de 2025.

O setor vem se estruturando e está em fase de formação de fluxo para o melhor atendimento da nova demanda, que trouxe consigo novas responsabilidades, tais como o cálculo de correção monetária e juros da dívida para prosseguimento do pagamento, bem como fornecimento de informações que subsidiem a previsão orçamentária para os respectivos pagamentos.

Até o 1º trimestre de 2025, houve o cadastramento de mais 141 processos até 2 de abril de 2024, com o objetivo de serem pagos até o final do exercício de 2025. Os processos já registrados totalizaram uma estimativa de pagamento em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 30.141.594,90 (trinta milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 96 — Detalhamento precatórios cadastrados - 2º trimestre de 2025.

Precatórios	Quantidade	Valor da Dívida (R\$)	Estimativa atualizado a pagar em 31/12/2025
Alimentar	135	20.945.851,51	28.483.240,86
Comum	2	181.131,95	290.394,25
Super preferência	4	1.326.840,13	1.367.959,79
Total	141	22.453.823,59	30.141.594,90

Fonte: CEEXEC/Projur/Igepps

7.6.3 Análises Jurídicas – Atuação da Coordenação do Consultivo

O Consultivo do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (CCON/PROJUR-Igepps), organizada como atuação descentralizada, subordinada à procuradora-chefe desta unidade (Igepps), é responsável pelo assessoramento e consultoria jurídica ampla do Igepps sobre diversos assuntos, aplicando e fazendo aplicar, em casos repetitivos e teses consolidadas, os entendimentos da Procuradoria-Geral do Estado, orientando os titulares e os demais gestores a zelar pelo controle de legalidade dos atos a serem praticados, colaborando na elaboração de minutas de atos administrativos, conforme disposto no art. 9º do Decreto estadual nº 3.186, de 3 de julho de 2023.

Importante registrar que mediante a edição da Lei nº 9.880/2023, a qual dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará houve a migração do quadro de referidos procuradores para a Procuradoria Geral do Estado do Pará, vinculando-os técnica e administrativamente à PGE.

Assim, toda atuação da procuradoria jurídica disposta na referida lei foi regulamentada através do citado Decreto estadual nº 3.186, de 3 de julho de 2023.

ATIVIDADES: Elaboração de Pareceres, Manifestações, Despachos, Nota Técnica e Memorando.

Os processos administrativos que contém dúvidas jurídicas são encaminhados para a Coordenadoria do Consultivo para elaboração de Parecer ou Manifestação, com o assessoramento dos Técnicos Previdenciários. Ao final, o processo é encaminhado à Procuradora-Chefe para aprovação para posterior devolução ao Consulente.

Neste segundo trimestre de 2025, algumas demandas se destacaram com a devida relevância tanto para o regime de proteção social dos militares quanto para o regime de previdência dos servidores civis.

A primeira que merece destaque está constituída no **Parecer nº 07/2025 – PROJUR/Igepps**, o qual analisou a legalidade da acumulação de aposentadorias oriundas de vínculos distintos no serviço público — um como estatutário não estável no Estado do Pará e outro como contratado temporário em município diverso, ambos regidos por regimes previdenciários diferentes (RPPS e RGPS). A análise jurídica concluiu que a acumulação de

tais aposentadorias é inconstitucional, por decorrer de vínculos simultaneamente exercidos em funções constitucionalmente inacumuláveis.

A importância da orientação jurídica fornecida no parecer em epígrafe reside na preservação dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e isonomia, bem como na garantia da integridade do regime previdenciário. Portanto, a decisão impede a perpetuação de práticas que comprometem a sustentabilidade do sistema previdenciário e reforça a obrigatoriedade de observância estrita ao texto constitucional na administração pública, servido de parâmetro e organização para a regularidade da situação de todos os servidores no Estado do Pará.

Ademais, outra análise de destaque está contida no **Parecer nº 013/2025-PROJUR/Igepps**. A análise jurídica gira em torno da perda de eficácia de liminar em razão do falecimento do autor da ação, sobretudo quando envolve direito personalíssimo e intransmissível. O entendimento de que a administração não está vinculada ao cumprimento de decisão judicial nessas circunstâncias, com base no art. 485, IX, do CPC, contribui para a segurança jurídica e para a correta aplicação dos recursos públicos. Além disso, a recomendação de que a pensão por morte seja calculada a partir da remuneração regular, sem os efeitos da liminar extinta, orienta a atuação dos órgãos administrativos de forma responsável e legal.

Por fim, para o reconhecimento dos efeitos erga omnes da sentença declaratória de união estável há a necessidade de participação das entidades previdenciárias como terceiros interessados, uma vez que são os administradores dos recursos previdenciários. A presente orientação parametriza a atuação da administração pública em casos semelhantes.

Acrescentamos a análise jurídica constante no **Parecer nº 034/2025-PROJUR/Igepps**. A consulta *in abstracto* gira em torno da aplicação do teto constitucional no caso de recebimento cumulativo de aposentadoria e pensão por morte, especialmente, quanto à operacionalização dessa limitação quando os benefícios são pagos por diferentes entes federativos e regimes previdenciários e sua competência para efetivar o abatimento necessário e o conhecimento acerca possíveis alterações nos valores, como nos casos de reajustes salariais.

Contudo, o entendimento deste consultivo se alinha ao raciocínio desenvolvido no Parecer nº 16.368/2021/PGE/MG, segundo o qual o procedimento a ser adotado pelo Instituto de Previdência, nos casos de acumulação lícita, deve considerar o momento em que surge, de forma superveniente, a necessidade de ajuste, ou seja, quando a concessão da pensão pela autarquia previdenciária estadual ocorre após o início do usufruto da aposentadoria. É apenas nesse momento que se configura a acumulação e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de adequação dos valores ao teto constitucional. Assim, foi orientado que o

abate-teto seja aplicado pelo ente que conceder o segundo benefício, momento em que se configura a acumulação.

Foi ressaltada também a necessidade de edição de ato normativo estadual para padronizar procedimentos, a exemplo da Portaria federal nº 4.975/2021. Por isso, constitui importante referência jurídica para gestores e entes previdenciários diante da lacuna normativa.

Outro caso concreto resultou no **Parecer nº040/2025-PROJUR/Igepps**, o qual trata-se de dúvida acerca da continuidade do pagamento do benefício de pensão por morte em decorrência do falecimento de ex-segurado, na qualidade de filho maior universitário.

A análise jurídica concluiu que a continuidade do pagamento da pensão por morte a filho maior de idade não encontra respaldo legal, uma vez que a Lei Complementar Estadual nº 39, que previa a condição de dependente previdenciário ao filho até 24 anos, quando estudante universitário, foi expressamente revogada pela Lei Complementar nº 44, de 23 de janeiro de 2003, devendo prevalecer a norma vigente à época do falecimento do segurado.

Dessa forma, a manifestação jurídica foi essencial para assegurar a correta aplicação do ordenamento jurídico, prevenindo distorções interpretativas, garantindo a observância do princípio da legalidade e promovendo a segurança jurídica e a isonomia no tratamento dos beneficiários do regime previdenciário estadual.

Por fim, acrescenta-se a **Manifestação nº 11/2025 – PROJUR/Igepps**. A manifestação trata de ação proposta por militar reformado a bem da disciplina. Foi orientado que, com base nas diretrizes jurídicas aplicáveis, a penalidade administrativa deve sempre observar a legislação vigente à época do ato que a ensejou. Com a promulgação da Lei Complementar nº 142/2021, surgiu previsão expressa permitindo que, nos casos de reforma disciplinar, o fundamento da inatividade possa ser alterado por decisão administrativa ou judicial que modifique a penalidade, mas tal regra aplica-se apenas aos casos ocorridos sob sua vigência.

Portanto, essa análise jurídica é relevante não apenas para o caso concreto, mas como referência interpretativa sobre os efeitos da reforma disciplinar, a possibilidade de revisão do fundamento de inatividade e os limites da atuação administrativa diante de pagamentos indevidos, reforçando a legalidade, a proteção ao erário e a segurança jurídica na gestão previdenciária estadual.

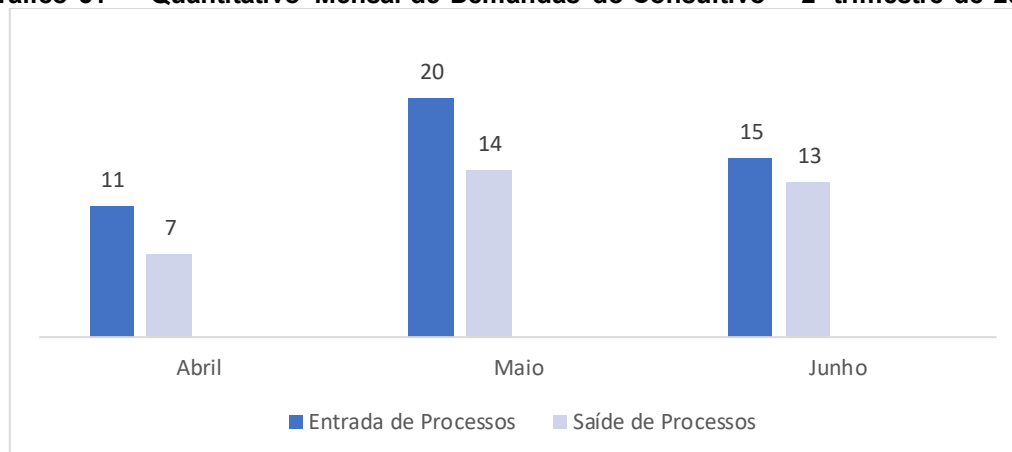
Dito isso, essas análises e manifestações demonstram o compromisso deste Instituto com a efetiva proteção social de seus segurados, fornecendo fundamentos sólidos para a resolução de demandas presentes e futuras, e contribuindo para a uniformização da jurisprudência administrativa no âmbito previdenciário estadual.

Reiteramos que há necessidade de se avaliar a atuação deste Setor Consultivo quanto

à apresentação dos principais resultados obtidos por cada área, bem como a economia gerada ao Fundo e os benefícios trazidos aos segurados e/ou servidores, sob o aspecto relevantemente qualitativo e não só quantitativo, pois a forma de atuação na geração de resultados para o IGEPPS, principalmente para o efeito concreto da meta atingida está na análise de questões jurídicas complexas, o que demanda tempo e rigor cada vez maiores da equipe de trabalho.

Com relação ao quantitativo das demandas, apresentamos a seguir, em planilha, os processos que deram entrada no consultivo e a saída dos finalizados e tramitados para os setores correspondentes, no período compreendido entre janeiro de 2025 a março de 2025, em gráficos, os quantitativos de 2025.

Gráfico 51 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 2º trimestre de 2025.



Fonte: CCOS/Igepps

7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Este relatório apresenta as principais ações e resultados alcançados pelo Igepps no 2º trimestre de 2025, em cumprimento às exigências de transparência e prestação de contas. O documento aborda avanços relacionados à governança corporativa, tecnologia da informação e alinhamento às melhores práticas administrativas, alinhadas ao objetivo de obtenção do Nível IV do Pró-Gestão.

7.7.1 Resultados Obtidos

7.7.1.1 Implantação do GLPI Assist

Implementação do chatbot que utiliza inteligência artificial para facilitar e agilizar o atendimento das demandas de tecnologia da informação, proporcionando respostas automáticas e triagem mais eficiente dos chamados.

7.7.1.2 Finalização do processo de contratação de empresa especializada em Enterprise

Linux (Red Hat)

Conclusão do processo para aquisição de soluções Enterprise Linux e ferramentas de automação e gerenciamento, compondo uma arquitetura tecnológica robusta e moderna que servirá de base para expansão dos serviços digitais do Instituto, gerando mais benefícios à população paraense.

7.7.1.3 Finalização do Processo de Contratação para Projetos de Transformação Digital

Encerramento do processo de contratação de empresa especializada para realização de estudos, elaboração de projetos técnicos e execução de serviços voltados à transformação digital, contemplando áreas de sistemas da informação e infraestrutura de data center, seja em nuvem pública ou privada.

7.7.1.4 Finalização dos Artefatos para Contratação de Solução de Gestão à Vista

Preparação dos documentos técnicos e administrativos para contratação de solução que fortalecerá a cultura de transparência, eficiência operacional e foco em resultados no Igepps, permitindo monitoramento contínuo e visual dos principais indicadores, metas, pendências e entregas de cada setor.

7.7.1.5 Finalização dos Artefatos para Contratação de Solução de Teste de Segurança de Alto Nível

Desenvolvimento e finalização dos artefatos para contratação de solução voltada à realização de testes de segurança de alto nível, visando à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Essa iniciativa é fundamental para garantir a proteção de dados sensíveis, considerando o elevado volume de informações previdenciárias tratadas pelo Instituto, mitigando riscos de acesso indevido e eventuais sanções legais.

7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Estado do Pará, a Lei Complementar n.º 142, de 16/12/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar n.º 149, de 20/05/2022, instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares, estabelecendo que a gestão dos benefícios referentes à inatividade e pensão militar é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (Igepps).

Ressalta-se que compete ao Igepps a gestão dos seguintes benefícios militares: Reserva remunerada; Reforma “*ex officio*”; Auxílio acidente, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022; Pensão militar por morte; Pensão militar por extravio; Pensão militar especial e o Auxílio morte, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022.

Assim, todas as demandas acima referidas do Sistema de Proteção Social dos Militares são geridas pela Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares divididas em: Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (CPSM/RESREF) responsável pela análise dos processos de benefícios (reserva e reforma), auxílio acidente, reversão ao serviço ativo, revisões de benefícios, dentre outros e Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (CPSM/PENSÃO) responsável pela análise dos processos de benefícios (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de benefícios, dentre outros.

O Igepps é responsável pela gestão de benefícios como reserva remunerada, reforma, auxílio-acidente (Lei Complementar n.º 149/2022), pensões militares por morte, extravio e especial, além do auxílio morte (Lei Complementar n.º 149/2022).

No que tange à gestão de benefícios, continuamente são empreendidos esforços para a melhoria da rotina de análise e concessão dos benefícios protetivos sociais dos militares. Observa-se, relativa estabilidade no número de concessões de benefícios no ano 2025, reduzindo o estoque passivo e aumentando o número de concessões e análise de diversas demandas administrativas do setor.

7.8.1 Benefícios de Proteção Social – Reserva e Reforma

No segundo trimestre de 2025 foram analisados o **total de 380 (trezentos e oitenta)** processos de inatividade pela CPSM-Reserva e Reforma, da seguinte forma:

- **196 (cento e noventa e seis) concessões** de processos de Reserva e Reforma, sendo 184 (cento e oitenta e quatro) referente a Polícia Militar e 12 (doze) referente ao Bombeiro Militar;

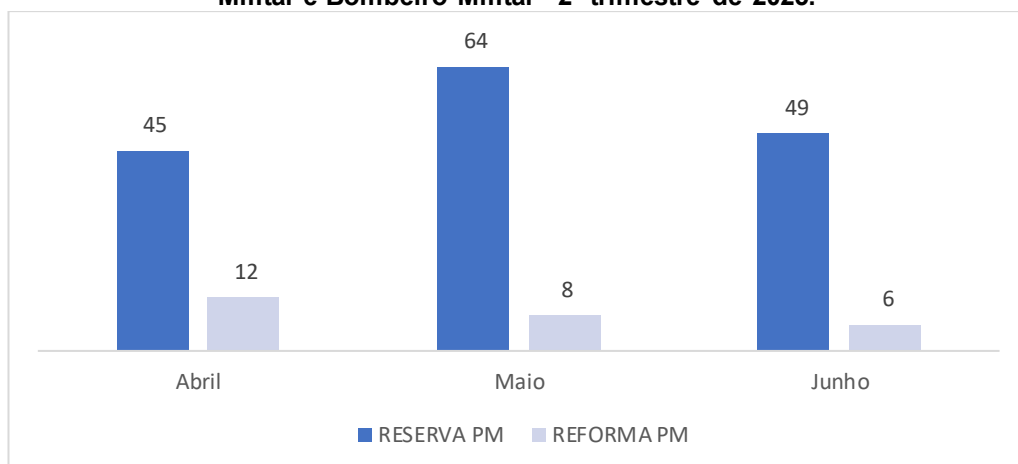
- **95 (noventa e cinco) concessões de revisão** de processos de Reserva e Reforma, sendo 94 (noventa e quatro) referentes a Polícia Militar e 01 (uma) referente ao Bombeiro Militar;

- **03 (três) concessões de reversão ao serviço ativo**, sendo 02(dois) referente a Polícia Militar e 01(um) referente ao Bombeiro Militar;

- **86 (oitenta e seis) processos foram devolvidos aos órgãos de origem (PM/CBM)**, sendo 64 (sessenta e quatro) despachos e 22 (vinte e dois) indeferimentos.

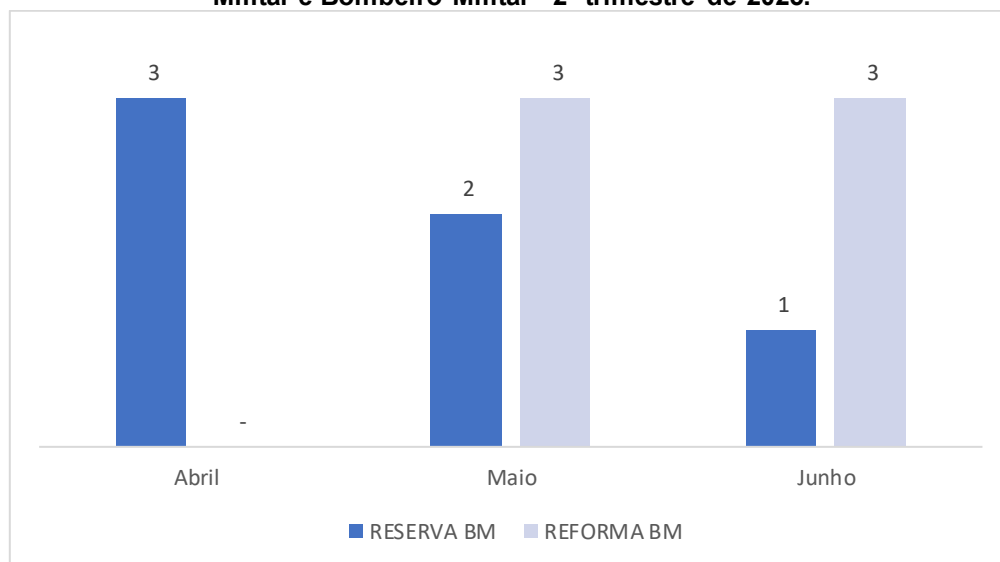
Convém esclarecer que no segundo trimestre 2025, ainda não foram analisados processos de auxílio acidente, tendo em vista a necessidade de alocação de recursos financeiros necessários ao pagamento.

Gráfico 52 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reserva e Reforma da Policial Militar e Bombeiro Militar– 2º trimestre de 2025.



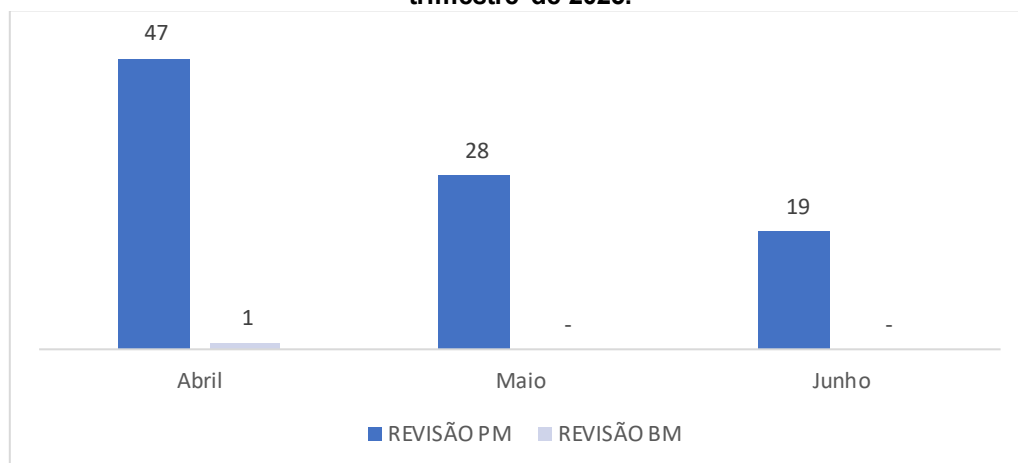
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 53 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reserva e Reforma da Policial Militar e Bombeiro Militar– 2º trimestre de 2025.



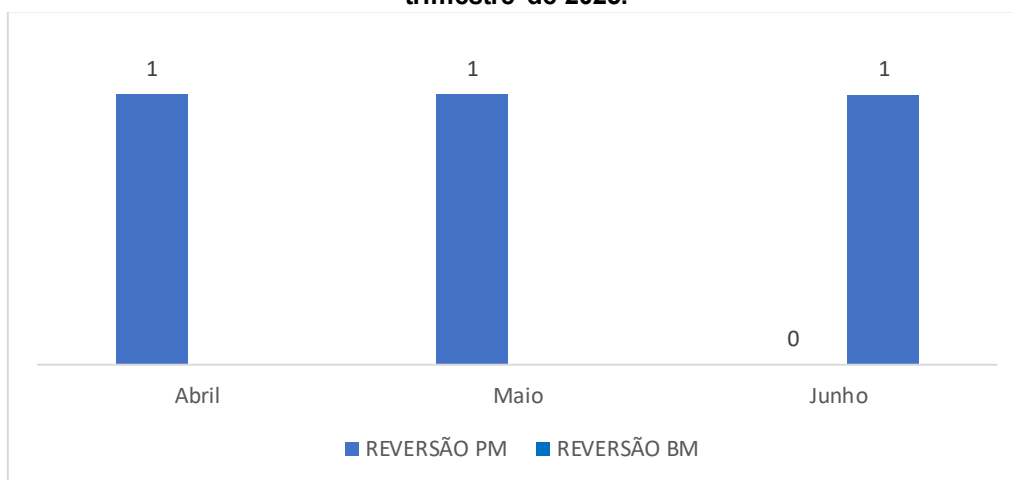
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 54 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Revisão de Reserva/Reforma – 2º trimestre de 2025.



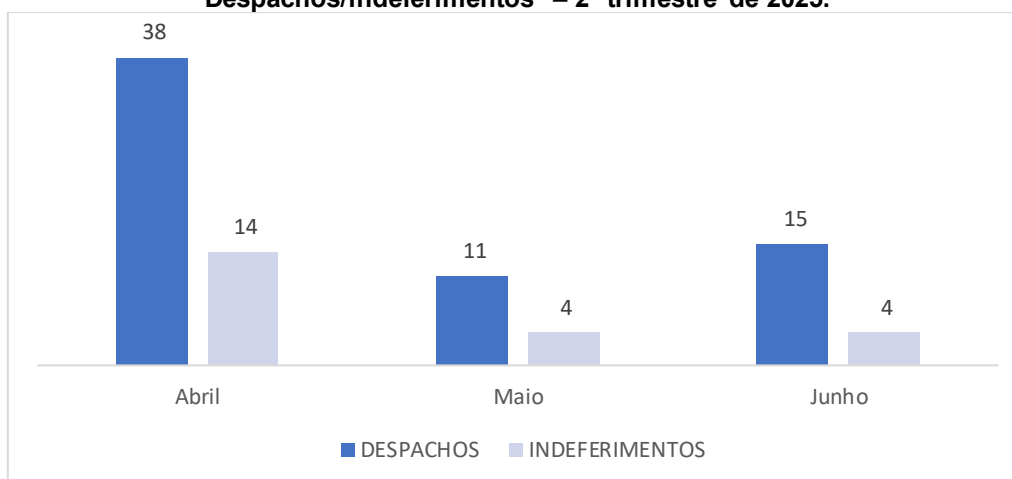
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 55 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reversão ao Serviço Ativo – 2º trimestre de 2025.



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Gráfico 56 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Devolvidos aos órgãos de origem: Despachos/indeferimentos – 2º trimestre de 2025.



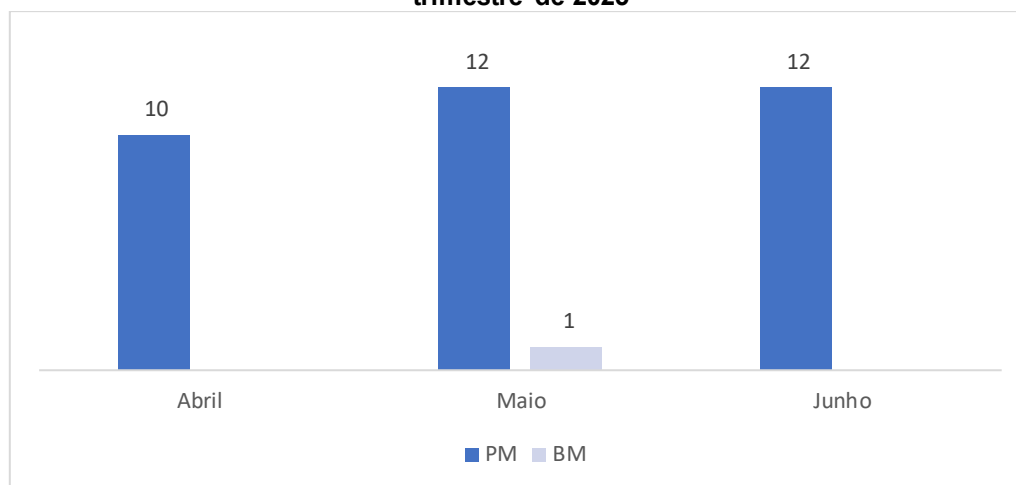
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

7.8.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte

No segundo trimestre de 2025 foram analisados o **total de 46 (quarenta e seis)** processos de pensão por morte militar pela CPSM-Pensão, da seguinte forma:

- **35 (trinta e cinco) concessões** de pensões por morte militar, sendo 34 (trinta e quatro) processos de instituidores pertencentes à Polícia Militar e 1 (um) processo de instituidor do Corpo de Bombeiro Militar;
- **11 (onze) revisões** de pensões por morte militar, sendo 09 (nove) processos de instituidores da Polícia Militar e 02 (dois) processos de instituidores do Corpo de Bombeiro Militar; conforme gráfico a seguir:

Gráfico 57 — Quantitativo de concessão de Pensão e Revisão de pensão por Morte – 2º trimestre de 2025



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

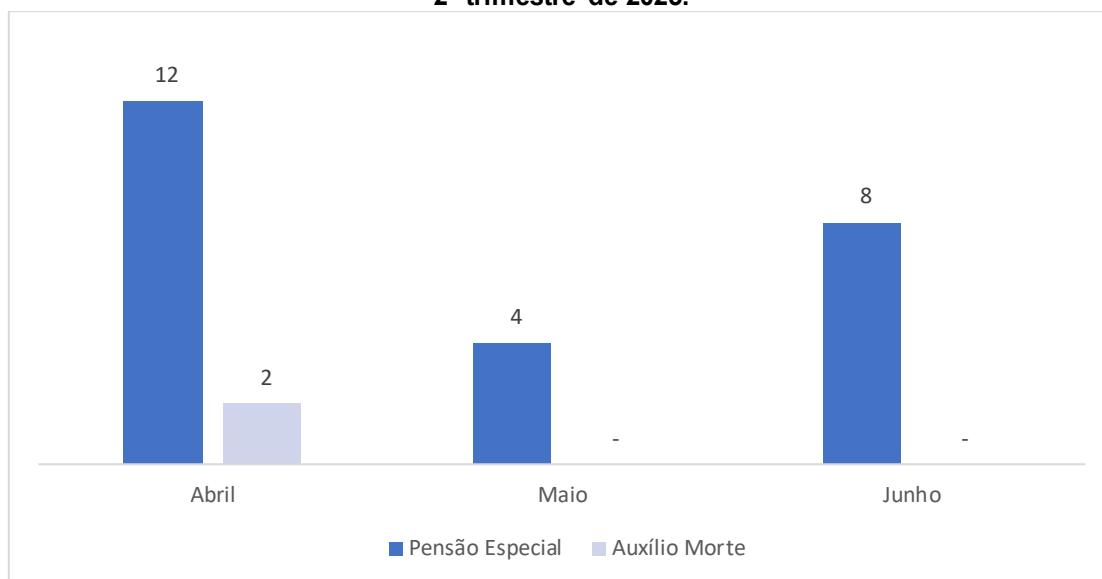
7.8.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Especial e Auxílio Morte

Compete ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), a gestão, a concessão e o pagamento de auxílio-morte aos beneficiários de pensão militar especial, conforme determina a LC nº149/2022. Ademais, farão jus ao pagamento de auxílio morte os beneficiários de pensão militar especial, após o registro da referida pensão pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, previsto no art. 17 – B da LC nº 149/2022, motivo pela qual se encontra em estoque no setor COPSM/PENSÃO.

Nesse sentido, a Diretoria analisa documentalmente os autos, e encaminha a Procuradoria Jurídica desta autarquia para análise e emissão de parecer jurídico, para que posteriormente seja encaminhado para análise da Procuradoria Geral do Estado. Após o mérito, os autos são encaminhados a Casa Civil para minutar o Decreto concessório e na sequência para registro do Tribunal de Contas. E somente após o registro, retorna os autos a Casa Civil para confecção definitiva do Decreto, bem como publicação no diário oficial e implantação em folha de pagamento por este Instituto.

Assim, considerando o fluxo de pensão especial estabelecido, no 2º trimestre de 2025 foram concedidos em sistema **24 (vinte e quatro) processos de pensão militar especial e 02 (dois) processos de auxílio-morte**, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 58 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão Especial e Auxílio Morte – 2º trimestre de 2025.



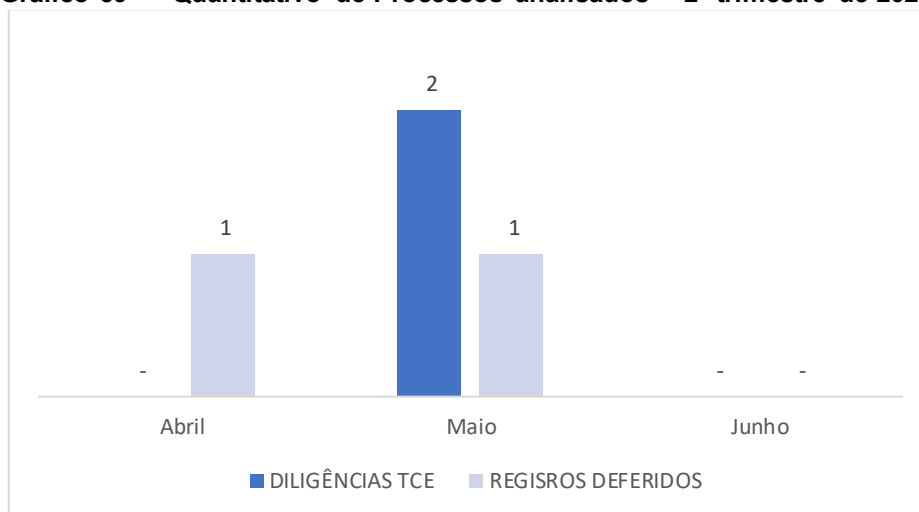
Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA

No ano de 2023, as demandas de diligências advindas do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) referente aos benefícios de pensão por morte militar e reforma “ex officio” passaram a ser competência da Diretoria de Proteção Social dos Militares.

Dentre as principais funções do setor, destacam-se as análises realizadas das diligências processuais solicitadas pelo TCE/PA, nas quais os técnicos previdenciários avaliam cada demanda com atenção e verificam a medida a ser tomada com base em seus conhecimentos jurídicos sobre o assunto, fundamentando com base em pareceres, memorandos, entendimentos do Instituto, concluindo pelo acatamento ou não da determinação da Corte de Contas.

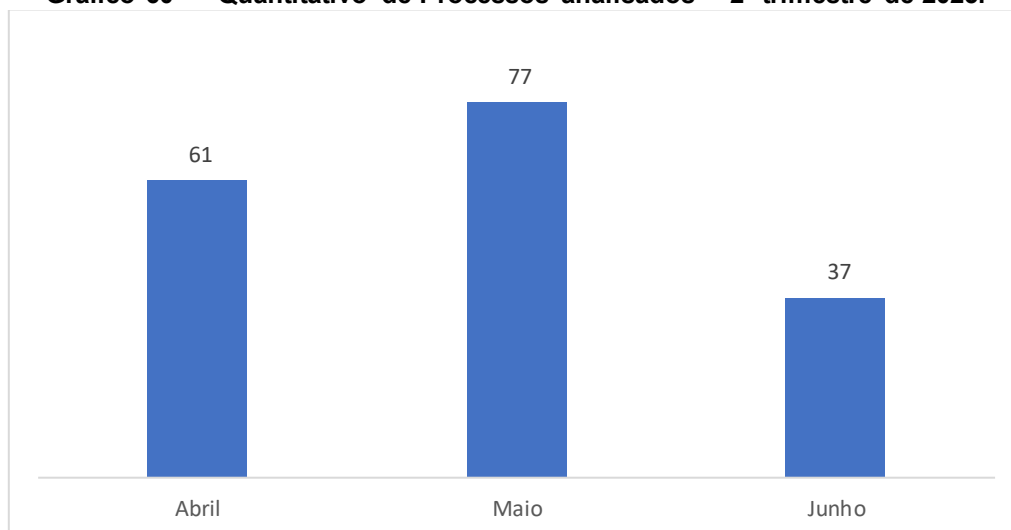
As demandas recebidas do TCE/PA no setor são por meio de processos eletrônicos, no qual aquele se utiliza do Sistema e-Jurisdicionado e não do Processo Administrativo Eletrônico (PAE). No gráfico a seguir, tem-se a quantidade de processos analisados no 2º trimestre de 2025, sendo **02 (dois)** processo devidamente registrados pela Corte de Contas e **02 (dois)** processos respondidos em cumprimento de diligência, conforme abaixo:

Gráfico 59 — Quantitativo de Processos analisados – 2º trimestre de 2025.

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/Igepps

Por fim, a Diretoria de Proteção Social dos Militares também realiza cumprimento de decisões judiciais, que podem ser a conclusão de um processo administrativo ou a implantação e/ou revisão de um benefício.

Segue abaixo a quantidade de análise referente ao CUMPRIMENTO JUDICIAL no período de abril a junho de 2025, dos quais constam informações de 175(cento e setenta e cinco) análises/prestação de informação e cumprimento de decisão judicial, a seguir:

Gráfico 60 — Quantitativo de Processos analisados – 2º trimestre de 2025.

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/PJM/Igepps

7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

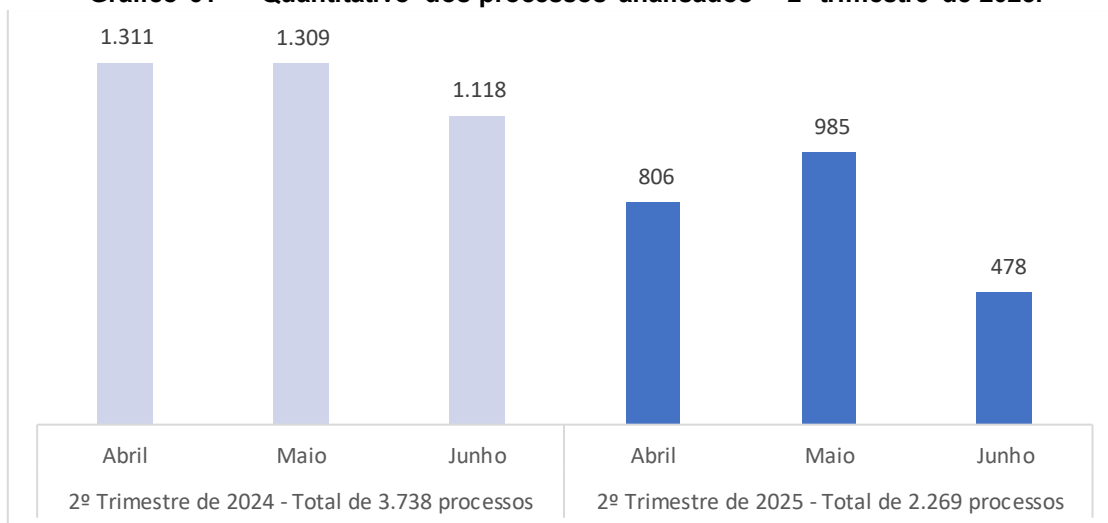
7.9.1 Análise de Benefícios Previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CAAH), subordinada à Diretoria de Previdência, supervisiona a análise e revisão de processos de benefícios previdenciários

(aposentadoria e pensão por morte) e os de auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, prestações de informações em processos judiciais, dentre outros.

No segundo trimestre de 2025, foram analisados 2.269 (dois mil, duzentos e sessenta e nove) processos, distribuídos por mês e por tipo de processo, conforme o gráfico.

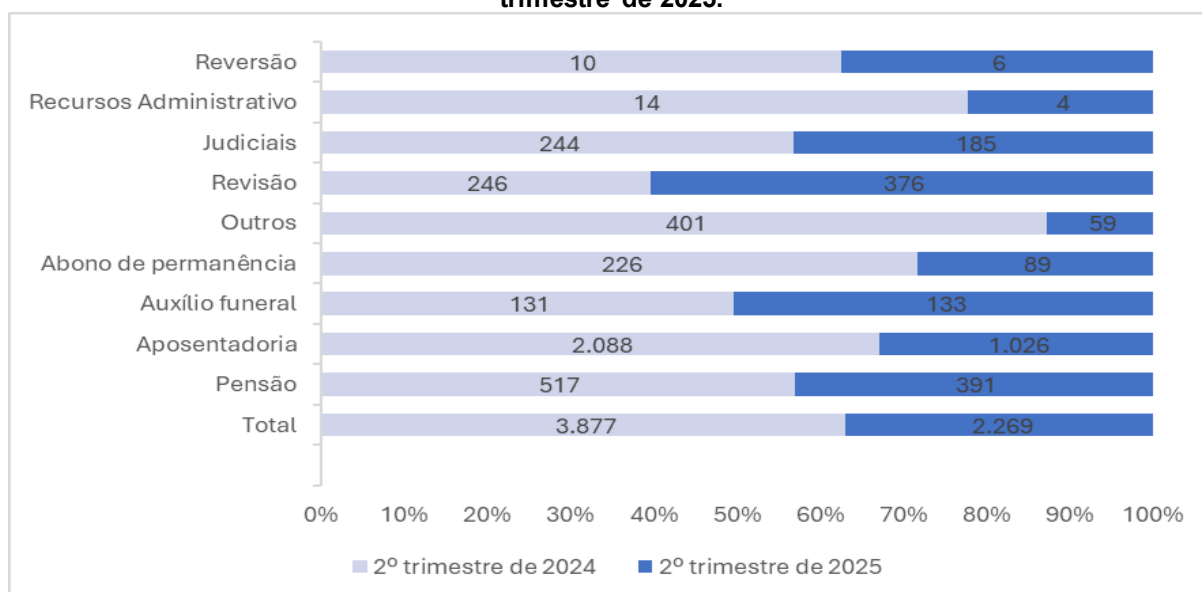
Gráfico 61 — Quantitativo dos processos analisados – 2º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

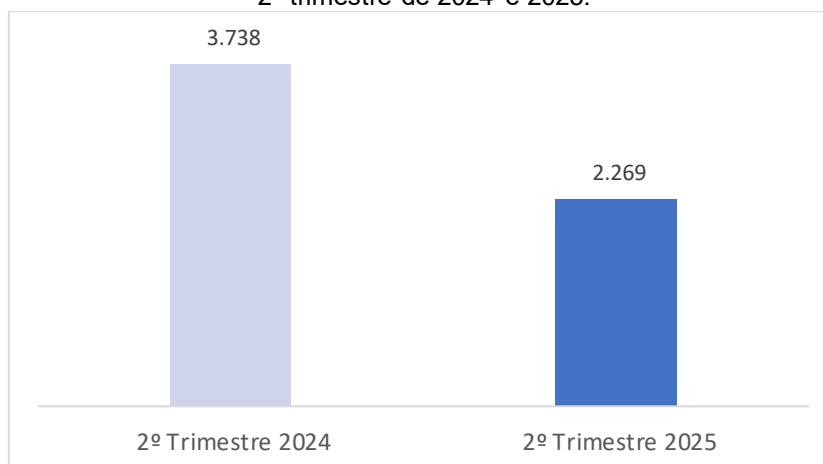
Verifica-se que o número de análises do segundo trimestre de 2025 representa uma redução de aproximadamente 39% (trinta e nove por cento) em relação ao número total de análises do ano anterior no mesmo período, no qual foram verificadas 3.738 (três mil, setecentos e trinta e oito) análises.

Gráfico 62 — Quantitativo por tipo de processos analisados – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Gráfico 63 — Comparativo do Quantitativo de processos analisados – 2º trimestre de 2024 e 2025.



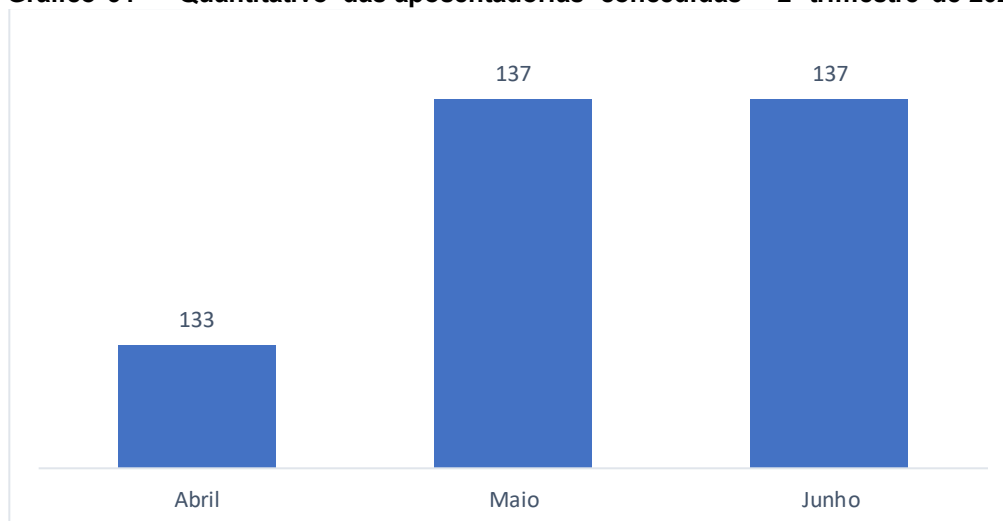
Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Ressalta-se que no tipo de processo “Judiciais” engloba demandas relativas a aposentadorias e pensões, tal como o tipo de processo “Revisão”. Já o tipo de processo “Outros” se relaciona com demandas secundárias, como Declaração de Tempo Utilizado, prestação de informações em processos de Pecúnia e “Fale com o Presidente” e composição de benefício, por exemplo.

7.9.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte

No 2º trimestre de 2025, a CCAH concedeu 407 (quatrocentos e sete) aposentadorias dentre as 1.026 (um mil e vinte e seis) análises empreendidas. O gráfico a seguir demonstra o número de concessões de aposentadorias por folha de pagamento.

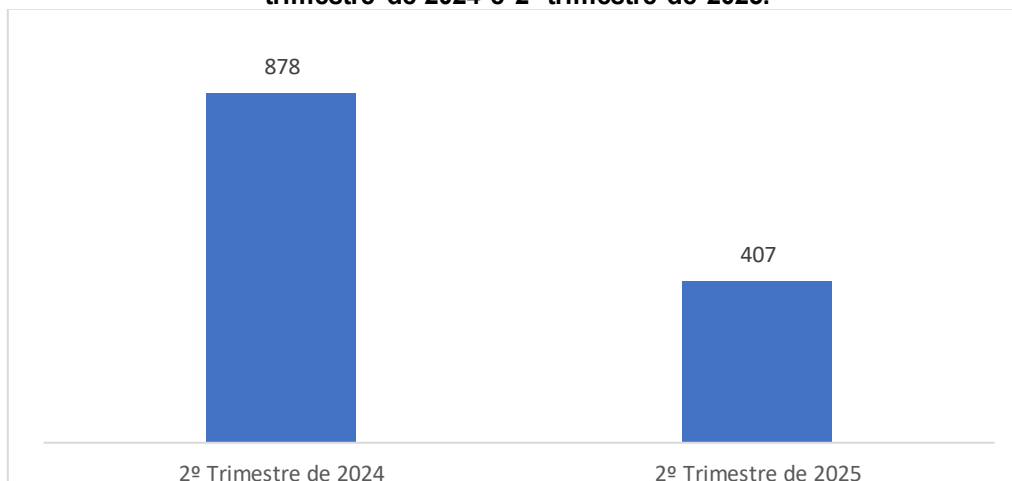
Gráfico 64 — Quantitativo das aposentadorias concedidas – 2º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CAH/Igepps

Em comparação ao mesmo período de 2024, no qual foram concedidas 878 (oitocentos e setenta e oito) aposentadorias civis, o corrente ano apresenta uma redução de aproximadamente 53,64% (cinquenta e três virgula sessenta e quatro por cento) no número de aposentadorias deferidas, que se relaciona com as mudanças de gestão do setor, que passou por adaptações de novas rotinas.

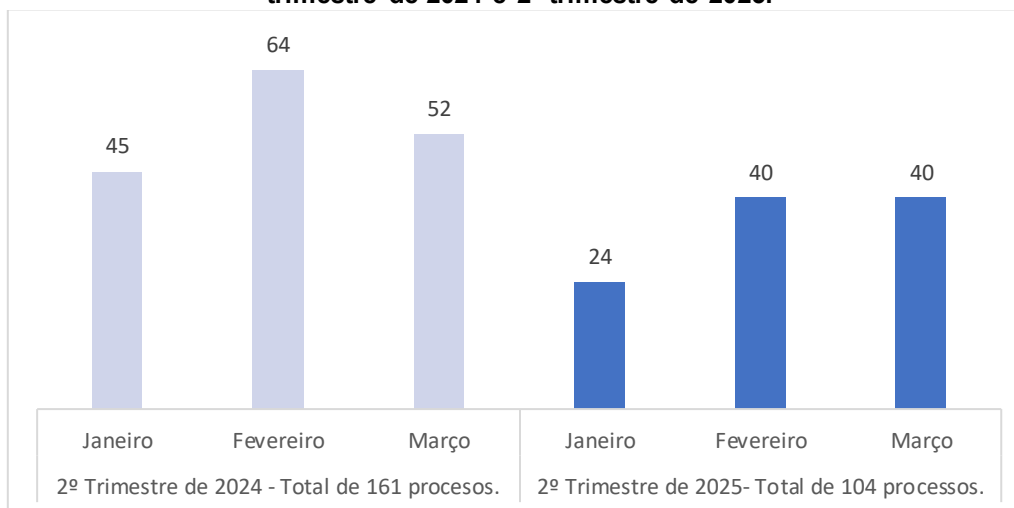
Gráfico 65 — Comparativo do quantitativo das aposentadorias concedidas – concedidas – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Nos primeiros três meses de 2025 foram concedidas 04 (cento e quatro) pensões por morte.

Gráfico 66 — Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.

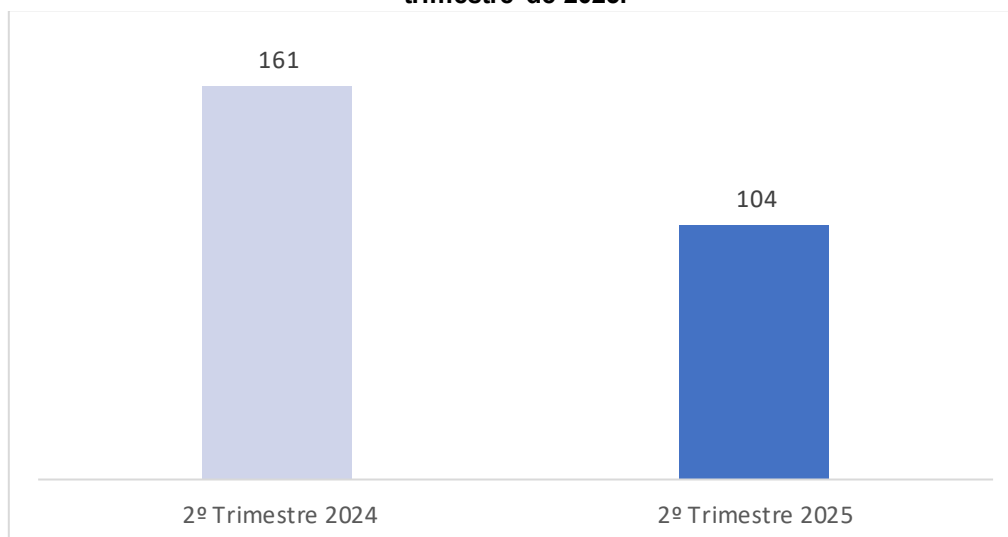


Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Registra-se a redução em aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) no número de concessões em comparação ao segundo trimestre de 2024, no qual foram deferidas 161 (cento e sessenta e um) pensões de competência da CCAH, que se relaciona com as

mudanças de gestão do setor, que passou por adaptações de novas rotinas.

Gráfico 67 — Comparativo do quantitativo das pensões concedidas – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

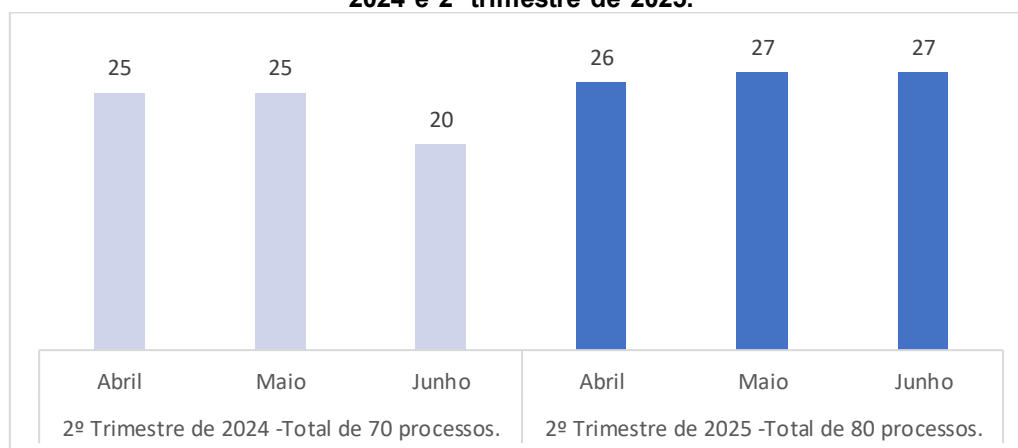
O tempo médio de análise se manteve estável em 4 (quatro) dias desde a chegada do processo nesse setor.

7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No 2º trimestre de 2025, foram 133 (cento e trinta e três) processos de auxílios funerais analisados e 80 (oitenta) foram deferidos, como demonstrado no Gráfico 45.

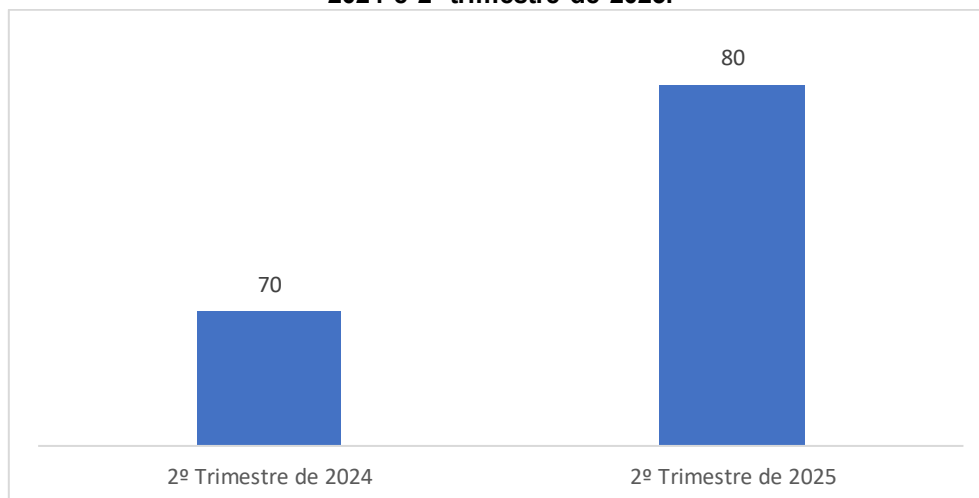
Número bastante expressivo que contribuiu para o controle do estoque deste tipo de demanda, que hoje conta com apenas 09 (nove) processos nesse setor. Comparado ao primeiro semestre de 2024, houve uma redução de 26% nos deferimentos.

Gráfico 68 — Comparativo do quantitativo de auxílios funerais concedidos no 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Gráfico 69 — Comparativo do quantitativo dos auxílios funerários concedidas 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.

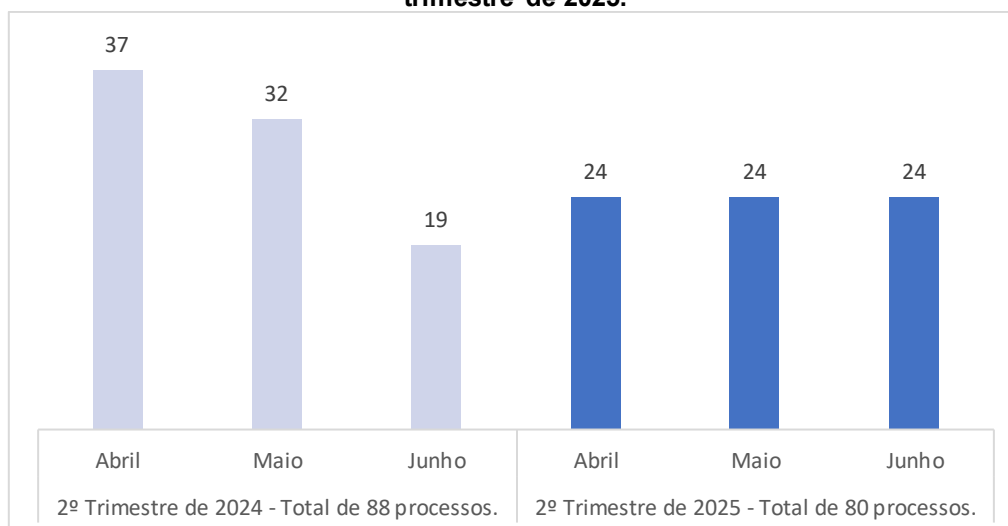


Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

7.9.4 Abono Permanência

No 2º trimestre de 2025, foram analisados 89 (oitenta e nove) pedidos de abonos de permanência, sendo 72 (setenta e dois) deles deferidos, distribuídos por mês calendário, conforme o Gráfico 47.

Gráfico 70 — Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



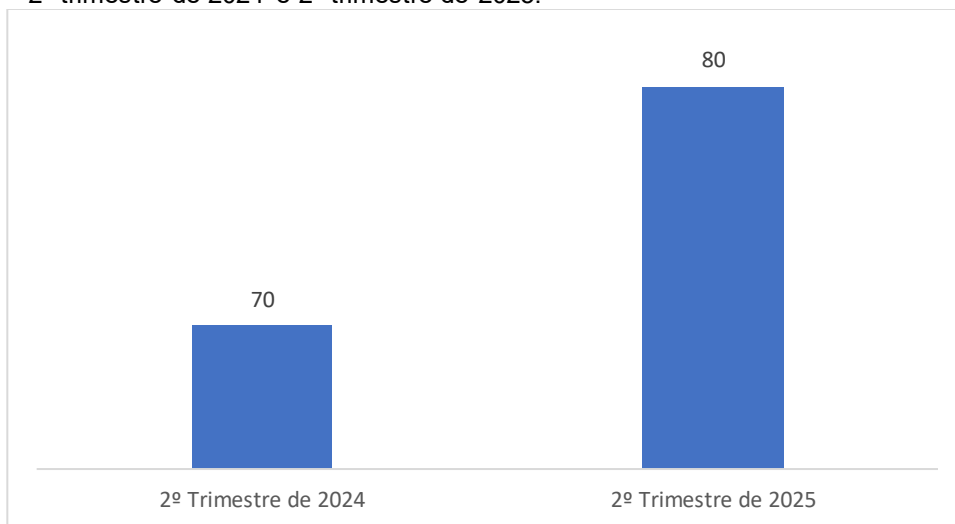
Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

Ressaltamos que a quantidade de deferimentos até o momento encontra amparo no Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA de nº 626/2023, o qual esclarece que apenas os servidores efetivos fazem jus ao abono de permanência.

Salientamos ainda que o passivo do abono de permanência permanece sob controle, contando com 175 (cento e setenta e cinco) processos para análise (parte desses processos

encontram-se aguardando ajustes pelo SISPREV, cujos chamados já se encontram em andamento).

Gráfico 71 — Comparativo do quantitativo de abonos de permanência concedidos no –
– 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SISPREV/CCHA/Igepps

7.9.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado Do Pará

A folha de pagamento do Igepps atua na gestão de quase 55 mil benefícios de inativos e pensionistas, civis e militares, do Estado do Pará. A atividade de gestão abrange a implantação dos benefícios, manutenções e exclusões na folha de pagamento.

Além disso, o setor atua, também, em diversas pastas, as quais serão aqui destacadas algumas delas, quais sejam: I) Vacância, ocorrendo quando há a retirada de um beneficiário da folha; II) Evolução monetária da folha, abrangendo os dados gerais por grupos folha; III) Retroativos, expondo todos os retroativos pagos aos beneficiários, via folha; IV) Decisão Judicial, expondo a quantidade e valores das decisões que foram cumpridas via folha e; V) Recuperação de crédito, atuando na devolução de valores aos cofres públicos.

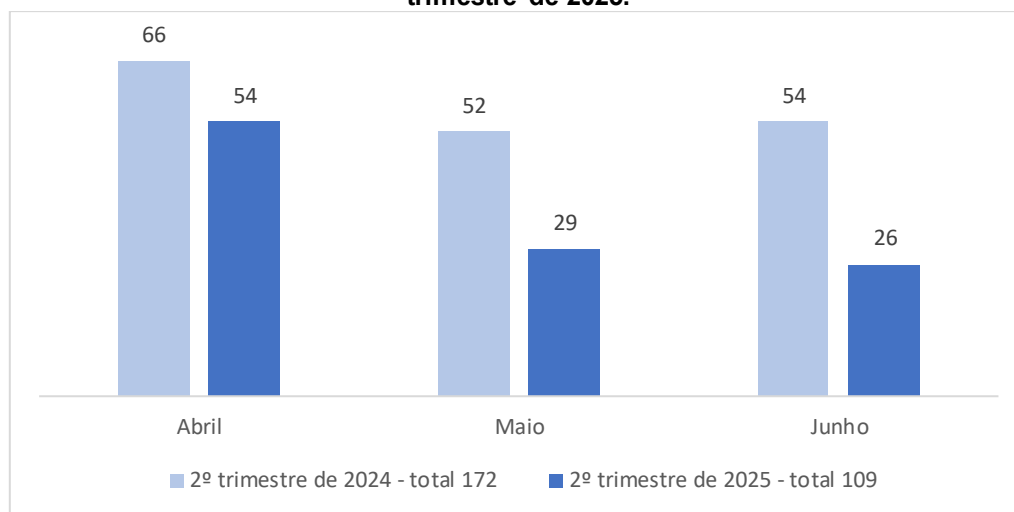
Este relatório apresentará os cinco itens previamente discutidos, cobrindo o período de janeiro a março de 2025, incluindo comparações com o mesmo período em 2024.

7.9.6 Vacâncias

7.9.6.1 Vacâncias de Beneficiários – Aposentadoria/Reserva/Reforma

A vacância, a qual trata da retirada de beneficiários da folha de pagamento, no que tange aos inativos, apurou-se 109 (cento e nove) vacâncias no segundo trimestre de 2025. Um aumento de 36,63% em comparação ao mesmo período de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 72 — Comparativo da Quantidade de Vacância – Inativos – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



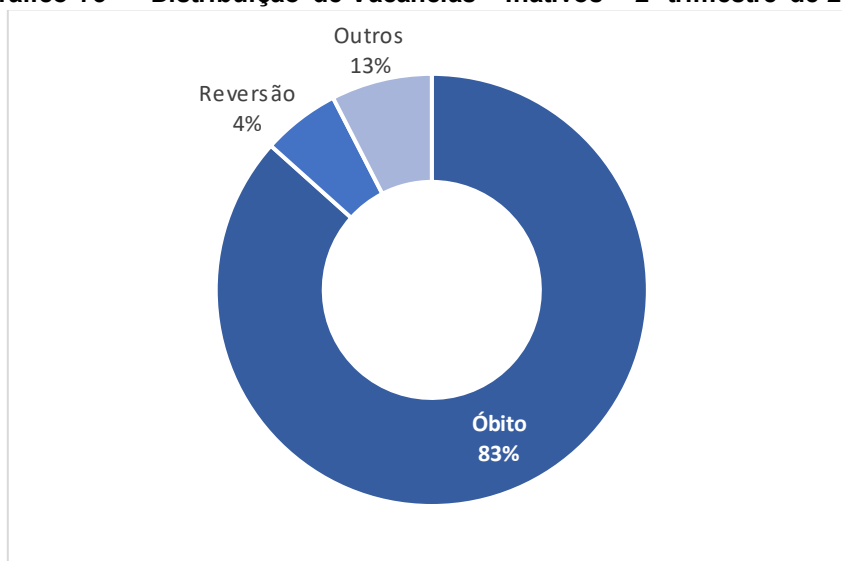
Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/Igepps

Em relação ao quantitativo na folha de inativos para o segundo trimestre de 2024, no mês de abril de 2024 houve a indicação de 66 (sessenta e seis), em maio indicou 52 (cinquenta e dois) e em junho 54 (cinquenta e quatro).

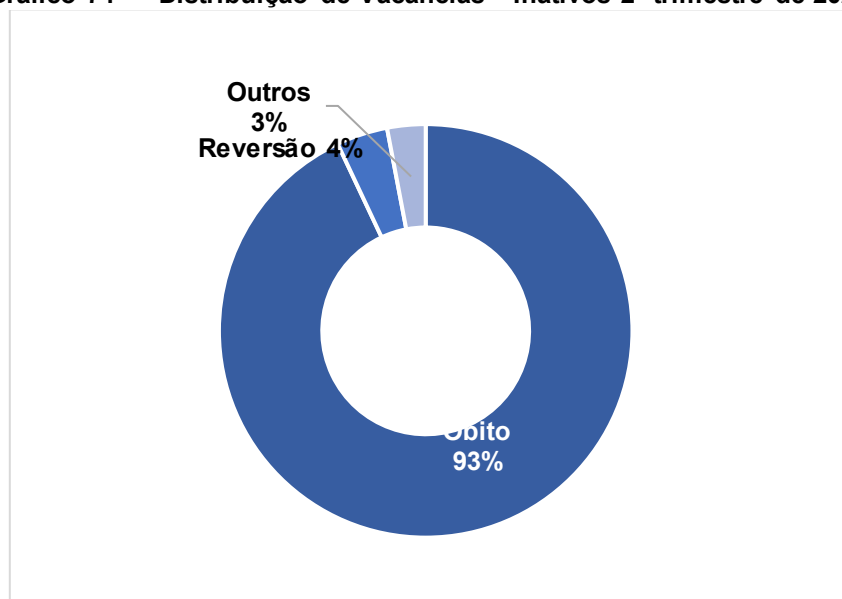
Em relação ao quantitativo na folha de inativos para o segundo trimestre de 2025, no mês de abril de 2025, o sistema indicou 54 (cinquenta e quatro), em maio indicou 29 (vinte e nove) e em junho 26 (vinte e seis).

No que diz respeito aos motivos de vacância, dos números apresentados no 2º trimestre de 2024 para os inativos, 83% (oitenta e três por cento) versam sobre casos de óbito, 4% (quatro por cento) acerca de reversão ao serviço ativo e 13% (treze por cento) não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros).

No que diz respeito aos motivos de vacância, dos números apresentados no 2º trimestre de 2025 para os inativos, 93% (noventa e três por cento) versam sobre casos de óbito, 4% (quatro por cento) acerca de reversão ao serviço ativo e 3% (três por cento) não puderam ser classificados pelo sistema SISPREV (outros), vejamos:

Gráfico 73 — Distribuição de Vacâncias - Inativos – 2º trimestre de 2024

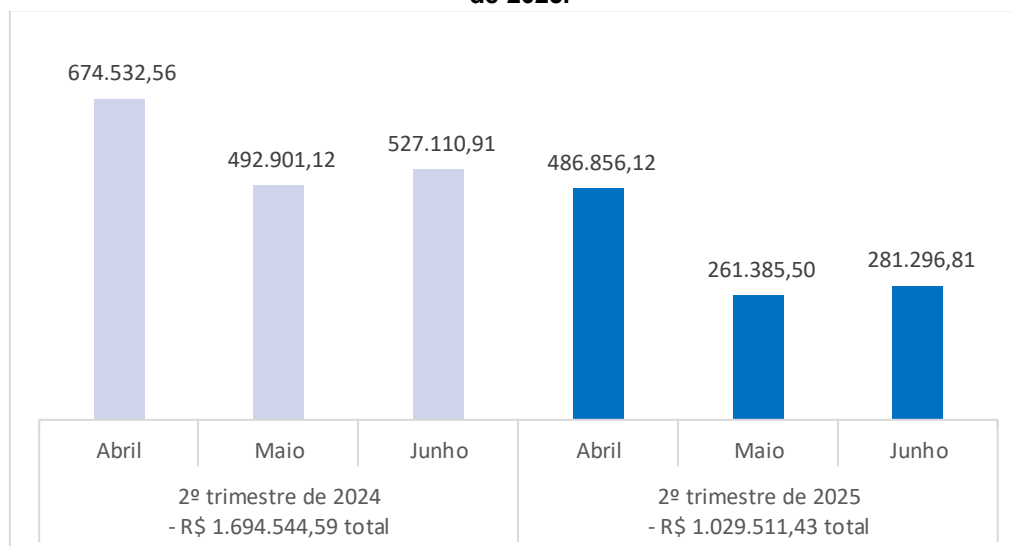
Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/Igepps

Gráfico 74 — Distribuição de Vacâncias - Inativos 2º trimestre de 2025.

Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/Igepps

Em relação a valores economizados em folha, no segundo trimestre de 2024, as vacâncias de beneficiários inativos totalizaram o montante de R\$ R\$ 1.694.544,85 (Um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), com 172 (cento e setenta e dois) casos, enquanto que no segundo trimestre de 2025 foi registrado o montante de R\$ R\$ 1.029.511,43 (um milhão, vinte e nove mil, quinhentos e onze reais e quarenta e três centavos), com número de 109 (cento e nove) casos.

Gráfico 75 — Comparativo dos valores economizados (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



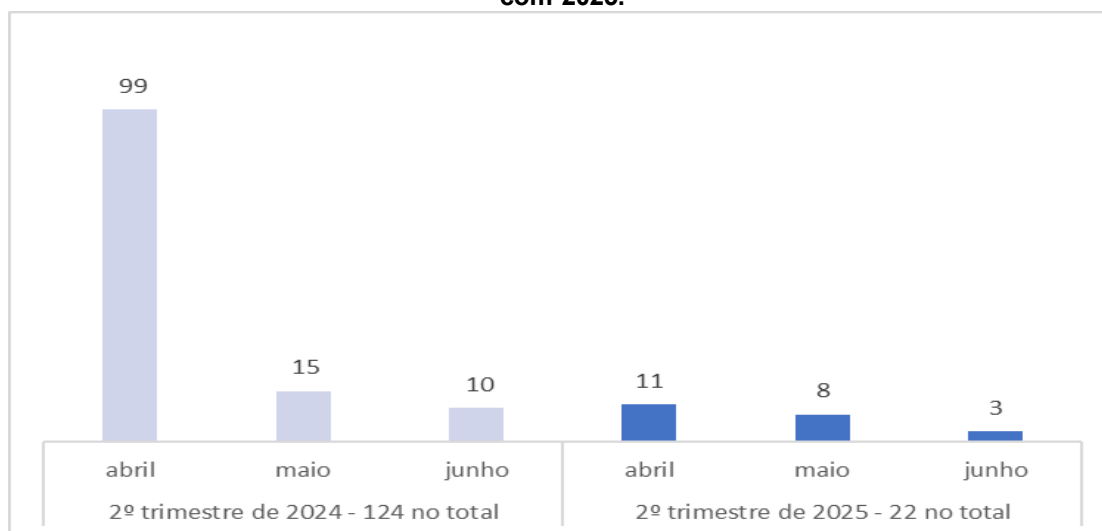
Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/Igepps

Esses números referem-se aos óbitos cadastrados no SISPREV, em decorrência de processos de comunicado de óbito, solicitação de pensão por morte, solicitação de auxílio funeral, denúncia, dentre outros.

7.9.6.2 Vacâncias de Beneficiários – Pensão por Morte

No concernente aos benefícios de pensão por morte do segundo trimestre de 2024, os números totais foram de 124 (cento e vinte e quatro) casos, sendo 99 (noventa e nove) no mês de abril, 15 (quinze) em maio, e 10 (dez) no mês de junho. No mesmo período de 2025, o quantitativo total foi de 22 casos, sendo 11 (onze) em abril, 08 (oito) em maio, e 3 (três) em junho. Com isso observamos que em 2025, houve uma redução de 82,26% ao comparar os dois períodos.

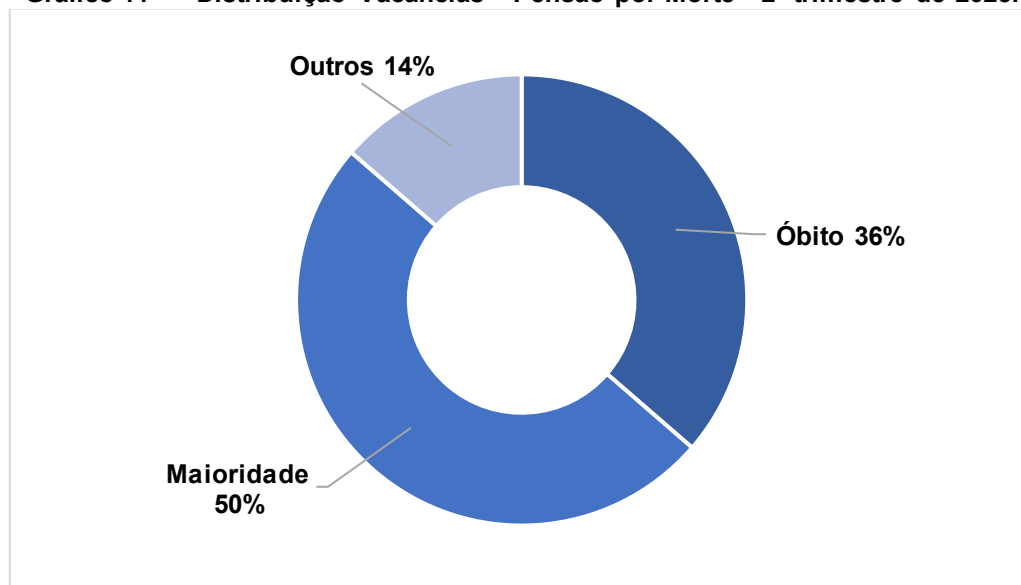
Gráfico 76 — Comparativo da Quantidade de Vacância - Pensão por Morte - 2º trimestre de 2024 com 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

No que diz respeito às causas de vacância, com base nos dados do segundo trimestre de 2025, 36% estão relacionados a casos de falecimento. Além disso, 50% se devem ao atingimento da maioridade, enquanto os restantes 14% não puderam ser categorizados pelo sistema SISPREV, sendo classificados como 'outros'), conforme o gráfico abaixo.

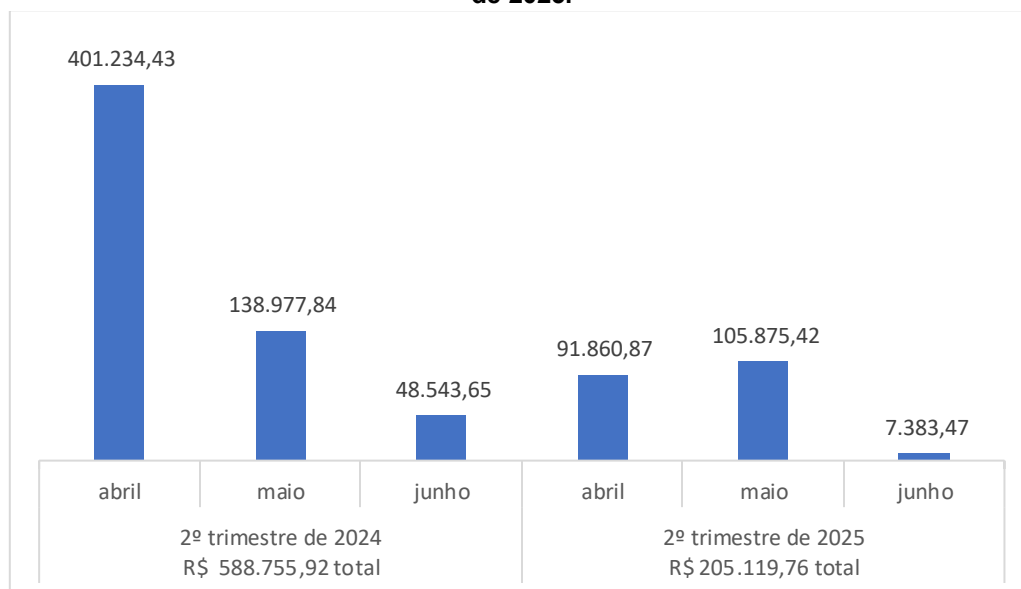
Gráfico 77 — Distribuição Vacâncias - Pensão por Morte - 2º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

Quanto aos valores economizados, em decorrência das exclusões de beneficiários da folha, apuraram-se os valores demonstrados no gráfico a seguir, por mês, em relação às pensões por morte.

Gráfico 78 — Valores de Vacância Pensão por Morte (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

Ademais, citam-se como medidas adotadas por esta Coordenadoria para aperfeiçoar o controle do número de vacâncias, tanto de inativos como de pensionistas, novamente, a implementação e acompanhamento mensal dos dados do SISOB, atualmente SIRC, e a realização de auditoria na folha de pagamento.

7.9.7 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

A evolução da folha de pagamento, tanto de segurados inativos quanto de pensionistas, indicamos que a CCOB reformulou os métodos de trabalho das funções de implantação e de pagamentos de valores retroativos, com melhorias significativas e eficientes, como atualização de tabelas salariais, a criação de grupos de trabalho temporários para agilizar a análise e manutenções de processos administrativos e judiciais, propiciando pagamentos devidos e legais aos segurados em tempo hábil.

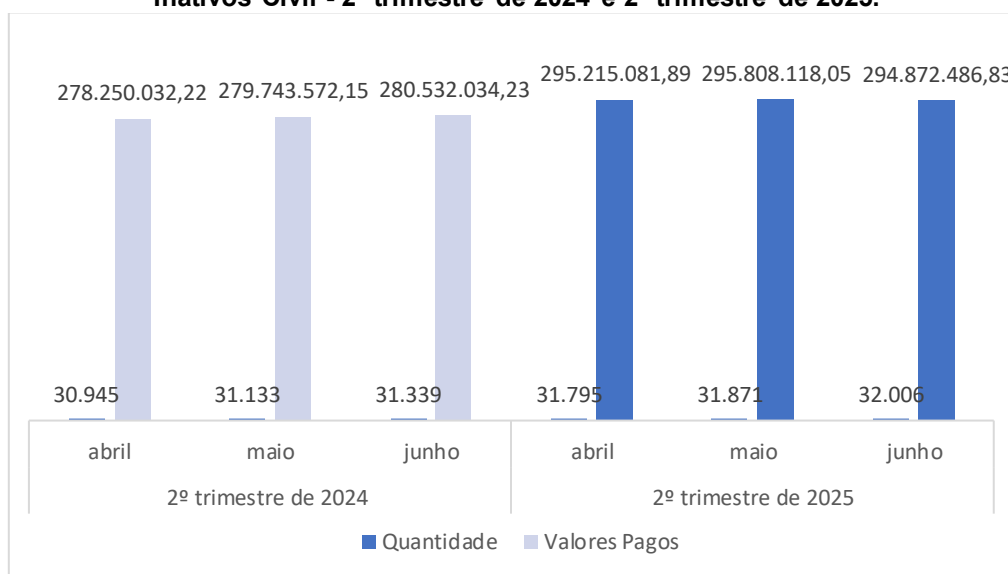
Para demonstrar os valores efetivados na folha de pagamento de 2025, utilizamos os "valores brutos totais", excluindo as quantias classificadas como "outros descontos", isso ocorre em virtude de que os valores não são contabilizados na execução orçamentária e financeira da folha de pagamento, pois se referem a elementos como, por exemplo, os redutores constitucionais.

7.9.7.1 Inativos Civis

No que concerne à evolução monetária da folha de pagamento de segurados inativos, percebe-se que, no segundo trimestre de 2024 foram pagos o valor de R\$838.525.638,60 (oitocentos e trinta e oito milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), com quantidade de 93.417 (noventa e três mil, quatrocentos e dezessete) pagamentos.

No segundo trimestre de 2025, foram pagos o valor de R\$ 885.895.686,77 (oitocentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), um crescimento de 5,65% (cinco ponto sessenta e cinco por cento).

Gráfico 79 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valor (R\$) - Inativos Civil - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.

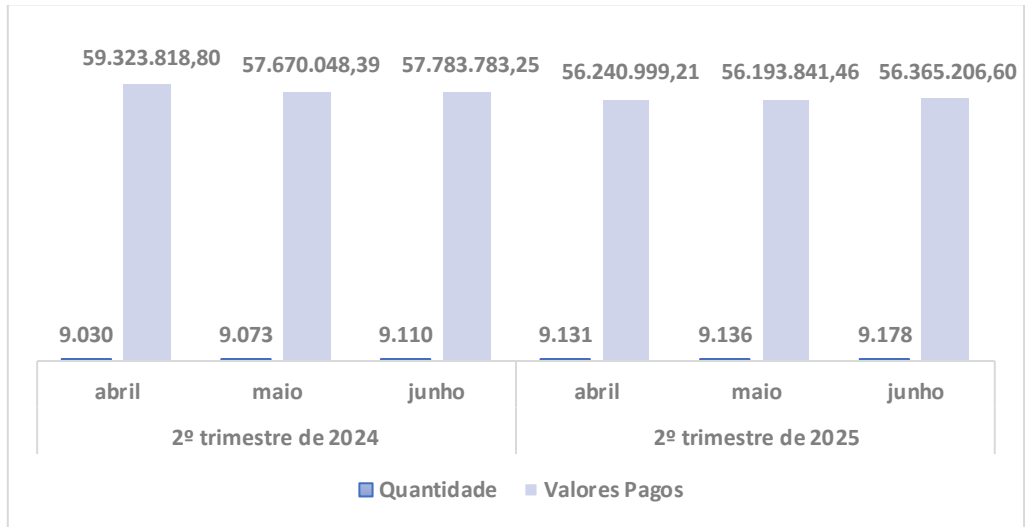


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.7.2 Pensionistas Civis

No primeiro trimestre de 2025, foram realizados 27.445 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e cinco) pagamentos para pensionistas civis, representando um aumento de 0,85% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos monetários, o valor total pago foi de R\$ 168.800.047,27 (cento e sessenta e oito milhões oitocentos mil e quarenta e sete reais e vinte e sete centavos), indicando uma redução de 3,42% em relação ao segundo trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 80 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) – Pensionista Civil - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.

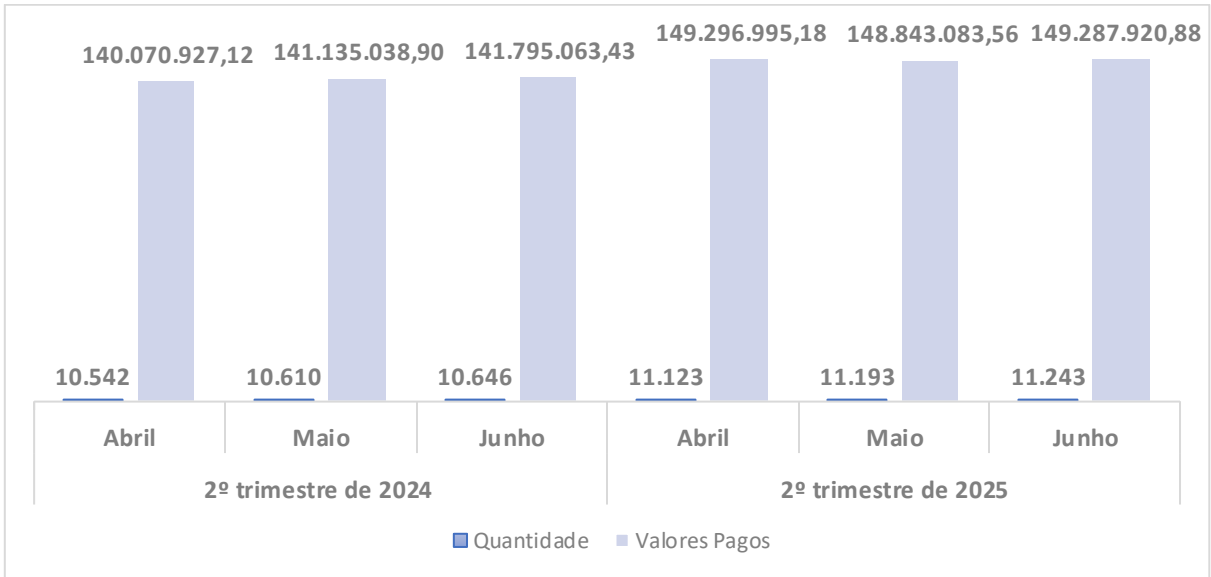


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.7.3 Inativos Militares

No 2º trimestre de 2025, foram 33.559 (trinta e três mil e quinhentos e cinquenta e nove) pagamentos para inativos militares, aumento de 5,54% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O valor total pago foi de R\$ 447.427.999,62 (quatrocentos e quarenta e sete milhões e quatrocentos e vinte e sete mil e novecentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos), aumento de 5,77% em relação ao 2º trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 81 — Comparativo Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) – Inativos Militares - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.

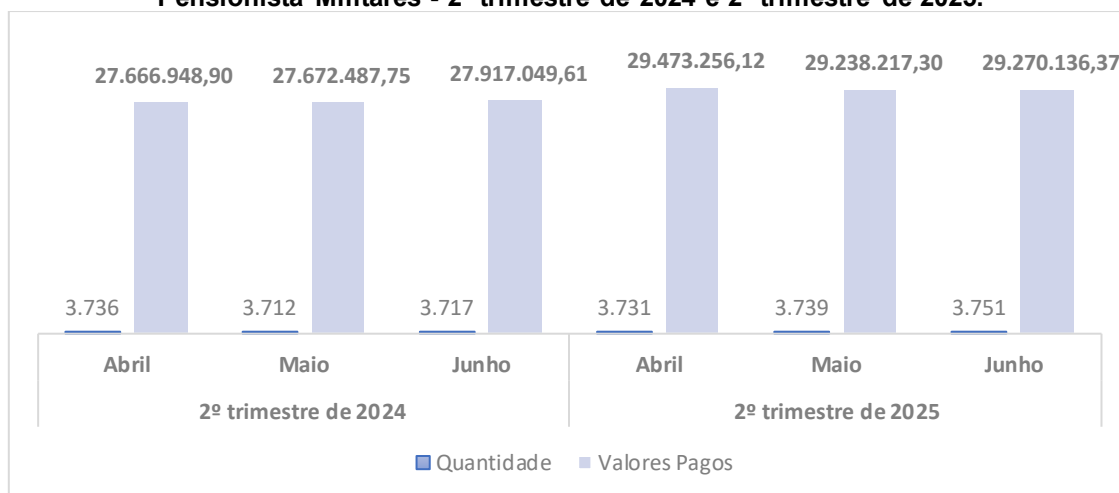


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.7.4 Pensionistas Militares

No segundo trimestre de 2025, foram realizados 11.221 (onze mil duzentos e vinte e um) pagamentos para pensionistas militares, representando um aumento de 0,50% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em termos monetários, o valor total pago foi de R\$ 87.981.609,79 (oitenta e sete milhões e novecentos e oitenta e um mil e seiscentos e nove reais e setenta e nove centavos), indicando um aumento de 5,68% em relação ao segundo trimestre de 2024, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 82 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) - Pensionista Militares - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



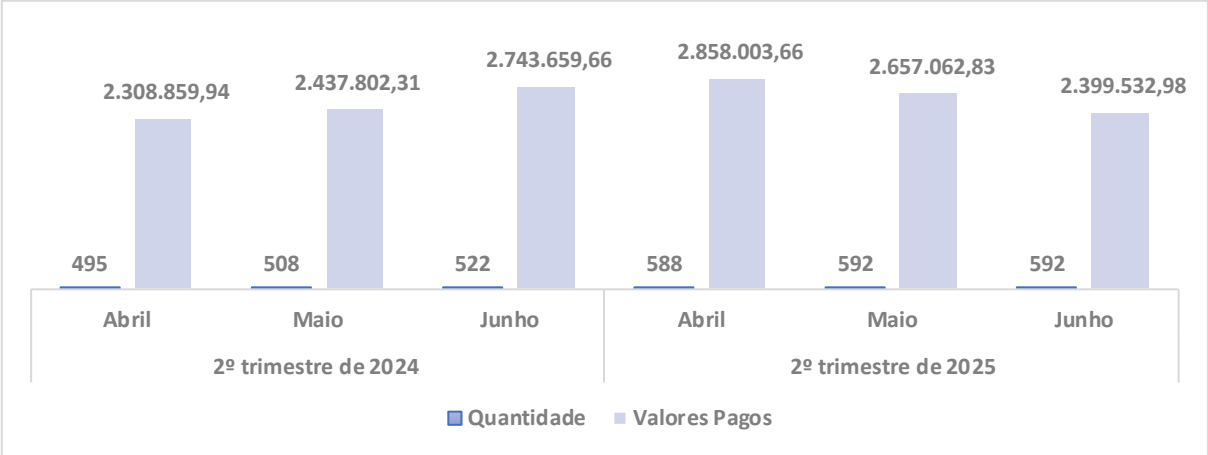
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.7.5 Pensionistas Especiais

Quanto à evolução da folha de pagamento dos pensionistas especiais, no segundo trimestre de 2024, foram efetuados 1.525 (mil, quinhentos e vinte e cinco) pagamentos com valor total de R\$ 7.490.321,91 (sete milhões, quatrocentos e noventa mil, trezentos e vinte e um reais e noventa e um centavos).

No que diz respeito ao segundo trimestre de 2025, foram efetuados 1.772 (um mil, setecentos e setenta e dois) pagamentos com valor total de R\$ 7.914.599,47 (sete milhões, novecentos e quatorze mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos), um acréscimo financeiro de 5,66% (cinco vírgula sessenta e seis por cento).

Gráfico 83 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valores (R\$) Pensionistas Especiais - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

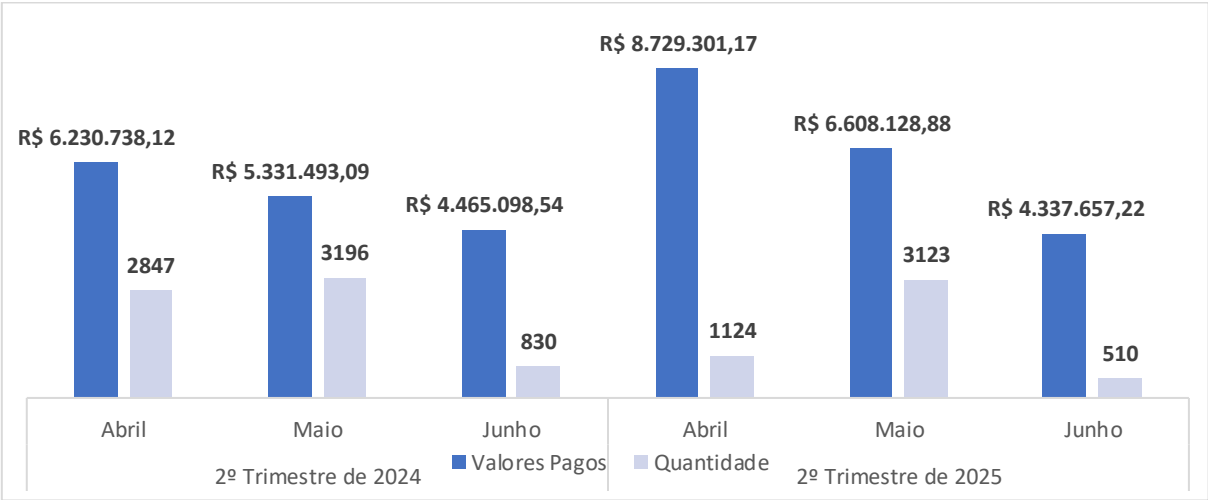
7.9.8 Pagamento de Retroativos

7.9.8.1 Inativos

Quanto ao pagamento de valores retroativos de benefícios previdenciários inativos (aposentadoria, reserva remunerada e reforma) observa-se que no 2º trimestre do ano de 2024 foram pagos a montante de R\$ 16.027.329,75 (Dezesseis milhões, vinte e sete mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos), com 6.873 (seis mil, oitocentos e setenta e três) pagamentos, enquanto que no segundo trimestre de 2025 foram pagos R\$ 19.675.087,27 (Dezenove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) com 4.757 (quatro mil, setecentos e cinquenta e sete) pagamentos representando um aumento de 22,76% em 2025 em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Dessa forma, expomos todos os valores, mensalmente, no gráfico abaixo:

Gráfico 84 — Comparativo dos Retroativos de Aposentadorias – quantidade e valores (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.

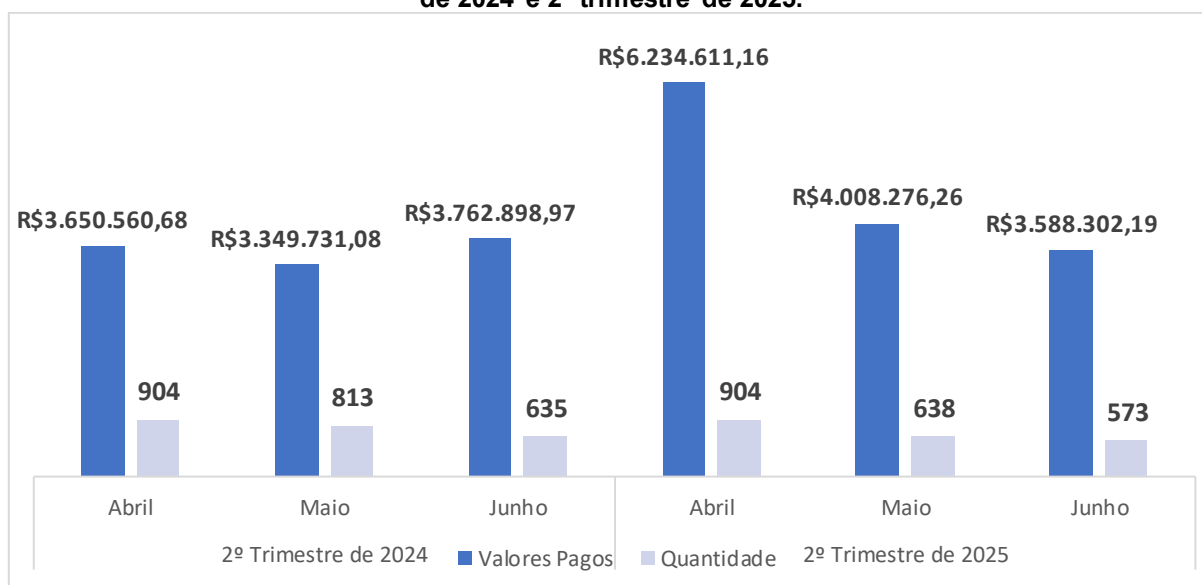


Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

7.9.8.2 Pensionistas

Quanto ao recorte dos benefícios previdenciários de pensão por morte, no total foram pagos a título de retroativo, no 2º trimestre do ano de 2024, o total de R\$ 10.763.190,73 (dez milhões setecentos e sessenta e três mil cento e noventa reais e setenta e três centavos), com 2.352 (dois mil trezentos e cinquenta e dois) pagamentos, enquanto em 2025, no segundo trimestre, foram realizados R\$ 19.675.087,27 (Dezenove milhões seiscentos e setenta e cinco mil, oitenta e sete reais e vinte e sete centavos), por meio de 2.115 (dois mil, cento e quinze) pagamentos, vejamos a análise gráfica.

Gráfico 85 — Comparativo dos Retroativos de Pensão - quantidade e valores (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

É imperioso ressaltar que os pagamentos de valores retroativos tanto para pensão por morte quanto para os inativos, foram apurados por meio de todas as rubricas constantes no sistema que se referiam a retroativo no período, quais sejam: 145 RRA, 110 Retroativo Ano Vigente, 107 Retroativo de Reajuste, 110.1 Retroativo Ano Vigente, 145.1 Retroativo de RRA/RFB.

Diante do exposto, informamos que as demandas relacionadas aos retroativos tem sido cada vez mais constantes, entretanto, a equipe exerce suas atividades de forma árdua conseguindo executar a análise dos casos com a consequente redução do passivo.

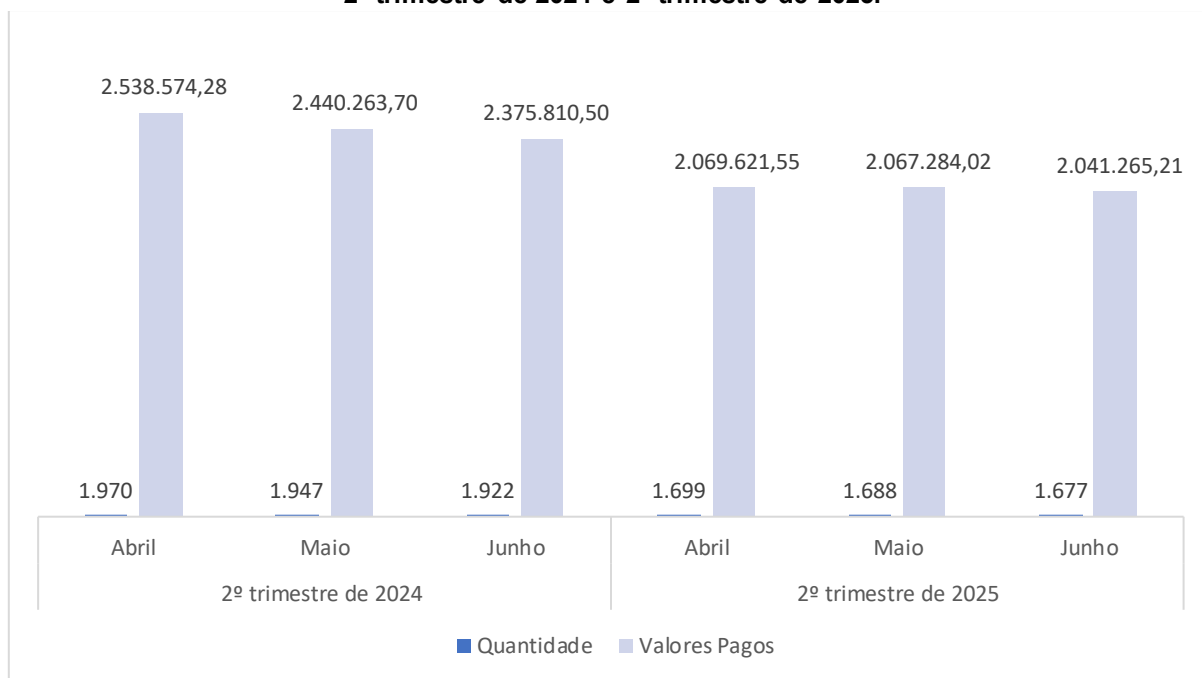
7.8.9 Cumprimento de Decisões Judiciais

7.8.9.1 Inativos Civis e Militares

Os pagamentos realizados no segundo trimestre de 2025, em conformidade com as

decisões judiciais para beneficiários inativos, totalizaram R\$ 6.178.170,78 (seis milhões, cento e setenta e oito mil cento e setenta reais e setenta e oito centavos). Esse valor representa uma redução de 16 % em comparação com o mesmo período do ano de 2024, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 86 — Comparativo de Decisões Judiciais de Aposentadoria: quantidade e valores (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



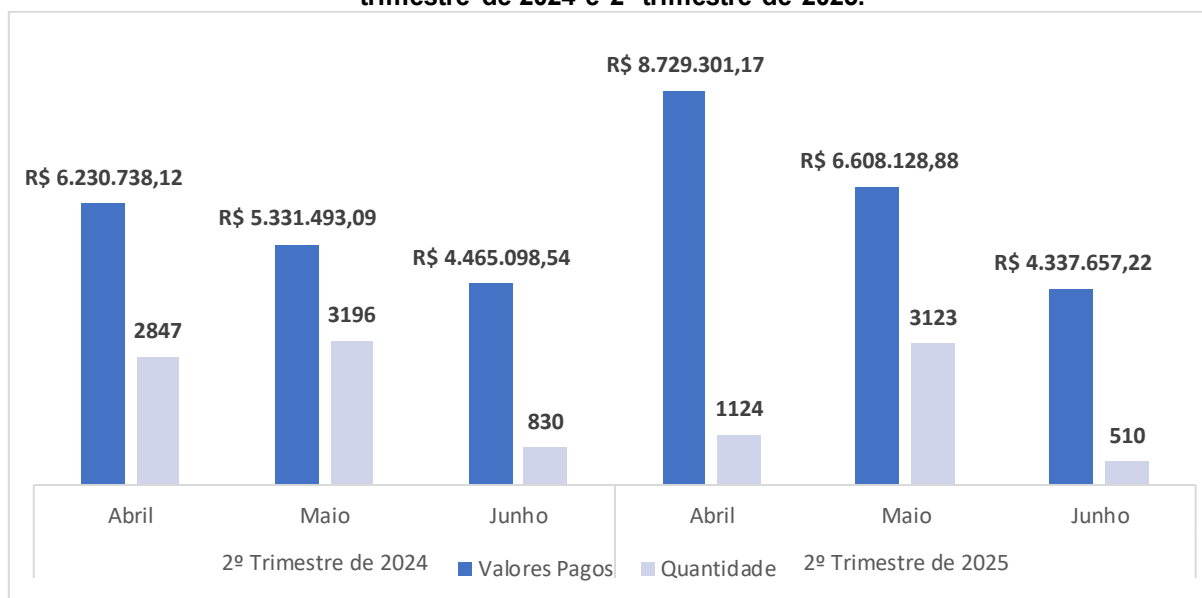
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

E ainda, em relação ao quantitativo de segurados inativos civis e militares que receberam pagamentos de decisões judiciais em 2024, totalizou 5.839 pagamentos para os segurados no 2º trimestre/24, sendo 1.970 em abril/24, 1.947 em maio/24 e 1.922 em junho/24, referente ao segundo trimestre do ano de 2025, foram realizados 5.064 pagamentos para segurados no 2º trimestre/25, sendo 1.699 no mês de abril/25, 1.688 em maio/25 e 1.677/25 cumprimentos de decisões judiciais.

7.8.9.2 Pensionistas Civis e Militares

Os pagamentos realizados no 2º trimestre de 2025, em conformidade com as decisões judiciais para pensionistas militares e civis, totalizaram R\$ 5.252.905,38 (cinco milhões duzentos e cinquenta e dois mil novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos), sendo uma redução de 4,23% nos valores em comparação com o mesmo período do ano de 2024, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 87 — Comparativo de Decisões Judiciais de Pensão: quantidade e valores (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



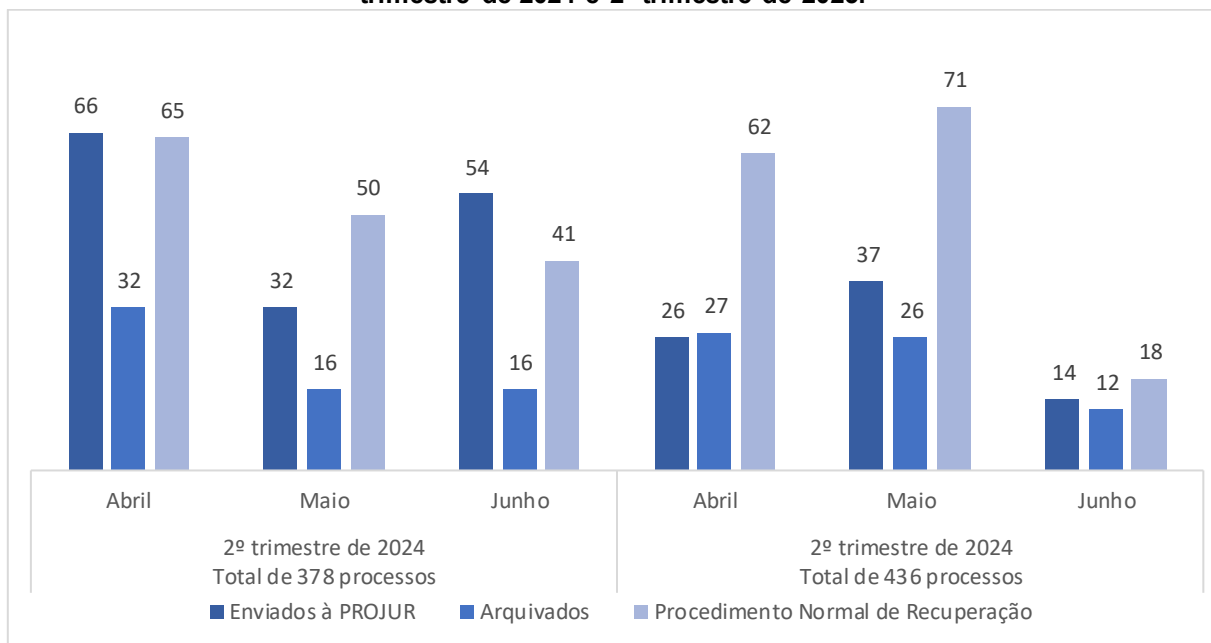
Fonte: E-prev – CCOB/Dipre/Igepps

Um total de 955 beneficiários pensionistas, tanto civis quanto militares, receberam pagamentos provenientes de decisões judiciais, representando uma redução de 12,47% em comparação com o mesmo período do ano de 2024, sendo 319 decisões judiciais realizadas em abril, 318 em maio e outras 318 em junho.

7.9.10 Recuperação de Crédito

No período abril a junho de 2025, foram analisados 293 (duzentos e noventa e três) processos administrativos de recuperação de crédito. Dentre esses, 77 foram instruídos e encaminhados à PROJUR devido a inexistência de herdeiros em folha de pagamento para viabilizar a cobrança; 65 processos foram arquivados por apresentarem valores apurados inferiores a R\$ 1.000,00, por prescrição ou por regularização integral do débito por meio de devolução bancária e 151 seguiram o trâmite regular para recuperação de crédito, conforme gráfico abaixo.

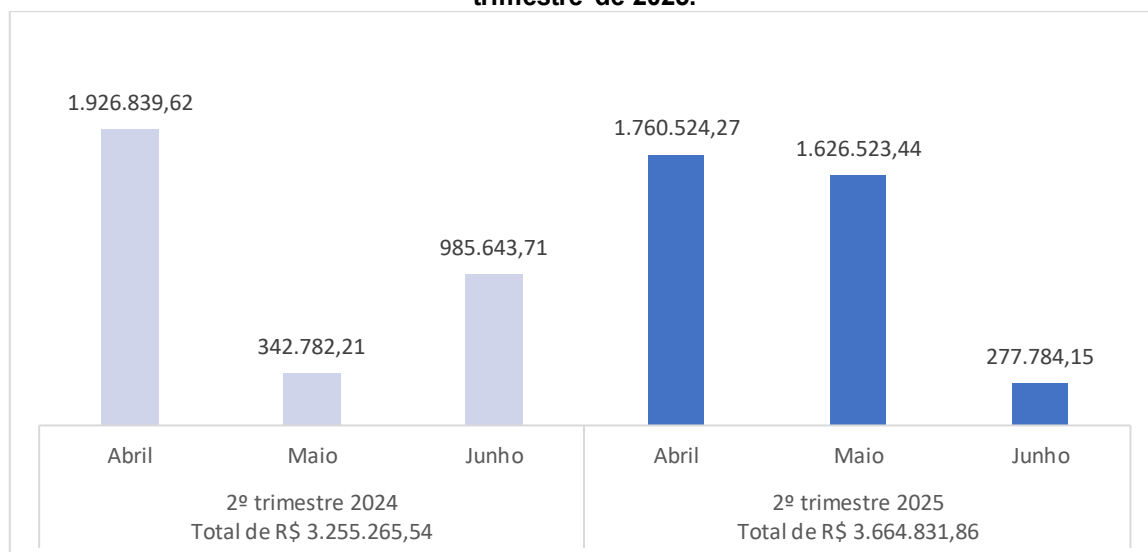
Gráfico 88 — Comparativo do Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito — - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: CCOB/Dipre/Igepps

Nesse contexto, considerando os 151 processos aptos à recuperação via folha de pagamento, foi devolvido aos cofres públicos o valor de R\$ 3.664.831,86 (três milhões, seiscientos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos). Em comparação com o valor recuperado no mesmo período do ano de 2024, que totalizou R\$ 3.255.265,54, observou-se uma diminuição de aproximadamente 21 % no valor restituído aos cofres públicos, considerando que em junho apenas 1 técnica compunha a equipe de recuperação de crédito conforme gráfico a seguir.

Gráfico 89 — Comparação dos Valores recuperados via folha (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: CCOB/Dipre/Igepps

7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), ligado à Diretoria de Previdência, atua no Igepps, prioritariamente, na promoção de qualidade de vida do público atendido pelo órgão. Entre as suas atribuições, realiza estudos psicossociais para concessão de benefícios, verifica cadastros e recebe e apura denúncias, além de atuar em educação previdenciária. Lida com casos complexos, buscando acelerar processos administrativos e facilitar concessões. Suas atividades estratégicas incluem diligências para esclarecer contradições em análises administrativas.

O NAPS ainda realiza atendimento psicossocial presencial e online, mediante agendamento prévio pelo SIAAG, garantindo, assim, que as demais regiões do Estado possam ser contempladas em suas necessidades.

7.10.1 atendimentos Psicossociais

No segundo trimestre de 2025, foram realizados 15 atendimentos psicossociais de forma presencial aos beneficiários/usuários. Já em relação aos atendimentos psicossociais online, foram realizados 04 neste período.

7.10.2. Diligências Psicossociais

As Diligências Psicossociais consistem na atividade de visita domiciliar e demais deslocamentos necessários à realização de Estudo Psicossocial em casos de processos de solicitação de pensão por morte, Verificação Cadastral (antiga Prova de Vida) e Apuração de Denúncias, sejam por óbito, de nova união ou de não convivência marital. Para o período aludido, foram realizadas 09 diligências na região metropolitana de Belém, 08 no interior do estado e 06 interestaduais.

7.10.3 Denúncias de nova união e de óbito apuradas

O Naps é responsável por receber e verificar denúncias de nova união, de óbito, e de não convivência marital. A investigação de acusações por nova união examina possíveis beneficiários de pensão por morte que constituíram nova relação de união estável após o óbito do(a) instituidor(a). Já a apuração das denúncias de não convivência marital visa verificar se o beneficiário não estaria enquadrado na condição de dependente previdenciário desde o início da percepção do benefício de pensão por morte.

No segundo trimestre de 2025, foram apuradas 06 denúncias de não convivência, e 01 processo de apuração de nova união. A gestão prioriza a análise dos processos de pensão por morte, devido à sua alta prioridade, conforme entendimento da Diretoria de Previdência.

7.10.4 Análise psicossocial em processos de pensão por morte

Os processos de pensão por morte direcionados ao Naps são os que carecem de provas documentais para a comprovação da qualidade de dependente previdenciário, especialmente, no que se refere à confirmação de existência de relação marital entre as partes. Como se trata a conclusão da análise da concessão do benefício diferentemente dos outros processos destinados ao Naps, os processos de pensão por morte têm caráter prioritário na análise do setor. No referido período foi totalizado um quantitativo de 08 estudos psicossociais concluídos.

7.10.5 Relatórios Técnicos

No segundo trimestre de 2025, foram produzidos 08 relatórios técnicos frutos das diligências psicossociais; esse quantitativo corresponde à meta estipulada internamente no setor.

7.10.6 Educação Previdenciária

As ações, projetos e programas estão relacionados com vários temas referentes à qualidade de vida e bem-estar dos segurados. Nesse sentido, essas atividades se inserem no escopo da educação previdenciária, o que favorece a melhoria da prestação de serviço previdenciário e avaliações pelo Pró-Gestão.

A seguir, apresentamos o cronograma das atividades de educação previdenciária do NAPS previstas para o segundo trimestre do corrente ano.

Quadro 5 — Cronograma de Educação Previdenciária – 2º trimestre de 2025.

Evento	Tema	Público-alvo	Data	Modalidade	Local
Videocast:: Previdência em foco	Assuntos sobre previdência e preparação para	Público em geral	09/04/2025	Online	...

	aposentadoria				
Oficina de inclusão digital	Capacitação do público idoso para utilização das principais mídias digitais	Público aposentado do Igepps	05/05/2025	Presencial	Sede do Igepps
Seminário	Atualizações previdenciárias no PAPPS – área de educação	Servidores da área de educação	11/06/2025	Online	...
Curso de Orientação Profissional para jovens pensionistas	Orientação profissional para jovens pensionistas	Pensionistas do Igepps de 18 a 24 anos	23/06/2025	Online	...

Fonte: NAPS/Dipre/Igepps.

<https://www.igepps.pa.gov.br/sites/default/files/2025-01/Cronograma%20de%20Ac%CC%A7o%CC%83es%20de%20Educac%CC%A7a%CC%83o%20Pr evidencia%CC%81ria%202025.pdf>

O Projeto Oficina de Inclusão Digital do mês de maio teve duração de 4 dias, uma ação do NAPS, que visa oferecer aos beneficiários aposentados e pensionistas do Instituto capacitação e orientação para acessarem o mundo digital de maneira segura, promovendo autonomia e aquisição de novos conhecimentos, além de auxiliar na prevenção e combate a golpes virtuais prática comum contra esse público. As oficinas foram expositivas e dialogadas, com conteúdo dividido em quatro encontros semanais, com 2 horas de duração cada, desenvolvendo os seguintes temas: educação para a inclusão digital de pessoas idosas, envelhecimento ativo, promoção de espaço de aprendizagem e convívio social com pares. Ao todo, 10 pessoas foram capacitadas.

O Grupo Reflexivo teve como tema “Decisões que educam como envolver a família nas escolhas do dia a dia”. O evento integrou as ações do Programa de Assistência em Educação Financeira (PAEF-Igepps). Na ocasião, a técnica Marcella Takeshita realizou palestra aos participantes, tanto da Defensoria Pública quanto do Igepps, abordando temas como prevenção do endividamento para aposentadoria, relação entre dinheiro e emoções, prevenção ao endividamento, estresse financeiro, educação financeira e previdenciária. O grupo contou com a participação de 26 pessoas.

Também foi realizada uma parceria entre o Igepps e a Defensoria Pública do Estado do Pará para tratar de temas voltados à aposentadoria, em evento híbrido (presencial e online). Foram discutidas regras de aposentadoria, previdência complementar, benefício especial, planejamento previdenciário, autonomia financeira na aposentadoria, relação entre emoções e dinheiro e longevidade ativa. Participaram do evento 18 pessoas presencialmente e 120 pessoas online, totalizando 130 participantes.

Foram realizadas ainda cerimônias solenes de entrega de certificados de

agradecimento e portarias de aposentadoria aos servidores recém-aposentados: no mês de maio de 2025, participaram 15 pessoas; já em junho de 2025, cerca de 47 pessoas estiveram presentes. No âmbito do Programa de Assistência em Educação Financeira, foram realizados atendimentos individualizados a 3 pessoas. Além disso, foi prestado suporte gratuito, por meio de atendimento individual, a servidores estaduais e segurados aposentados e pensionistas do Instituto que estejam em situação de endividamento de risco e/ou superendividamento, com o atendimento de 1 pessoa.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do Igepps tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – Caten (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

Além disso, também está disponível aos segurados e sociedade os meios de atendimentos virtuais como a Central telefônica, a Ouvidoria, Chat, Requerimento Virtual e Call Center.

O Igepps por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

1. Atendimento Presencial

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (Caten) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – Naps na sede; como também nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrópole no município de Ananindeua), nas agências dos Núcleos Regionais - Nureg de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Nureg de Santarém (agência Santarém e Altamira) e Nureg de Marabá (agência Marabá e Paragominas).

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualização cadastral, prestando informações e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declarações, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

2. Igepps Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e estações cidadanias.

3. Central Telefônica

A Central Telefônica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informações, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

4. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria do IGEPPS criou e publicou a sua Carta de Serviços em 23 de junho de 2022, por meio do Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000, passando a fazer parte do Portal Pará Digital, criado pela OGE - Ouvidoria Geral do Estado. Esta lei define padrões para garantir um atendimento de qualidade aos cidadãos pelos órgãos e entidades do governo federal.

Assim, trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

5. E-SIC

O portal E-Sic (<https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do

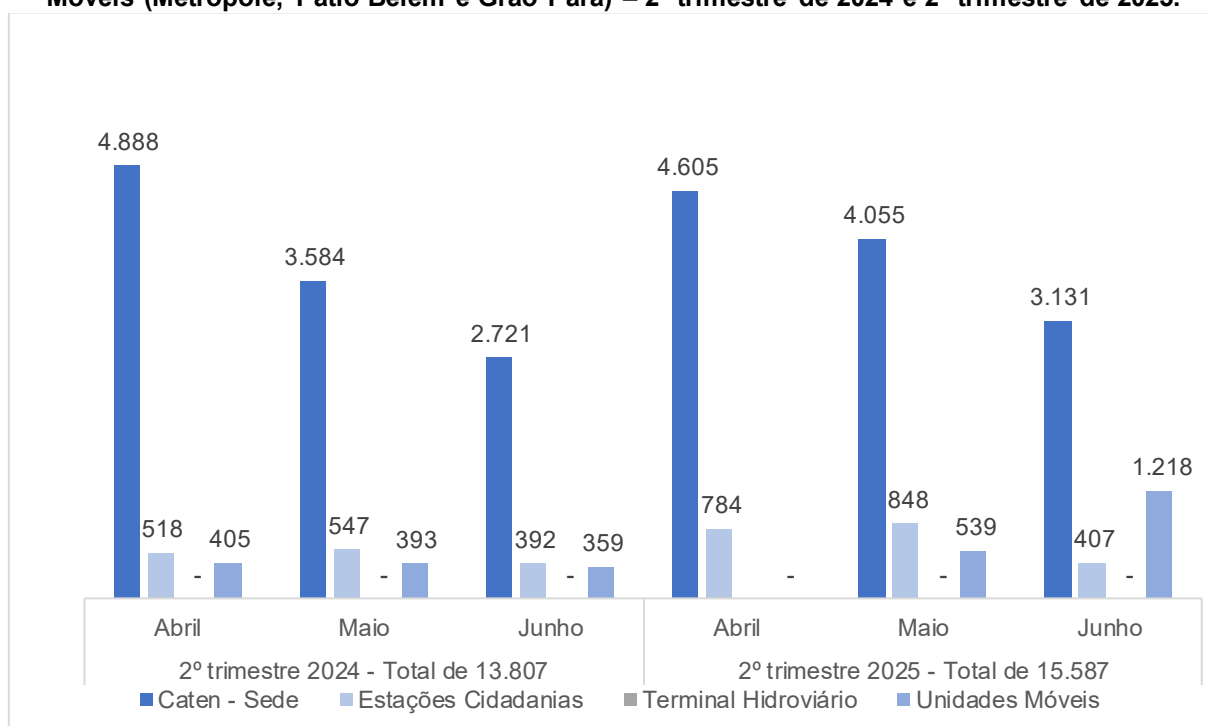
Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação – LAI. Portanto, O Igepps tem melhorado o atendimento ao público, tanto presencialmente quanto online, para facilitar o acesso aos serviços e aproximar a gestão das pessoas.

8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis

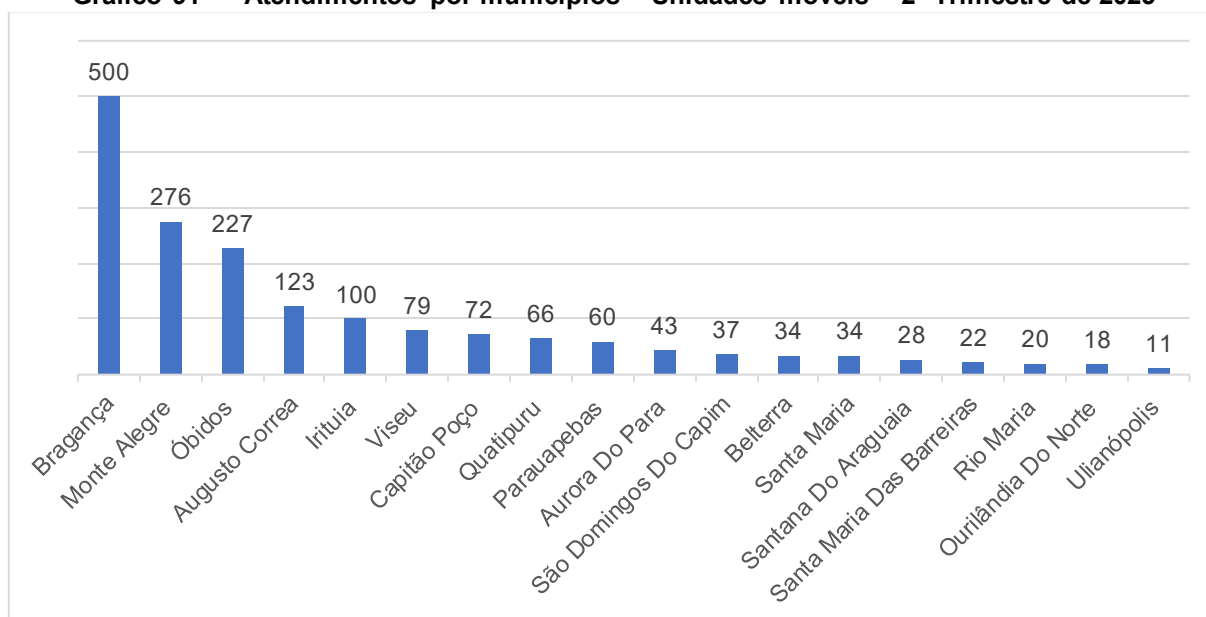
No 2º trimestre de 2025, o atendimento presencial composto pela Caten – Sede, Estação Cidadania e Unidades Móveis totalizaram 15.587 (quinze mil e quinhentos e oitenta e sete) atendimentos. No terminal hidroviário, não houve atendimentos no trimestre, previsto para retornar no próximo trimestre. Abaixo é possível observar o comparativo entre o 2º trimestre de 2025 comparado ao mesmo período de 2024, onde observa-se um aumento de 13% no quantitativo total dos atendimentos presenciais.

Gráfico 90 — Atendimentos realizados pela Caten– Sede, Estações Cidadania e Unidades Móveis (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

Em relação as unidades móveis, no 2º trimestre o caminhão itinerante percorreu 6 (seis) Regiões de Integração, em 19 (dezenove) municípios paraenses, totalizando 1.757 (mil setecentos e cinquenta e sete) atendimentos, abaixo é possível observar o quantitativo de atendimentos por município.

Gráfico 91 — Atendimentos por municípios – Unidades móveis – 2º Trimestre de 2025

Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei nº 8.613/2018, art. 4º, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade, o IGEPPS possui três Núcleos Regionais, são eles:

1. **Núcleo Regional de Castanhal** composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).
2. **Núcleo Regional de Santarém** composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
3. **Núcleo Regional de Marabá** composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim).

Os Núcleos de Castanhal, Marabá e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do Igepps, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

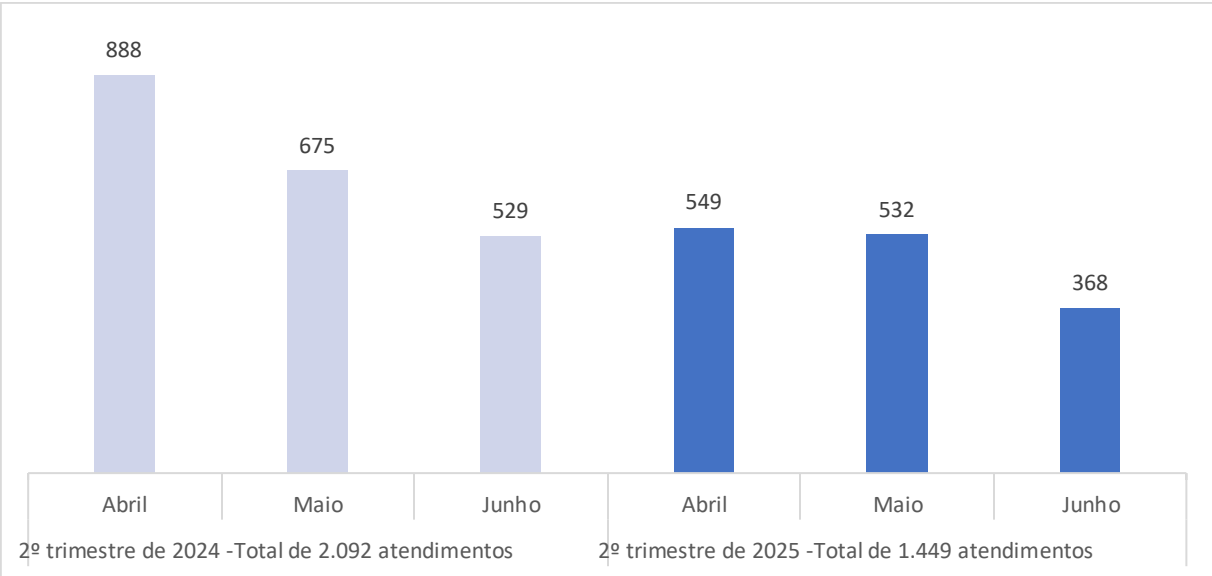
8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal

8.1.2.1.1 Agência Castanhal

A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange um total de 5.004 beneficiários. A unidade de Capanema também opera com 4 (quatro) guichês de atendimento presencial. O grupo é composto por civis, militares aposentados e pensionistas nas cidades: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

No segundo trimestre de 2025, a agência registrou 1.449 (um mil quatrocentos e quarenta e nove) atendimentos, conforme o gráfico abaixo, sendo 549 (quinhentos e quarenta e nove) em abril, 532 (quinhentos e trinta e dois) em maio e 368 (trezentos e sessenta e oito) em junho. Contudo, no mesmo período de referência em 2024, foram realizados 2.092 (dois mil e noventa e dois) atendimentos, com isso percebe-se uma diminuição na procura por atendimento. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: outros serviços, emissão de contracheque, emissão de cédula C, consulta de processo, requerimento inicial, portaria e declaração negativa.

Gráfico 92 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Castanhal – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Igepps

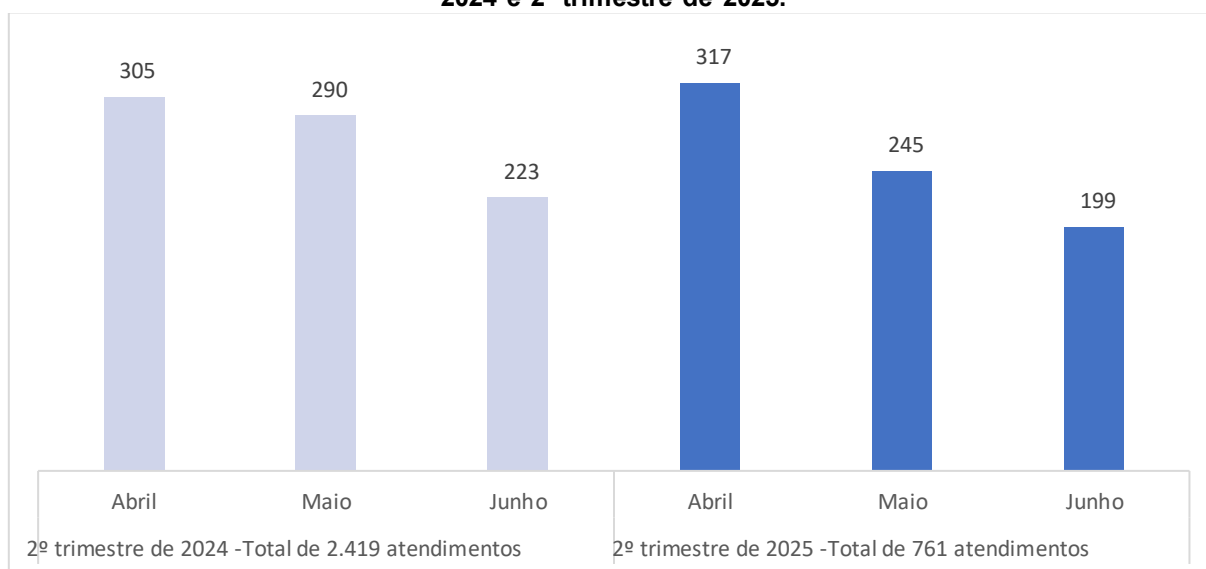
8.1.2.1.2 Agência Abaetetuba

A agência de Abaetetuba atua como polo na Região Tocantins para o atendimento de cerca de 2.419 (dois mil quatrocentos e dezenove) beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes nos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá,

Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

No 2º trimestre de 2025, a agência de Abaetetuba realizou 317 (trezentos e dezessete) atendimentos em abril, 245 (duzentos e quarenta e cinco) em maio e 199 (cento e noventa e nove) em junho, perfazendo um total de 761 (setecentos e sessenta e um) atendimentos no total conforme gráfico abaixo. No mesmo período em 2024 foram realizados 2.419 (dois mil quatrocentos e dezenove) atendimentos. O serviço voltado para a emissão de contracheque, outros serviços, emissão de cédula C, consulta de processo e cópia de processo são os atendimentos mais demandados pelos segurados da região.

Gráfico 93 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Abaetetuba – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



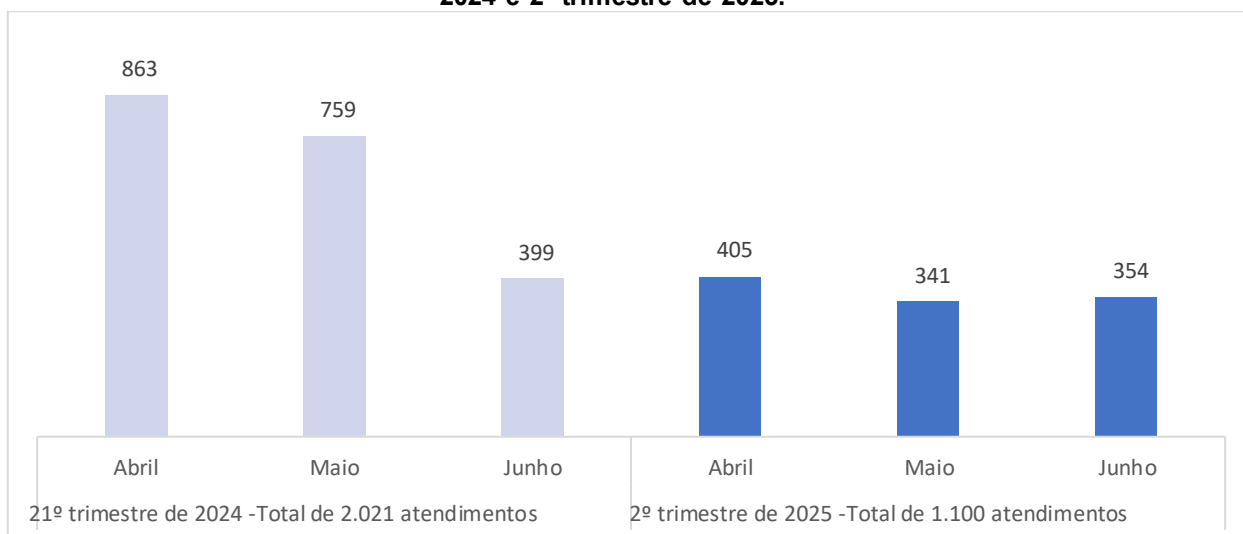
Fonte: SIAAG/Igepps

8.1.2.1.3 Agência Capanema

A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange atualmente 2.857 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete) beneficiários entre inativos e pensionistas distribuídos nos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

No 2º trimestre de 2025, a agência de Capanema realizou 1.100 (mil e cem) atendimentos, conforme ilustrado no gráfico a seguir. Dentre os atendimentos mais demandados destacam-se: outros serviços, emissão de contracheque, consulta de processo, emissão de cédula C e requerimento inicial, foram os mais demandados.

Gráfico 94 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Capanema – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Igepps

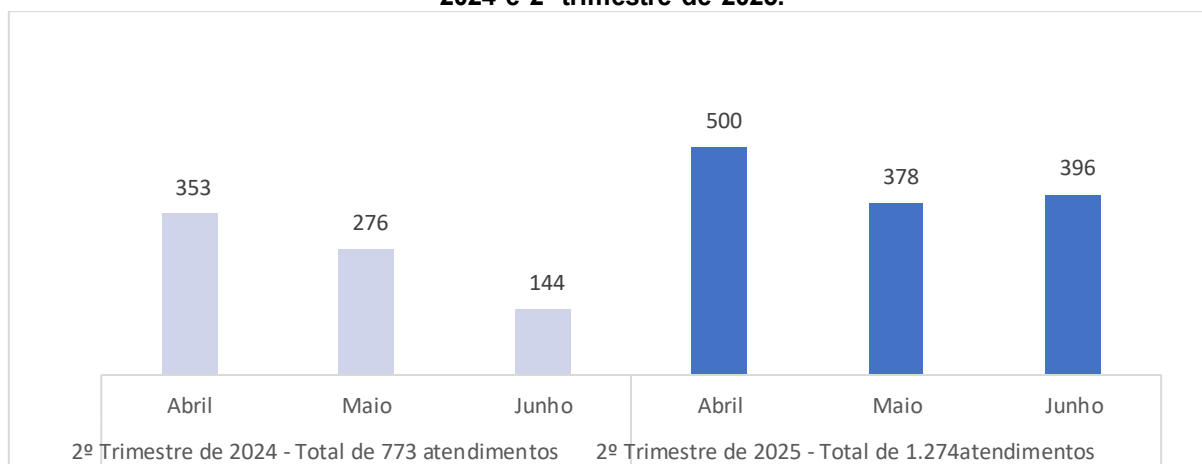
8.1.2.2 Núcleo Regional de Santarém

8.1.2.2.1 Agência Santarém

A agência de Santarém, atua na Região do Baixo Amazonas prestando serviços previdenciários para aproximadamente 2.681 (dois mil seiscentos e oitenta e um) beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes dos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

No 2º trimestre de 2025, a agência de Santarém realizou 1.274 (Um mil duzentos e setenta e quatro) atendimentos, sendo 500 (quinhentos) no mês de abril, 378 (trezentos e setenta e oito) em maio e 396 (trezentos e noventa e seis) em junho. Os atendimentos mais demandados no referido período, foram outros serviços, emissão de contracheque, emissão de cédula C, consulta de processo, requerimento inicial e portaria foram os mais demandados.

Gráfico 95 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Santarém – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: Siaag/Igepps

Ao comparar o quadro demonstrativo de atendimentos realizados, observamos que no 2º trimestre de 2024, houve 773 (setecentos e setenta e três) atendimentos e no mesmo período de 2025, o quantitativo total foi de 1.274 (mil duzentos e setenta e quatro). Com isso, observamos um aumento nos atendimentos realizados naquela agência.

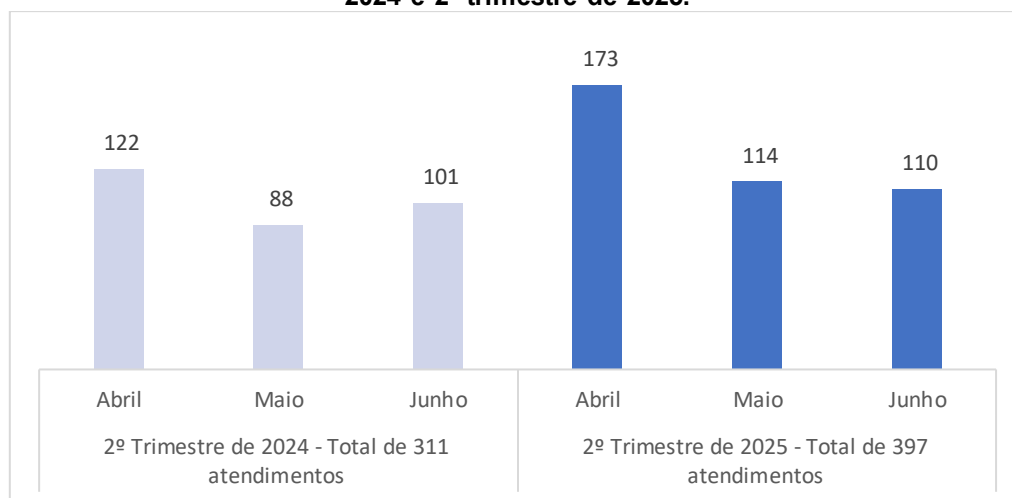
Considerando quadro comparativo, referente ao período do 2º trimestre dos anos de 2024 e 2025, observamos que os atendimentos mais demandados foram: outros serviços, emissão de contracheque, consulta de processo, emissão de cédula C e requerimento inicial foram os mais demandados.

8.1.2.2.1 Agência Altamira

A agência de Altamira/Pá foi inaugurada em 27/04/2023, para suprir as demandas dos segurados do regime de previdência do Pará, residentes na Região de Integração do Xingu. Além de Altamira, a mesma atende os municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

No 2º Trimestre de 2025, a agência de Altamira realizou o total de 397 (trezentos e Noventa e sete) atendimentos, sendo 173 (cento e setenta e três) no mês de abril; 114 (cento e quatorze) em maio e 110 (cento e dez) em junho, observando um aumento nos atendimentos realizados na referida agência.

Gráfico 96 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Altamira – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: Siaag/Caten/Igepps

Os atendimentos mais demandados no referido período foram: outros serviços, emissão de contracheque, consulta de processo, emissão de cédula C e requerimento inicial foram os mais demandados.

Entre os atendimentos presenciais realizados nos polos IGEPPS Altamira e Santarém, existem os previamente agendados através do SIAAG, e os atendimentos avulsos, os quais são disponibilizados sem agendamento prévio, são alguns deles: Emissão de contracheque, Emissão de Cédula C, Emissão de Declaração de Rendimentos (Pensão Alimentícia), Recebimento de Portaria, Ciência de Carta / Decisão, Declarações Negativas / Positivas e Agendamento de Perícia Médica. Bem como abertura de protocolos administrativos referentes à: Juntadas de documentos, Liberações de crédito e Atualizações de dados bancários.

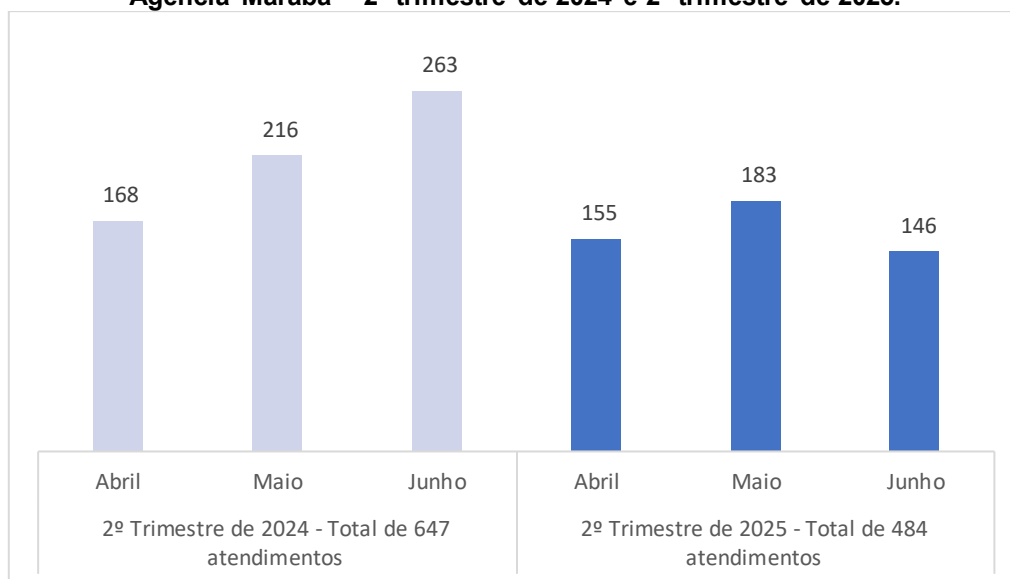
8.1.2.3 Núcleo Regional de Marabá

8.1.2.3.1 Agência Regional de Marabá

A Agência Regional de Marabá localizada no município de Marabá abrange aproximadamente 2.790 beneficiários dentre civis e militares inativos e pensionistas das cidades da Região Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canãa dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia).

No 2º trimestre de 2025, foram realizados 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) atendimentos, conforme o gráfico abaixo. Os assuntos mais demandados foram: outros, emissão de contracheque, consulta de processo, emissão de cédula C, requerimento inicial e portaria.

Gráfico 97 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá— Agência Marabá – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

- Atividades Complementares

Na oportunidade, foram apresentadas atividades extras realizadas pela agência Marabá no segundo trimestre de 2025.

1. Participação no evento em comemoração aos 10 anos do TCE / Unidade Marabá

A equipe do Igepps Marabá: Coordenadora, Técnica Previdenciária, Secretária e Atendente participaram das comemorações dos 10 anos da Unidade do TCE em Marabá, com o tema "Fortalecendo a Gestão e Controle no Sul e Sudeste do Pará".

Figura 22 — Comemoração aos 10 anos do TCE / Unidade Marabá



Fonte: Nureg Marabá/Igepps

Figura 23 — Comemoração aos 10 anos do TCE / Unidade Marabá



Fonte: Nureg Marabá/Igepps

2. Congresso Nacional de Processo Previdenciário em Curitiba-PR

A Coordenadora Márcia Cunha viajou para participar do evento em Curitiba, no qual representou o Igepps.

Figura 24 — Congresso Nacional de Processo Previdenciário em Curitiba-PR

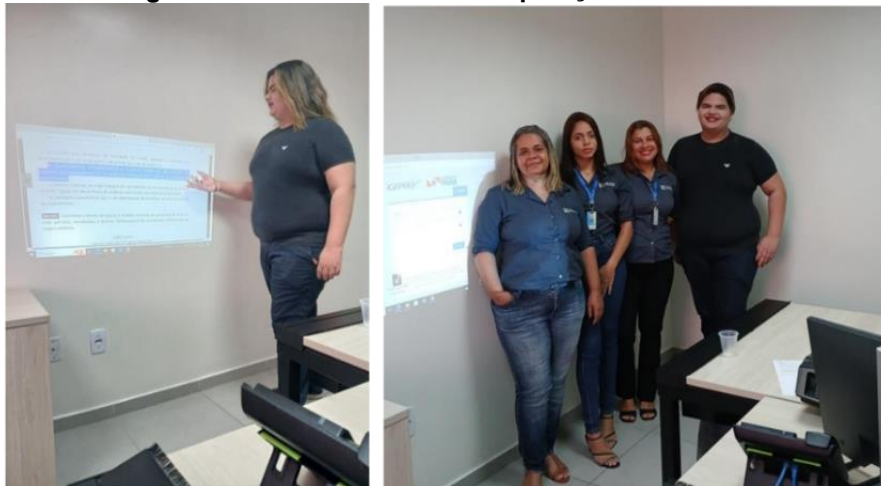


Fonte: Nureg Marabá/Igepps

3. Treinamento sobre recuperação de crédito

O Gerente da Caten Luciano de Jesus Camara Campos esteve na Agência de Marabá, realizando o treinamento sobre recuperação de recursos previdenciários, incluindo requerimento sobre auxílio-funeral e pensão. O treinamento iniciou dia 02/06/2025 e encerrou dia 06/06/2025.

Figura 25 — Treinamento: Recuperação de Crédito



Fonte: Nureg Marabá/Igepps

4. Participação na audiência Pública sobre Planejamento do PPA/LOA do Estado – Revisão do Plano Plurianual 2024-2027

Centro de Convenções de Marabá, ocorreu a audiência pública sobre a revisão do Plano Plurianual 2024-2027, no dia 03/06/2025, com a participação da Coordenadora Marcia Cunha e Equipe da NUPLAN – Igepps(SEDE).

Figura 26 — Revisão PPA 2024-2027



Fonte: Nureg Marabá/Igepps

5. Visita da equipe do NUPLAN na Agência Marabá

Cumprindo agenda a Equipe da Nuplan-SEDE/Igepps: Coordenadora Tânia, Vanda e Oswaldo, membros da equipe, estiveram visitando e conhecendo nossa Agência e nossa Equipe.

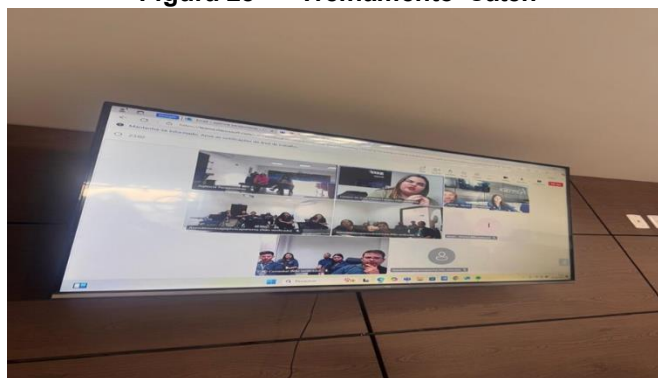
Figura 27 — Visita da equipe do NUPLAN



Fonte: Nureg Marabá/Igepps

6. Treinamento da Caten via Sistema com participação de toda equipe da agência

Figura 28 — Treinamento Caten



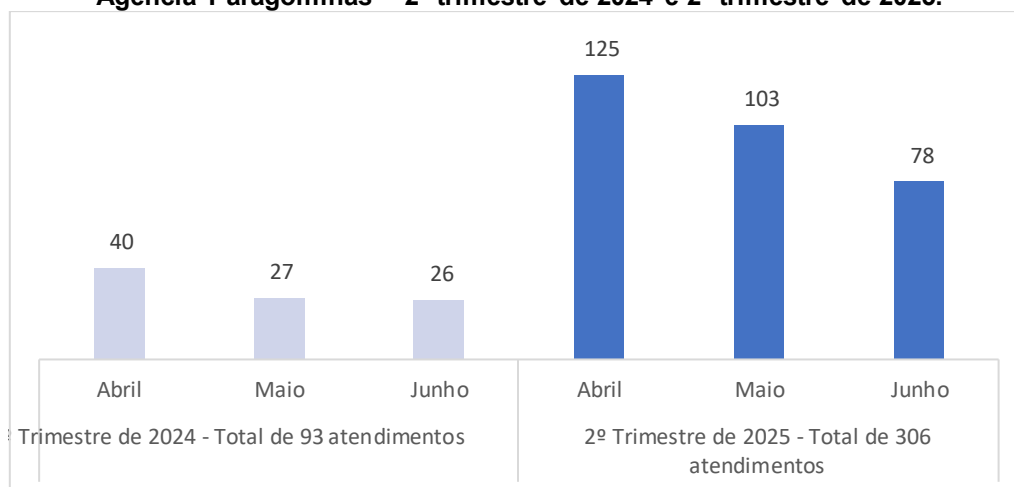
Fonte: Nureg Marabá/Igepps

8.1.2.3.2 Agência Regional de Paragominas

Agência de Paragominas foi inaugurada em 16 de fevereiro de 2024 e abrange os municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Rondon do Pará, Paragominas, Tomé-Açu e Ulianópolis.

No 2º trimestre de 2025, a agência realizou 306 atendimentos, sendo 125 (cento e vinte e cinco), no mês de abril, 103 (cento e três) em maio e 78 (setenta e oito) em junho, conforme gráfico abaixo. Os atendimentos mais demandados foram: emissão de contracheque, outros, emissão de cédula C e portaria.

Gráfico 98 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá— Agência Paragominas – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



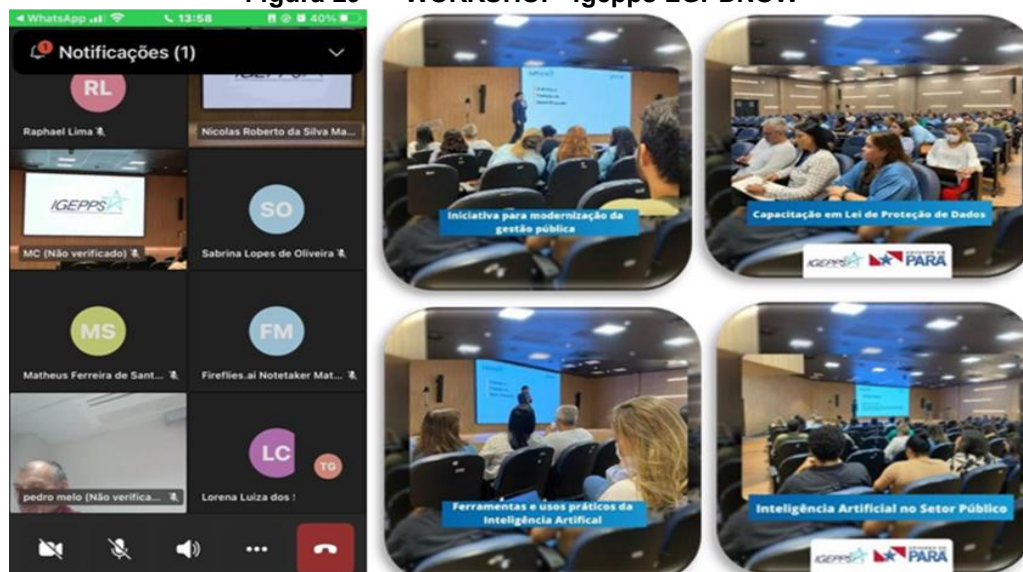
Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

- Atividades Complementares e Treinamento

Na oportunidade, foram apresentadas atividades extras realizadas pela agência Marabá no segundo trimestre de 2025.

1. WORKSHOP Igepps LGPDNOW - orientações e uso prático sobre a nova tecnologia da Inteligência Artificial no setor público com as novas ferramentas. Grande iniciativa para a modernização da gestão pública, e realização de capacitação sobre a Lei de Proteção de dados.

Figura 29 — WORKSHOP Igepps LGPDNOW



Fonte: Nureg Marabá/Igepps

2. Visita Técnica

Apresentação aos servidores da escola todos os serviços disponíveis na agência do Igepps Paragominas:

Figura 30 — Visita à Escola Guilherme Gabriel



Fonte: Nureg Paragominas/Igepps

Figura 31 — Visita à Escola Raimundo Laureano



Fonte: Nureg Paragominas/Igepps

Figura 32 — Visita à Universidade do Estado do Pará – UEPA



Fonte: Nureg Paragominas/Igepps

Figura 33 — Visita à Escola de Ensino Técnica do Pará – Eetepa



Fonte: Nureg Paragominas/Igepps

Figura 34 — Entrevista na Rádio RBA



Fonte: Nureg Paragominas/Igepps

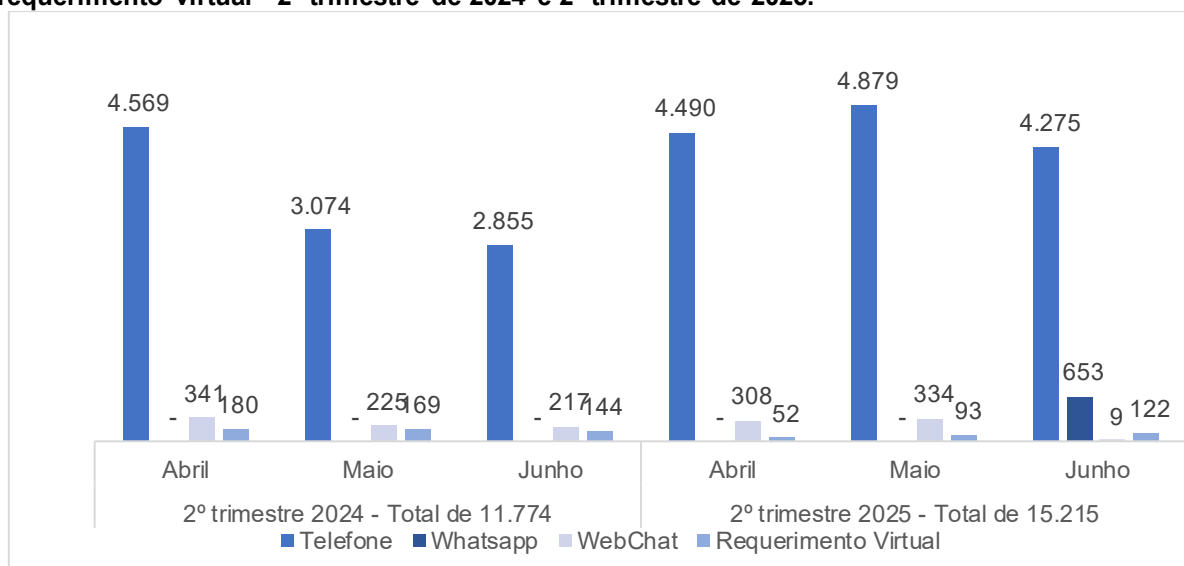
Figura 35 — Reunião de Alinhamento

Fonte: Nureg Paragominas/Igepps

8.2 ATENDIMENTO REMOTO

No 2º trimestre de 2025, o atendimento remoto composto pelo Call Center (telefone, telefonistas nos setores, whatsapp, webchat), e requerimento virtual totalizaram 15.215 (quinze mil e duzentos e quinze) atendimentos, representando um aumento de 29% em relação ao mesmo período do ano anterior. No gráfico abaixo é possível observar o quantitativo de atendimentos realizados.

Gráfico 99 — Atendimentos realizados via Call Center (telefone, whatsapps e webchat) e requerimento virtual– 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.



Fonte: SIAAG/Caten/Igepps

8.3 OUVIDORIA

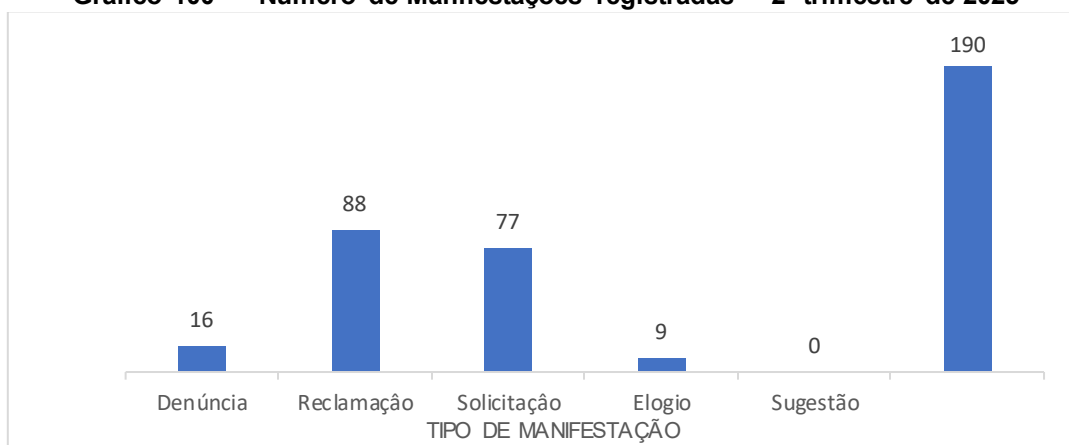
A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria possui um papel fundamental, enquanto promotora dos direitos humanos, da boa governança e do Estado de direito, qual seja: Promoção da boa governança na administração pública e na melhoria das suas relações com os cidadãos, promoção do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, reforço da prestação de serviços públicos, promovendo o Estado de direito, a boa governança, a transparência, a responsabilização e a equidade.

Os dados estatísticos aqui apresentados referem-se às manifestações de solicitações externas e internas feitas ao Instituto, recebidas no 2º trimestre de 2025, que foram encaminhadas, acompanhadas e respondidas, com base nas informações prestadas pelas unidades administrativas.

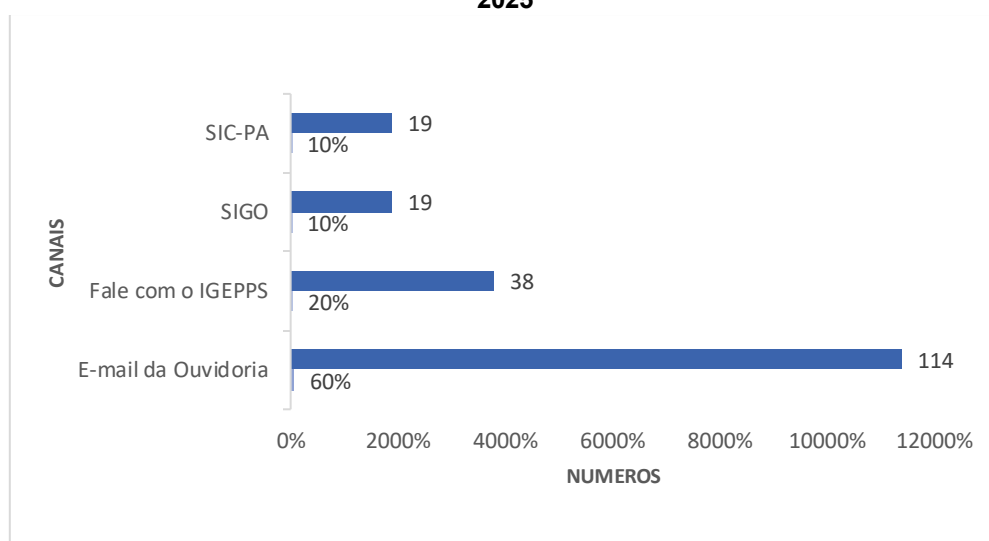
As manifestações podem ser realizadas pelo **Sistema Geral de Ouvidoria do Estado – SIGO, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**

No período abril a junho de 2025, foram recebidas um total de 190 (cento e noventa) manifestações, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 100 — Número de Manifestações registradas – 2º trimestre de 2025

Fonte: Ouvidoria/IGEPPS/SIGO/OGE (2025)

Dos meios de acesso utilizados pelos cidadãos para entrar em contato com a Ouvidoria, as formas de acesso foram o e-mail institucional (60%), fale com IGEPPS (20%) e o sistema de Ouvidorias, SIGO (10%) e E-SIC/PA (10%), conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 101 — Número de demandas registradas por canais de atendimento 2º trimestre de 2025

Fonte: Ouvidoria/IGEPPS/SIGO/OGE (2025)

A Ouvidoria vem realizando ações de sensibilização junto aos gestores, corpo técnicos e demais colaboradores para que percebam a relevância desta Unidade Estratégica de Gestão, cujo objetivo maior é a Satisfação dos Segurados do RPPS/PA e dos cidadãos e Usuários dos serviços prestados pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará, de modo a promover a boa governança na Administração Pública e a melhoria nas relações com os cidadãos e o reforço da prestação de serviços públicos.

CONSIDERAÇÕES

O segundo trimestre de 2025 destacou-se pelos avanços na gestão responsável e sustentável da Previdência Pública Estadual, na qual o Igepps se aproxima da excelência no cumprimento de sua missão como política pública de Estado. Além disso, é notório que a implementação de uma política fiscal, tributária e salarial equilibrada priorizou a proteção social de nossos segurados e beneficiários, e, em sentido amplo, de toda a sociedade paraense.

Constata-se, pelo exposto, que as ações estratégicas do Igepps estão voltadas ao atendimento das exigências contidas no programa de implantação de uma gestão previdenciária eficiente e presente, a qual está intrinsicamente ligada ao PPA 2024-2027 e em consonância com as diretrizes do Governo Estadual, buscando minimizar as desigualdades regionais por meio do fortalecimento e consolidação das ações de aprimoramento da governança pública.

Evidenciamos a inauguração do projeto de educação previdenciária intitulado “Valor em cada história”, onde houve a entrega de certificados de agradecimento e portarias de aposentadoria aos servidores recém aposentados, relativos ao mês de maio de 2025.

Assim, devido às boas práticas de investimentos, e sempre buscando aprimorar a gestão previdenciária do RPPS/PA, o Igepps Pará obteve o reconhecimento nacional dando um salto para o 3º lugar no Prêmio Destaque Brasil de Investimentos na categoria de Estados da Federação. Com isto, o Igepps demonstra o contínuo aprimoramento dos controles e processos de investimento, em termos de gestão, transparência e resultados financeiros. A gestão responsável dos recursos investidos, resulta em melhor gestão dos recursos públicos para melhorar a sustentabilidade da previdência pública.

Ressaltamos neste trimestre a revisão do PPA e elaboração da LOA 2026. Na oportunidade, foram revisadas as metas e ações para o próximo biênio, o que por sua vez resultou em alteração do produto de duas ações, em consonância com os objetivos estratégicos do Instituto.

Veja-se, assim, que a atual gestão fomentou ações de relevância para fortalecer a cidadania e cultura previdenciária no âmbito estadual, investindo também em tecnologia da informação de ponta e na segurança de dados, visando à ampliação dos serviços digitais e encurtamento das barreiras com seus segurados, pilar este aliado à celeridade e qualidade dos serviços ofertados. Destaca-se, sobretudo, o retorno dos atendimentos itinerantes por vários municípios paraenses tingindo as regiões mais longínquas.

Esse é o nosso Relatório.

Washington Costa de Albuquerque
Presidente do Igepps

ANEXO I

Figura 1 — Ginástica Laboral – 2º trimestre 2025.	74
Figura 2 — Feira do Produtor– 2º trimestre 2025.	75
Figura 3 — Comemoração do Dias das Mães - 2º trimestre 2025.	75
Figura 4 — Certificado ABIPEM – 2º trimestre de 2025.	106
Figura 5 — Premiação ABIPEM – 2º trimestre de 2025	106
Figura 6 — Inovação do Igepps – 2º trimestre de 2025	112
Figura 7 — Igepps Itinerante – 2º trimestre de 2025	112
Figura 8 — Igepps Itinerante – 2º trimestre de 2025	113
Figura 9 — Atendimento Igepps Itinerante – 2º trimestre de 2025	113
Figura 10 — Treinamento – 2º trimestre de 2025	114
Figura 11 — Treinamento – 2º trimestre de 2025	114
Figura 12 — Treinamento – 2º trimestre de 2025	115
Figura 13 — Treinamento – 2º trimestre de 2025	115
Figura 14 — Dia das Mães – 2º trimestre de 2025	116
Figura 15 — Viver Bem – 2º trimestre de 2025	117
Figura 16 — Viver Bem – 2º trimestre de 2025	117
Figura 17 — Viver Bem – 2º trimestre de 2025	117
Figura 18 — Capacitação – 2º trimestre de 2025	118
Figura 19 — Capacitação – 2º trimestre de 2025	119
Figura 20 — Líderes do Futuro – 2º trimestre de 2025	119
Figura 21 — 3ª Semana de Conciliação – 2º trimestre de 2025	120
Figura 22 — Comemoração aos 10 anos do TCE / Unidade Marabá.....	174
Figura 23 — Comemoração aos 10 anos do TCE / Unidade Marabá.....	175
Figura 24 — Congresso Nacional de Processo Previdenciário em Curitiba-PR.....	175
Figura 25 — Treinamento: Recuperação de Crédito	176
Figura 26 — Revisão PPA 2024-2027	176
Figura 27 — Visita da equipe do NUPLAN	177
Figura 28 — Treinamento Caten	177
Figura 29 — WORKSHOP Igepps LGPDNOW.....	178
Figura 30 — Visita à Escola Guilherme Gabriel.....	179
Figura 31 — Visita à Escola Raimundo Laureano	179
Figura 32 — Visita à Universidade do Estado do Pará – UEPA	179
Figura 33 — Visita à Escola de Ensino Técnica do Pará – Eetepa.....	180
Figura 34 — Entrevista na Rádio RBA.....	180
Figura 35 — Reunião de Alinhamento	181

ANEXO II

Tabela 1 — Execução orçamentária/financeira – por programa – 2º trimestre de 2025	10
Tabela 2 – Execução orçamentária/financeira – por Grupo de Despesa – 2º trimestre de 2025	11
Tabela 3 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025	11
Tabela 4 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025	13
Tabela 5 — Meta física e Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025	15
Tabela 6 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025	18
Tabela 7 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025	20
Tabela 8 — Execução orçamentária/financeira – 2º trimestre de 2025	23
Tabela 9 — Quantitativo de servidores no Finanprev e Funprev – 2º trimestre de 2025	25
Tabela 10 — Quantitativo de militares no SPSM – 2º trimestre de 2025	25
Tabela 11 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Finanprev – 2º trimestre de 2025	26
Tabela 12 — Receitas utilizadas do Poder Executivo – Funprev - 2º trimestre de 2025	27
Tabela 13 — Requerimentos de COMPREV – 2º trimestre de 2025	28
Tabela 14 — Ranking da Compensação Financeira – 2º trimestre de 2025	29
Tabela 15 — Valores Recuperados de COMPREV – 2º trimestre de 2025	29
Tabela 16 — Quadro comparativo das Dívidas das Prefeituras – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025	31
Tabela 17— Rentabilidade dos Fundos – 2º trimestre de 2025.....	32
Tabela 18 — Despesas folhas de inativos e pensionistas – 2º trimestre de 2025.....	34
Tabela 19 — Receitas e Despesas SPSM – 2º trimestre de 2025.	35
Tabela 20 — Receitas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 2º trimestre de 2025.....	36
Tabela 21 — Despesas previdenciárias – Defensoria Pública/DPE – 2º trimestre de 2025...	36
Tabela 22 — Receitas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 2º trimestre/25	36
Tabela 23 — Despesas previdenciárias – Assembleia Legislativa Pará/ALEPA – 2º trimestre/25	36
Tabela 24 — Receitas Previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará / TCE – 2º Trimestre de 2025.	36
Tabela 25 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas do Pará/TCE – 2º trimestre de 2025.	37
Tabela 26 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 2º trimestre 25	37
Tabela 27 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Contas dos Municípios do Pará/TCM – 2º trimestre de 2025.....	37

Tabela 28 — Receitas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 2º trimestre de 2025.....	37
Tabela 29 — Despesas previdenciárias – Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado/TJ/JME – 2º trimestre de 2025.....	37
Tabela 30 — Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 2º trimestre/25	38
Tabela 31 — Despesas previdenciárias – Ministério Público do Estado/MPE – 2º trimestre/25	38
Tabela 32 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 2º trimestre/25	38
Tabela 33 — Despesas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 2º trimestre/25	38
Tabela 34 — Receitas prev-Ministério Público de Contas dos Municípios/MPCM – 2º trimestre/25.....	38
Tabela 35 — Receitas previdenciárias – Ministério Público do Estado – MPE – 2º trimestre de 2025.	39
Tabela 36 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas/MPC/PA – 2º trimestre/25.....	39
Tabela 37 — Receitas previdenciárias – Ministério Público de Contas dos Municípios –.....	39
Tabela 38 — Receitas Previdenciárias – Ministério Público dos Municípios/TCM/PA – 2º ...	39
Tabela 39 — Quantitativo Finanprev – 2023 a 2025 - 2º trimestre 2025.	40
Tabela 40 — Quantitativo Funprev – 2023 a 2025 - 2º trimestre 2025.....	41
Tabela 41 — Quantitativo SPSM – 2023 a 2025 - 2º trimestre 2025.	41
Tabela 42 — Comparativo Finanprev – 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.	42
Tabela 43 — Comparativo Funprev – 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.....	42
Tabela 44 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.....	42
Tabela 45 — Comparativo Finanprev– 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.	42
Tabela 46 — Comparativo Funprev– 2023 a 2025 - 1º bimestre 2025.....	43
Tabela 47 — Comparativo SPSM – 2023 a 2025 - 2º bimestre 2025.....	43
Tabela 48 — Hipóteses biométricas – 2023 a 2025- 2º trimestre de 2025.....	43
Tabela 49 — Hipóteses demográficas - 2023 a 2025- 2º trimestre de 2025.	44
Tabela 50 — Hipóteses Financeiras Finanprev - 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	44
Tabela 51 — Hipóteses Financeiras Funprev- 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.....	44
Tabela 52 — Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	45
Tabela 53 — Custeio Previdenciário Finanprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.....	45
Tabela 54 — Custeio Previdenciário Funprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	45

Tabela 55 — Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.....	46
Tabela 56 — Custos % por benefícios - Finanprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	46
Tabela 57 — Custos % por benefícios Funprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	46
Tabela 58 — Custos % por benefícios SPSM– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	47
Tabela 59 — Evolução Finanprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	48
Tabela 60 — Evolução Funprev– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	48
Tabela 61 — Evolução SPSM– 2023 a 2025 - 2º trimestre de 2025.	48
Tabela 62 — Carteira Global do IGEPPS – 2º trimestre de 2025.	49
Tabela 63 — Enquadramento do Igepps de acordo com a Política de Investimentos – 2º trimestre de 2025.	50
Tabela 64 — Patrimônio Líquido por Instituição Financeira – 2º trimestre de 2025.	53
Tabela 65 — Movimentações Financeiras – Finanprev - 2º trimestre 2025.	55
Tabela 66 — Movimentações Financeiras – SPSM - 2º trimestre 2025.	56
Tabela 67 — Movimentações Financeiras Funprev – 2º trimestre de 2025.	58
Tabela 68 — Arrecadação para aplicação Funprev – 2º trimestre de 2025.	59
Tabela 69 — Contribuição ao retorno por estratégia – Funprev – 2º Trimestre de 2025.	62
Tabela 70 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 2º trimestre 2025.	64
Tabela 71 — Transferências do Funprev para o Finanprev – 2º trimestre 2025.	65
Tabela 72 — Rateio da taxa de administração – 2º trimestre 2025.	65
Tabela 73 — Utilização da taxa de administração – 2º trimestre 2025.	66
Tabela 74 — Quadro Funcional por Tipo de Vínculo – 2º trimestre de 2025.	72
Tabela 75 — Servidores Capacitados – 2º trimestre de 2025.	72
Tabela 76 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 2º trimestre de 2025.	76
Tabela 77 — Despesas Executadas (R\$) – Outros Poderes – 2º trimestre de 2025.	78
Tabela 78 — Despesas Executadas (R\$) – Todos os Poderes – 2º trimestre de 2025.	80
Tabela 79 — Despesas Executadas (R\$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 2º trimestre de 2025.	82
Tabela 80 — Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R\$) - 2º trimestre de 2025.	84
Tabela 81 — Demonstrativos de Valores Executados por Outras Despesas Correntes (R\$) - 2º trimestre de 2025.	86
Tabela 82 — Demonstrativos de Despesas Realizadas Por Programa da Despesas na UG 840201 (Igepps) – 2º Trimestre de 2025	87
Tabela 83 — Demonstrativo Despesas Realizadas (R\$) - Encargos Igepps - 2º trimestre de 2025.	88
Tabela 84 — Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos,	

Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$)	91
Tabela 85 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Igepps (R\$) – 2º trimestre de 2025.....	92
Tabela 86 — Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.	94
Tabela 87 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASSEP (R\$) – 2º trimestre de 2025.	96
Tabela 88 — Comparativo Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Retenções (R\$) – 2º trimestre de 2025.	97
Tabela 89 — Despesas Realizadas – Auxílio Morte/Auxílio Acidente (R\$) – 2º trimestre de 2025.	97
Tabela 90 — Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo Igepps – 2º trimestre de 2025.	98
Tabela 91 — Modalidades dos Contratos Realizados pelo Igepps – 2º trimestre de 2025.	98
Tabela 92 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 2º trimestre de 2025.	100
Tabela 93 — Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação – 2º trimestre de 2025	127
Tabela 94 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso – 2º trimestre de 2025.....	128
Tabela 95 — Valor Executado, Valor Calculado e Economia - 2º trimestre de 2025.	129
Tabela 96 — Detalhamento precatórios cadastrados - 2º trimestre de 2025.	131

ANEXO III

Gráfico 1 — Comparativo da Receita utilizadas do Poder Executivo – Funprev (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025	27
Gráfico 2 — Comparativo dos Valores Líquidos Recuperados de COMPREV (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025	30
Gráfico 3 — Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025	30
Gráfico 4 — Comparativo das Dívidas das Prefeituras (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025	31
Gráfico 5 — Comparativo da Rentabilidade dos Fundos de Investimento (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025.	32
Gráfico 6 — Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre 2025.	51
Gráfico 7 — Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento – 2º trimestre de 2025.	51
Gráfico 8 — Evolução do Patrimônio Líquido Finanprev (R\$) – 2º trimestre 2025.....	54
Gráfico 9 — Evolução do Rendimento do Finanprev (R\$) – 2º trimestre 2025.	54
Gráfico 10 — Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.	55
Gráfico 11 — Evolução do Rendimento do SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.	56
Gráfico 12 — Evolução do Patrimônio Líquido Funprev (R\$) – 2º trimestre de 2025.	57
Gráfico 13 — Evolução do Rendimento do Funprev (R\$) – 1º trimestre de 2025.	57
Gráfico 14 — Distribuição de Recurso por Segmento Funprev – 2º trimestre de 2025.	58
Gráfico 15 — Rentabilidade em relação a Meta Atuarial do Funprev – 2º trimestre de 2025.	59
Gráfico 16 — Rentabilidade Funprev em relação a Meta Atuarial – 1º semestre de 2025.	60
Gráfico 17 — Índices de mercado de Renda Fixa em relação a Meta Atuarial – 2025.....	61
Gráfico 18 — Índices de mercado do Exterior em relação a Meta Atuarial – 2º trimestre de 2025.	61
Gráfico 19 — Índices de Mercado da Renda Variável em Relação a Meta Atuarial – 2º trimestre de 2025.	62
Gráfico 20 — Taxa de Administração por fundo (R\$) – 2º trimestre 2025.....	67
Gráfico 21 — Despesas Executadas (R\$) – Poder Executivo – 2º trimestre de 2025.	77
Gráfico 22 — Despesas Executadas (R\$) – Poderes Legislativo e Judiciário – 2º trimestre de 2025.	79
Gráfico 23 — Despesas Executadas (R\$) – Finanprev, Poder Executivo, Sistema de Proteção	

Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário – 2º trimestre de 2025.....	83
Gráfico 24 — Total de Despesas Executadas por Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - ODC - 2º trimestre de 2025.	85
Gráfico 25 — Total de Despesas Realizadas: Elemento de Despesa – UG 840201 (Igepps) - 2º trimestre de 2025.	87
Gráfico 26 — Despesas Realizadas - Encargos Igepps – 2º trimestre de 2025.	89
Gráfico 27 — Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R\$) - 2º trimestre de 2025.	89
Gráfico 28 — Despesas Executadas com Salário Família (R\$) – 2º trimestre de 2025.....	90
Gráfico 29 — despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.	92
Gráfico 30 — Despesas Executadas – Consignações nas Folhas de Pagamento / Igepps - 2º trimestre	94
Gráfico 31 — Comparativo Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R\$) – 2º trimestre de 2025.	95
Gráfico 32 — Despesas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - BANPARÁ/IASEP (R\$) – 2º trimestre de 2025.	96
Gráfico 33 — Quantitativo dos processos administrativos e previdenciários analisados - 2º trimestre de 2025.	99
Gráfico 34 — Quantitativo de processos analisados pelo NCI - 2º trimestre de 2024 comparado ao quantitativo analisado no 2º trimestre de 2025.....	101
Gráfico 35 — Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados – 2º trimestre de 2025.	102
Gráfico 36 — Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários – 2º trimestre de 2025.....	103
Gráfico 37 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social – 2º trimestre de 2025.....	104
Gráfico 38 — Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos – 2º trimestre de 2025.	105
Gráfico 39 — Quantitativo da Produção de Conteúdo – 2º trimestre de 2025:	107
Gráfico 40 — Visualização de Reels e Posts – 2º trimestre de 2025:	107
Gráfico 41 — Alcance de Novos Públicos (Visualizações por não seguidores) – 2º trimestre de 2025:	108
Gráfico 42 — Crescimento de Seguidores – 2º trimestre de 2025:	108
Gráfico 43 — Desempenho Geral – 2º trimestre de 2025.....	109
Gráfico 44 — Análise por Tipo de Conteúdo – 2º trimestre de 2025:	109
Gráfico 45 — Alcance de Públicos – 2º trimestre de 2025:.....	110

Gráfico 46 — Distribuição dos Conteúdos – 2º trimestre de 2025:	110
Gráfico 47 — Quadro de Resumo de Atendimentos na 3ª Semana de Conciliação	124
Gráfico 48 — Quantitativo de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados (R\$) –.....	126
Gráfico 49 — Montantes de valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	126
Gráfico 50 — Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R\$) – 2º trimestre de 2025	129
Gráfico 51 — Quantitativo Mensal de Demandas do Consultivo – 2º trimestre de 2025.	134
Gráfico 52 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reserva e Reforma da Policial Militar e Bombeiro Militar– 2º trimestre de 2025.	137
Gráfico 53 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reserva e Reforma da Policial Militar e Bombeiro Militar– 2º trimestre de 2025.	137
Gráfico 54 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Revisão de Reserva/Reforma – 2º trimestre de 2025.	137
Gráfico 55 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Reversão ao Serviço Ativo – 2º trimestre de 2025.	138
Gráfico 56 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social Devolvidos aos órgãos de origem: Despachos/indeferimentos – 2º trimestre de 2025.	138
Gráfico 57 — Quantitativo de concessão de Pensão e Revisão de pensão por Morte – 2º trimestre de 2025	139
Gráfico 58 — Quantitativo de Benefícios de Proteção Social - Pensão Especial e Auxílio Morte – 2º trimestre de 2025.	140
Gráfico 59 — Quantitativo de Processos analisados – 2º trimestre de 2025.	141
Gráfico 60 — Quantitativo de Processos analisados – 2º trimestre de 2025.	141
Gráfico 61 — Quantitativo dos processos analisados – 2º trimestre de 2025.	142
Gráfico 62 — Quantitativo por tipo de processos analisados – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	142
Gráfico 63 — Comparativo do Quantitativo de processos analisados –.....	143
Gráfico 64 — Quantitativo das aposentadorias concedidas – 2º trimestre de 2025.....	143
Gráfico 65 — Comparativo do quantitativo das aposentadorias concedidas – concedidas – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	144
Gráfico 66 — Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	144
Gráfico 67 — Comparativo do quantitativo das pensões concedidas – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	145
Gráfico 68 — Comparativo do quantitativo de auxílios funerários concedidos no 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	145

Gráfico 69 — Comparativo do quantitativo dos auxílios funerários concedidas 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	146
Gráfico 70 — Quantitativo dos abonos de permanência concedidos – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	146
Gráfico 71 — Comparativo do quantitativo de abonos de permanência concedidos no – ...	147
Gráfico 72 — Comparativo da Quantidade de Vacância – Inativos - – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	148
Gráfico 73 — Distribuição de Vacâncias - Inativos – 2º trimestre de 2024.....	149
Gráfico 74 — Distribuição de Vacâncias - Inativos 2º trimestre de 2025.....	149
Gráfico 75 — Comparativo dos valores economizados (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	150
Gráfico 76 — Comparativo da Quantidade de Vacância - Pensão por Morte - 2º trimestre de 2024 com 2025.	151
Gráfico 77 — Distribuição Vacâncias - Pensão por Morte - 2º trimestre de 2025.	151
Gráfico 78 — Valores de Vacância Pensão por Morte (R\$) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	152
Gráfico 79 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valor (R\$) - Inativos Civil - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.....	153
Gráfico 80 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) – Pensionista Civil - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	154
Gráfico 81 — Comparativo Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) – Inativos Militares - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	154
Gráfico 82 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos - quantidade e valores (R\$) - Pensionista Militares - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	155
Gráfico 83 — Comparativo da Evolução da Folha de Pagamentos – quantidade e valores (R\$) Pensionistas Especiais - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.....	156
Gráfico 84 — Comparativo dos Retroativos de Aposentadorias – quantidade e valores (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	156
Gráfico 85 — Comparativo dos Retroativos de Pensão - quantidade e valores (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	157
Gráfico 86 — Comparativo de Decisões Judiciais de Aposentadoria: quantidade e valores (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	158
Gráfico 87 — Comparativo de Decisões Judiciais de Pensão: quantidade e valores (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	159
Gráfico 88 — Comparativo do Quantitativo de Processos de Recuperação de Crédito — - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	160

Gráfico 89 — Comparação dos Valores recuperados via folha (R\$) - 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	161
Gráfico 90 — Atendimentos realizados pela Caten– Sede, Estações Cidadania e Unidades Móveis (Metrópole, Pátio Belém e Grão Pará) – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	167
Gráfico 91 — Atendimentos por municípios – Unidades móveis – 2º Trimestre de 2025	168
Gráfico 92 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Castanhal – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	169
Gráfico 93 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Abaetetuba – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	170
Gráfico 94 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Capanema – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	171
Gráfico 95 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Santarém – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	172
Gráfico 96 — Comparativo de atendimentos realizados na Agência Altamira – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	173
Gráfico 97 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Marabá – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	174
Gráfico 98 — Comparativo de atendimentos realizados no Núcleo Regional de Marabá– Agência Paragominas – 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	178
Gráfico 99 — Atendimentos realizados via Call Center (telefone, whatsapps e webchat) e requerimento virtual– 2º trimestre de 2024 e 2º trimestre de 2025.	182
Gráfico 100 — Número de Manifestações registradas – 2º trimestre de 2025.	183
Gráfico 101 — Número de demandas registradas por canais de atendimento 2º trimestre de 2025.	183

ANEXO IV

Quadro 1 — Programas e Ações do PPA 2024-2027 – 2º trimestre de 2025	9
Quadro 2 — Reunião e principais decisões do CEP no 2º trimestre de 2025.	68
Quadro 3 — Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal no 1º trimestre de 2025. ..	69
Quadro 4 — Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimentos no 2º trimestre de 2025.	70
Quadro 5 — Cronograma de Educação Previdenciária – 2º trimestre de 2025.	162